

BOLETIM GEOGRÁFICO

ÍNDICE

INFORMAÇÕES
NOTÍCIAS
BIBLIOGRAFIA
LEGISLAÇÃO



CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

SECRETARIA-GERAL

(ÓRGÃO EXECUTIVO CENTRAL DE FINALIDADE ADMINISTRATIVA E CULTURAL)

Secretário-Geral

FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

Secretário-Assistente

NILO BERNARDES

Consultor Jurídico

ALBERTO RAJA GABAGLIA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretor — MIGUEL ALVES DE LIMA

DIVISÃO DE CARTOGRAFIA

Diretor — ALIRIO H. DE MATOS

DIVISÃO DE GEOGRAFIA

Diretor — ORLANDO VALVERDE

DIVISÃO CULTURAL

Diretor — VIRGILIO CORRÊA FILHO

BOLETIM GEOGRÁFICO

Responsável

FÁBIO DE MACEDO SOARES GUIMARÃES

Diretor

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Secretário

ANTÔNIO LIBERALINO DE MORAIS

Auxiliar

ARNALDO VIEIRA LIMA

•

O "BOLETIM" não insere matéria remunerada, nem aceita qualquer espécie de publicidade comercial, não se responsabilizando também pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

ASSINATURA

Ano Cr\$ 30,00

REDAÇÃO

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Avenida Beira-Mar, 436, telefone 42-4466

Edifício Iguaçu

Rio de Janeiro

DISTRITO FEDERAL

(Enderêço telegráfico) — SECONGEO.

Pede-se permuta

Pidese canje

We ask for exchange

On demande l'échange

Oni petas interkangon

Man bittet um Austausch

Si richiede lo scambio

BOLETIM GEOGRÁFICO

ANO XIII

SETEMBRO - OUTUBRO DE 1955

N.º 128

Sumário

EDITORIAL: Posse de Geógrafos — VIRGILIO CORREA FILHO (p. 481).

TRANSCRIÇÕES: A Agricultura Européia na América do Sul (segundo artigo) — HENRI ENJALBERT (p. 483).

CONTRIBUIÇÃO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA: O Minério de Ferro na Economia do Estado de Minas Gerais — DERMEVAL JOSÉ PIMENTA (p. 503) — Notas Acerca do Relêvo da Paraíba e do Rio Grande do Norte — MARIANO FEIO (p. 512) — Pluviação e Enxurrada — ANTONIO TEIXEIRA GUERRA (p. 516) — Estreitos em Rios — JOSE CARLOS P. GRANDE (p. 519).

CONTRIBUIÇÃO AO ENSINO: Didática da Geografia — DELGADO DE CARVALHO (p. 522) — Traços Gerais Sobre o Relêvo e o Litoral do Brasil — ARIADNE SOARES SOUTO MAIOR (p. 525) — Pontos do Concurso da Carreira de Geógrafo (p. 528).

BIBLIOGRAFIA E REVISTA DE REVISTAS: Registros e Comentários Bibliográficos — Livros (p. 531) — Periódicos (p. 532) — Índices por Autor dos Trabalhos Publicados no Boletim Geográfico de 1 ao 123 (p. 534).

NOTICIÁRIO: CAPITAL FEDERAL — Congresso Nacional (p. 572) — Presidência da República (p. 573) — Conselho Nacional de Geografia (p. 574) — CERTAMES — Reunião de Técnicos em Pelotas (p. 579) — X Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros (p. 579) — XVIII Congresso Internacional de Geografia (p. 580) — EXTERIOR — Estados Unidos (p. 581).

RELATÓRIOS DE INSTITUIÇÕES DE GEOGRAFIA E CIÊNCIAS AFINS: Relatório dos Representantes Estaduais à XIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral, realizada em 1954 — Pernambuco (p. 583) — Rio Grande do Sul (p. 584).

LEIS E RESOLUÇÕES: LEGISLAÇÃO FEDERAL — Integra da legislação de interesse geográfico — Atos do Poder Legislativo (p. 587) — Atos do Poder Executivo (p. 591) — Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — Diretório Central — Integra das resoluções de ns. 461 a 470 (p. 592) — Atos Diversos — Elaboração de uma carta da vegetação (p. 597).

Posse de Geógrafos

Cerimônia singela, mas altamente expressiva, realizou-se no dia primeiro de setembro, quando se verificou a posse dos geógrafos nomeados pelo presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Como assinalava o remate de intensa campanha cultural, o secretário-geral, professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, ao felicitá-los, deu a palavra ao diretor da Divisão de Geografia, professor Orlando Valverde, que a orientara e lhe acompanhara a execução. Podia congratular-se com os premiados pelo seu saber, que o manifestaram em tôdas as provas a que se submeteram.

De acôrdo com a legislação respectiva, o Conselho Nacional de Geografia abriu concurso, no qual poderia inscrever-se quem possuísse diploma de licenciado em Geografia por faculdade de Filosofia, oficial ou equiparada. Tal exigência preliminar já evidenciava o propósito de apurar a competência dos pretendentes, em vez de ser mera formalidade para a efetivação de funcionários interinos.

Esta primeira seleção limitou o número de inscritos a 26, dos quais apenas 23 compareceram às provas, antecipadas pela apresentação de monografia, resultante de trabalho de campo, efetuado pelo candidato.

A liberdade, que lhe cabia na escolha do assunto, desde que fôsse geográfico, cessaria nas seguintes, iniciadas com a prova escrita.

Embora pudesse constituir as bancas examinadoras com elementos do seu quadro, o C.N.G. preferiu demonstrar total imparcialidade, isenta de qualquer suspeição, ao solicitar a colaboração de abalizados professores da Faculdade Nacional de Filosofia, da Faculdade de São Paulo, da Faculdade do Recife, que, além de pontificarem na especialidade, fôssem íntegros no julgamento. Basta mencionar os nomes de Hilgard O'Reilly Sternberg e Aroldo Azevedo, em Geografia do Brasil; Nice Lecocq Müller e Mário Lacerda de Melo em Geografia Humana; João Dias da Silveira e Aziz Nacib Ab'Sáber, em Geografia Física; Ari França e José Ribeiro de Araújo Filho, em Metodologia da Ciência Geográfica; Hédio Xavier Lenz César e J. C. Pedro Grande, na Cartografia e Trabalhos Práticos; Walter de Toledo Piza e Arnaldo Vieira Lima, em Português; Albertina Pinheiro e Walter de Toledo Piza, em Francês; Pasquale Petrone, Aziz Nacib Ab'Sáber, Nice Lecocq Müller, Ari França, Antônio Rocha Penteado e José Ribeiro de Araújo Filho, em Prova e Defesa de Monografias; Miguel Alves de Lima e José Almeida,

em Prova de Títulos, para se concluir que dificilmente se conseguiria reunir tão admirável conjunto de sabedores da ciência geográfica moderna, que ensinam e praticam em suas pesquisas de campo. Sobeja-lhes autoridade, conquistada por seus trabalhos publicados e atividades pedagógicas, para a apuração de valores intelectuais, a que foram convocados. Após exaustivas provas, que se alongaram por justificável prazo, necessário às viagens intermitentes, empreendidas pelos examinadores, que não podiam ausentar-se demoradamente de suas cátedras, a aprovação final, apontou os nomes dos que resistiram galhardamente às arguições, premiadas, não raro, com a nota máxima. Tanto na escrita, na oral, como igualmente na defesa da monografia, em que se espelhou pesquisa original, reveladora, por vézes, de acentuada vocação para a prática da geografia de campo.

Assim habilitados, receberam a merecida nomeação, conforme relação acordada com a classificação:

Carlos de Castro Botelho, Catarina Vergolina Dias, Lourdes Manhães Strauch, Maria da Glória Carvalho Campos, Maria Francisca T. C. Cardoso, Amélia Alba Nogueira, Hilda da Silva, Maria Teresa Ribeiro da Costa, Marieta Mandarino, Delnida Martinez Alonso, Ziede Coelho Moreira, Ceçary Amazonas, Maria Emília T. Castro Botelho, Lúcia de Oliveira, Celeste Rodrigues Maio, Maurício Coelho Vieira e Maria Teresa Bessa.

São estes os novos geógrafos efetivos, que o Conselho incluiu em seu quadro, confiante na eficiente colaboração que poderão prestar-lhe, conforme acentuou o professor Orlando Valverde, presidente das bancas examinadoras, que participou dos trabalhos, da primeira prova à última, e, por isso, podia avaliar os esforços de cada um.

Ao felicitá-los pela vitória alcançada, lembrou-lhes o cumprimento do dever, não somente como funcionários, mas igualmente na qualidade de cientistas, que hão de mister de evidenciar "probidade intelectual, horror à auto-suficiência, e espírito de isenção". Concitou-os também a "cultivarem o espírito de colaboração, o trabalho de equipe e o gosto da pesquisa de campo, requisitos indispensáveis à formação completa do geógrafo".

Conscientes das responsabilidades assumidas, agradeceram a nomeação, realçada pelos oportunos conceitos do diretor da Divisão de Geografia, e pela palavra entusiástica de autorizada intérprete, Catarina Vergolino Dias, prometeram corresponder às esperanças, que lhes festejaram a admissão efetiva na turma de experimentados geógrafos do Conselho Nacional de Geografia.

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Diretor da Divisão Cultural do C.N.G.

A Agricultura Européia na América do Sul

(Segundo artigo)

HENRI ENJALBERT

IV. AS ZONAS PIONEIRAS

Assim, nas proximidades do Rio de Janeiro e de Buenos Aires, a criação de uma agricultura de grande subúrbio processou-se a partir de territórios que a pecuária não tinha podido utilizar. Nos dois casos, o aproveitamento das terras correspondeu não a uma revolução agrícola, mas a uma conquista pioneira do solo. O crescimento dos importantes mercados urbanos tornou possível a ocupação direta das terras conquistadas à floresta ou ao pântano.

O que o mercado urbano pôde fazer para seu grande subúrbio agrícola, o mercado nacional ou internacional pode realizá-lo para as regiões florestais até então praticamente inexploradas, do momento em que uma boa via de comunicação venha a ligar a zona pioneira ao mercado de consumo ou de exportação. As causas que provocaram as revoluções agrícolas poderiam, portanto, ter determinado o aproveitamento das regiões florestais. Houve, entretanto, um atraso sensível. O alargamento dos mercados e o desenvolvimento das vias férreas beneficiaram primeiro as antigas terras de criação que se haviam transformado em terras de cultura, tanto no pampa argentino quanto nos planaltos de São Paulo. Foi só bem mais tarde, e no início muito lentamente, que as regiões florestais tiraram proveito das novas condições.

Importa, aliás, distinguir dois períodos sucessivos na transformação das zonas de mata em terras de cultura. O primeiro corresponde a uma superfície de consolidação de antigas colônias que, por muito tempo, mantiveram-se miseráveis e sem segurança sobre o futuro; bastou, muitas vezes, que uma via férrea viesse ligá-las a um porto de exportação para que o êxito dos desbravamentos florestais estivesse assegurado e com ele o desenvolvimento da colônia, seguida do enxame de "colônias-filhas" fundadas a partir do velho centro de colonização freqüentemente superpovoado.

O segundo período, aquêle que nos faz passar de colônia a zona pioneira, é inteiramente recente. Foram necessárias a guerra de 1914, a alta dos preços dos vários gêneros agrícolas e a introdução, um pouco mais tarde, dos caminhões e camionetas americanos para que a conquista das regiões florestais se tornasse economicamente rendosa. Mas, nesta ocasião, os métodos mudaram ao mesmo tempo que o regime das terras.

A antiga colônia tinha sempre por ponto de partida uma iniciativa governamental, ou pelo menos uma iniciativa privada que contava com o apoio do governo. O fim almejado era de ordem política ou militar; tratava-se de criar, em zona de florestas, um centro de povoamento suficientemente importante para que a soberania nacional permanecesse incontestada.

A zona pioneira representa uma outra concepção: corresponde a um aproveitamento econômico da região de matas, para agricultura. Deve-se o trabalho de desbravamento à iniciativa do indivíduo isolado. O pioneiro precede os empreendimentos públicos ou privados que criam os meios de comunicação. Basta que se anuncie a construção de uma via férrea através da floresta para que se multipliquem, por parte dos pioneiros, as derrubadas na zona que será por ela percorrida. No momento em que o trilho aparece, em que a estação ferroviária é construída, todo um aproveitamento agrícola já

foi esboçado. A maior parte das vezes apresenta caráter anárquico, o que suscita delicados problemas jurídicos de propriedade. Se as terras pertencem ao patrimônio nacional, o Estado pode tolerar a ocupação pioneira, como no Chaco argentino. Se grandes domínios foram concedidos como é geralmente o caso no Brasil, o proprietário, afastado das terras a maior parte das vezes, encontra grande dificuldade em fazer respeitar seus direitos; de ordinário deve contentar-se com a renda obtida pela venda das parcelas ocupadas, e em proteger, para futuras vendas, as zonas mais bem situadas nas proximidades da recente estação ferroviária.

Freqüentemente, aliás, a companhia ferroviária, substitui os grandes proprietários na distribuição e na venda dos lotes de terra. Seja como for, a zona pioneira só progride verdadeiramente, na região de florestas, quando é amparada por via de comunicação, vias férreas e pistas para caminhões. Não é, pois, uma frente contínua que progride sobre a floresta, mas uma zona muito irregular onde os avanços correspondem aos setores facilmente acessíveis e onde, na retarguarda, permanecem regiões em que o desbravamento não teve êxito porque a pista ou a via férrea estavam muito afastadas. Além disto, em cada região a zona pioneira tem seus caracteres próprios, que correspondem às particularidades locais da derrubada das florestas. Pode-se notar, entretanto, que, quase por toda parte, hoje, na América do Sul, o estatuto jurídico da antiga colônia florestal de povoamento caiu em desuso e que a fórmula atual de aproveitamento das regiões de mata, sobretudo no Brasil, corresponde à atividade pioneira.¹

1.º — O Chile central: A Araucânia

Foi, talvez, no Chile, centro-sul, que a passagem do sistema das colônias para o das zonas pioneiras se fez de modo mais insensível. A proximidade do mar facilitava o estabelecimento das vias de comunicação; pequenas vias férreas podiam, sem muita dificuldade, ligar as planícies agrícolas do interior aos portos da costa; além disto o Chile centro-sul se beneficiou da extraordinária atividade econômica que, desde 1870, reina na costa do Pacífico.

A originalidade da zona pioneira da Araucânia chilena provém do fato de seu desenvolvimento ter sido efetuado, ao mesmo tempo do exterior e do interior. Do exterior, vindo das velhas colônias alemãs e da antiga "fronteira" chilena. Do interior, a partir das povoações dos índios araucânios, primitivos habitantes da floresta. Os índios, que viviam sobretudo da caça, da pesca e da coleta, que praticavam uma agricultura sumária de queimadas nas terras coletivas, seguiram o exemplo dos alemães e dos fronteiriços; ao contacto de vizinhos cultivadores tornaram-se produtores de trigo e criadores de gado vacum; os domínios indivisos das povoações foram repartidos em pequenas propriedades e explorados segundo os processos da agricultura permanente européia.

No Chile, insiste-se com justiça no fato de a Araucânia não haver sido reconquistada pela força, mas de se ter lentamente assimilado ao Estado chileno pela adoção do gênero de vida agrícola existente na fronteira a qual foi suprimida no século XIX por não ter mais razão de existir.

Os colonos alemães foram verdadeiramente educadores na obra de conquista agrícola das florestas araucânias. Mostraram aos chilenos e aos índios como se devia proceder no ataque à zona florestal e como se podia criar uma agricultura estável nos solos escuros das florestas, associando-se as culturas à criação, produtora do estérco. Pouco a pouco os campos de cevada, de batatas, de trevo e também de milho, de trigo ou de centeio substituíram a floresta contínua.

As povoações bem construídas e ligadas pelas boas estradas dos colonos alemães, serviram de modelo em toda a Araucânia. Sob este ponto de vista,

¹ No Brasil, foi em 1930 que se abandonou o estatuto jurídico das colônias, que se tornaram municípios.

a influência destes colonos estava em desproporção com seu número inicial (3 400 em 1850).

Não foram, entretanto, os colonos alemães que fizeram a parte mais ponderável da obra de colonização na Araucânia, mas os chilenos. Terminada a guerra do Pacífico (1879-1883), o governo chileno foi forçado a desmobilizar seus soldados vitoriosos. Pensou em dar-lhes terras na zona de florestas do sul, pois, desse modo, não prejudicaria os grandes proprietários do norte. 6 000 déles foram instalados na Araucânia em terras reservadas aos indígenas. Ao lado desta colonização oficial, sustentada pelo governo, e que teve êxito, houve um desenvolvimento espontâneo; as matas foram desbravadas e, no fim do século XIX, o conjunto da Araucânia transformou-se em zona pioneira. Os índios da região (são hoje aproximadamente uns 130 000), ameaçados de ver suas últimas terras coletivas ocupadas pelos pioneiros, apressaram-se em dividi-las em propriedades individuais e em cultivá-las. O centro desta conquista pioneira é, no momento atual, Temuco que, havia sessenta anos, era apenas um forte avançado da fronteira. Hoje se tornou uma cidade moderna com 70 000 habitantes. Nela, vêem-se índios, em trajes típicos, ao lado de colonos chilenos que conduzem animais ao mercado. Atualmente, a antiga Araucânia tem mais de 1 200 000 habitantes e representa uma região em pleno progresso e sob o ponto de vista social mais equilibrada que o velho Chile do centro-norte.

Há ainda terras por conquistar, na Araucânia, mas, em breve, o esforço pioneiro atingirá seu fim. No Brasil Meridional, ao contrário, o futuro das zonas pioneiras é bem maior; no Paraná e no oeste de São Paulo, é praticamente ilimitado.

2.º — Brasil Meridional: Rio Grande do Sul e Santa Catarina

Na região de florestas do sul do Brasil, até 1870, as velhas colônias portuguesas ou alemãs não tinham sido muito felizes. Entretanto, uma importante população se havia fixado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, que iria criar, no momento oportuno, uma zona pioneira nos maciços revestidos de mata de sua grande escarpa. Os colonos alemães, em particular, tinham conseguido adaptar-se ao meio natural em que estavam vivendo; constituíam uma população sadia, forte, relativamente instruída, muito prolífica e apta a aproveitar as novas condições oferecidas pelo mercado nacional e internacional, quando, graças às vias férreas e à cabotagem de vapor, tornou-se possível exportar os produtos agrícolas.

No Rio Grande do Sul, as colônias especializaram-se na produção de tabaco e de banha de porco, mercadorias de valor, susceptíveis de serem exportadas. Desde então, as colônias prosperaram, cresceram, enxamearam e transformaram o maciço florestado, situado ao norte do rio Jacuí, em zona pioneira.

Com a cultura do tabaco os colonos alemães podiam praticar uma agricultura cuidada, apropriada à pequena propriedade. Não sendo de tão boa qualidade como os tabacos finos da Bahia, os do Rio Grande do Sul impuseram-se no mercado brasileiro, e a partir de 1890, foram exportados para a Argentina. A cultura aperfeiçoou-se e, hoje, o Rio Grande do Sul produz mais de um terço dos tabacos brasileiros (35 000 toneladas em 1944). Um outro recurso dos colonos alemães, este, aliás, tradicional, foi o milho. Não é, porém, exportável diretamente; as variedades cultivadas davam um grão tenro, que corria o risco de aquecer-se durante os transportes prolongados e sobretudo o milho teve, por muito tempo, no Brasil, um valor por demais modesto para ser vendido longe do lugar em que era produzido. Se, desde uns vinte anos, a tonelagem do milho expedido para o estrangeiro, pelo Rio Grande do Sul, aumenta regularmente, durante muitos anos os colonos foram forçados a "enobrecê-lo" no próprio local da colheita. O processo, muito simples, consistia em engordar os porcos e em exportar a banha para as cidades brasileiras, que a consomem de modo considerável. Graças às rendas provenientes da venda do tabaco e da banha de porco, as colônias alemãs conheceram uma certa abastança e a população extremamente prolífica, passou de 20 500 habitantes em 1859, a 200 000 em 1909, e a 520 000 em 1934.

Desde que a derrubada das florestas se tornou suficientemente interessante para assegurar aos colonos um nível de vida mais elevado que o dos trabalhadores agrícolas que labutavam nos cafézais de São Paulo, muitos italianos vieram instalar-se no Rio Grande do Sul, ao lado dos alemães (1855-1900). Escolheram, porém, regiões mais elevadas, onde organizaram os vinhedos, ao mesmo tempo que praticavam a cultura do milho e a criação de porcos. Graças a eles, o Rio Grande do Sul, que possui quase tôdas as vinhas brasileiras, fornece em média mais de 600 000 hectolitros de vinho por ano (região de Alfredo Chaves).

Em Santa Catarina, a colonização alemã, foi reiniciada na região de florestas do interior, devido à iniciativa de um indivíduo que soube inspirar confiança a seus compatriotas no futuro dos desbravamentos das matas: Blumenau. Tendo explorado a região em que se encontra hoje a cidade que tem o seu nome, convenceu, em 1850, uns dezessete pomerânios a nela se estabelecerem. Durante os vinte anos seguintes, graças à propaganda de Blumenau, 6 000 colonos alemães vieram fixar-se na região e, com o entusiasmo do pioneiro a sustentar-lhes o ardor nas derrubadas, conseguiram criar uma zona agrícola na floresta. A obra por eles empreendida teria, entretanto, permanecido precária se por sua vez não se tivessem especializado em culturas de exportação. Consagraram-se de início à cultura do milho e à criação de porcos, depois se orientaram para a produção da manteiga e do queijo destinada ao mercado do Rio e de Santos. Em Santa Catarina como no Rio Grande do Sul, a forte natalidade dos pioneiros permitiu-lhes fundar ininterruptamente novas vilas sem abandonar as antigas colônias, de modo que, em 1938, estimavam-se em 275 000 os descendentes dos 6 000 colonos de 1870.

Desde 1880, colonos italianos vieram para a região, estabelecendo-se ao lado dos colonos alemães e, um pouco mais tarde, chegaram imigrantes poloneses. A zona pioneira, avançando para o oeste, atingiu o planalto superior e hoje os descendentes dos colonos do fim do século XIX, penetraram no estado do Paraná, onde se encontram as mais largas faixas florestais a serem colonizadas.

3.º — No Brasil Meridional: O Paraná

Desde 1876, o estado do Paraná representa, com mais espírito de continuidade, a política de colonização oficial da zona de matas, por colonos possuidores de pequenas propriedades. É também a região, em que se passou mais nitidamente, desde o fim do século XIX, da colônia antiga para zona pioneira das mais modernas. Na América do Sul é a região por excelência do espírito pioneiro, a que apresenta, na hora atual, as maiores realizações da conquista pioneira.

A experiência de Curitiba, em 1876-1879, foi uma das mais bem conduzidas de tôdas as tentativas feitas na América do Sul para criar um povoamento rural denso à base de pequenos proprietários agricultores. Na verdade tratava-se muito mais de uma revolução agrícola dirigida que de uma colonização pioneira. O governo do estado do Paraná queria formar uma zona de abastecimento em torno de Curitiba, capital do estado, que se achava no centro de uma região pastoril. Adquiriu grandes propriedades de criação, transformando-as em centros agrícolas, construiu caminhos para ligá-las à capital e promoveu a instalação de colonos italianos e poloneses. O plano de colonização obteve êxito completo. A cidade de Curitiba e o porto costeiro de Paranaguá constituíam um escoamento suficiente para a agricultura dos colonos. Em 1885, todos os lotes estavam ocupados.

Encorajado por êste êxito, o estado do Paraná fundou no planalto, na região de florestas, novas colônias. Estas possuíam já os caracteres de zona pioneira: o povoamento e a derrubada das matas eram ainda dirigidos e sustentados pelo estado, como nas colônias antigas, mas neste caso nenhum motivo de ordem política ou militar se achava na origem da colonização: estado de florestas, o Paraná queria apenas acelerar o aproveitamento agrícola de suas terras e para isto o amparava.

Era, entretanto, muito cedo ainda para que o êxito respondesse, por toda parte, ao espírito de empreendimento dos desbravadores. Por certo toda vez que os novos centros de povoamento estabelecidos na zona de florestas foram unidos, por via férrea, aos grandes mercados urbanos da costa ou às cidades do estado de São Paulo, o aproveitamento agrícola vencia, por exemplo, em Ponta Grossa, em 1898. Ao contrário, verificou-se o malôgro toda vez que os escoamentos necessários à venda dos produtos agrícolas não estavam perfeitamente assegurados, por exemplo, em União da Vitória, entre 1889 e 1896. Foi, então, a época crítica das zonas pioneiras; era preciso esperar que os mercados regionais se tornassem capazes de absorver maior quantidade de produtos alimentícios, como o arroz, o milho, os feijões e também maior quantidade de banha de porco, portanto, mercadorias fáceis de serem produzidas nas zonas pioneiras, mas pouco valorizadas, no Brasil, para suportar as elevadas despesas de transporte.

A guerra européia, de 1914-1918, devia marcar uma face decisiva. Provocou vivo interesse, em todas as zonas pioneiras, porque promoveu a alta dos preços dos vários produtos agrícolas, cada vez mais procurados pelos beligerantes. Desde então, as companhias de estradas de ferro apressaram-se em estender suas redes em direção às zonas de desbravamento do estado do Paraná, a fim de assegurar um frete de transporte e de tomar a dianteira das companhias rivais; anunciaram seus projetos de prolongar as vias férreas existentes através dos maciços revestidos de florestas; os desbravadores puderam dêste modo continuar avançando na certeza de serem seguidos pelos homens de negócio, especializados no transporte e na transformação dos produtos agrícolas.

Nestas condições, a intervenção direta do estado do Paraná não era mais necessária: a antiga fórmula das colônias já estava obsoleta; a era pioneira havia começado. Frequentemente, a derrubada das matas teve um caráter quase espontâneo; por vezes, como em Londrina, um plano de conjunto foi elaborado para o aproveitamento agrícola da floresta.

Londrina — O município de Londrina simbolizou, de 1930 a 1940, a conquista pioneira, no estado do Paraná. A direção e o controle dos desbravamentos foram então assegurados por uma sociedade de capitais ingleses, que era ao mesmo tempo uma empresa de transporte (companhia de estrada de ferro) e uma companhia imobiliária possuidora de um milhão de hectares. O fim da Sociedade era garantir um frete de transporte à estrada de ferro. Os lotes de terra à disposição dos colonos eram vendidos por preços muito baixos a fim de atrair os pioneiros, que alimentariam o tráfego ferroviário com suas produções agrícolas. A ligação, entre a estação de Londrina e os centros de desbravamento foi mantida por estradas e caminhos abertos pela companhia inglesa.

Londrina situa-se exatamente no limite do clima temperado e do clima tropical. Nas vertentes bem expostas (ao norte) da região pode-se cultivar a cana-de-açúcar, o café, as laranjas, o algodão; nas vertentes mais frias (ao sul) é possível cultivar-se o trigo, o milho, a cevada, as batatas.

Os pioneiros começaram cultivando o milho e especulando com os porcos; milho e porcos proporcionam recursos aos colonos no fim de seis meses. Mas, a produção agrícola dos desbravadores se enriquece; empreendem estes a cultura do trigo, amparados pelo governo federal que, distribui sementes e fornece máquinas de ceifar e de debulhar. A companhia inglesa por seu lado, estimula as culturas pela construção de usinas onde são tratados o arroz, o café, a cana-de-açúcar e o algodão dos pioneiros. A fim de evitar a degradação do solo a companhia inglesa passou a zelar pela conservação de uma parte das matas nos lugares em que o declive é muito forte. (1/10 da superfície permanece revestida de florestas). Os resultados já obtidos são extraordinários. Em 1929, os desbravadores deram em Londrina, o primeiro golpe de machado; no recenseamento de 1940-1941, o município de Londrina possuía 76 000 habitantes, a cidade propriamente dita 11 000. Assim, em menos de 12 anos, 65 000 pessoas que representavam a massa dos pioneiros da derrubada florestal, se tinham estabelecido nos lotes de terra concedidos pela companhia inglesa.

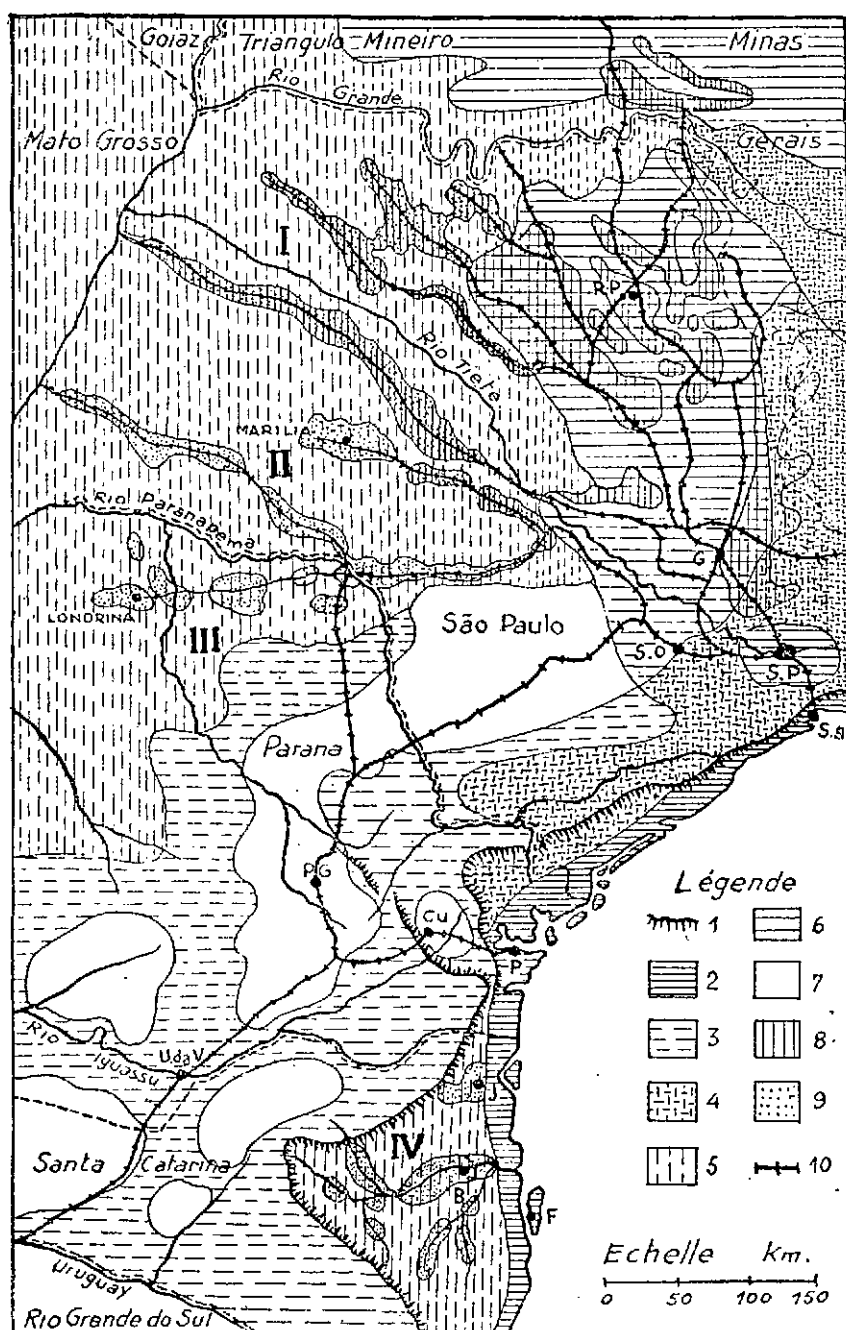


Fig. 2 — As zonas pioneiras de São Paulo, do Paraná e de Santa Catarina (Brasil) — (Segundo P. — E. James).

1. Grande escarpa; 2. Floresta tropical costeira; 3. Floresta de pinheiros (Araucária); 4. Floresta dos planaltos orientais: zona das culturas temporárias; 5. Floresta dos planaltos ocidentais e de Santa Catarina; 6. Savanas e florestas de São Paulo e de Minas Gerais; 7. Campos; 8. Principais regiões cafeeiras; 9. Zonas pioneiras: I — Noroeste de São Paulo: café; II — Região de Marília: café e outras culturas; III — Região do Paraná: pouco café; IV — Santa Catarina 10 principais vias férreas: S.P.: São Paulo. So: Sorocaba. C.: Campinas. R.P.: Ribeirão Preto. Sa: Santos. Cu: Curitiba. P.G.: Ponta Grossa. U. da V.: União da Vitória. J.: Joinville. F.: Florianópolis. B.: Blumenau. P.: Paranaguá. R. Rosario. S.F.: Santa Fé.

Londrina é apenas o exemplo mais conhecido e também, deve-se dizer, o mais belo êxito da conquista pioneira do Paraná. Mas, além de Londrina, e mesmo do outro lado do rio Paraná, a zona florestal cultivável estende-se por muitas centenas de milhares de quilômetros quadrados, através de regiões perfeitamente comparáveis à de Londrina. Pode-se dizer, pois, que o futuro do povoamento rural, na zona de florestas, do tipo Paraná, oferece possibilidades que, no momento atual, são talvez únicas no mundo.

4.º — No Brasil Meridional: São Paulo

A oeste do estado de São Paulo e a sudeste do de Minas Gerais, a conquista agrícola das zonas de florestas teve, pelo menos no início, aspectos bem diversos dos observados no Paraná.* É que nos encontramos aqui na grande zona cafeeira e até 1930, época em que ocorreu a grande crise de superprodução de café, os desbravamentos foram feitos não por colonos, pequenos proprietários, mas pelos fazendeiros criadores dos cafezais. Há muito tempo as ilhotas de floresta que alternavam com as savanas pastoris, a leste de São Paulo (região de Ribeirão Preto), não bastavam aos fazendeiros. Atiraram-se então à zona florestal propriamente dita, onde os solos virgens davam colheitas equivalentes às das famosas terras roxas de leste. O prolongamento das ferrovias favoreceu a conquista agrícola da floresta pelo café. O território assim colonizado foi dividido em grandes propriedades onde a única especulação agrícola interessante era a do café. Mas, em 1930, com a crise de superprodução, temeu-se que os desbravamentos fôssem interrompidos e mesmo que se abandonasse parte da zona florestal já cultivada. Susto infundado, pois nesta região, o clima permite um número considerável de culturas e, além disso, as companhias ferroviárias, que aí tinham invertido grandes capitais, não pouparam esforços e sacrifícios para incentivar a produção do algodão, da cana-de-açúcar, do arroz e do milho, a fim de dispor de um novo frete de transporte.

Nestas condições, a zona de desbravamento florestal do oeste do estado de São Paulo tornou-se bastante semelhante à do Paraná e transformou-se em zona pioneira de pequenos proprietários exploradores tendo, a maior parte das vezes, outras especulações culturais além do café. O centro mais característico desta nova orientação é certamente Marília.

Marília — Entre o rio Paranapanema e o rio Tietê, uma companhia ferroviária tinha decidido lançar uma via férrea em direção oeste-noroeste, através da floresta. Uma das estações, situada a 380 quilômetros de São Paulo, devia chamar-se Marília. Os primeiros ocupantes foram três fazendeiros que, tendo tido conhecimento que a via férrea ia ser construída, estabeleceram de 1922 a 1925, um patrimônio, isto é, uma vila na junção de suas três propriedades. Tudo destinava, pois, Marília a ser uma pequena capital do café e o centro comercial de uma região de cafezais com alguns latifúndios e numerosos trabalhadores agrícolas. Mas, em 1930, quando se deu a crise do café, havia muitos cafezais que ainda não tinham produzido. Arrancaram-se os arbustos recentemente plantados substituindo-os por algodão. Ao lado da usina que, na estação de Marília, devia beneficiar o café construiu-se uma usina para o algodão e também para beneficiar o arroz. Mas, ao mesmo tempo que se transformava o sistema das culturas, mudava-se por sua vez o regime de propriedade. Muitos fazendeiros lotearam seus domínios e Marília tornou-se uma zona pioneira mista onde pequenos sítios (20 hectares, ordinariamente), em que se praticava uma agricultura variada, vizinhavam com as grandes propriedades, produtoras de café. E, em 1934, arrolava-se no município de Marília, que cobre 122 400 hectares, umas 2 000 pequenas explorações de menos de 30 hectares e 264 grandes explorações possuindo mais de 100 hectares. Como em todas as zonas pioneiras do Brasil Meridional, os pequenos exploradores de Marília interessaram-se, no início de seus desbravamentos, pela produção do milho e pela criação dos porcos; mas esta etapa cultural foi depressa ultrapassada e atualmente as produções preferidas são as de arroz e de algodão. Do

* Em 1937, a zona pioneira de São Paulo foi estudada por P. Monbeig.

momento em que o pioneiro, uma vez organizada sua exploração, não a venda para ir recomençar alhures o trabalho de desbravamento, poderá valorizá-la plantando cafézais ou laranjais. Grandes cafézais, estabelecidos antes da crise de 1930, acham-se localizados, nesta zona, ao lado de pequenas plantações de café, cuja colheita é vendida à usina de Marília. Com 20 milhões de pés, Marília é o nono município do Brasil na produção de café. Ao lado dos 264 grandes cafézais há aproximadamente 850 médios e pequenos produtores (1945). Quanto aos laranjais, o futuro parece-lhe assegurado graças às facilidades de escoamento, garantido pela via férrea que se dirige a São Paulo.

Em vinte anos a paisagem florestal, em torno da estação de Marília, transformou-se completamente, Marília é hoje o centro de uma zona rica e povoada. O início do patrimônio data, apenas, de 1923, na realidade o povoamento começou em 1926 com o estabelecimento da estação. O município de Marília só foi delimitado no distrito de Cafelândia, em 1928, entretanto, já no recenseamento de 1940 Marília figurava como a nona cidade do estado de São Paulo, com 24 743 habitantes. O conjunto do município tinha, em 1940, 81 000 habitantes, o que representa, sem que a cidade seja incluída, uma densidade rural de 46 habitantes por quilômetro quadrado, isto é, uma densidade comparável à de grande parte das zonas rurais francesas.

A vida urbana e rural acha-se fortemente organizada em Marília, é possível considerar-se que o município já ultrapassou a fase pioneira. Algumas fazendas de criação começam a formar-se nas zonas que foram exploradas sem as devidas precauções e cujos solos já dão sinais de esgotamento. É possível que, em breve, se verifique o despovoamento relativo dos campos de Marília, quando os verdadeiros pioneiros forem atraídos, para o oeste distante com suas terras virgens prontas a serem cultivadas nas proximidades das novas estações. O renovamento atual das plantações de café, o favor dispensado à pecuária poderão contribuir para dar rapidamente a Marília um aspecto mais ou menos semelhante ao dos municípios situados mais a leste, enquanto a verdadeira zona pioneira irá se deslocando cada vez mais para o interior. Marília, entretanto, constituiu durante os vinte últimos anos, e em função da crise do café de 1930, um dos grandes centros da atividade pioneira no oeste paulista.

A zona florestal em direção do oeste, susceptível de ser desbravada para plantação do café, é imensa. Engloba um quarto do estado de São Paulo, o "Triângulo Mineiro" (designa-se assim a ponta sudoeste do estado de Minas Gerais) e as regiões vizinhas de Goiás e de Mato Grosso. Aí também, como no Paraná, as possibilidades de povoamento são consideráveis. O futuro agrícola brasileiro está em grande parte ligado à imensa zona de florestas do oeste paulista e paranaense onde surgirão outras Marílias e Londrinas.

5.º — Na Argentina do Norte: O Chaco

Ao contrário do Brasil Meridional, a Argentina, só excepcionalmente, foi terra de colônias. A responsabilidade cabe, em grande parte, ao ditador Rosas que golpeou a obra de salvaguarda das terras públicas empreendida por Rivadavia, a partir de 1812.* Tendo sido distribuídas as terras aos grandes proprietários, pouco espaço restou, na Argentina, para a conquista pioneira do solo. Entretanto, a região de florestas do Chaco que não se prestava à pecuária permaneceu propriedade do Estado. O governo federal dispõe, nesta região, de "terras nacionais" muito extensas que se tornaram, desde 1930, o domínio da conquista pioneira.

Até 1930, o Chaco permaneceu o campo de atividades dos exploradores florestais que obtinham do governo federal o direito de explorar as madeiras de determinadas zonas das "terras nacionais". Uma vez aproveitado o "quebracho", árvore da qual se extrai o tanino, as terras devastadas eram deixadas ao abandono. Foi necessária a política governamental de desenvolvimento

* A ditadura de Rosas situa-se entre 1830 e 1852, as terras foram dadas aos partidários de Rosas e arrebatadas a seus inimigos. Na queda do tirano, foi necessário dar novas terras às vítimas do ditador.

da produção algodoeira para que a região de matas do Chaco se tornasse uma zona de agricultura pioneira.

A cultura do algodão era, em 1915, praticamente inexistente na Argentina. Foi a primeira guerra mundial que provocou, em tôdas as províncias do norte argentino, um primeiro esforço de produção algodoeira. Mas a mão-de-obra era rara, excetuando-se, entretanto, os setores em que era possível recrutar-se trabalhadores indígenas. Por isso, o grande desenvolvimento da cultura do algodão, na Argentina, começa somente em 1931-1932 e está ligado à pecuária da zona pioneira do Chaco. O governo tolerou, a instalação dos pioneiros nas "terras nacionais" a fim de favorecer a cultura do algodão; elevaram-se os preços da fibra, em 1932, através de medidas de proteção alfandegária; os pioneiros aproveitaram a existência das vias férreas que haviam servido à exploração do quebracho. Vieram numerosos porque a venda dos cereais entrara em crise no pampa úmido em (1929-1933) arruinando os meeiros e obrigando-os a procurar recursos em outros lugares. Abandonaram o pampa e invadiram a zona pioneira do algodão; em doze anos, de 1932 a 1944, as terras do Chaco povoaram-se de "ocupantes" que desbravaram pequenos lotes de terra, semearam o milho para prover às suas necessidades e fizeram crescer os algodoeiros. O "ouro branco" do Chaco, o algodão, criou desse modo na Argentina uma nova zona de povoamento. Registravam-se em 1945, 1 079 proprietários exploradores, 3 108 meeiros e 9 485 "ocupantes", sem títulos de propriedade. Os lotes de cultura variaram de 30 a 100 hectares, e a região cotonífera do Chaco constitui, para a Argentina, um setor de pequena propriedade. A superfície cultivada é atualmente de 400 000 hectares e a colheita *record*, de 1944 correspondeu a 116 000 toneladas de fibra (1929, 20 000 toneladas). Graças à zona pioneira do Chaco, a Argentina tornou-se um dos maiores produtores de algodão do mundo. Em 1946, 23 000 toneladas de algodão foram exportadas, mas a maior parte da colheita é utilizada *in loco*, pela indústria têxtil nacional.

O estudo da zona pioneira do Chaco salienta, mais uma vez, o papel considerável desempenhado na vida agrícola dos grandes países da América do Sul pelo mercado nacional. É provável que, em futuro próximo, a influência do consumo local venha a ser ainda mais forte e por este fato, a agricultura do Brasil e da Argentina torne-se semelhante à dos Estados Unidos ou mesmo à dos velhos países da Europa.

V. PROBLEMAS ATUAIS

1.º — As novas tendências da economia agrícola

Depois de haver sido, por longo espaço de tempo, uma agricultura de tipo colonial, isto é, especializada em um pequeno número de produtos destinados à exportação, a agricultura sul-americana evoluiu rapidamente, apresentando formas mais complexas em que aparecem as tendências de autonomia econômica que caracterizam, em nossos dias, os grandes países agrícolas.

Por certo, nem todos os países da América do Sul apresentam a mesma evolução. O Uruguai, país pequeno e com população pouco numerosa que não teve revolução agrícola, não pode pensar em industrializar-se nem em possuir uma política agrícola de tipo autárquico. Precisa exportar e importar; vender os produtos de sua rica pecuária e comprar bens de consumo. Política lucrativa toda vez que o mundo sofre penúria de gêneros alimentícios, de lã e de couros; política perigosa quando há superprodução, ou quando a exportação se torna difícil por falta de meios de transporte (1941-1944).

O Uruguai permanece prêso ao mercado europeu como já o havia sido a Argentina. Sua riqueza atual talvez esteja mais exposta à crise que a do Brasil e da Argentina, baseada em uma economia agrícola mais completa.⁴

O exemplo do Uruguai dá pleno sentido à evolução que arrastou a agricultura das duas grandes potências sul-americanas, no sentido de uma produ-

⁴ Há no final dados recentes fornecidos pelos serviços estatísticos sul-americanos.

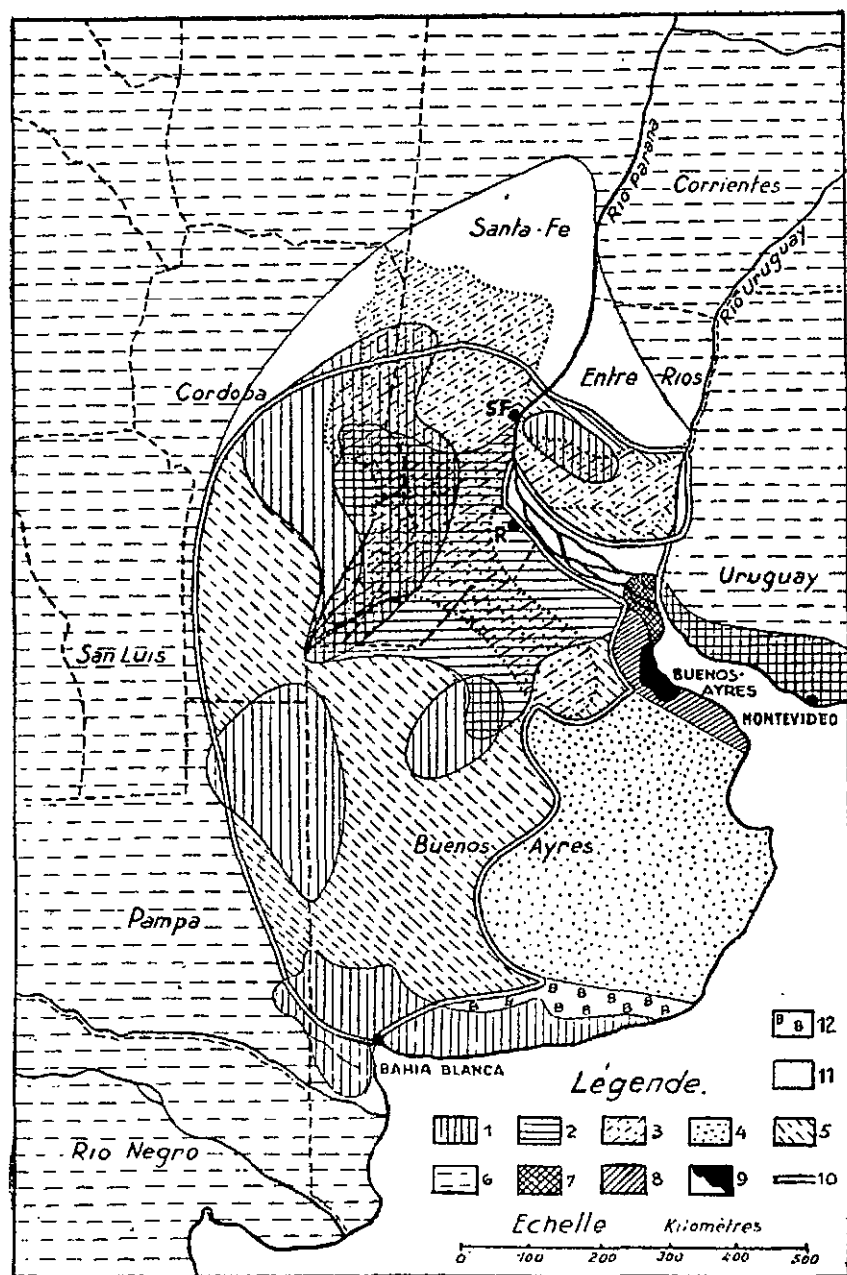


Fig. 3 — As culturas no Pampa úmido da Argentina.

1. Zonas principais de produção de trigo; 2. Grande zona de produção do milho; 3. Zona de produção do linho e do girassol; 4. Zona pastoril do pampa oriental; 5. Zona onde as alfaias alternam com o trigo no Sul, com o milho no Norte 6. Zona pastoril onde 80% do solo não é cultivado; 7. Vergéis e jardins do delta inferior do Paraná; 8. Grande subúrbio de Buenos Aires; legumes e produção leiteira; 9. Grande Buenos Aires; 10. Zona de transição da qual as alfaias ocupam mais de 30% do solo 11. Zona de transição do Norte onde a cultura diminui rapidamente em favor da criação extensiva; 12. Zona de transição ao Sul entre a zona de criação do carneiro e a da cultura do trigo.

ção destinada, sobretudo, ao mercado interno. As etapas foram sendo, rapidamente, superadas: na época colonial, a Argentina quase não tinha agricultura e exportava os produtos de sua pecuária; o Brasil era o país da cana-de-açúcar, mais tarde passou a ser o do algodão, do cacau e finalmente do café. As grandes plantações, do fim do século XIX, corresponderam sempre, do ponto de vista econômico, à tendência colonial de especulação agrícola em função do mercado europeu. Depois surgiu, com a revolução agrícola do Pampa, um aspecto novo da exploração do solo. O mercado europeu tornara-se capaz de absorver grandes quantidades de trigo e de cereais secundários; a Argentina podia oferecê-los a preços baixos, graças à mão-de-obra barata de seus meeiros. Foi uma época de grandes produções agrícolas.

A Argentina, de 1880 a 1930, contentou-se em fornecer cereais à Europa deixando o cuidado, a países como a Dinamarca, de "enobrecer" os cereais secundários, milho, centeio, aveia ou cevada, e de revendê-los à Inglaterra, sob a forma de toucinho e de ovos... Esta fase está hoje superada. Cada vez mais a agricultura da Argentina e do Brasil trabalha para seus próprios mercados e na medida em que a exportação continua, não é mais o produto bruto que é vendido porém os produtos de valor, transformados e mais ou menos enobrecidos.

Dêsse modo, a Argentina vende cada vez menos trigo e exporta farinhas, ficando em Buenos Aires o benefício da moagem. Assim em vez de vender a semente de linho o país exporta o azeite e as tortas. O exemplo do milho é ainda mais característico, a Argentina exporta cada vez menos milho reservando-o para sua criação de porcos; e envia para o exterior sempre mais carne em conserva e toucinho. Durante a guerra de 1939-1945, a parte relativa à pecuária, nas exportações argentinas aumentou de modo significativo em tonelagem e sobretudo em valor: isto porque os produtos da criação, carne, leite e seus derivados, são produtos caros, enquanto os da agricultura propriamente dita são apenas produtos de valor médio ou fraco, como o milho, os cereais secundários, as sementes de linho ou mesmo o trigo.

Parece haver, entretanto, um limite nesta evolução, que teria atingido seu ponto extremo no fim da guerra mundial, em 1945: os países da Europa, afluídos pela guerra, acharam-se na impossibilidade de comprar os produtos muito caros da criação argentina e pediram, então, trigo e milho para alimentar tanto as populações quanto o gado. Por este motivo, a Argentina, desde 1945, viu-se forçada, de certo modo, a voltar à sua velha política fazendo-o, entretanto, a contragosto e sem renunciar à valorização, pelo menos parcial, de seus produtos agrícolas. Além disso, o consumo interno aumenta, os argentinos vendem menos trigo porque consomem mais pão branco e menos milho porque comem muito mais carne de porco. O excedente exportável acha-se, portanto, reduzido e este excedente por sua vez não se destina à Europa pois, em grande parte, vai para o Brasil, cujo consumo de pão e de farinha de trigo adquiriu há quinze ou vinte anos uma importância extraordinária, com o desenvolvimento das grandes cidades e o enriquecimento do país. A Argentina, de 1910 ou 1925, celeiro de trigo da Europa e fornecedor mundial de cereais secundários é apenas uma imagem do passado. Poder-se-ia dizer o mesmo do Brasil, antigo fornecedor de algodão e de borracha. Hoje, o Brasil exporta tecidos de algodão, por um valor que, em certos anos (1942-1945), ultrapassou de muito o atingido pela exportação de algodão bruto. A borracha está sendo cada vez mais trabalhada no próprio país e as plantações de hévea da Bahia foram organizadas tendo em vista o consumo nacional.

No caso da pecuária, o Brasil, principalmente no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais, exportou, durante muito tempo, grande parte de sua produção de carne e a maior parte de seus couros, para a Europa. A alta dos preços da carne, a partir de 1939, encorajou esta exportação. Entretanto, desde 1943, o Brasil restringiu as exportações de carne porque o mercado nacional desenvolvendo-se cada vez mais, havia o perigo de provocar uma diminuição grave do rebanho nacional. Em lugar de exportar para a Europa, o Rio Grande do Sul passou a abastecer o Rio de Janeiro, São Paulo ou Salvador. Cada vez mais, os couros brasileiros são utilizados nas fábricas de calçados que se multiplicam pelo território da União brasileira.

As repercussões do consumo local sobre a exportação dos produtos tradicionais é menos sensível no Brasil que na Argentina, o Brasil continua a ser o grande exportador de café do mundo e um dos principais exportadores de cacau, de algodão e de tabaco. Mas no Brasil como na Argentina, as culturas novas, que se desenvolveram de acordo com as necessidades do mercado mundial passaram a ocupar um lugar extremamente importante. A Argentina obteve, neste domínio, resultados, que, há quinze anos, poderiam parecer difíceis de serem atingidos. O algodão e o arroz argentinos são, sem dúvida, os dois produtos que, no país, podem ser obtidos de modo mais rápido e recente para cobrir as necessidades nacionais. Mas pode-se dizer que os vinhedos de Mendoza, as plantações de cana-de-açúcar de Tucuman, as plantações de mate de Missões, as árvores de frutas e as oliveiras dos oásis andinos, as frutas cítricas do Paraná, as oleaginosas (tournesol e arachide) do pampa são outros tantos êxitos que resultam duma política de autonomia econômica em matéria de produtos agrícolas.

No Brasil os resultados são comparáveis. Importador de arroz até 1914, o Brasil, que viu o próprio consumo dobrar à medida que o país se enriquecia e as cidades aumentavam, tornou-se um grande exportador de arroz. Poder-se-ia dizer o mesmo no que se refere às bananas, às laranjas e mesmo ao chá; que hoje se exporta em quantidades consideráveis.⁸ Igual esforço foi feito no campo do vinho e do trigo. Os italianos que se dedicam às plantações das vinhas no Rio Grande do Sul fornecem a maior parte dos 700 000 hectolitros de vinho correspondentes à colheita brasileira. Esta produção é suficiente para cobrir grande parte do consumo do país. Ao contrário, as necessidades em matéria de trigo são tão importantes e crescem de modo tão rápido que é necessário apelar-se cada vez mais para o trigo argentino. Mas há no Brasil, uma política nacional do trigo. A produção já atingiu 2 500 000 quintais em 1946, e deverá duplicar em alguns anos se os planos governamentais tiverem êxito. Entretanto, no momento atual o Brasil precisa importar em média 8 a 10 milhões de quintais de trigo ou de farinha da Argentina. Constitui uma das maiores despesas do Brasil moderno, que há uns cinquenta anos atrás, quase não consumia pão.⁹ É verdade que é compensada em parte, pelas importações argentinas de mate, de madeira de pinho e de café. De certo modo, as agriculturas argentina e brasileira são complementares e por isso mesmo, dependem cada vez menos do mercado europeu.

Pode-se resumir a evolução, em três quartos de século, da agricultura brasileira e argentina dizendo que estes dois países foram forçados a recorrer a uma numerosa mão-de-obra européia, a fim de poder produzir e exportar café e cereais; que este afluxo de população desenvolveu a um tal ponto o consumo nacional que, em nossos dias, o Brasil e a Argentina enriquecidos têm uma agricultura que trabalha tanto, ou talvez mais, para satisfazer as necessidades internas quanto para a exportação propriamente dita.

Ao mesmo tempo a agricultura das zonas próximas aos grandes centros urbanos evoluiu para formas de produção mais intensivas. A criação dos grandes subúrbios agrícolas foi uma das primeiras consequências deste fato, assim como o desenvolvimento dos pomares nos oásis andinos da Argentina, dos banais perto de Santos, das plantações de árvores frutíferas de toda espécie nas proximidades de Buenos Aires ou de São Paulo.

Pode-se mesmo perceber os primórdios de uma nova revolução agrícola nos setores do pampa argentino que se encontram perto de Buenos Aires e de Rosário. Traduz-se pela divisão dos grandes domínios em propriedades médias de 50 a 150 hectares nas quais, com um material apropriado (tratores e máquinas agrícolas de tração), a cultura torna-se muito mais intensiva. Bons rendimentos podem ser obtidos graças ao emprego dos adubos (estrume ou adubos químicos). As propriedades passam então a ser arrendadas e admi-

⁸ Exportação de chá: 246 600 kg em 1944 (zona de produção: São Paulo e Minas Gerais).

⁹ Em 1944, o Brasil importou 12 milhões de quintais de trigo e 720 000 quintais de farinha. Em 1947, 3 600 000 quintais de trigo e 4 600 000 quintais de farinha.

¹ Desde 1946, a importação dos tratores de origem americana é muito importante na Argentina — 2 854 toneladas de material para os 10 primeiros meses de 1947. A montagem é feita em Buenos Aires.

nistradas pessoalmente, substituindo-se assim o sistema de meação. Aumenta a densidade rural do povoamento desenvolvendo por sua vez a população dos burgos-mercados onde se manipulam e se transformam quantidades sempre maiores de produtos provenientes da agricultura ou a ela destinados. Se esta evolução, já nitidamente acentuada, continuar haverá em breve uma paisagem rural de cultura intensiva e de povoamento agrícola denso, entre Rosário e Buenos Aires.

2.º — Limites da agricultura moderna

As transformações recentes da agricultura sul-americana não devem fazer esquecer que, na América do Sul, a parte destinada à agricultura modernizada é ainda relativamente limitada.

A oeste de Buenos Aires e ao sul de Rosário, a paisagem de pampa úmido assemelha-se hoje às das grandes planícies européias, ou ainda às do Illinois ou do Iowa; apenas os campos de feno, que ocupam, em geral, um terço das terras, lembram ainda a velha preponderância da pecuária argentina.

As grandes plantações da região de São Paulo evocam a maneira de viver agrícola californiana ou da África do Norte. É possível, entretanto, que estas formações agrárias sejam instáveis uma vez que os solos se esgotam depressa e que, frequentemente, os pastos estão destinados a substituir os cafézais ou laranjais.

Traço fundamental da paisagem agrícola sul-americana: as regiões que de fato são cultivadas de modo permanente ocupam áreas ainda bem limitadas. É bastante penetrar-se um pouco no país para encontrar-se logo, sobretudo no Brasil, a região da agricultura primitiva de tipo sertanejo ou então a velha zona pastoril. No Brasil, diz-se, frequentemente, que o sertão começa às portas do Rio; e, de fato, as plantações abandonadas, as florestas devastadas pelos carvoeiros, as terras entregues a uma cultura itinerante acham-se a alguns quilômetros da capital brasileira. Na Argentina, a quem chega à província de Corrientes ou ao norte de Santa Fé, deparam-se as paisagens e as práticas da pecuária da época colonial.

Pode-se perguntar qual o sentido da evolução atual e se o domínio da agricultura permanente do tipo europeu está destinada a estender-se indefinidamente às expensas do sertão ou, ao contrário, se já atingiu seus limites de expansão. Para as regiões das zonas pioneiras do Paraná e de São Paulo a resposta é clara; a vida agrícola progride à custa da floresta; organiza-se sólidamente e percebe-se que é capaz de conquistar grandes espaços. Mas para o norte, na maior parte do Brasil tropical, assim como no pampa cada vez mais seco do oeste argentino, é, porém, provável que o mesmo não venha a suceder.

No Brasil tropical, a agricultura é muitas vezes itinerante; os desbravamentos frequentemente temporários. Uma cultura às vezes feita de modo apressado e sem precaução, acarreta uma degradação rápida dos solos e necessário se torna abandoná-los a fim de proceder-se mais adiante a novas derrubadas de matas. Na serra da Mantiqueira (estado do Espírito Santo) os colonos europeus no começo do século XX não puderam fixar-se, nem criar uma verdadeira zona pioneira porque não conseguiram proteger os solos contra a erosão; viram-se forçados a abandonar regiões inteiramente esgotadas.

Defrontamo-nos, então, com um limite importante, sob o ponto de vista da geografia agrária: aquela que separa a agricultura pioneira da agricultura itinerante; a primeira ao caminhar deixa atrás de si uma região valorizada, povoada e cultivada, a segunda deixa quando parte adiante um sertão onde a floresta se reconstitui lentamente, enquanto uma agricultura primitiva continua a utilizar os escassos recursos (coleta e produção sumária de um pouco de milho) que podem ainda ser fornecidos pela região desprezada.

Sem dúvida, é possível desbravar e plantar por processo mais adequado os terrenos da zona tropical, ao norte do Rio, pelo menos organizando-se as culturas com as linhas de árvores seguindo as curvas de nível em vez de lhes serem perpendiculares; é por outro lado relativamente fácil proteger-se o

solo contra a erosão desde que sejam devastadas apenas as zonas de pequeno declive e conservadas as matas em grandes espaços. Mas esta agricultura já mais racional exige que a organização do solo seja feita segundo um plano de conjunto; necessita também capitais avultados que só serão investidos se os lucros foram absolutamente garantidos. A êste respeito, entretanto, surge o problema angustiante da mão-de-obra agrícola.

O quadro apresentado pela região do oeste argentino é bem diverso. Nela as terras de agricultura recuam: em parte, devido a uma série de anos de seca, que afetaram gravemente as culturas da zona ocidental, a zona menos favorecida pelas chuvas de todo o pampa argentino. Mas, se a superfície cultivada diminuiu, na Argentina, de mais de 2 milhões de hectares, desde 1938, deve-se isto sobretudo à pecuária que reconquistou, em parte, o terreno que, entre 1920 e 1937, havia sido cedido às culturas. Com o preço elevado da carne, das lãs e dos couros, o gado passou a render mais que a agricultura extensiva, e além disso exige mão-de-obra menos numerosa. Se as estatísticas brasileiras pudessem evidenciar as variações reais da superfície cultivada, forneceriam por sua vez a prova do interesse crescente dedicado, na América do Sul, à criação.

Incapacidade da agricultura moderna de fazer recuar sensivelmente o sertão, progresso da pecuária: êstes dois fatos testemunham a falta de mão-de-obra agrícola, que afeta atualmente a América do Sul. Apesar de sua recente descoberta, a América do Sul, até os últimos anos, possuiu sempre mão-de-obra agrícola barata. Durante muito tempo pôde o Brasil dispor de escravos negros, e de caboclos descendentes dos índios do Nordeste. A Argentina do norte, o Paraguai, o Uruguai tiveram índios em número suficiente para tornar a mão-de-obra, durante muito tempo, abundante e barata e, sobretudo, como já foi observado, a preponderância exclusiva dos grandes proprietários criadores não permitiu que esta mão-de-obra agrícola se fixasse na pequena propriedade rural, que lhe teria, rapidamente, absorvido o excedente. A imigração européia, no fim do século XIX e no começo do século XX, podia fornecer trabalhadores numerosos e pouco exigentes, contribuiu para manter o nível baixo do trabalhador agrícola, sobretudo, devido ao regime de meação ou colonato por três ou seis anos, sem salário fixo.

Por mais paradoxal que pareça, esta abundante mão-de-obra européia devia, entretanto, provocar um encarecimento do custo da vida, pois, acarretou a formação no quadro nacional de um mercado de consumo cada vez mais importante. As crises agrícolas fazendo refluir para as cidades tanto os negociantes quanto os trabalhadores dos campos, contribuíram para o desenvolvimento industrial fixando uma população sempre maior nas grandes cidades. Amparada pela legislação social — mais fácil de ser aplicada nas cidades do que no campo — houve um aumento dos salários, seguindo, entretanto, de uma elevação do custo da vida. A Argentina e o Brasil absorvem, atualmente, pela própria industrialização, um excedente de mão-de-obra barata, que havia tornado possível e fácil a expansão da vida agrícola através dos domínios pastoris ou florestados. De tal modo que, excetuando-se as zonas pioneiras do Paraná e de São Paulo, há, no momento atual, uma parada na extensão do desenvolvimento da agricultura sul-americana.

Em tais condições qual será o futuro dos sertões ou das terras virgens do Brasil e da Argentina do Norte? A concepção de uma conquista indefinida de novas terras de cultura, e por conseguinte de um povoamento progressivo de todo o interior é difícil de ser sustentada pelo menos em futuro próximo. As zonas pioneiras acham-se estritamente localizadas e aliás a cultura itinerante não é uma verdadeira conquista do solo. É mesmo possível que vastas regiões do Nordeste brasileiro venham a ser progressivamente abandonadas. As populações cearenses, muito castigadas pelas secas, não confiam totalmente nas obras empreendidas pelo governo federal, em sua luta contra a penúria.

A emigração persiste e nestas terras pobres, o nível de vida é tão baixo que não é de lamentar-se o despovoamento rural, pois no século XIX, a região estava superpovoada.

Na zona oeste de Minas Gerais é freqüente o sertão despovoar-se: o caboclo que o habita sente tanta dificuldade em sustentar a família que emigra para as grandes plantações ou para as zonas pioneiras. A primeira fase deste abandono do sertão é muitas vezes um reagrupamento, feito nas proximidades de uma pista onde o caboclo pode vender as coisas simples que conseguiu reunir, sementes medicinais^{*} que colhe, sacos de carvão de madeira, ou banha que possui em reserva. O agente involuntário desse reagrupamento é muitas vezes o antigo mascate sirlo que substituiu a mula pela camioneta e que segue de preferência, as pistas.

Em breve, porém, nestes lugarejos do sertão recomeça, organizado entre os jovens, o êxodo para o litoral, para as plantações ou para as cidades e, pouco a pouco, a população sertaneja diminui. Para que a vida agrícola progrida novamente no sertão é necessário outra vaga colonizadora talvez com o apoio do governo; a criação de grandes zonas irrigadas, no São Francisco, por exemplo, a descoberta de riquezas minerais. A evolução dos sertões caracteriza-se pelo fato de serem os distritos do oeste da Bahia ou de Minas Gerais, atualmente, menos povoados que há cem anos. Responsabiliza-se, por vezes, a grande propriedade, cujos domínios dispõem de áreas de dezenas de hectares, por este resultado; é todavia, provável que se deva considerar, além disso, as tendências atuais da vida agrícola brasileira.

A superfície realmente cultivada, no Brasil, não é muito importante: 13 milhões de hectares, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil* (1946), sejam 1,5% do território. Corresponde exatamente à metade da superfície cultivada na Argentina, que tem uma população três vezes menor. É verdade, que os países tropicais com o milho, arroz, mandioca ou feijões podem sustentar uma população numerosa num espaço reduzido; é também verdade que a agricultura brasileira não dispõe, ordinariamente, de um material importante e que, com freqüência, a cultura é feita a enxada; por outro lado, enfim, em um país como o Brasil, as culturas arbustivas, que exigem numerosa mão-de-obra, são, muitas vezes, as mais interessantes e podem ser associadas às culturas de milho e de feijão praticadas entre as fileiras dos arbustos. Por estas razões, não há, de ordinário, vastas extensões inteiramente cultivadas, como as que podem ser vistas nos velhos países da Europa. As pastagens, a floresta, ou o sertão ocupam, ao contrário, imensos espaços. É provável que o mesmo aconteça ainda por muito tempo, com exceção — deve-se salientar — das zonas pioneiras. É, aliás, em relação a estas grandes regiões inexploradas que as zonas pioneiras adquirem todo o sentido. São responsáveis pelas paisagens rurais do tipo europeu, em países que, por muitos traços, são bem diferentes, sob o ponto de vista agrícola, dos velhos países da Europa, mesmo se nêles são empreendidas culturas iguais às das regiões mediterrâneas ou do Atlântico norte.

Esta agricultura sul-americana fornece às populações locais e ao mundo inteiro uma grande quantidade de produtos. Não se pode deixar de notar, entretanto, que seu equipamento é deficiente. Se a Argentina pôde enviar, durante muito tempo, grandes quantidades de trigo para a Europa, foi sem dúvida porque o modo de exploração das terras ricas do pampa se apoiava em um bom afolhamento (*assolement*), em que a alfafa tinha seu lugar, mas sobretudo porque a mão-de-obra dos meeiros era barata. Se o Brasil pôde entregar ao mercado enormes quantidades de café e importantes toneladas de algodão foi porque centenas de colonos italianos se contentavam, para viver, com alguns sacos de milho ou de feijão. A agricultura sul-americana é, entretanto, forçada, hoje, a enfrentar a elevação do preço da mão-de-obra, por isso, seu futuro, está, sem dúvida, muito mais ligado ao aperfeiçoamento de seu equipamento que à extensão das superfícies cultivadas.

* A farmacopéia brasileira dá muita importância às ervas, sementes e raízes do sertão.

INDICAÇÕES ESTATÍSTICAS

Brasil

Superfície: 1 516 037 quilômetros quadrados

População:

Em 1940 (recenseamento), 41 236 315 habitantes

Em 1947 (estimada), 48 000 000 habitantes.

População dos principais Estados do Brasil:

	1940	1947 (estimada)
Bahia	3 918 000	4 500 000
Rio Grande do Sul	3 320 000	3 800 000
Minas Gerais	6 736 000	7 800 000
São Paulo	7 180 000	8 800 000

Imigração: Diminuiu consideravelmente durante a guerra.

1937	34 677 imigrantes
1940	18 419 "
1942	2 425 "
1943	1 308 "
1945	3 168 "
1946	16 310 "

Principais exportações do Brasil em 1947:*

1. Café	14 830 000 sacos (60 kg.) valendo	7 700 000 000 Cr.\$
2. Algodão	285 000 toneladas — valendo	3 000 000 000 Cr.\$
3. Tecidos de algodão ...	16 500 toneladas — valendo	1 200 000 000 Cr.\$
4. Cacau	99 000 toneladas — valendo	1 047 000 000 Cr.\$
5. Couros e peles	75 000 toneladas — valendo	1 000 000 000 Cr.\$
6. Madeira de pinho	501 000 toneladas — valendo	840 000 000 Cr.\$
7. Arroz	240 000 toneladas — valendo	739 000 000 Cr.\$
8. Sementes de mamona	168 000 toneladas — valendo	618 000 000 Cr.\$
9. Cêra de carnaúba	8 300 toneladas — valendo	383 000 000 Cr.\$
10. Tabaco	39 000 toneladas — valendo	376 000 000 Cr.\$

Estes 10 grupos de produtos representam em valor 80% das exportações brasileiras.

Produção agrícola

1. *Milho* — A produção é dificilmente avaliada; estima-se, em média, em 55 milhões de quilos. Aumenta no Sul, que exporta cada vez mais para a Europa: 1 650 000 quilos, em 1947.

2. *Mandioca* — Base da alimentação nacional com o milho. Estimava-se a produção em 115 milhões de quilos, em 1946.

3. *Feijões* — Produção estimada em 8 ou 9 milhões de quilos. Teria atingido 11 500 000 quilos em 1946.

4. *Arroz* — A produção se desenvolve sempre, 27 000 000 quilos, em 1946. A exportação de arroz está sendo favorecida pela crise atual do Extremo-Oriente: 570 000 quilos, em 1938, 2 180 000 quilos, em 1947.

5. *Mamona* — O Brasil, há alguns anos, é o primeiro produtor do mundo (ultrapassando a Índia), 2 000 000 quilos de sementes, em 1944. A exportação foi de 1 680 000 quilos, em 1947. O Brasil exportou, além disso, 5 000 toneladas de óleo de rícino.

* Cr.\$ = Cruzeiros. Ao câmbio livre tinha-se, de 1940 a 1946, 1 dólar (Estados Unidos) 19,5 Cr.\$; desde 1946, tem-se 1 dólar = 18,5 Cr.\$ aproximadamente.

6. Algodão — A produção desenvolveu-se consideravelmente durante a guerra, 428 000 toneladas em 1939, 590 000 toneladas em 1944, em particular no estado de São Paulo, 463 000 toneladas em 1944.

7. Café — Durante a guerra, a superfície efetivamente explorada tinha diminuído muito, 3 041 000 hectares em 1939, 2 173 000 hectares em 1942. Mas, desde 1944, as plantações se reconstituem rapidamente e, em 1947, chegava-se novamente a 3 000 000 de hectares explorados.

As exportações de café que representavam 17 101 000 sacos de 60 quilos, em 1938, eram apenas 7 200 000 em 1942. Subiram a 14 800 000 sacos em 1947.

Cacau — A superfície das plantações aumenta: 190 000 hectares em 1939, 228 000 hectares em 1944, apenas no estado da Bahia, 239 000 hectares para todo o Brasil.

A exportação, que tinha sido somente de 84 000 quilos em 1945, atingiu 130 000 quilos em 1946, alcançando assim quase as cifras de 1939, 132 000 quilos.

Borracha — A produção desenvolveu-se durante a guerra:

16 000 toneladas	em 1939
20 000 "	" 1942
35 000 "	" 1945
31 000 "	" 1946

Eram utilizadas na indústria brasileira (em 1946) 13 000 toneladas.

Tabaco — 95 000 toneladas em 1939, 119 000 toneladas em 1946. As duas grandes regiões de igual importância na produção acham-se no Rio Grande do Sul e na Bahia.

Cana-de-açúcar — 495 000 hectares em 1939, 576 000 em 1943.

A cultura declinou lentamente no Nordeste do Brasil, mas se desenvolveu de modo rápido em São Paulo e Minas Gerais.

Produção: 20 500 000 sacas de 60 quilos em 1945. A exportação não é muito importante; 1 milhão de sacas em 1947.

Bananas — Região costeira de São Paulo. As geadas reduziram as plantações em São Paulo. Desenvolveram-se no estado do Rio. 84 milhões de cachos em 1944, 82 milhões de cachos em 1946.

Laranjas — 123 000 hectares em 1943. Um terço das plantações pertence a São Paulo e um terço ao estado do Rio.

Produção 1943: 35 milhões de caixas.

Trigo — Cultivado sobretudo no Sul com o apoio do governo federal 289 000 hectares em 1943 (dos quais nove décimos pertencem ao Rio Grande do Sul).

Produção: 1943, 2 200 000 quilos; 1946, 2 500 000 quilos.

Vinhas — A superfície cultivada cresce: 24 000 hectares em 1939; 34 000 hectares em 1943.

Produção do vinho: 700 000 hectolitros em 1943. (Dois terços dos vinhedos estão no Rio Grande do Sul).

Gado — Recenseamento 1940:

Bovinos — 34 000 000 dos quais 7 400 000 no Rio Grande do Sul, 7 700 000 em Minas Gerais, 3 100 000 em São Paulo.

Equínos — 4 800 000 dos quais 960 000 no Rio Grande do Sul.

Suínos — 16 800 000 dos quais 3 100 000 no Rio Grande do Sul.

Ovínos — 9 200 000 dos quais 5 100 000 no Rio Grande do Sul, e 3 000 000 no Nordeste (de qualidade inferior).
Caprinos — 6 500 000 no Nordeste.

N.B. — Há estatísticas que dão cifras mais elevadas: 40 000 000 de bovinos, etc.

Exportação de carne: Muito importante no comêço da guerra.

148 000 quilos em 1940, 128 000 quilos em 1942, teve de ser limitada devido ao desenvolvimento do mercado interno 35 000 quilos em 1947.

II. Argentina

Superfície: 2 280 882 quilômetros quadrados.

População: Recenseamento de 21 de abril de 1946: 16 108 000 habitantes.

Produção agrícola

Trigo — A superfície cultivada diminuiu durante a guerra: 7 100 000 hectares em 1936-1937; 8 100 000 hectares em 1938-1939; 4 300 000 hectares em 1944-1945; 4 000 000 de hectares em 1945-1946.

Desde então tem aumentado: 5 600 000 hectares em 1946-1947, mas sem que haja logrado reconquistar todo o terreno perdido em benefício da pecuária.

As colheitas baixaram durante a guerra em consequência da redução das plantações e sobretudo devido às secas.

1938-1939 — ano recorde, 103 000 000 de quilos; 1945-1946 (seca), 39 000 000 de quilos; 1946-1947, ano médio, 56 000 000 de quilos.

Milho — Enormes variações na superfície cultivada e na colheita em função do estado do mercado mundial e da seca.

Ano recorde, 1939-1940. Superfície cultivada: 5 600 000 hectares; colheita: 103 000 000 de quilos.

Anos de crise por causa da guerra e da seca: 1942-1943, superfície cultivada 1 700 000 hectares. Colheita: 19 000 000 de quilos; 1944-1945: superfície cultivada: 2 000 000 hectares; colheita: 29 000 000 de quilos.

Em 1946-1947, volta a uma produção média com uma superfície cultivada ainda reduzida: 2 600 000 hectares; colheita: 58 000 000 de quilos.

Cereais secundários — A produção aumentou para:

1.º cevada: 1936-1937, 488 000 hectares e 4 420 000 quilos; 1946-1947, 982 000 hectares e 11 710 000 quilos. 2.º centeio: 1936-1937, 440 000 hectares e 2 510 000 quilos, 1946-1947, 923 000 hectares e 5 500 000 quilos.

A aveia diminuiu: 1936-1937, 914 000 hectares e 8 300 000 quilos; 1946-1947, 805 000 hectares e 800 000 quilos.

Entretanto, a produção de aveia tinha atingido, o máximo durante os anos de menor produção de trigo: 1943, 1 000 000 de hectares e 10 900 000 quilos.

Linho — O linho de sementes perdeu de valor durante a guerra: 1936-1937, 3 000 000 de hectares e 19 000 000 de quilos; 1944-1945, 1 200 000 hectares e 7 000 000 de quilos; 1946-1947, 1 500 000 hectares e 10 000 000 de quilos.

Girassol — O linho foi substituído em grande parte pelo girassol durante a guerra: 1936-1937, 152 000 hectares e 1 030 000 quilos, 1943-1944, 1 258 000 hectares e 10 360 000 quilos, 1946-1947, 1 066 000 hectares e 5 880 000 quilos.

Alfafa — Os campos de alfafa ocuparam, durante a guerra, um espaço tanto maior quanto o trigo e o milho eram menos cultivados, existiam em 1937, 5 600 000 hectares plantados — As estatísticas revelam apenas as superfícies cujas plantações foram ceifadas para a colheita do feno; 1936-1937, 768 000 hectares; 1942-1943, 1 260 000 hectares; 1945-1946, 1 197 000 hectares.

Oliveiras — O êxito das plantações de oliveiras nas províncias de la Rioja e San Juan traduz-se pelas seguintes cifras:
Colheitas: 1936-1937, 1 438 toneladas; 1943-1944, 7 080 toneladas; 1946-1947, 14 272 toneladas.

Algodão — A produção do algodão aumentou nos 10 últimos anos: 1936-1937, 263 000 toneladas; 1943-1944, 369 000 toneladas; 1946-1947, 363 000 toneladas.

Arroz — O mesmo se dá com a colheita do arroz: 38 000 toneladas em 1936-1937; 174 000 toneladas em 1943-1944; 139 000 toneladas em 1946-1947.

Gado — Gado abatido nos centros controlados: 1946-1947, 7 186 000 bovinos, 11 810 000 ovinos, 2 550 000 suínos, o que permitiu, em 1946, a exportação de 548 000 toneladas de carne (789 000 em 1944).

Exportação de couros e peles: 174 000 toneladas, em 1946.

Exportação de lãs: 206 000 toneladas, em 1946.

Exportação de produtos lácteos: 65 900 toneladas, em 1946.

Os rebanhos eram estimados em 1942 em 31 459 000 bovinos (compreendendo-se 2 800 000 vacas leiteiras) e, 50 000 000 de carneiros.

Em 1946, a Argentina exportou 1 382 000 toneladas de trigo, 327 000 toneladas de farinha de trigo, 2 200 000 toneladas de milho, 332 000 toneladas de aveia, 665 000 toneladas de cevada, 155 000 toneladas de centeio; 265 000 toneladas de oleaginosos e produtos derivados, 207 000 toneladas de extrato de quebracho, 23 000 toneladas de algodão bruto, 120 000 cabeças de gado vivo.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

Trabalhos Gerais

P. Denis — “*Amérique du Sud*” (*Géographie Universelle*), vol. 15, tomos I e II, Paris 1927.

Preston E. James — *Latin America*. Cassel et Cy Limited, London, Toronto, Melbourne and Sydney 1944.

O. Schmieder — “*Länderkunde Südamerikas*”. *Enzyklopädie der Erdkunde*, Leipzig 1932.

Trabalhos particulares

Publicação do Ministério das Relações Exteriores, Brasil: Recursos possibilidades, Rio de Janeiro 1945.

P. Monbeig — *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*, São Paulo 1940.

P. Denis — *Le Brésil au XXe. siècle*, Paris 1909.

NORDESTE

Gilberto Freyre — *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro e São Paulo, 5.ª edição, 1946, Rio de Janeiro 1937.

G. Lasserre — “*Le Nord-Est du Brésil*”, *Cahiers d'Outre-Mer* n.º 1, Bordeaux 1948, pp. 40-67.

SUL E SUDESTE

P. Monbeig — “*Les zones pionnières de l'Etat de São Paulo*”. *Annales d'Histoire économique et sociale*, vol. 9-1937, pp. 343-365.

Preston E. James — “*The Coffee Lands of southeastern Brazil*”. *Geographical Review*, vol. 22 — 1932, pp. 225-244.

“*The expanding settlements of southern Brazil*”. *Geographical Review*, vol. 30 — 1940, pp. 601-626.

S. Millet — “*Roteiro do Café*”. *Estudos Paulistas*, n.º 1, São Paulo — 1938.

R. Maack — “*Die neuschlossenen Siedlungsgebiete und siedlungen in state Paraná*” *Ibero Amerikanisches Archiv*, vol. 11 — 1937-38, pp. 208-242.

URUGUAI

G. S. Giuffra — *La Republica del Uruguay*, Montevideu — 1935.

ARGENTINA

E. A. Clerici, H. J. L. Barni — *Argentina*, Buenos Aires — 1945.

A. E. Bunge — *La Economia Argentina*. 4 vol., Buenos Aires — 1928.

F. Kuhn — *Grundriss der Kultergeographie von Argentina*, Hamburgo — 1933.

CHILE

O. Benninger — "Die Chilenische Frontera als Landwirtschaft und Kulturscheide". *Geographische Zeitschrift*, vol. 39 — 1933, pp. 412-420.

G. M. Mc. Bride — "Chile Land and Society", *American Geographical Society. Research series N.º 19*, New York — 1936.

ESTATÍSTICA

Boletim Estatístico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro (a partir de 1942).

Revista do Comércio (desde 1945), Rio de Janeiro.

Sintesis estatística mensual de la República Argentina, Buenos Aires (desde janeiro de 1947).



O Serviço Central de Documentação Geográfica do Conselho Nacional de Geografia é completo, compreendendo Biblioteca, Mapoteca Fototeca e Arquivo Corográfico, destinando-se este à guarda de documentos como sejam inéditos e artigos de jornais. Envie ao Conselho qualquer documento que possuir sobre o território brasileiro.

Contribuição à Ciência Geográfica

O Minério de Ferro na Economia do Estado de Minas Gerais*

DERMEVAL JOSÉ PIMENTA

Continuação

Como era intenção do Governo Provisório mudar o sistema então vigente, segundo o qual as jazidas minerais eram de propriedade do dono do solo, resolveu expedir o decreto-lei 26799, de 16 de dezembro de 1931, que suspendeu todos os atos que implicassem em "alienação, exoneração ou promessas de alienação, ou exoneração de qualquer jazida mineral". Cerca de três anos após, foi instituído o "Código de Minas", pelo decreto-lei n.º 24642, de 10 julho de 1934. Foi abolido o sistema de concessão e estabelecido o de concessão das minas, a ser dado não pelos estados, mas pela União. Foram respeitados os direitos dos proprietários das minas que, então, efetivamente as estivessem explorando. As concessões das minas só eram dadas a cidadãos brasileiros ou a firmas organizadas no país. No que se refere à tributação, o concessionário de uma lavra não poderia ser tributado pela União, pelo estado ou pelo município, além de uma porcentagem máxima da renda líquida da empresa, mediante audiência de um técnico do Ministério da Agricultura. A Constituição de 1934 consagrou esses princípios.

A 20 de janeiro de 1940, já no período do Estado Novo, um decênio, portanto, após a revolução, esse Código foi modificado pelo decreto-lei n.º 1895, tendo ficado definidos os direitos sobre as jazidas e minas, estabelecido o regime de seu aproveitamento e regulada a intervenção do Estado na indústria da mineração e na fiscalização das empresas que utilizam a matéria-prima mineral. A 12 de fevereiro de 1934, recebeu ele uma nova modificação na parte relativa à tributação, modificação esta que ainda está em vigor.

Não há dúvida que esse Código, regulamentando e disciplinando a matéria de concessões e aproveitamento das jazidas minerais, veio incentivar a exploração industrial das mesmas e ampliar o quadro dos pretendentes a esses serviços, beneficiando a economia privada, assim como a nacional.

Acontece, porém, que estando muito vivo, entre os dirigentes daquela época, o espírito do nacionalismo e anti-regionalismo, foram por eles introduzidos, no Código, dispositivos não só restritivos aos direitos dos estrangeiros, mas ainda aos direitos dos próprios estados e municípios. As minas foram nacionalizadas. As unidades da Federação onde se localizam as jazidas foram sacrificadas em benefício dos mineradores e da União. Esse estado de coisas vem contribuindo, de muito, para que as regiões fornecedoras de matérias-primas minerais, tanto para a exportação quanto para sua utilização em outras partes do país, se sintam prejudicadas no seu desenvolvimento econômico. Se elas estão contribuindo para que a União obtenha divisas, a economia geral do país se fortaleça e várias unidades da Federação se enriqueçam com o estabelecimento de indústrias siderúrgicas; se as suas riquezas minerais se estão exaurindo, pois, em benefício do país, não é justo que continuem prevalecendo dispositivos do Código de Minas que não permitam a essas unidades federativas obter maior participação nos resultados da exploração das minas e da industrialização dos minérios.

* Conferência proferida na Associação Comercial do estado de Minas Gerais, em 22 de abril de 1954. Transcrita do *Jornal do Comércio*, edição de 18 de julho de 1954.

Certamente, não foi intuito dos planejadores dêsse Código impedir que as regiões de mineração se industrializassem e retirassem dessa industrialização os mesmos resultados alcançados pelas outras zonas do país, onde ela se está processando. Os seus organizadores, porém, não atentaram na circunstância de que as nossas reservas minerais, principalmente o minério de ferro e o de manganês, estão situadas no interior do país, em regiões montanhosas, distantes mais de quinhentos quilômetros do litoral ou dos grandes centros populosos e onde as condições do meio ainda não são propícias ao estabelecimento de indústrias. E, por isso mesmo, se, pelo Código de Minas, a União se apropriou das reservas minerais, impedindo aos estados e aos municípios legislarem sobre a questão de concessão de lavras, aproveitamento do minério e lançamento de impostos sobre o mesmo, deveria ter incluído dispositivos outros que permitissem a êsses estados conseguir meios para o desenvolvimento econômico das regiões minerais. De outra forma, como já está acontecendo, essas regiões, sem justas compensações, se exaurem em benefício da União e de outros estados, onde há melhores condições de industrialização. Não devemos permitir que, em nosso país, se repita aquilo que aconteceu com as regiões auríferas, quando, esgotadas as lavras, ficaram os cascalhos lavados, as galerias subterrâneas, as escavações, as capelas em ruínas, os arrais abandonados, as velhas cidades mortas, as monumentais igrejas desertas, a desolação, enfim.

Se é assim, cumpre-nos analisar o que há de prejudicial nesse Código, a fim de modificá-lo.

Diz o art. 68 do Código de Minas:

"O minerador habilitado por decreto de autorização de pesquisa ou de lavra, ou garantido pelo § 4.º do art. 143 da Constituição, bem como o comprador ou beneficiador de minério obtido por falscação ou garimpagem por trabalhos assemelhados, somente estão sujeitos aos tributos lançados pela União, pelo estado ou pelo município, num total de 8% (oito por cento) do valor da produção efetiva da jazida ou mina, incluindo-se neste limite quaisquer outros impostos ou taxas, excetuado apenas o de renda, que venham a recair sobre a jazida ou mina, sobre o produto dela extraído, sobre o próprio minerador, ou sobre as operações que o mesmo realizar com êste produto".

Como vemos, o total dos impostos e taxas lançados pela União, pelo estado ou pelo município, não pode exceder de 8% do valor da produção efetiva da jazida ou minas, valor êste correspondente ao custo da extração e do transporte do minério até a boca das minas. Dêsse total de 8%, 3% cabem à União, 3% ao estado e 2% ao município. A União, porém, ficou com uma situação privilegiada, porque, além da quota de 3% que lhe tocou, reservou, ainda, para si, a cobrança do imposto de renda que venha recair sobre a jazida ou mina, sobre o produto dela extraído, sobre o próprio minerador ou sobre as operações que o mesmo realizar com êsse produto.

Não há, no Código, qualquer restrição ao lançamento de impostos ou taxas sobre os produtos acabados da industrialização da matéria-prima mineral. E não há, também, qualquer dispositivo que obrigue as empresas mineradoras e as empresas de industrialização do minério a contribuírem com qualquer parcela destinada a promover o desenvolvimento econômico das regiões fornecedoras de matérias-primas. Se os estados e os municípios onde estão situadas as jazidas não oferecerem, por qualquer circunstância, condições adequadas ao estabelecimento de empreendimentos industriais dos minérios, terão então de contentar-se, exclusivamente, com a limitada e irrisória tributação prevista no Código de Minas, ao passo que os outros estados não produtores de minérios, mas, onde tiverem sido localizadas as usinas siderúrgicas, receberão, sem qualquer restrição, os impostos e taxas por eles criados, assim como os benefícios decorrentes da instalação de grandes indústrias no seu território.

Para elucidação desta questão, vamos examinar os resultados apresentados, a 31 de dezembro do ano findo, pelas três grandes companhias que operam com o minério de ferro extraído das jazidas situadas neste estado, uma exportando-o, outra utilizando-o, em Volta Redonda, no estado do Rio, e outra industrializando-o em Sabará e em Monlevade, aqui em Minas Gerais.

Dêsses resultados, vamos comparar apenas aqueles que, de perto, interessam ao estado produtor da matéria-prima, uma vez que o nosso objetivo é demonstrar que não é favorável, para este, a adoção da política do "colonialismo", isto é, a de vender a matéria-prima, *in natura*, ao invés de beneficiá-la, industrializá-la, dentro do seu território, e vender os produtos fabricados.

A Companhia Vale do Rio Doce, durante o exercício de 1953, extraiu das jazidas de Itabira 2 017 355 (dois milhões dezesete mil e trezentos e cinquenta e cinco) toneladas métricas de minério de ferro e exportou 1 384 100 toneladas inglesas desse minério. Essa exportação produziu para o Brasil US\$ 23 645 300,55 (vinte e três milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil e trezentos dólares e cinquenta e cinco centavos), equivalentes em cruzeiros a Cr\$ 514 297 836,50. O saldo econômico da exploração industrial da empresa, incluída a E. F. Vitória a Minas, foi da ordem de Cr\$ 220 000 000,00. A contribuição da Companhia, para o erário estadual, foi apenas de Cr\$ 941 063,40, sendo Cr\$ 627 375,60 para o do município de Itabira.

A Companhia Siderúrgica Nacional, durante o ano de 1953, consumiu 607 772 toneladas de minério de ferro e 186 190 toneladas de fundentes, procedentes das jazidas deste estado. Os seus fornos produziram 370 259 toneladas de ferro gusa e 482 376 toneladas de aço em lingotes, os quais se transformaram em trilha, chapa, ferro redondo, etc.

As vendas da Companhia, em 1953, atingiram o valor de Cr\$ 1 692 318 387,00. Os lucros líquidos da empresa subiram a Cr\$ 348 929 807,40, dos quais Cr\$ 112 872 673,00 foram distribuídos como dividendos. Foram reservados Cr\$ 30 407 834,30 para pagamento de impostos. Dêsses impostos, o estado de Minas, em 1953, deveria receber Cr\$ 588 091,20 e os municípios Cr\$ 392 060,80, provenientes das taxas fixadas pelo Código de Minas, mas como essa Companhia, até dezembro do ano passado, gozava, no estado, de isenção fiscal, nada contribuiu ela, naquele ano, para o erário estadual.

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, no exercício de 1953, consumiu 281 420 toneladas de minério de ferro, produziu 159 958 toneladas de ferro gusa e 181 577 toneladas de aço em lingotes; laminou 167 033 toneladas de aço, fabricou 22 141 toneladas de tubos galvanizados, assim como milhares de toneladas de arame farpado, fitas de aço, cantoneiras, etc. A exploração industrial ofereceu um lucro líquido de Cr\$ 300 000 000,00, tendo sido distribuído, aos acionistas, o dividendo de Cr\$ 90 000 000,00.

Pagou, de impostos, a quantia de Cr\$ 72 922 627,20, assim distribuída:

Impostos federais	Cr\$ 42 233 407,10
Impostos estaduais	Cr\$ 29 139 399,90
Impostos municipais	Cr\$ 1 549 815,20
Total	Cr\$ 72 922 627,20

Essas três grandes companhias, que se utilizam do minério de ferro procedente do estado de Minas, contribuíram para os erários do estado e dos municípios com as seguintes quantias relativas a esse minério e aos produtos acabados de sua industrialização:

COMPANHIAS	IMPOSTOS EM Cr\$			OBSERVAÇÕES
	Do estado de Minas	Dos municípios mineiros	Total	
Vale do Rio Doce.....	941 063,40	627 375,60	1 568 439,00	Isento de impostos estaduais até 31-12-53
Siderúrgica Nacional.....	—	—	—	
Siderúrgica Belgo-Mineira.....	29 139 399,90	1 549 815,20	30 689 215,10	
TOTAL.....	30 080 463,30	2 177 190,80	32 257 654,10	

Se, porventura, a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira tivesse localizado as suas usinas fora do território do estado de Minas Gerais, a União continuaria a perceber a mesma soma de impostos, no valor de Cr\$ 42 233 407,10, ao passo que o estado de Minas Gerais e os seus municípios, ao invés de perceberem, em conjunto, Cr\$ 30 689 215,10, teriam de contentar-se apenas com a irrisória parcela de Cr\$ 281 418,10, correspondente a 5% do valor da produção efetiva do minério, ali consumido, única taxa que lhes atribuiu o Código de Minas.

Esses elementos nos demonstram:

1.º) — que, para a União, tanto importa que uma usina siderúrgica seja ou não instalada no território do estado produtor da matéria-prima, porque, em qualquer caso, receberá, integralmente, os impostos sobre o minério, sobre os produtos acabados e ainda o imposto de renda;

2.º) — que os estados e municípios, onde estão localizadas as indústrias siderúrgicas, recebem importâncias relativas ao pagamento de impostos e taxas sobre os produtos industrializados cerca de cem vezes maiores do que as que percebem os estados e municípios fornecedores de minérios;

3.º) — que os estados e municípios, produtores de minérios, não recebem contribuição alguma das empresas que exploram as minas, ou industrializam os minérios, destinada, especificamente, a promover empreendimentos que visem ao desenvolvimento econômico das regiões onde se situam as jazidas.

MODIFICAÇÃO DO CÓDIGO DE MINAS

Tão ridícula é a situação dos estados produtores de matéria-prima, quer na ínfima participação sobre os impostos referentes à mineração, quer na ausência da participação nos lucros das empresas que industrializam e exportam a matéria-prima, que a própria União, ao serem descobertas as jazidas de manganês no território federal do Amapá, resolveu contornar os dispositivos do Código de Minas, expedindo o decreto-lei n.º 9558, de 13 de setembro de 1946, determinando no seu art. 5.º que:

“Fica assegurado ao território federal do Amapá participação direta nos proventos auferidos com o aproveitamento das jazidas de que trata o presente decreto-lei.”

Esse território, baseado nesse decreto-lei, celebrou contrato para a exploração das suas reservas de manganês, de modo a que lhe fôsem assegurados:

1.º) — a taxa de 5%, prevista no Código de Minas;

2.º) — a taxa de 4%, por tonelada, sobre o valor da venda do minério posto a bordo do navio, taxa esta nunca inferior a Cr\$ 15,00;

3.º) — a obrigação da empresa contratante em inverter 20% dos lucros líquidos, originados da exploração das minas arrendadas, em novos empreendimentos no território, para o seu desenvolvimento econômico.

É, pois, a própria União que abriu novo caminho e está indicando qual o rumo a ser trilhado pelos estados produtores da matéria-prima.

Quer-nos parecer que o art. 68 do atual Código de Minas deveria sofrer modificações, no sentido de que:

a) — seja elevada de 8% para 9% a tributação sobre o valor da produção efetiva da jazida da mina, cabendo 3% ao estado e 3% ao município;

b) — continue a ser cobrado, pela União, o imposto de renda sobre a jazida, minério e minerador;

c) — seja criada uma taxa de 20% sobre os lucros auferidos pelas empresas que explorem, exportem ou industrializem a matéria-prima mineral produzida no país, para a constituição de um “Fundo de Mineração”, cujas reservas serão exclusivamente utilizadas em empreendimentos nas zonas das jazidas e que venham promover seu desenvolvimento econômico.

INDUSTRIALIZAÇÃO DO MINÉRIO DE FERRO

A industrialização do minério de ferro, dentro do território mineiro, junto às jazidas, é uma medida que se impõe, pelos benefícios que o estado receberia seja sob o ponto de vista tributário, seja sob o econômico. As usinas siderúr-

gicas dão emprego a milhares de pessoas de todas as categorias; possibilitam a construção de centros populosos nos seus arredores; permitem a instalação de fábricas subsidiárias; melhoram o padrão de vida da população local; promovem, enfim, o desenvolvimento econômico e social não só da região onde estão instaladas, mas de todo o estado.

Uma das condições essenciais a essa industrialização é a de que a zona das jazidas minerais seja dotada de um bom sistema de vias de comunicação. Certamente, as estradas de ferro estão em primeiro plano, porque tanto a exportação do minério, quanto a movimentação dos produtos acabados das usinas, requerem transportes de grandes toneladas.

As três ferrovias que servem o quadrilátero ferrífero de Minas Gerais e que o põem em comunicação com os portos marítimos são a E. F. Vitória a Minas, a E. F. Central do Brasil e a Rede Mineira de Viação.

A Vitória a Minas já se remodelou.

A Central do Brasil está iniciando o reaparelhamento proposto pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. A Rede Mineira de Viação está na expectativa de ser remodelada dentro em breve, pondo em execução, também, o projeto elaborado pela Comissão Mista. Todas essas três estradas se destinam ao transporte de passageiros e de todas as mercadorias que lhes são apresentadas, sejam matérias-primas ou produtos da indústria, da lavoura etc.

Enquanto a tonagem do transporte do minério de ferro, principal matéria-prima produzida em Minas; se faz em pequena escala, essas estradas podem atender ao transporte das demais mercadorias.

Com o desaparecimento da Central do Brasil e da Rede Mineira de Viação, no entanto, essas duas estradas já vêm sacrificando os transportes das indústrias que se estabeleceram às duas margens, muito embora ainda seja realmente pequena a tonagem de minério transportado. E isto porque o transporte de minério de ferro, pela Central, e o transporte de calcário, pela Rede, dadas as finalidades dessas matérias-primas, gozam elas de prioridade, para o atendimento das usinas siderúrgicas que se instalaram no vale do Paraíba e em São Paulo. Nessas condições, o transporte das demais mercadorias é sempre sacrificado, pois as usinas exigem o ininterrupto abastecimento do minério necessário ao funcionamento dos seus fornos.

Se nosso país quiser transformar-se em um grande exportador de minério de ferro, capaz de concorrer com a Venezuela e o Canadá, na conquista dos mercados americanos e europeus, e se o estado de Minas, por sua vez não se resignar a ser apenas uma colônia fornecedora de matéria-prima, mas, ao contrário, desejar, ao mesmo tempo, possuir um parque siderúrgico de primeira ordem, torna-se imprescindível e imperativo mesmo que os transportes de minério de ferro não se façam pelas mesmas vias por que terão de escoar-se os produtos acabados de suas indústrias.

Em que pese a argumentação de que a Central do Brasil e a Rede Mineira de Viação, após se remodelarem, terão capacidade potencial para atender aos transportes não só de minério, em grande escala, mas das mercadorias em geral, e ainda dos passageiros, somos de opinião que não os atenderão. A exploração industrial dessas ferrovias oficiais demonstra que a capacidade real de transporte sempre foi muito abaixo da potencial e que, no futuro, continuará a sê-lo, não por falta de capacidade técnica e administrativa de seus engenheiros, mas em consequência mesmo das condições intrínsecas à organização das estradas oficiais, sujeitas a toda ordem de injunções políticas, de exigências burocráticas, de dificuldades orçamentárias, de submissão às normas do Código de Contabilidade, do rigorismo do Tribunal de Contas e da instabilidade de seu corpo dirigente.

E é por isso que, de há muito, vimos aproveitando todas as oportunidades para demonstrar que, para se atender esse duplo objetivo, o de exportar o minério de ferro, em grande escala, e o de incentivar o desenvolvimento industrial e econômico do estado produtor desse minério, o rumo a seguir será o da construção de um caminho especializado e exclusivo para o transporte de matérias-primas, assim como o reaparelhamento das atuais vias férreas, para o atendimento dos transportes de mercadorias e passageiros.

Sobre esta questão, já tivemos oportunidade de fazer uma palestra no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, em que sugeríamos que a exportação do minério de ferro, procedente da zona do vale do Paraopeba, se faça através do caminho mais curto e mais econômico entre essa zona de minério e o porto de Angra dos Reis.

Pedimos vênha para, aqui, repetir o que ali demonstramos:

"Essa" via de comunicação terá como ponto inicial a estação de Jeceaba, situada no km 504,180 da linha de bitola larga da Central do Brasil, e que está dentro da região ferrífera. A altitude dessa estação é de 845,862 metros. Deste ponto, a estrada prosseguiria para o sul, procurando as adjacências de São João d'El Rei, onde atravessaria o rio das Mortes. Nesta região, encontraria as jazidas de manganês, os grandes depósitos de calcário, e iria servir a grande área de pegmatito, onde são encontrados o minério de estanho, e os vastos depósitos de minério de urânio recentemente descobertos naquela região. Continuando seu rumo sul, entronecaria com a Rede Mineira de Viação, nas proximidades da estação de Andrelândia, situada no km 242, 267 e com a altitude de 905 metros. A distância da nova estrada, de Jeceaba e Andrelândia, ao seu entroncar com a Rede Mineira de Viação, seria de 182 quilômetros.

Daí, prosseguiria ela, no mesmo rumo da R. M. V., independente desta e com melhores condições técnicas, até alcançar o alto da serra da Mantiqueira, na garganta de Augusto Pestana, na altitude de 1280 metros, onde encontraria, novamente, aquela ferrovia.

Nas proximidades de Augusto Pestana, estão as jazidas de níquel situadas no município de Liberdade.

O percurso de Andrelândia a A. Pestana seria de 62 quilômetros, de modo que a extensão total da estrada a construir-se seria de 244 quilômetros.

As condições técnicas dessa ligação ferroviária deverão ser idênticas às exigidas para uma estrada da bitola de 1,60 metro.

Ao atingir o Alto da Mantiqueira, na cota de 1280,00, 3 (três) soluções se impõem, para o prosseguimento desta estrada:

1.^a) — reparcelamento da linha eletrificada da R. M. V., entre Augusto Pestana-Barra Mansa e Angra dos Reis. Solução provisória;

2.^a) — prolongamento da nova estrada até Angra dos Reis, passando por Barra Mansa, com 182 quilômetros de extensão;

3.^a) — construção de uma "correia transportadora", com a extensão aproximada de 120 quilômetros".

PRIMEIRA SOLUÇÃO PROVISÓRIA: APROVEITAMENTO DA R.M.V.

Terminada a construção da linha de ligação do vale do Paraopeba a Augusto Pestana, ao cruzamento com a R. M. V., antes mesmo da conclusão de um novo sistema transportador até Angra dos Reis, poder-se-á tirar proveito da atual linha da R. M. V.

Com locomotivas elétricas de 103 toneladas de peso aderente, mesmo em rampa de 2,5% (trecho de Andrelândia a Augusto Pestana, na Rede Mineira de Viação), far-se-iam trens de 600 toneladas de minério de ferro. No trecho de Jeceaba-Andrelândia, de características melhores, essa mesma locomotiva poderá rebocar 1500 toneladas de minério.

Como já tivemos oportunidade de dizer, os estudos realizados em 1940, destinados ao melhoramento das linhas eletrificadas da Rede, entre Angra dos Reis e Andrelândia, na extensão de 242 quilômetros, demonstram que aquela estrada poderia permitir naquele trecho, o transporte de até 3 000 000 de toneladas de matérias-primas, sem prejudicar os transportes das demais mercadorias.

SEGUNDA SOLUÇÃO: NOVA LINHA FÉRREA PARALELA À R.M.V.

É uma solução a estudar-se. E, neste caso, a bitola de toda a nova estrada, desde Jeceaba a Barra Mansa e Angra dos Reis, deverá ser a de 1,60 metro. A construção dessas novas linhas viria possibilitar a ligação da zona ferrífera

de Minas ao vale do Paraíba e ao porto de Angra dos Reis, por uma via férrea de bitola larga, ficando, assim, o ramal de São Paulo, na Central do Brasil, ligado diretamente à zona minerológica de São João d'El Rei e de Belo Horizonte. A construção de uma linha de bitola larga, de 1,60, nos trechos alcantilados da serra do Mar, entre Itaverá e Angra dos Reis, é um empreendimento de custo elevadíssimo e que demandaria, no entanto, longo período para se concretizar e, por isso, essa solução deverá merecer um cuidadoso estudo.

TERCEIRA SOLUÇÃO: CORREIA TRANSPORTADORA

É a solução que nos parece conveniente.

Aqui no Brasil, já temos instalada, nas minas de Itabira, de propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, uma correia transportadora, com a extensão de 1400 metros.

Com a evolução das diversas modalidades de transporte terrestre, a par das exigências, sempre crescentes, de matérias-primas para as indústrias siderúrgicas, surge com grandes possibilidades de baixo custo de transporte, o sistema das cintas transportadoras ou esteiras rolantes.

Desde 1924, vem funcionando nas minas coloniais de H. C. Frick Coke Co., nos Estados Unidos, um sistema de "correias transportadoras", com 7 quilômetros de extensão, e uma vazão de 1000 toneladas de carvão por hora. Durante esse período, funcionou 27 000 horas, tendo apenas perdido 28. O custo da operação e manutenção do sistema foi de 0,0044 de consumo por tonelada-milha, ou sejam 8 centavos por tonelada-quilômetro.

As "correias transportadoras" de Shasta Dam e Bull Shoals, respectivamente com 16 e 11,2 quilômetros de extensão, vêm operando satisfatoriamente.

A Riverlake Belt Conveyer Lins Inc. organizou um projeto arrojado para a construção de uma "correia transportadora" dupla, com 130 milhas de extensão, ou sejam, 209 quilômetros, ligando as jazidas de ferro do lago Erie à região carbonífera da Virgínia. Uma correia geminada, de 36 polegadas de largura cada uma, permitirá o transporte de 2 400 toneladas de minério em um sentido e de 800 toneladas de minério em outro sentido, porque este é três vezes mais pesado do que aquele.

É exatamente este sistema de "correia transportadora", na extensão total de 120 quilômetros, o meio que nos parece mais aconselhável para o transporte do minério de ferro, depositado no alto da serra da Mantiqueira em Augusto Pestana, na altitude de 1 260 metros e transportado, até ali pela nova linha de ligação de Jeceaba-Andrelandia.

Na parte final da nova estrada de ferro eletrificada, em Augusto Pestana, no alto da Mantiqueira, seriam construídos grandes silos para o armazenamento dos minérios procedentes do vale do Paraopeba.

Deste ponto, partiria o sistema de "correia transportadora", descendo a serra da Mantiqueira até Volta Redonda, no vale do Paraíba, com uma extensão de 50 quilômetros e um desnível de 884 metros. Far-se-iam, ali, outros silos de armazenamento para o minério destinado àquela e às demais usinas situadas entre Barra Mansa e São Paulo. Os silos destinados ao abastecimento do minério das usinas, situadas ao longo do ramal de São Paulo, seriam construídos de tal modo que os vagões da Central do Brasil seriam carregados por gravidade e automaticamente.

De Volta Redonda, o sistema prosseguiria para o porto de Angra dos Reis, descendo a serra do Mar, com uma extensão de 70 quilômetros, uma subida de 224 metros para galgar o alto dessa serra e um desnível de 600 metros para descê-la, e atingir o porto de Angra dos Reis.

Em Angra dos Reis, atualmente há um cais comercial com a extensão de 400 metros, sendo que, na extensão de 300 metros, podem atracar navios até com 6 000 toneladas. A profundidade, nas águas mínima, é de 8 metros. Este porto é servido pela R. M. V. e, evidentemente, não servirá para o embarque de mercadorias em geral.

O cais destinado ao embarque de minério, em larga escala, e desembarque de carvão, também em grande escala, seria construído na baía de Angra dos Reis, mas no local denominado Ribeira, onde as águas são mais profundas e onde são oferecidas melhores condições para a construção de silos de armazenamento de minério, que possam permitir o carregamento dos navios, por gravidade. A zona do minério e o parque carvoeiro, a serem servidos pela "correia transportadora", ficarão fora da zona urbana e não intervirão na zona do porto comercial daquela cidade.

Nesse porto, o carvão e o coque destinados a Volta Redonda e ao centro de Minas, seriam transportados, ou pela linha da Rêde, eletrificada, ou por uma outra "correia transportadora" geminada, como aquela que é destinada ao transporte do minério. A solução dependerá do estudo econômico a fazer-se.

A adoção das "correias transportadoras", para o transporte em massa de minério de ferro, ainda mais se justifica, no caso em foco, por se tratar de uma zona extremamente acidentada.

A revista americana *Fortune*, de 15 de abril de 1951, em estudo ali publicado, tratou da inovação desse sistema de transporte por correias, a grande distância, descrevendo o projeto em execução de uma correia na distância de 209 quilômetros. Essas correias podem atravessar terrenos de tal modo acidentados, onde é impraticável outro meio de transporte, a não ser o aeroplano ou os cabos aéreos. Para o transporte de minério de ferro, a correia vence rampas com inclinação até de 32%. Além disso, desde que as mercadorias que estão sendo transportadas tenham grande peso específico, as correias podem efetivamente fazer gerar força nas descidas. Elas requerem menor emprego de energia do que qualquer outra forma de transporte por terra.

Aqui, no Brasil, já existe e está funcionando um sistema de "correia transportadora" de minério de ferro, instalado pela Companhia Vale do Rio Doce, entre o pico do Cauê e o parque ferroviário de Itabira, com uma extensão de 1400 metros e uma capacidade de cerca de 1000 toneladas por hora.

Na mesma palestra, focalizamos a questão do estudo e projeto dessa nova modalidade de transporte; estudamos as questões econômicas e financeiras do empreendimento, assim como as que se relacionam com a organização de uma sociedade de economia mista, para a construção e exploração dessa via de transporte.

Essa conferência foi publicada na *Revista do Clube de Engenharia* do mês de novembro de 1952, onde poderão ser encontrados elementos mais pormenorizados dispensando-nos de focalizá-los novamente.

Recentemente, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, julgando de interesse nacional esse nosso trabalho, mandou vertê-lo para o inglês, com o fim de dar-lhe maior divulgação no exterior. Conforme comunicação que acabamos de receber daquele Banco, uma conceituada firma alemã, tendo estudado esse anteprojeto julgou-o viável e propôs-se a fazer o projeto definitivo, desde que o Banco estivesse de acordo que ela enviasse seus técnicos ao Brasil, para procederem, em comum, no local, a um estudo exato da capacidade das "correias transportadoras" e das condições do terreno.

A idéia está em marcha e temos esperanças de que esse projeto ainda será executado. E se o for, estaremos certos de que o Brasil poderá exportar alguns milhões de toneladas de minério de ferro, obtendo, assim, substanciais divisas de que tanto necessita.

O estado de Minas poderá, então, criar em seu território, um grande parque siderúrgico, cujos produtos terão transporte garantido, seguro e rápido.

E, só assim, o minério de ferro poderá exercer decisiva influência no desenvolvimento da economia mineira.

A exportação da matéria-prima, em larga escala, conjugada com o funcionamento de usinas siderúrgicas em seu território, não lhe deixará apenas a terra arrasada, como aconteceu no ciclo do ouro, mas lhe proporcionará sólida riqueza, independência econômica e prestígio no seio da Federação.

Para obter esse desiderato torna-se necessário que as classes produtoras de Minas Gerais juntamente com o governo do Estado, com os seus repre-

sentante no Parlamento Nacional, prestigiados por todos os partidos políticos, se unam, se congreguem e se orientem em esforços construtivos no sentido de se conseguir:

1.º) — que seja modificado o Código de Minas, conforme sugerimos nesta conferência;

2.º) — que seja criado um “Fundo de Mineração”, destinado a custear empreendimentos que promovam o desenvolvimento econômico das regiões onde estão localizadas as jazidas de matérias-primas;

3.º) — que sejam reaparelhadas e remodeladas as estradas de ferro que servem a essas zonas minerais.

4.º) — que seja construída a estrada especializada, entre o vale do Paraopeba e o porto de Angra dos Reis, para o transporte de minério a ser exportado em larga escala;

5.º) — que seja promovida ou facilitada a expansão da indústria siderúrgica junto às jazidas;

É esse o apêlo que fazemos e são esses os votos que formulamos em prol da redenção econômica do nosso estado.

(Fim)

Notas Acêrca do Relêvo da Paraíba e do Rio Grande do Norte*

MARIANO FEIO

Ex-professor contratado de Geografia Física
da Faculdade de Filosofia da Paraíba.

Nos estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte distinguem-se os seguintes elementos morfológicos principais: 1) a faixa costeira, constituída por níveis de pequena altitude (menos de 180 metros), a que se pode chamar "o litoral"; 2) um degrau vigoroso que conduz do litoral oriental ao planalto da Borborema; 3) o extenso planalto da Borborema (500-750 metros); 4) o ciclo de erosão dos rios que correm para a costa setentrional, constituindo vastas planícies situadas entre 100 metros e 300 metros, que designaremos por Baixo Sertão.

Tôdas estas unidades existem nos dois estados; o ciclo de erosão do Baixo Sertão, que reúne tôda a drenagem da Paraíba interior, continua-se através do Rio Grande do Norte e só aqui é possível relacioná-lo com o nível do mar. Os relevos dos dois estados aparecem assim tão intimamente ligados que o estudo de um não se pode fazer sem o do outro.

O planalto da Borborema é o elemento fundamental do relêvo da região; encontram-se aí as aplanações mais antigas e todos os outros elementos do relêvo se podem considerar como derivados dêle. Inteiramente talhado nas rochas do maciço cristalino (granitos, gnaisses, micaxistos, filitos, etc.), é limitado a leste por um degrau bem marcado e retilíneo, o degrau da Borborema; estende-se para o sul aproximadamente até o limite entre Pernambuco e Alagoas; para o norte, vai, como formação contínua, até além da Paraíba (serra do Cuité); para oeste, tem o limite irregular de um bordo de erosão: em frente de Campina Grande tem cêrca de 120 quilômetros de largo, no limite entre a Paraíba e Pernambuco, correspondente à divisória entre os rios que correm para o norte e a drenagem para o São Francisco, estende-se por mais de 250 quilômetros.

Neste extenso planalto distinguem-se duas aplanações, separadas por desníveis de 150-200 metros. A aplanação, ou nível, superior é representada em regra por relevos com o característico perfil trapezoidal (a significar conservação da superfície e quase sempre dos depósitos detriticos) que se levantam da aplanação inferior ou mesmo do Baixo Sertão.

Êstes depósitos são ao mesmo tempo variados e semelhantes. Demos-lhe um lance de olhos, começando pelo grupo que se pode chamar da serra do Cuité. No serrote da Canastra aparecem conglomerado arenoso e seixos bem rolados; na serra do Bom Bocadinho, arenito branco, bem consolidado, com leitos freqüentes de calhauzinhos mal rolados, por cima seixos bem rolados não consolidados, semelhantes aos da Canastra; na serra do Cuité há arenitos muito duros, cobertos por uma formação não consolidada de areia, silte e argila, com calhaus mal rolados ou concreções ferruginosas, o conjunto de côr amarelo torrado. Êstes relevos elevam-se a 620-640 metros. O nível inferior, na base dêles, está a 440-480 metros.

As serras das áreas de Picuí, Jerimum e Fundamento que visitamos são apenas coroadas por crosta ferruginosa que muitas vêzes engloba areia ou silte (serra do Pedro, serra Aguda, serra das Porteiras e os extensos planaltos das proximidades de Fundamento).

Encontra-se o mesmo coroamento nos pequenos relevos entre São José do Egito e Teixeira; êstes relevos alcançam cotas de 750-770 metros, embora pouco

* Transcrito da Revista da Faculdade de Filosofia da Paraíba — vol. 1 — 1954 — n.º 1.

se elevem de vasta superfície que resulta evidentemente da exumação dêles. De Teixeira para oeste (Água Branca), encontram-se grandes tabuleiros à mesma cota, cobertos por silte amarelo que assenta por vèzes num nível de concreções ferruginosas.

Os depósitos continuam a encontrar-se, excelentemente conservados, em relevos que entram pelo Rio Grande do Norte, separados já do planalto da Borborema, mas que pela identidade das alturas e dos depósitos, testemunham a continuação dêle até esta região. Na serra do Martins, em cima da espessa argila resultante da alteração das rochas cristalinas, existe arenito mais ou menos consolidado, por sua vez coberto por siltes e argilas com concreções ferruginosas; encontram-se também formações caulínicas espessas. Cotas de 670-700 metros. Na serra de Portalegre aparecem os mesmos arenitos e argilas. Na serra da Madalena, argilitos brancos ferruginosos. Na serra de Sant'Ana, arcoses consolidadas irregularmente e cobertas por areias e siltes com concreções ferruginosas. A altitude de todos êstes relevos é aproximadamente a mesma.

Abaixo desta aplanagem com seus depósitos desenvolve-se extenso nível cíclico, a aplanagem inferior da Borborema, que se pode referir pela altitude 450-500 metros, e que umas vèzes penetra no nível mais alto em frente sinuosa, outras rodeia os seus testemunhos. Este nível ocupa hoje muito maior área do que o superior; nalgumas regiões é muito perfeito, por exemplo no triângulo Soledade-Farinha-Boa Vista (a oeste de Campina Grande), mas em regra está erigido de relevos residuais, restos do nível mais alto ainda não destruídos, como na área de Monteiro e na grande estrada central de Pernambuco. Nas partes mais planas dêste nível, aparecem não raro delgadas camadas de seixos mal rolados, umas vèzes eluviais, outras lembrando os depósitos grosseiros dos climas áridos. Faltam completamente depósitos semelhantes aos da aplanagem superior.

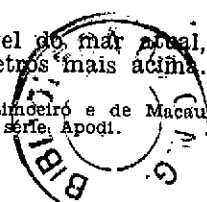
Os rios que correm para a costa norte (Piranhas, Apodi e Jaguaribe) entalharam fortemente o planalto da Borborema, considerado como o conjunto das duas aplanagens, e desenvolveram novo ciclo de erosão, representado, até próximo das cabeceiras dos cursos d'água, por aplanagens extensas e em regra perfeitas. É o Baixo Sertão. A metade ocidental da Paraíba é constituída praticamente pela parte dêste ciclo correspondente à bacia superior do rio Piranhas. Apresenta-se como enorme planície de onde emergem, especialmente próximo dos bordos, relevos residuais vigorosos, com fortes pendores nas vertentes e ângulo bem marcado na base (*inselberg*). Esta aplanagem tem altitudes de 250-300 metros perto dos relevos que a limitam, mas está a cotas mais baixas junto dos coletores principais (Pombal 200 metros); esta cota estende-se a toda a bacia de rochas brandas da série do "Rio do Peixe". Os rios correm em vales senis, incisos apenas de uma ou duas dezenas de metros na planície, como por exemplo os vales do Piancó e do Piranhas próximo da respectiva confluência.

A bacia hidrográfica do Piranhas estreita para jusante; o nível de erosão passa apertado entre as serra de João do Vale e de Sant'Ana, mas segue-se bem, exceto muito perto do rio ou das montanhas. O planalto da Borborema enquadra o Baixo Sertão ao sul e a oeste (dêste lado aproximadamente até o paralelo de Picuí); para jusante, a Borborema está apenas representada por testemunhos, dos quais os últimos coroados por aplanagem e depósito são as serras de Sant'Ana e de João do Vale; mais para jusante, os relevos interfluviais vão diminuindo de modo que, além de Açú, são muito pouco importantes.

O nível de erosão vai-se ligar relativamente perto do mar a vastas plataformas cobertas por vèzes por delgada película de depósitos e situadas a 100-130 metros¹; abaixo delas observam-se outras chãs, correspondentes a posições mais baixas do nível de base, como por exemplo a de 30 metros no campo de aviação de Moçoró e a situada cerca de 60 metros acima do rio Jaguaribe na saída de Limoeiro para oeste.

O grande nível do Baixo Sertão não se liga pois ao nível do mar atual, mas sim a um nível de base antigo, situado cerca de 100 metros mais acima.

¹ Observadas nas estradas de Açú para Moçoró, desta cidade para Limoeiro e de Macaú para Baixa Verde. Parte delas está talhada nos sedimentos cretácicos da série Apodi.



A descida posterior do nível de base levou os rios a encaixarem-se na aplanação principal e a talharem as pequenas chãs que se encontram na proximidade deles; o encaixe atinge por enquanto só a parte média e inferior dos cursos fluviais.

O bordo de ataque deste ciclo de erosão é irregular, afestoado, como é próprio de um bordo desta natureza: o ciclo de erosão penetrou no planalto ao longo dos coletores principais e deixou nos interflúvios relevos importantes.*

Muitas vezes, porém, a estrutura orienta o traçado deste bordo: assim a "serra" do Teixeira, escarpa muito íngreme e alinhada leste-oeste* que à primeira vista se diria uma escarpa de falha, e a penetração do rio da Farinha (de Patos para Salgadinho) ao longo de uma faixa de rocha branda com a mesma orientação.

Os relevos residuais são verdadeiros *inselbergs* (vertentes íngremes, superfície de sopé ampla e plana, *knick* na base bem marcado); esta feição deve-se certamente ao clima semi-árido do Baixo Sertão e contrasta com o modelado do declive marítimo da Borborema, muito mais úmido, onde há apenas indícios destas formas e se desenvolvem vales apertados e bem enquadrados por vertentes.

No Baixo Sertão, rebordos abruptos, ao longe com a aparência de escarpas de falha, mostram em regra, observados mais de perto, uma ou duas cortinas de *inselbergs*, alinhados pela estrutura, que testemunham o recuo do abrupto. Acontece assim na escarpa de Teixeira e na escarpa da serra do Pereiro para o sertão do Jaguaribe (aqui os alinhamentos são condicionados por estrutura norte-sul). Temos assim um bordo de ataque erigido de *inselbergs*, que combina uma superfície de sopé quase plana com o vigor destes relevos, e cujo traçado em planta combina o afestoado de erosão com a orientação estrutural.

O contacto entre a Borborema e o Baixo Sertão mostra bem a origem erosiva do último. Mas, se fôsse necessário, a feição da serra quartzítica que acompanha a estrada principal de Juazeiro até Passagem, confirmava que não se trata de um fôssio tectónico: a crista quartzítica, aplanada no cimo, orientada leste-oeste e com perto de meia centena de quilômetros de comprimento, tem a metade oriental no planalto da Borborema, do qual se eleva poucas dezenas de metros; a parte ocidental já se encontra em plena depressão do Baixo Sertão, mas enquanto as outras rochas foram desgastadas, ela, graças à maior dureza, está bem conservada,* mostrando, na direitura do seu dorso, que não houve abatimento por falha no limite da Borborema com o Baixo Sertão.

A boa conservação desta crista dá ainda uma indicação preciosa: o dorso aplanado dela desce, de maneira lenta mas bem visível, de leste para oeste, mostrando que se deu pequeno movimento de balança neste sentido, que criou uma depressão, pouco funda é certo, mas o suficiente para ali se reunirem as águas que, pelo Piranhas, seguem o longo caminho para a costa norte. O curso deste rio corresponde a pequena goteira formada simultaneamente com a depressão.

Como vimos, o depósito detritico, discordante sobre o cristalino, que caracteriza o nível superior da Borborema, cobriu enorme área, como testemunha a existência dele coroando relevos muito distantes. Este fato explica cabalmente a epigenia sistemática que se observa no Baixo Sertão da Paraíba (Mãe d'Água, Piranhas, etc.) e se estende ao Ceará (Boqueirão de Lavras, Orós, etc.), onde os cursos d'água desprezam caminhos mais fáceis e vão atravessar barras de rochas quartzíticas, muito duras e formando por isso cristas salientes. Inversamente, esta epigenia sistemática demonstra que os depósitos detriticos cobriram toda a área onde ela aparece.

O degrau da Borborema é constituído por uma flexura fortemente atacada pela erosão. Em planta, tem traçado grosseiramente retilíneo; os cursos de água que descem do planalto correndo perpendicularmente à flexura, entalharam-na fortemente, formando uma série de vales paralelos, de aspecto jovem, por vezes com as vertentes tão abruptas que chegam a lembrar a alta

* Vide, como bom exemplo de pormenor, a sucessão de relevos vigorosos e de vales largos e fundo plano que se observa no trajeto Patos-Santa Luzia.

* De acordo com a orientação estrutural, patente nas cristas de rocha dura das serras do Melado e de Santa Catarina.

montanha (serra do Espinho, perto de Bananeiras). A inclinação dos estratos no sentido da flexura, que, como se sabe, caracteriza estes dispositivos tectônicos, observa-se no interflúvio das serras do Cuité e de Araruna. Nesta área, o planalto da Borborema está representado pelo nível superior, coroado pelo respectivo manto de depósitos que, na serra de Araruna, forma cornija pouco vigorosa, com cerca de 30 metros de altura, constituída por grés caulínico duro (na base) e areias com concreções ferruginosas. A descida da flexura observa-se perfeitamente da estrada a oeste de Santa Cruz: os tabuleiros, coroados por depósitos, descem de maneira lenta mas clara para leste e continuam, até próximo da planície de sopé, por aplanações bem marcadas que truncam o relevo interfluvial.

No sopé desta flexura, ao longo de toda a costa da Paraíba e Rio Grande do Norte, encontra-se uma planície litoral extensa; é formada por níveis de várias altitudes, talhados na série Barreiras e nas rochas cristalinas. Estes níveis parecem corresponder a posições diferentes do mar. O estudo deles está apenas principiado; por algumas altitudes encontradas e pela semelhança de todo o dispositivo, pode-se pôr a hipótese de corresponderem às posições principais do mar no Quaternário, tal como foram observadas na costa do Mediterrâneo e na costa portuguesa.

No estado atual deste estudo, parece-nos provável a seguinte evolução da região:

- 1) Formação da grande peneplanície correspondente ao nível superior da Borborema, hoje a 650-750 metros; deposição dos detritos que nela se encontram.

- 2) Elevação do continente de 150-200 metros, de modo a desenvolver-se novo ciclo de erosão, menos perfeito do que o anterior e erigido de relevos residuais.

- 3) Nova elevação do planalto da Borborema, levando-o às cotas atuais. O planalto compreendia então todo o litoral oriental, entrava pelo Ceará (pelo menos até o alinhamento de passagens epigênicas de Orós) e estendia-se pelo Rio Grande do Norte, pelo menos até a faixa das serras do Martins e de Sant'Ana.

- 4) Como consequência deste levantamento desenvolveu-se o ciclo de erosão do Baixo Sertão. O nível do mar devia estar a cerca de 100 metros.

- 5) A área litoral baixou por flexura. Desenvolveu-se a plataforma litoral e os respectivos níveis.

Pode-se conceber uma evolução "mais econômica" quanto a movimentos tectônicos: quando se deu a elevação principal do planalto da Borborema, referida em 3), o litoral oriental não se teria elevado, ficando aproximadamente na cota atual; a flexura teria portanto jogado logo nessa ocasião. Poupava-se assim ao litoral o levantamento referido em 3) e o abaixamento referido em 5). Mas aparecia uma dificuldade: os rios da drenagem oriental ter-se-iam instalado numa posição próxima da atual (cursos e distância ao mar) sensivelmente ao mesmo tempo que os rios da drenagem setentrional. Ora não parece ter sido assim porque aqueles (rios São Francisco, Paraíba, etc.) estão em fases de evolução muito mais atrasadas (cursos médios a cotas muito superiores, rápidos e quedas a distância relativamente pequena ao mar), quando se devia dar o contrário: enquanto os rios da drenagem setentrional têm todo o curso em áreas de clima semi-árido, os da drenagem oriental têm parte importante dele numa área de chuvas abundantes e relativamente bem distribuídas, área onde, portanto, a erosão das rochas cristalinas deve progredir com muito maior rapidez.

O presente estudo não está terminado; falta visitar algumas áreas e executar, ou apenas completar, estudos de pormenor. Só então se poderá ter um conhecimento, não direi minucioso, do relevo desta vasta região, mas ao menos relativamente seguro dos grandes traços dele. Os resultados já obtidos foram todavia consideravelmente facilitados pelos estudos geológicos realizados por iniciativa da antiga Inspeção Federal de Obras contra as Secas (I.F.O.C.S.), especialmente o excelente estudo de Luciano Jaques de Moraes (*Serras e Montanhas do Nordeste*, 2 vols., Rio de Janeiro, 1924), onde nos apoiamos frequentemente e onde o autor, sem ser guiado evidentemente por orientação geomorfológica, mostra notável sentido para os problemas desta disciplina.

Pluviação e Enxurrada*

ANTÔNIO TEIXEIRA GUERRA
Do Conselho Nacional de Geografia

A presente nota nos adveio da leitura atenta, a que procedemos, do artigo do nosso grande mestre Francis Ruellan, intitulado "O papel das enxurradas no modelado do relevo brasileiro", publicado no *Boletim Paulista de Geografia*, ns. 13 e 14, de março e de julho de 1953, cuja tradução da expressão "nappe d'eau pluviale ruisselante" para a língua portuguesa como *enxurrada* não parece corresponder exatamente ao pensamento do autor.

Primeiramente, vejamos como definem alguns dos nossos dicionários da língua portuguesa a palavra *enxurrada*:

I — No *Dicionário Enciclopédico Brasileiro*, organizado por Alvaro Magalhães, encontramos o seguinte: "Grande quantidade de águas pluviais; aluvião. Cheia". (Ed. Globo, 4.^a ed., 1953, p. 622).

II — Francisco Fernandes, no *Dicionário Brasileiro Contemporâneo*, Ed. Globo 1953, diz que *enxurrada* é uma "corrente impetuosa de águas de enchente ou de chuva" (p. 442). Como se observa, este autor assinala que as águas de *enxurrada* são águas que correm com violência.

III — No *Lello Popular*, de 1952, encontramos o significado da palavra *enxurrada* do seguinte modo: "Corrente impetuosa e suja de um curso de água em enchente. Correntes de águas imundas. Rio de *enxurrada*, que só leva água quando chove" (p. 542).

IV — No *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, organizado por Laudelino Freire, encontramos o seguinte: "*Enxurrada*, s. f. De enxurro + ada. 1 — Corrente impetuosa de águas de chuva; cheia, enxurro. 2 — Jorro de águas sujas ou imundices. 3 — Grande quantidade, abundância."

Enxurro, s. m. Corr. de en... + jorro. 1 — *Enxurrada*, massa de águas que corre com grande força, proveniente das grandes chuvas. 2 — Jorro de águas sujas ou imundices. 3 — Escória, ralé. (III vol. p. 2216).

V — Cândido de Figueiredo no seu *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, diz: "*Enxurrada* — f. o mesmo que enxurro (De enxurrar). *Enxurro* — m. corrente impetuosa de águas fluviais. Corrente ou jorro de imundices. Fig. escória, ralé. (Corr. de en... + jorro) (7.^a ed. p. 920).

Ao citarmos estes significados emitidos pelos autores desses dicionários, logicamente não poderíamos esperar que fossem definições técnicas da palavra *enxurrada*, mas sim o seu significado na língua portuguesa, qual seja o de água que escorre com violência.

E, se nos ativermos ao próprio trabalho do Prof. Francisco Ruellan, não nos parece claro dizer que haja o trabalho das *enxurradas* (lençol de escoamento superficial difuso) nas zonas cobertas de floresta densa, cuja topografia seja plana, pois se sabe que, nas áreas cobertas pelo manto florestal, o que há em trechos de fraco declive é um suave escoamento das águas das chuvas que chegam a alcançar o solo.

O insigne mestre patricio, Prof. Aroldo de Azevedo, autor de um grande número de livros didáticos de Geografia, os quais são utilizados na maioria das escolas, no volume *Geografia Física*, para a 1.^a série do curso colegial, sob a rubrica *Enxurradas e torrentes*, diz: "Caindo em uma região acidentada,

* Transcrito do *Boletim Paulista de Geografia* — N.º 13 — Outubro de 1954 — São Paulo — Órgão da Associação dos Geógrafos Brasileiros — Seção Regional de São Paulo.

as águas das chuvas põem-se a descer pelas encostas, em obediência à lei da gravidade; sua marcha é violenta e sua velocidade depende da aspereza do declive. Forma-se então, a *enxurrada*" (Ed. de 1947, p. 258). Assim, quem nos define as enxurradas como sendo águas das chuvas que escorrem com violência é também o douto professor da Universidade de São Paulo, o Prof. Aroldo de Azevedo, a quem muito respeitamos pelos seus vastos conhecimentos.

A expressão francesa: "nappe d'eau pluviale ruisselante" poderia ser traduzida com muita propriedade pela que já estamos acostumados a usar em língua portuguesa: *lençol de escoamento superficial difuso*. Todavia, se desejássemos usar apenas uma palavra, ao invés de uma expressão, esta poderia ser, por exemplo, o termo *pluviação*.¹ Entende-se por *pluviação*, a ação geológica da água das chuvas. Normalmente o seu trabalho pode ser dividido em três etapas: a) *pluverosão*, destruição das camadas superficiais da crosta terrestre, através do bombardeio exercido pelas gotas de água das chuvas e também pelo próprio lençol que escoa pela superfície; b) *deplúvio*, que se compreende como o transporte do material carregado pelo lençol da água das chuvas; c) *aplúvio*, fase da deposição ou sedimentação desse material. Assim, os termos *aplúvio* e *apluvionamento* são análogos a *aluvião* e *aluvionamento*.

O Prof. Francis Ruellan, embora não empregue o termo *pluverosão*, na p. 7 do *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 13, sob a rubrica "O processo da erosão pluvial elementar", descreve esta etapa da *pluviação*, dizendo: "O que devemos salientar, em primeiro lugar, é a questão da força das chuvas tropicais. Possuem elas incontestavelmente tal poder de choque, no momento em que batem no solo, seja este mole ou movediço, que chegam a imprimir sua marca na superfície, ao mesmo tempo que projetam, centrifugamente, as partículas encontradas". E, na página 8, volta o autor a falar nas duas outras etapas da *pluviação*, quais sejam: *deplúvio* e *aplúvio*, dizendo: "É necessário salientar que a água das chuvas corre por todos os lugares, sobre as formas de relevo e vertentes, transportando partículas em sua massa líquida, quando não é retardada ou impedida por um outro obstáculo. Neste último caso, as partículas mais grossas transportadas se depositam, tendendo a regularizar, desta forma, o relevo da superfície por onde a água corre".

Tratando do trabalho do lençol de escoamento superficial difuso, encontramos um parágrafo que dá margem a certas discussões, se não vejamos: "Note-se que este processo de erosão e transporte se refere rigorosamente ao que se denomina erosão elementar, interessando a toda a superfície do solo, sem que se tenha de fazer intervir o transbordamento dos rios ou, mesmo, a água proveniente das vertentes de um *inselberg* ou de uma montanha qualquer" (p. 9). Acreditamos que a tradução tenha truncado inteiramente o espírito do autor, no tocante à *erosão elementar*, uma vez que esta é sinônimo de meteorização, e nada tem com a *pluviação*. Como argumentação do que acabamos de frisar, vamos transcrever dois parágrafos do *Tratado de Geomorfologia*, do Prof. Francis Ruellan (edição mimeografada), onde o autor diz: "De certo modo, pode-se aplicar a expressão *erosão estática* à erosão elementar, em oposição à erosão de transporte, que é o grande efeito da erosão fluvial, marinha, eólica, glaciária; essas, podem-se chamar *dinâmicas*. A água e o gelo quando penetram acarretam a erosão elementar, quando há movimento, erosão fluvial ou glaciária dinâmica; o ar como portador de gás e como condutor de temperatura e de umidade, que penetrando na rocha ocasiona erosão elementar; quando transporta é erosão eólica dinâmica; o mar agindo por penetração e por destruição *in situ*, acarreta erosão estática; o movimento das vagas e das correntes quando deslocam sedimentos formam a erosão marinha dinâmica. A erosão estática ataca a rocha no próprio lugar, sem que haja transporte. A diferença entre erosão estática e erosão dinâmica não é fácil de

¹ O uso do termo *pluviação* dispensa, por exemplo, a colocação de uma nota infra-paginai, como a que encontramos na p. 5 do *Boletim Paulista de Geografia*, n.º 13, advertido o leitor que: "A palavra *enxurrada* figura no presente trabalho, como correspondente à expressão *nappe d'eau pluviale ruisselante*, utilizada pelo autor no seu original escrito em francês". E, mais adiante, ainda na mesma nota, agora já da autoria do próprio autor dizendo que este escoamento em lençóis não se trata nem de transbordamento fluvial, nem de fusão das neves, cujas condições são diferentes. Acredito que tal comentário seja desnecessário desde que se use o termo *pluviação*.

distinguir". Aliás, no artigo que publicamos no *Boletim Geográfico*, n.º 96, de março de 1951, intitulado "Processo da alteração dos sedimentos e das rochas. Laterização", tivemos oportunidade de explanar amplamente o que entendemos por *erosão elementar*. De modo que não voltaremos a insistir neste assunto.

O Prof. Hilgard O'Relly Sternberg, ao tecer considerações a propósito do trabalho feito pelo escoamento em lençol das águas das chuvas, propõe o emprego do termo "erosão-em-lençol" como tradução de "sheet erosion".*

Antes de finalizarmos a presente nota, desejamos insistir no fato de que a pluviação compreende tódia a ação geológica da água das chuvas, quer seja esta violenta e rápida ou lenta, resultante de um trabalho do lençol superficial concentrado ou difuso, e que as enxurradas, também estão dentro do capítulo geral da pluviação. Considerando, no entanto, o significado com que esta palavra é conhecida no nosso vernáculo, ela deve ser empregada apenas quando as águas das chuvas escoam com violência.

* Hilgard O'Relly Sternberg, *Achegas para um glossário de ciência do solo*, in "Revista Brasileira de Geografia", IX, n.º 4, outubro-dezembro de 1947, pp. 575-576.

Estreitos em Rios

JOSÉ CARLOS P. GRANDE
Do Conselho Nacional de Geografia

I

De acôrdo com os dicionários de língua portuguesa, define-se "estreito" como braço de mar ou canal natural que liga dois mares ou duas partes do mesmo mar, como o estreito dos Dardanelos. É este o sentido da palavra inglesa *strait*. Entretanto, "estreito" também pode significar desfiladeiro, garganta, passo estreito entre montanhas. Entre nós, a palavra "estreito" aplica-se também ao "trecho de um rio em que a largura normal se reduz de repente à déclma parte ou menos". É destes "estreitos" (*narrows* em inglês) que nos propomos dizer algumas palavras.

Não são demasiadamente raros êsses accidentes geográficos, pois que os encontramos, ora mais, ora menos caracterizados, em quase todos os continentes.

Na Asia, o Kara Su, um dos formadores do rio Eufrates, força sua passagem em *canyon* rochoso, em Erzincan e entre Ayshin e Pingan, na Turquia. Vemos o rio Indo no Paquistão estreitar-se muito entre as embocaduras dos rios Kabul e Soan; o rio Ganges, em Sukhi, na Índia, rasgar o seu caminho através da cordilheira do Himalaia. O rio Tsangpo ("purificador" em tibetano, embora êsse título, nessa língua, caiba a qualquer rio), curso superior do rio Bramaputra, já então com 3 200 metros de largura, reduz-se primeiro a 600, e depois a menos de 200 metros, rompendo em uma série de cascatas e cor-deiras entre as montanhas Namcha Narwa (7 756 metros) e Gyala Peri (7 236 metros de altitude), no Tibet.

No curso principal da Birmânia, o rio Irawadi, existem as "portas do Irawadi", perto de Peshaw, onde dois rochedos prismáticos estreitam o rio, antes com perto de 3 600 metros de largura, para 45 metros. Existem nêle ao todo três desfiladeiros, com largura de 45 a 90 metros. Também o rio Mekong ou Me Nam Kong forma estreitos ainda não bem conhecidos como os têm também o Yangtze Kiang ou Ta Chiang, o Hoang-Ho (êste no desfiladeiro de Tungkwan), ambos os rios da China. Também formam desfiladeiros o Yenisei ("Rio Grande") e o Irtysh, afluente do rio Ob, no desfiladeiro da Dzungária, entre a Mongólia e a Rússia Asiática.

Embora de importância local, não têm por certo a grandiosidade de outros "encanados" os estreitos nos rios da Europa. No Danúbio encontramos o desfiladeiro de Kazan, onde o rio tem apenas 148 metros de largura; as "Portas de Ferro", hoje alargadas para possibilitar a navegação; no rio Elba, sua travessia no Mittelgebirge; no rio Ródano, o desfiladeiro a jusante de Saint Maurice, na Suíça; no rio Ebro, sua passagem através das montanhas costeiras, perto de Mora, Catalunha.

Na Africa, temos a mencionar as angusturas do rio Nilo, principalmente a de Khartoum, no Sudão; os rápidos de Tulimandio, no rio Niger, a montante de Kulikero, na Africa Ocidental Francesa, e os rápidos de Runda Gilla, onde o rio Benue ("Mãe das Águas"), afluente do Niger, reduz a sua largura de 1 400 para 137 metros.

Os estreitos mais afamados na Africa são, sem dúvida, os do rio Congo. Um dêles é a cachoeira Mumbatuta ou Mambirima no Luapula (nome local do rio Congo) que se estreita para 230 metros. Segue no rio ali conhecido como Lualaba ou Lualaba-Congo (curso superior do Congo) a "Porta do Inferno", e no limite com o curso médio, os rápidos de Stanley, onde o rio atra-

vessa um apertado de 400 metros de largo. O estreito mais afamado no rio Congo é, no entanto, onde ele, ali cognominado "Chenal" (canal) sofre a redução da largura de 23 quilômetros na lagoa Stanley (Stanley Pool) para 800 metros.

Entre os rios norte-americanos podemos mencionar o rio Yukon, em cujo formador Lowes se encontram as corredeiras White Horse, no *canyon* de Miles, território de Yukon, Canadá; o rio Mackenzie, com os Grand Rapids, já no seu formador Athabasca, perto de Fort Murray, na província canadense de Alberta; o rio São Lourenço, com os diversos "estreitos" que intercomunicam os Grandes Lagos. Merecem ainda menção como estreitos as quedas "Great Falls" no rio Missouri e Saint Anthony no rio Mississippi; diversos "apertados" no rio Columbia. Nem tampouco podemos deixar de mencionar o rio Colorado com o famoso Grand Canyon.

Na América do Sul, fora do território brasileiro, temos a lembrar a série de "pongos" * ou "estreitos" pelos quais o rio Marañon, rompe o planalto peruviano. O seu *canyon* mais conhecido é o "pongo" de Manseriche, onde o rio que já alcançara boa largura, se reduz a escassos trinta metros.

Da história pátria sabemos no rio Paraguai do estreito de Curupaiti e do passo de Humaitá. Entretanto, no caso não se pode falar em estreito propriamente, embora o rio se reduza a largura menor do que possuía um pouco a montante.

II

Nada mais havendo digno de menção quanto a estreitos em rios sul-americanos fora do Brasil, vamos agora fazer a resenha, embora mais que incompleta, dos "apertados" que encontramos em nossos rios. Citaremos apenas os estreitos principais.

No rio Amazonas é muito conhecido o estreito de Óbidos. Ali, um esporão do sistema orográfico das Guianas reduz a largura do rio-mar de três a quatro quilômetros a 1800 metros, embora compense com a profundidade de mais de 60 metros.

No rio Uraricuera, curso superior do rio Branco, encontramos um trecho notável de estreito no furo Santa Rosa.

Não podem ser considerados propriamente "estreitos" os extensos trechos de corredeiras nos rios Madeira, Tapajós, Xingu, Araguaia e Tocantins. Quanto a este, por exemplo, a cachoeira de Itaboca não forma um canal único, um "apertado", mas se espalha por diversas calhas.

Por outro lado, temos um verdadeiro "estreito" no rio São Francisco — o extenso *canyon* entre Petrolândia e Piranhas, dando ao rio com 600 a 1900 metros uma largura de apenas 60 a 70 metros. Já nos lugares apertados do curso superior do São Francisco, no rio das Velhas, o seu afluente, e nos rios Jequitinhonha e Doce (cachoeira das Escadinhas), não se pode falar em "estreitos".

Entretanto, trata-se de "apertado" no rio Paraíba, logo abaixo de sua entrada no estado do Rio de Janeiro, no local conhecido por "Paredão". Ali, uma muralha de pedra, atravessando o rio, deixa um vão de apenas 14 metros para a passagem das águas que medelam pouco acima 140 metros de margem a margem.

No mesmo rio, ainda é digna de nota a diminuta largura do canal por onde correm, logo acima da ponte da Estrada de Ferro Central do Brasil, ramal de São Paulo, sobre o ribeirão do Salto (limite de São Paulo com o Rio de Janeiro), as águas comprimidas do Paraíba: quatro a cinco metros, se tanto. Entretanto, cinquenta quilômetros acima, esse mesmo Paraíba permite a navegação franca por embarcações de pequeno porte. Entre Cachoeira Paulista, antiga Cachoeira, e a vila de Quiririm, na extensão de cento e trinta quilômetros, o rio tem a largura média de oitenta e cinco metros e a profundidade mínima de 1,20 metros.

* Pongo é a corruptela do nome Pungu, da língua peruana antiga e significa porta. Por pungu são designadas todas as passagens apertadas de rios; daí estreitos de rios. No Pongo de Manseriche o Marañon estreita-se de 490 para menos de 30 metros.

Resta-nos agora dar uma ligeira olhadela para a bacia platina no Brasil.

A margem do rio Paraguai ergue-se o forte de Coimbra, de passado glorioso. Embora se trate de local estreito, não cabe ali a classificação de "apertado". Esta cabe, sem dúvida, ao trecho do rio-mestre na bacia, o Paraná, a jusante da novel cidade de Guaira, onde a largura do rio citado se reduz a 70 e 60 metros.

Outro exemplo de estreito é o canal de São Simão, no limite entre os estados de Goiás e Minas Gerais. A largura do Paranaíba ali, de mais de setecentos metros se reduz a oito, segundo uns, segundo outros informantes, a cerca de quinze a vinte metros. Não resta dúvida que cabe a classificação de "estreito".

No entanto, o estreito mais notável de rio no Brasil é, cremos poder afirmar, no mundo inteiro, existe no rio Uruguai que forma o limite entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Em Marcelino Ramos, tem o rio Uruguai uma largura de trezentos metros. Pois, pouco quilômetros abaixo, o rio reduz toda essa largura a tal ponto que uma pessoa pode com toda facilidade ficar com um pé em território catarinense e com o outro no Rio Grande do Sul.

Um espetáculo que vale a pena ver-se é o *canyon* formado pelo Iguaçu abaixo de sua queda. O rio, abaixo do salto comprime as suas águas em um canal único, com muito menos da décima parte da largura anterior.

Merecem ser também lembrados os estreitos no rio Grande, formador principal do Paraná. Quem, não há muito tempo, descia pela velha estrada "salineira" pela serra das Sete Voltas, no município mineiro de Sacramento, atravessava o rio Grande na velha ponte dos Peixotos que soubemos ter sido carregada pelas enchentes. Lá embaixo, fervia em cachões a impetuosa torrente. Ainda no mesmo rio Grande, encontramos acima do salto dos Patos, o rio com a largura de dois quilômetros. Logo abaixo da cachoeira, nessa parte chamada do Marimbondo, no pôrto do Isaque, o rio resume sua largura para 179 metros, com uma profundidade de 23,4 metros e quatorze quilômetros mais a jusante estreita-se para apenas 130 metros.

Sem dúvida, a nossa lista de estreitos em rios é muito modesta e de modo algum pretende ser completa. Deixamos esta tarefa aos estudiosos deste assunto interessante.

Didática da Geografia*

DELGADO DE CARVALHO

Membro do Diretório Central do C.N.G.

MÉTODOS

Conceito de método — Introdução histórica — Em se tratando de educação, o conceito de método envolve uma série de atividades, dirigidas pelo mestre, visando a produzir nos educandos um certo número de resultados tidos por necessários. Como processo didático, um método prescreve modalidades que o tornam eficiente. Ao mestre cabe escolhê-las e modificá-las segundo as circunstâncias.

Ensinar e aprender são dois aspectos da mesma realidade, não existindo uma palavra que exprima essa relação. O método é a aplicação prática dessa relação "ensino-aprendizagem". Dê-lo há uma infinidade de variedades ou tipos, sendo que a função é sempre a mesma e supõe — *alguma coisa a ensinar, alguém que ensine e o ensino para alguém*.

Em Estudos Sociais os métodos de ensino imaginados são numerosos e intimamente ligados com os objetivos em vista. Isso mostra que para ensinar não basta ter apenas um bom conhecimento da matéria por parte de quem se propõe a ensiná-la.

Até o século XVI não se havia tratado sistematicamente de didática, embora já se houvesse discutido o problema da educação.

Pode-se dizer que João A. Comênio (1592-1670) foi o iniciador da metodologia, condenando em sua "Didática Magna" o ensino de seu tempo, que consistia em ler Aristóteles, sem tomar contacto com os fenômenos descritos e defendendo a idéia de que a instrução devia seguir a Natureza. Para ele, as coisas e os exemplos deveriam preceder as palavras e as regras; as idéias gerais deveriam vir antes das descrições. Recomendava, também, que todo estudo fosse iniciado por meio dos sentidos. Sua influência foi considerável, não tanto no seu tempo, mas principalmente nos séculos seguintes, quando os progressos da ciência vieram justificar as suas teorias.

Mais tarde, John Locke (1632-1704) estudou mais particularmente a psicologia e negando as idéias inatas afirmava ele que todo conhecimento resulta da experiência e conseqüentemente a mentalidade da criança é a *tabula rasa* sobre a qual se devia construir. Para ele, no processo da aprendizagem, o método era mais importante do que o próprio conteúdo. Era adepto da cultura geral, e sua influência se exerceu até o fim do século passado.

No fim do século XVIII, J. J. Rousseau (1712-1778), sem apresentar sistematicamente suas idéias, tratou de metodologia do ensino em seus escritos, frequentemente influenciado por Locke. Criticou os métodos de seu tempo, pregando o amor da Natureza e da Arte, emitindo também muitas idéias que foram aproveitadas, constituindo o *abstractum* das novas teorias sobre educação. Acreditava na experiência direta pelos sentidos, que deviam ser treinados na criança. Assim, a Geografia deveria, para ele, ser ensinada partindo-se do estudo local.

No princípio do século XIX, Johann Pestalozzi (1746-1827) prestou uma contribuição considerável à metodologia, principalmente no que diz respeito ao ensino primário. Adotando o ponto de vista social da educação, tinha ele a esperança de regenerar a sociedade por meio dela. Segundo o exemplo de seus

* Súmula de aula dada no Curso de Informações Geográficas realizado em julho de 1953.

precursores, êle baseou seus ensinamentos sôbre a psicologia, sôbre a capacidade da criança que cresce, sôbre a aprendizagem pelos sentidos e pela realidade, por meio de observação. Revelou êle a importância das atividades da criança e fez sentir a necessidade da formação do mestre. O seu grande mérito, porém, foi o de chamar a atenção sôbre a individualidade do educando e basear seu ensino sôbre o interesse e a amizade aos jovens.

Tomada a psicologia como guia, a metodologia se tornou um campo de estudos importantes e formou-se, então, uma ciência do ensino — a *Pedagogia* principiou a tomar as suas feições. Primeiro, na Europa e mais tarde nos Estados Unidos, fundaram-se escolas para a formação de mestres.

Durante um longo período do século passado, predominou a idéia do século anterior em relação à psicologia das “faculdades”, distinguindo no espírito humano forças mentais distintas e separadas: sensibilidade, inteligência e vontade. A educação consistia, principalmente, em treinar e exercitar estas faculdades, tornando indispensável a memorização.

Contra essa teoria, colocou-se Johann F. Herbart (1776-1841) considerando que o espírito forma uma unidade e não é composto de certo número de faculdades. Para êle a finalidade do processo educativo era a formação de u'a massa aperceptiva, por meio de compreensão e de associação, qualificando êle de apercepção a massa de apresentação que se sistematiza ao acrescentar novos elementos ao espírito, por meio dos sentidos ou da razão; isto é, um enriquecimento da experiência anterior. Enfim a vida intelectual do indivíduo era, para êle, um processo, consciente ou inconsciente, de apercepção.

Em Geografia, como em História, salientou êle o ponto de vista social. Sua influência na Europa e nos Estados Unidos sômente se fez notar 20 anos depois de sua morte.

Os ensinamentos herbartianos deram aos objetivos sociais da educação uma importância. Essas idéias penetraram nos Estados Unidos depois de 1890 e provocaram um interessante movimento educacional. Os relatórios deixados pelas comissões organizadas naquele época, com a conferência de Madison em 1892, mostram a influência da filosofia de Herbart.

Depois de 1910, os ensinamentos de Herbart são criticados, centralizando-se o ensino na pessoa da criança. A educação torna-se um processo contínuo de reorganização e reconstrução da experiência. São as fórmulas de Dewey que predominam. A escola é imposta uma especial missão — a socialização do indivíduo.

Surge então o problema capital de nossa época: qual do indivíduo ou do grupo social que deve ser tido por centro de gravidade da Sociedade?

Nos Estados Unidos está bem firmada a idéia de considerar a criança como ocupando, na escola, a posição central. É considerada no entanto a necessidade de se criar uma atmosfera para que o indivíduo venha a ser socialmente eficiente; daí a atividade de cada um ser integrada nas atividades do grupo.

Condições fundamentais de aplicação dos métodos — Com estas idéias, os métodos começam, aos poucos, a se correlacionar com as disciplinas e os currículos, insistindo os reformadores destes em só ser ensinado, na escola secundária, o “material útil e funcional para a formação de bons cidadãos”, o que segundo Bining não é fácil, devido às divergências em se poder afirmar o que é útil.

A partir de 1930, surgiu nos Estados Unidos a questão das idéias democráticas aplicadas à escola, chamando Haggsti a atenção dos educadores para a necessidade de serem atendidas com mais cuidado as relações entre discentes e docentes. Dêsse modo “as feições democráticas de uma sala de aula se traduzem por meio de uma cooperação social mais perfeita, na qual a aprendizagem assume uma importância maior do que os próprios objetivos visados”. Hopkins caracteriza este *clima social* do seguinte modo:

- a) pela determinação em comum dos fins a alcançar;
- b) pelos planos para alcançá-los;
- c) pelos métodos escolhidos;
- d) pela avaliação dos resultados;
- e) pela escolha de novos objetivos para continuar a ação cooperativa.

As fases herbartianas — A aprendizagem é, por conseguinte, condicionada por muitos fatores que dependem do aluno, do mestre e do meio, e todo processo obedece a uma seqüência indispensável. Apesar de lhes ter sido dadas errôneas interpretações, até os primeiros anos do corrente século, eram tidas como mais aconselháveis as seguintes fases, chamadas herbartianas:

1. A *preparação* é a operação inicial, por meio da qual o mestre se certifica que os seus discípulos estão em condições de assimilar o que lhes vai ser apresentado. Já vimos que as novas experiências são condicionadas por experiências anteriores.
2. A *apresentação* é a fase em que a motivação passa a ter um papel decisivo. As suas modalidades constituem os métodos propriamente ditos e podem ser: orais, visuais, ativos, etc.
3. A *comparação* ou associação, desempenha um papel importante na aprendizagem, especialmente em Estudos Sociais.*
4. A *generalização* é uma fase necessária para que se tenha alguma coisa a reter — um princípio, uma conclusão, uma idéia clara e definida.
5. A *aplicação*, a fase final, que "tende a facilitar a retenção e permanência do conhecimento, como também esclarece mais e reforça a significação" (Schutte).

Os métodos vêm sendo estudados em vários setores e, na realidade, são poucos os mestres que se limitam a empregar um só método, variando de acordo com a fase do ensino, as necessidades do momento, as disposições encontradas e os materiais disponíveis.

Embora seja impossível fazer-se uma classificação lógica dos diferentes métodos, pois cada tipo inclui elementos diversos que são aplicados em outros, há um número de possibilidades básicas restrito. Para Wesley são os seguintes os aspectos fundamentais do processo de ensinar: falar, desenhar, demonstrar, gesticular, escrever, ler e guiar ou orientar.

Todos estes têm sido utilizados desde a mais alta antiguidade histórica, dependendo a sua multiplicidade de combinação do ponto de vista que serviu de base: o propósito do mestre, o propósito do aluno, etc.

Tipos de métodos — Entre os mais importantes serão aqui apenas citados e não discutidos quanto às suas vantagens e eficiências.

1. Preleção e Compêndio.
2. Projetos e Problemas.
3. Recitação Socializada.
4. Estudo Dirigido.
5. Recapitulação.

* Nela encontra-se a oportunidade de confrontar fatos, opiniões e teorias de vários autores, cabendo ao mestre avaliar os dados apresentados, chegar a conclusões ou procurar interpretar fenômenos ou fatos.

Traços Gerais Sobre o Relêvo e o Litoral do Brasil

ARIADNE SOARES SOUTO MAIOR
Do Conselho Nacional de Geografia

O Brasil não é um país de altas montanhas, não possuindo picos com altitude superior a 3 000 metros. Predominam os planaltos de média altitude e as planícies. Os primeiros, que ocupam cerca de 2/3 da área do Brasil, compreendem o "planalto guiano" e o "planalto brasileiro" enquanto que as planícies, cobrindo cerca de 1/3 do território nacional, podem ser reunidas em três grupos: a amazônica, a do Paraguai e as baixadas litorâneas.

Planaltos

O *planalto guiano* é limitado na parte meridional pela planície amazônica e, a oeste, pela do Orenoco. Sua estrutura e altitude são semelhantes às do planalto brasileiro mas sua área é bem menor ocupando terras brasileiras apenas em sua vertente sul. Apresenta-se rebaixado pela erosão; só nos divisores de águas dos rios que descem para as bacias guianense e do Orenoco, encontram-se altitudes mais elevadas. Não forma cadeias contínuas mas agrupamentos de "serras" alinhados em uma direção geral e divididos em dois blocos: o ocidental e o oriental. O primeiro, mais elevado, tem como serras principais, Parimã e Pacaraimã, entre o Brasil e a Venezuela; no segundo, destaca-se a serra de Tumucumaque.

O *planalto brasileiro* abrange enorme área, sendo constituído de rochas cristalinas, recobertas em largos trechos por camadas sedimentares de várias idades. Não possui cordilheiras elevadas. É formado, somente, por terras altas e patamares, limitados por escarpas mais ou menos íngremes, vulgarmente denominadas "serras".

Considerando a estrutura geológica, a origem do relêvo, seu aspecto e situação, o Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães dividiu o planalto brasileiro em: serras orientais, peneplanícies nordestinas, peneplanícies centro-orientais, degraus e patamares meridionais, escarpas e chapadas centrais.

As serras orientais são formadas pelas montanhas situadas entre a faixa litorânea e os vales dos rios Paraná e São Francisco. Seguem aproximadamente o rumo N-S, SW-NE acompanhando, mais ou menos, a direção do litoral. Seu aspecto é montanhoso, contrastando com a monotonia do relêvo do interior. Entre os grupos de serras orientais salientam-se as serras do Mar, da Mantiqueira, de Paranapiacaba e do Espinhaço.

A serra do Mar nada mais é que um dos degraus do grande planalto brasileiro. Estende-se do rio Paraíba do Sul, no estado do Rio de Janeiro, até o estado de Santa Catarina, sempre, paralela à costa, chegando, às vezes, a ter contacto com o oceano. Recebe diversas denominações locais entre as quais distinguem-se: Negra e Graciosa, no Paraná; Cubatão e Bocaina, em São Paulo; Parati, Estrêla, Órgãos, Macaé, no estado do Rio de Janeiro.

A serra da Mantiqueira é separada da serra do Mar pelo vale do Paraíba. Estende-se do nordeste de São Paulo, na zona limítrofe com Minas Gerais, até o vale do rio Doce. É outro grande degrau do planalto brasileiro. Nela encontra-se, no maciço de Caparaó, o ponto culminante do Brasil, o pontão da Bandeira (2 890 metros), entre Minas Gerais e Espírito Santo.

A serra de Paranapiacaba, imponente linha de elevações, tem a escarpa mais íngreme voltada para o vale do Ribeira do Iguape.

Dominando o planalto, surge a serra do Espinhaço, que se prolonga no rumo geral S-N. Começa na serra de Ouro Branco, ao sul de Ouro Preto, apresentando-se no seu trecho inicial, muito montanhosa, com picos elevados e maciços mais ou menos isolados com o do Caraça. Mais ao norte, o Espinhaço apresenta-se como um planalto estreito e alongado, separando a bacia do São Francisco das do Doce e Jequitinhonha, limitando-se a leste e oeste por escarpas bem pronunciadas. O Espinhaço vê-se continuado, na Bahia, pela serra Geral e a Chapada Diamantina.

Outro aspecto do planalto brasileiro é observado no Nordeste Oriental: o relevo apresenta planuras amplas, de suave ondulação. Sobressaindo nesta superfície baixa notam-se somente serras isoladas e elevações tabulares, chapadas de encostas escarpadas. Como exemplo dessas elevações isoladas temos as serras de Baturité, Uruburetama e Meruoca, tôdas no Ceará. Quanto aos relevos tabulares, sobressaem-se as chapadas do Araripe e do Apodi. Na parte oriental das peneplanícies nordestinas, há um trecho mais elevado, que recebe a denominação de planalto da Borborema. Sua encosta voltada para o litoral, apresenta-se muito sulcada, não se repetindo aí as escarpas elevadas encontradas no sul e sudeste do país.

A região centro-oriental do planalto brasileiro mostra, também, terrenos muito erodidos. Duas peneplanícies ocupam a região: a do Alto Rio Grande e a do Alto Paranaíba. A primeira limita-se, ao sul, pelo paredão da Mantiqueira, enquanto que a segunda, aparece depois do degrau formado pelas serras da Canastra, Mata da Corda e outras, terminando na região dos divisores com as bacias do Araguaia e do Tocantins.

A porção meridional do planalto brasileiro é fracamente ondulada, inclinada para oeste, isto é, para o vale do Paraná, sucedendo-se nessa direção terrenos de várias idades. O mais importante degrau desse planalto é o da serra Geral, que se estende desde São Paulo até o Rio Grande do Sul, onde ruma para oeste, separando o planalto, das terras baixas e planícies do centro e do sul do estado.

As serras de Maracaju e Calapó que constituem o rebôrdio ocidental do planalto meridional, na outra margem do Paraná, são menos abruptas que a serra Geral.

A última parte do planalto brasileiro a ser considerada é a que abrange as chapadas e os planaltos, típicos das regiões centrais do país. Predominam no relevo, as linhas horizontais sendo, os únicos acidentes, os vales dos rios, sulcos profundos, limitados, às vêzes, por escarpas íngremes. Três chapadas se distinguem: o chamado Espigão Mestre, constituído pelo extenso planalto entre as bacias do Tocantins e do São Francisco, a chapada dos Veadeiros e a dos Parecis. A chapada dos Veadeiros situa-se entre os rios formadores do Tocantins e, a chapada dos Parecis, no noroeste mato-grossense, compreende o planalto divisor das águas do Amazonas e do Paraguai.

No sul do Maranhão e no Piauí, notam-se os mesmos aspectos do relevo das regiões centrais sendo a chapada das Mangabeiras um exemplo disso.

Planícies

Entre as planícies brasileiras, destaca-se a amazônia por sua maior área. Estende-se por mais de dois milhões de quilômetros quadrados sendo larga a ocidente e afunilada a oriente. Ao norte e ao sul é limitada pelas primeiras cachoeiras dos afluentes do Amazonas, que assinalam a passagem para os planaltos brasileiro e guiano.

A planície do Paraguai, no Brasil, ocupa grande área no estado de Mato Grosso, formando o chamado "pantanal", planície sujeita a inundações periódicas pelas águas do Paraguai e seus afluentes.

As baixadas litorâneas estendem-se, desde o Piauí até o Rio Grande do Sul, sendo ora estreitas, como em quase todo o litoral oriental e parte do meridional, ora mais extensas como em certos trechos da Região Nordeste e Leste e no extremo sul.

Litoral

Várias são as classificações do litoral brasileiro (7408 quilômetros de extensão) porém a mais concisa é a que o divide em três trechos: setentrional, oriental e meridional (Aroldo de Azevedo).

O primeiro — do cabo Orange ao cabo de São Roque — embora sendo baixo em quase toda a sua extensão, não apresenta sempre os mesmos aspectos. Podem-se notar quatro porções distintas, de norte para sul: a primeira até o cabo Norte, com mangues e uma série de lagoas costeiras; outra, do cabo Norte ao cabo de Maguari (ilha de Marajó), caracterizada por grande número de ilhas; segue-se o litoral de rias, bastante recortado e, por último, da altura da ilha de São Luís em diante, costa de praias, com dunas.

O litoral oriental — do cabo de São Roque ao de São Tomé — é constituído por duas partes diferentes, limitadas pela baía de Todos os Santos. Na primeira aparecem, sucessivamente, barreiras e lagoas costeiras, sendo a costa acompanhada por recifes. Entre os acidentes salientam-se os cabos Branco e Santo Agostinho, a ponta do Seixas (ponto extremo a leste do país), o cabo de Santo Antônio e a ilha de Itamaracá. Na segunda parte o litoral é muito uniforme caracterizado pelas barreiras apresentando-se, em geral, alto até a foz do Mucuri e baixo daí para o sul. Os principais acidentes são as baías de Todos os Santos, Caravelas e Vitória.

No litoral meridional, que se estende do cabo de São Tomé ao arroio Xuí, sobressaem-se dois trechos separados pela baía de Paranaguá. Do cabo de São Tomé a esta baía a costa é muito recortada devido à proximidade da serra do Mar. Surgem no litoral fluminense, lagoas costeiras e restingas que as separam do mar. Mais para o sul nota-se, nitidamente, a influência do relevo próximo. O litoral ao sul da baía de Paranaguá segue direção aproximada norte-sul até o cabo de Santa Marta quando inflete para SW; até aí, as montanhas margeiam o Atlântico. Do cabo de Santa Marta ao arroio Xuí, a costa é baixa, arenosa e sem acidentes importantes. A barra do rio Grande constitui a única abertura nesta secção, comunicando com o mar a grande lagoa dos Patos. Além desta, são numerosas as lagoas neste trecho do litoral, salientando-se a Mirim.

Pontos do Concurso da Carreira de Geógrafo*

Geografia Física

Pontos: 1. a) Capturas fluviais; b) As florestas das regiões temperadas e frias. 2. a) Terraços fluviais; b) Os grandes grupos de solos do mundo. 3. a) O relêvo calcário; b) Tipos de clima das áreas intertropicais. 4. a) relêvo das regiões semi-áridas; b) Tipos genéticos de lagos. 5. a) O relêvo de *cuestas*; b) As regiões de vegetação aberta no mundo. 6. a) Epirogênese e movimentos eustáticos na evolução do relêvo continental; b) Paisagens vegetais das áreas intertropicais. 7. a) Consequência dos falhamentos para o relêvo e a drenagem; b) Rochas sedimentares. 8. a) O relêvo submarino; b) Desagregação mecânica e decomposição química das rochas. 9. a) Classificações climáticas; b) O ciclo de erosão fluvial. 10. a) As rochas metamórficas e seu comportamento perante a erosão diferencial; b) Relevos vulcânicos.

Ponto sorteado — 2. Questões formuladas:

1.^a questão — Dissertação acerca do tema: "Terraços fluviais", subordinada ao seguinte sumário: I — Conceito e tipos de terraços fluviais; II — O reconhecimento dos terraços fluviais no campo; III — Estudo de exemplos regionais de terraços.

2.^a questão — I — Indicar as condições da formação e as áreas geográficas do podzol; II — Quais os efeitos dos excessos da agricultura itinerante sobre os solos das regiões tropicais úmidas? III — Indicar os grupos de solos mais ricos do Brasil e suas áreas de distribuição.

Metodologia da Ciência Geográfica

Pontos: 1. a) Conceitos de Geografia, segundo autores contemporâneos; b) Frederico Ratzel e sua obra geográfica. 2. a) Princípios fundamentais da metodologia geográfica. b) Aplicação da Geografia na administração. 3. a) O conceito de paisagem em Geografia; b) A Geografia nas obras de Humboldt e Ritter. 4. a) A unidade da ciência geográfica; b) Exemplos de plano geográfico para o estudo de uma região. 5. a) Regiões naturais e regiões humanas; b) Influência de Vidal de La Blache na Geografia moderna. 6. a) Relações entre a Geografia e a Geologia; b) A Geografia, ciência do homem. 7. a) Relações entre a Geografia e a História; b) Aplicação da Geografia ao planejamento regional: Exemplos. 8. Tendências da Geografia contemporânea na França, na Alemanha e nos Estados Unidos.

Ponto sorteado — 3. Questões formuladas:

1.^a questão — Dissertação sobre o conceito de paisagem geográfica.

2.^a questão — Até que ponto a formação científica de Humboldt e Ritter influuiu nas respectivas obras?

3.^a questão — Qual a principal contribuição geográfica de "Kosmos" e da Geografia geral comparada? ..

4.^a questão — Mostrar a influência de Humboldt e Ritter em obras de geógrafos posteriores a eles.

* Pontos do concurso para preenchimento de vagas na carreira de Geógrafo do C.N.G., levado a efeito no corrente ano, do qual damos notícia completa em outra parte deste *Boletim*.

Geografia Humana

Pontos: 1. a) Os limites do ecúmeno; b) A ocupação humana nas regiões mediterrâneas. 2. a) As regiões de grande densidade de população do globo; b) A habitação nas regiões desérticas. 3. a) A influência dos fatores geográficos na estrutura humana; b) A distribuição geográfica do carvão na Europa ocidental. 4. a) A região industrial dos Estados Unidos da América: localização e características; b) A ocupação humana nas regiões desérticas. 5. a) Agricultura de jardinagem em regiões tropicais; b) A rede ferroviária da Europa ocidental. 6. a) Os grandes mercados mundiais do algodão; b) Sítio e situação urbana. 7. a) Problemas de colonização; b) Distribuição geográfica da pecuária extensiva no globo. 8. a) As bases geográficas da indústria metalúrgica; b) A navegação no Atlântico norte. 9. a) A ocupação humana nas florestas tropicais; b) A distribuição da população no globo por latitudes. 10. a) A ocupação humana nas regiões de montanha; b) A importância dos Grandes Lagos na navegação interna da América do Norte.

Ponto sorteado — 2. Questões formuladas:

1.^a questão — Dissertação sobre as regiões de grande densidade de população do globo.

2.^a questão — Como se apresenta o problema do material de construção nas regiões desérticas?

3.^a questão — Quais os traços característicos da habitação nas regiões desérticas em relação à sua forma de planejamento?

Geografia do Brasil

Pontos: 1. a) Região colonial do Rio Grande do Sul: estudo regional; b) Estrutura e morfologia da planície amazônica. 2. a) A utilização do solo no Nordeste e o problema da água; b) O ferro e a siderurgia no Brasil. 3. a) O açúcar no Nordeste; b) Estrutura e morfologia do Planalto Meridional. 4. a) Bacias hidrográficas brasileiras e seus recursos hidroenergéticos; b) O cacau na Bahia. 5. a) O carvão no sul do Brasil; b) Aspectos geográficos da agricultura brasileira. 6. a) A erosão acelerada e o esgotamento do solo no Brasil; b) Vale do São Francisco: estudo regional. 7. a) Recôncavo da Bahia: estudo regional; b) A Geografia da pecuária do Brasil. 8. a) A influência do meio físico e das condições econômicas sobre o sistema de transportes no Brasil; b) Sul de Goiás: estudo regional. 9. a) Norte do Paraná: estudo regional; b) Fundamentos geológicos da indústria do petróleo no Brasil. 10. a) Aspectos geográficos de triticultura no Brasil; b) Vale do Paraíba: estudo regional.

Ponto sorteado — 7. Questões formuladas:

Dissertação — I — Recôncavo da Bahia, estudo regional; II — A Geografia da pecuária no Brasil.

Cartografia e Trabalhos Práticos

Pontos: 1. a) Projeções: Conformidade, equivalência e equidistância. Características gerais das projeções cilíndricas transversas, cônicas polares, azimutais polares e transversas; b) Locação e medição de coordenadas nas escalas de 1:100 000, 1:250 000, 1:500 000 e 1:1 000 000; c) Escalas. Problemas. Construção de escala gráfica. Problemas sobre redução e ampliação; d. Determinação de áreas, em cartas, por processo expedido (quadriculado transparente). 2. Perfil topográfico e corte geológico à base de carta nacional, em escala topográfica. Interpretação do corte e da carta. 3. a) Declinação magnética, azimute magnético, azimute verdadeiro. Marcação numa carta de direções modificadas no terreno; b) Desenho de perfil em escala horizontal e vertical iguais, dadas as distâncias verdadeiras e os ângulos de declive entre as estações; c) Desenho de caminhamento, conhecidos azimutes magnéticos e distâncias reduzidas ao horizonte. 4. a) Construção de gráficos: Barras, curvas, curvas de fre-

quências acumuladas, setores, polares, colunas compostas; b) Figuração de quantidades por meio de círculos e quadrados; c) Traçado de isaritmias.

Questões formuladas:

Resolver, com auxílio da folha Piracicaba, em 1:100 000, edição de 1952, da carta geológica do Brasil, as seguintes questões:

1.^a questão — Local o ponto com as coordenadas como segue:

22.º 46' 55,5" Lat. S

47.º 47' 33" Long. WG

2.^a questão — a) Quais os valores numéricos das coordenadas dos pontos foz do ribeirão Água Parada ou Mumbuca, no rio Capivari e Pau Queimado? b) Qual a distância, em quilômetros e frações, entre estes dois pontos?

3.^a questão — a) Desenhar um corte geológico em escala horizontal igual à da carta e na escala vertical de 1:10 000, segundo a linha indicada a lápis azul (Pau-Queimado, foz Boa Esperança, rio Piracicaba, espigão separando os ribeirões do Meio e Samambaia); b) Interpretação geomorfológica do corte.

Francês

Questão formulada:

Tradução de um trecho de Emmanuel De Martonne "Evolution des régions de côtes", extraído da obra *Géographie Physique*, vol. segundo.

Português

Questão formulada:

Descrição geográfica, em forma de relatório, da paisagem descortinada do local onde se realizou a prova.



Anualmente o Conselho Nacional de Geografia realiza um concurso de monografias de aspectos geográficos municipais, com direito a prêmios. Concorra com os seus estudos geográficos, seus levantamentos, sua documentação.

Bibliografia **e Revista de Revistas**

Registos e Comentários Bibliográficos

Livros

ARTUR CÉSAR FERREIRA REIS — *Aspectos Sociais da Valorização da Amazônia* — (Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais — Recife, 1955).

O presente trabalho constituiu originariamente uma conferência realizada pelo autor no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, sediado no Recife e sob cuja responsabilidade acaba de ser publicado. Ao Sr. Artur César Ferreira Reis recomenda não só a condição de atual superintendente do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, como a sua real e reconhecida competência no terreno de estudos do gênero.

Especialista em assuntos amazônicos, tem-nos dado, neste particular, algumas contribuições valiosas e objetivas. Tratando agora especificamente dos aspectos sociais da valorização daquela região, procura definir o que ela é, de fato, na sua expressão geoeconômica, repelindo acepções vulgares a respeito.

Com efeito, a Amazônia não é apenas o espaço assinalado no quadro da divisão política brasileira pelos estados e territórios federais do extremo norte, nem tão pouco pode delimitar-se por linhas rígidas e convencionais de fronteiras territoriais. Caracteriza-se pela sua paisagem, aspectos e peculiaridades geofísicas. Mas seus limites extravasam da área coberta pela floresta fabulosa e invencível e pela bacia imensa do rio-mar. Parte dela, da Amazônia, está dentro dos territórios de quatro outros países sul-americanos: Peru, Bolívia, Equador, Venezuela. A Amazônia brasileira propriamente dita compreende cerca de dois terços da área total do território brasileiro, ou sejam: 5 030 109 quilômetros quadrados. A conquista do espaço geográfico, esclarece Artur César Ferreira Reis, significa o domínio alcançado

pelo homem no uso dos meios técnicos, de sua capacidade realizadora, de sua vontade de trabalho sobre o meio físico, alterando-lhe as características e afeiçoando-o às suas necessidades. No espaço tropical em que a floresta e a água são a constante da paisagem física, têm sido difíceis as emprêças e os triunfos do homem.

O autor desenvolve considerações sobre a ocupação humana da região, mostrando como se plasmaram ali as sociedades ou sejam os grupos humanos, para cuja formação concorrem alienígenos europeus e aborígenes. Quanto ao regime das terras declara que prevalece o latifúndio, baseando-se as atividades econômicas na exploração da floresta. Observa o professor Artur César Ferreira Reis que a Comissão de Planejamento concebeu a valorização da Amazônia como sendo um esforço nacional, no sentido de assegurar a ocupação territorial da Amazônia, construir uma sociedade economicamente estável e progressista; desenvolver a Amazônia num sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.

O que ali se inicia, concluiu, pois, tem por objetivo vencer o deserto, criando vida e assegurando ao homem padrões a que tem direito como força criadora e não como ornamento paisagístico.

J. R. S.

INFORME A LA SEXTA ASAMBLEA GENERAL DEL IPGH — Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística — México, 1955.

Conforme o próprio título indica, contém esta publicação um relatório amplo e minucioso do que no terreno da geografia e especialidades afins, se tem realizado no México pelo Governo e por iniciativa da tradicional Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística. Foi apresentado à IV Assem-

bléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História, realizada entre 24 de julho e 6 de agosto deste ano, na cidade do México, onde tem sede esta instituição científica de âmbito intercontinental.

O *Informe* traz uma introdução assinada pelo engenheiro Rodolfo Flores Talavera, presidente da Sociedade, e divide-se nas seguintes partes: I — Trabalhos Geodésicos e Fotogramétricos — (pelo brigadeiro e engenheiro Miguel A. Sánchez Lamago, chefe do Departamento Cartográfico Militar); II — Trabalhos de Geomagnetismo, Marés, Sismologia e Gravimetria — (pelo engenheiro Ricardo Monges López, diretor do Instituto de Geofísica da Universidade Nacional do México); III — Trabalhos de Hidrometria e Meteorologia — (pelo engenheiro Fe-

derico Mutzenbecher, ex-chefe do Departamento Hidrométrico, da Secretaria de Recursos Hidráulicos); IV — Estudos de solos — (pelo engenheiro Mário Macias Villada, chefe do Departamento de Estudos Agrológicos, da Secretaria de Recursos Hidráulicos); V — Trabalhos Demográficos — (pelo engenheiro Rodolfo Flores Talavera, diretor Geral de Estatística da Secretaria de Economia); VI — Trabalho Editorial e Ensino da Geografia — (pelo professor Ramón Alcorta Guerrero, chefe do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia e Letras, da Universidade Nacional do México); VII — Atividades da Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística — (pelo professor Jorge A. Vivó, secretário da Comissão de Publicações da S.M.G.E.).
J.R.S.

Periódicos

LA EDAFOLOGIA O CIENCIA DEL SUELO — Ing. Mário Macias Villada (Boletín de la Sociedad Mexicana de Geografía y Estadística) — Tomo LXXI, ns. 1, 3, janeiro-junho, 1951).

Neste trabalho, dividido em onze capítulos, perfazendo 199 páginas, trata o autor da ciência pedológica, seus conceitos e aplicação em benefício do homem. Interessando-lhe de início a definição do que seja *pedologia*, explica o engenheiro Mário Macias que a mesma pressupõe todo um sistema científico incluindo todos os conceitos relacionados com um produto peculiar da natureza, que é o próprio solo.

Durante muito tempo esta ciência foi tida como ciência aplicada interessando à agronomia, como ramo da geologia. Em 1901, ao celebrar-se em Budapeste uma conferência internacional agro-geológica, procurou solucionar o problema de afastá-la dessa subordinação a outras ciências. Relativamente a este fato Yarilov esposou a seguinte opinião: "A Geologia trata da parte inerte do globo terrestre, enquanto a ciência do solo se relaciona com a parte ativa da crista terrestre mineira e orgânica a modificar-se sempre, sujeita a transformações contínuas, ocasionadas pela radiação solar,

pelas trocas de temperatura, pelas precipitações atmosféricas e pelos organismos vivos".

Analisando esta opinião, o autor aceita como definição do solo o conceito seguinte: "É o corpo natural que ocupa a parte superficial da terra, composto de matérias minerais e orgânicas e que tem horizontes definidos de eluviação e iluviação". A formação e existência dos solos, acrescenta, depende de circunstâncias especiais e fatores que se chamam coletivamente *causas da formação do solo*. Assim, o estudo da genética do solo inclui o estudo dos materiais originários dos quais se formam os solos, e dos fatores que os convertem em solo e o do processo edafológico do desenvolvimento do perfil do solo.

O solo é o produto da desintegração das rochas. Do ponto de vista geológico é produto do *desgaste geológico*. Quanto à influência do clima na formação dos solos, concorda o engenheiro Mário Macias com teorias firmadas em fins do século passado pelo norte-americano Hilgard e pelos russos Docuchaiev e Sibirzey. Relativamente às propriedades físicas e químicas e biológicas dos solos, observa que elas se influenciam mutuamente. "As diferentes características dos solos em qualquer lugar, se determinam principalmente pela classe de plan-

tas e por sua vez a classe de plantas pelo tipo de solo e ambos estão influenciados pelo clima." São também objeto de considerações na monografia problemas atinentes aos fertilizantes e práticas de fertilização. Nesse particular afirma o autor que o valor agrícola de um fertilizante é necessariamente incerto devido a que o material é facilmente sujeito a trocas quando colocado em contacto com duas grandes variações: o solo e a colheita.

Estas, em síntese, as idéias expostas e discutidas no amplo e substancial estudo do engenheiro Mário Macias Villada, constituindo número especial do *Boletim* da tradicional Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística.

J. R. S.

AMERICAN GEOGRAPHY: INVENTORY AND PROSPECT — Association of American Geographers by Syracuse University Press.

Volume comemorativo do 50.^o aniversário de fundação da Associação dos Geógrafos Americanos. Vamos condensar os comentários que a respeito da publicação acima faz Osvaldo Baldacci no *Bolletino della Societa Geografica Italiana*, série VIII, vol. VIII, janeiro-março de 1955.

Compreende 26 capítulos com a seguinte matéria:

1. "O campo da Geografia" — Preston E. James
2. "O conceito regional e o método de pesquisa regional" — Derwent Whittlesey
3. "História da Geografia" — Andrew H. Clark
4. "O estudo geográfico da população" — Preston E. James
5. "Geografia da habitação..." — Clyde F. Rohn

6. "Geografia urbana" — Harold M. Mayer
7. "Geografia política" — Richard Hartshorne
8. "Geografia da produção" — J. Russel Whitaker
9. "Os campos da geografia econômica" — Raimond E. Murphy
10. "Geografia agrícola" — Harold H. MacCarty
11. "Geografia da produção mineral" — Raimond E. Murphy
12. "Geografia da indústria" — Chauncy D. Harris
13. "Geografia dos transportes" — Edward L. Ullman
14. "Climatologia" — John Leighly
15. "Geomorfologia" — Louis C. Peltier
16. "O estudo geográfico dos solos" — Carleton P. Barnes
17. "O estudo geográfico das águas continentais" — Peveril Meigs III
18. "O estudo geográfico dos mares" — C. J. Burke e Francis E. Elliott
19. "Geografia botânica" — A. W. Küchler
20. "Zoogeografia" — L. C. Stuart
21. "Geografia médica" — Jacques M. May
22. "Climatologia fisiológica" — D. H. K. Lee
23. "Geografia militar" — Joseph A. Russel
24. "Os campos técnicos" — Charles M. Davis
25. "A interpretação das fotografias aéreas" — Hibberd V. B. Kline Jr.
26. "Cartografia geográfica" — Arthur H. Robinson.

As contribuições dê que consta o volume se desenvolvem com base em três pontos: 1.^o — o objetivo da pesquisa; 2.^o — o conceito tradicional; 3.^o — a obra dos geógrafos americanos. Dentro desse plano surgem trabalhos informativos e de orientação.

A. V. L.



A fotografia é um excelente documento geográfico, desde que se saiba exatamente o local fotografado. Envie ao Conselho Nacional de Geografia as fotografias panorâmicas que possuir, devidamente legendadas.

Índice, por autor, dos trabalhos publicados no "Boletim Geográfico" do número 1 ao 123.

(Abril de 1943 a dezembro de 1954).

- ABEL DE ALMEIDA, Néilson**
— Rio Doce — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- ABREU, Capistrano de**
— A geografia do Brasil — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
— Uma apreciação sobre o livro "Geografia do Brasil", de A. W. Sellin — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- ABREU, Florêncio de**
— O gado bovino e sua influência sobre a antropogeografia do Rio Grande do Sul — Transcrição — Ano XI, n.º 116 — Setembro-outubro de 1953.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib**
— Contribuição ao estudo do sudoeste goiano — Transcrição — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- ACKERMAN, Edward A.**
— Treinamento geográfico, pesquisa em tempo de guerra e objetivos profissionais imediatos — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
- ACKERMAN, Fritz**
— Exploração do rio Camaçopi — Resenha — Ano VIII, n.º 84 — Janeiro de 1951.
- ADAMSON, A. M.**
— As térmitas e a fertilidade do solo — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- ANTHURSON, Clyde B.**
— Sistemas de transportes nos Estados Unidos. Fatores geográficos e econômicos — Resenha — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
- ALBERTO, João**
— Cruzando o Brasil em todas as direções — Resenha — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
— Problemas do Brasil Central — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- ALMEIDA, Fernando J. M. de**
— Relêvo de "cuestas" na bacia sedimentar do rio Paraná — Comentário — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
- ALMEIDA, João Carlos de**
— São Paulo no Brasil — Resenha — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- ALMEIDA, Laudemiro**
— Introdução à geografia econômica e humana do Nordeste — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- ALMEIDA, Rômulo de**
— Posição do Brasil na economia mundial — Resenha — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
- ALMEIDA LUSTOSA, Antônio de**
— A igreja e a seca — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- ALMEIDA SIMÕES, Ruth Matos**
— Comentário do mapa da produção de mandioca no estado da Bahia — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
— Comentário do mapa da produção de cana-de-açúcar no estado da Bahia — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.
— Comentário do mapa da produção de côco-da-bahia no estado da Bahia — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.
- ALVES, Joaquim**
— Adjunto ou mutirão — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
— Agentes antropogeográficos das regiões serranas do Ceará — Resenha — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
- ALVES DE ARAÚJO, Wilson**
— Contribuição para os estudos de solos da região dos campos de Minas Gerais — Resenha — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
— O solo como fator ecológico no desenvolvimento da vegetação no centro-oeste do Brasil — (Tradução de Ruth Kuhlmann) — Transcrição — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
- ALVES DE LIMA, Miguel**
— Posição metodológica da geografia inglesa — (Tradução do original de S. W. Woolridge e P. S. Morgan) — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- ALVES DE SOUSA, Antônio José**
— Problemas do São Francisco — Resenha — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
- ALVIM, Paulo de T.**
— Observações ecológicas sobre a flora da região semi-árida do Nordeste — Resenha — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
— O solo como fator ecológico no desenvolvimento da vegetação no centro-oeste do Brasil — (Tradução de Ruth Kuhlmann) — Transcrição — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
- ALVIM CORREIA, Roberto**
— A obra de Percy Lau — Resenha — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.

AMARAL, Luís

- *Problemas demográficos* — Resenha — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
- *Pequena história do algodão no Brasil* — Transcrição — Ano VII, n.º 77 — Agosto de 1949.

AMARAL LEBRÃO, Moacir do

- *Geobotânica e geologia* — Contribuição ao Ensino — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
- *As relações do mundo biológico com a geologia* — Transcrição — Ano XI, n.º 117 — Novembro e dezembro de 1953.

AMARANTE ROMARIZ, Dora de

- *O gado na expansão geográfica do Brasil* — Resenha — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
- *Atividades da Secção Regional Sul* — Editorial — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.

ANDERSON GAULD, Charles

- *Belo Horizonte e Salt Lake City* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Comentário — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.

ANDRADE PINTO, Gilda

- *Região Norte* — Resenha — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.

ANNIBALLE BRAGA, Leonilda

- *Estrada de Amásta* — Resenha — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.

ANTUNES, De Paranhos

- *Aniversário do Conselho Nacional de Geografia* — Editorial — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.
- *XVII aniversário do I.B.G.F.* — Editorial — Ano XI, n.º 114 — Junho de 1953.
- *XII Assembléa Geral do C.N.G.* — Editorial — Ano XI, n.º 115 — Julho-agosto de 1953.
- *XI Congresso Brasileiro de Geografia* — Editorial — Ano XI, n.º 116 — Setembro-outubro de 1953.
- *Centenário do Paraná* — Editorial — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
- *IV Centenário de São Paulo* — Editorial — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
- *Tricentenário da Restauração Pernambucana* — Editorial — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
- *Geopolítica para o soldado* — (Tradução do original de William R. Kintner) — Contribuição à Geopolítica — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
- *XI Congresso Brasileiro de Geografia* — Editorial — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.

ARAGÃO, B. de

- *Volta Redonda, uma vitória do Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.

ARAÚJO FEIO, José Lacerda de

- *A geologia histórica e seus fins* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *Melo Leitão e a geografia* — Resenha — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.

ARBOS, Philipps

- *A colonização* — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *Geografia urbana* — Resenha — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.

- *Bordéus* — Resenha — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.

- *Petrópolis, esboço da geografia urbana* — (Tradução de Odilon Nogueira de Matos) — Transcrição — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.

- *Idem (II)* — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.

- *Clermont Ferrand* — Resenha — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.

- *Petrópolis, esboço de geografia urbana (III)* — (Tradução de Odilon Nogueira de Matos) — Transcrição — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.

ARTUR DAVIS, Raymond

- *Crepúsculo dos impérios coloniais* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.

ARTUR ROS, José

- *O imigrante e o problema da terra* — Resenha — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.

- *A imigração de confederados norte-americanos no Brasil* — Transcrição — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.

- *O imigrante e o problema da terra* — Comentário — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.

- *Rumos da reforma agrária* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.

ASFORA, Perminio

- *Revista Brasileira de Geografia* — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.

AUBERT, Georges

- *Tendências atuais da pedologia nas regiões tropicais e subtropicais* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 84 — Janeiro de 1951.

AUBREVILLE, A.

- *A floresta de pinho no Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.

ÁVILA LINS, José d'

- *O centenário de Areia* — Resenha — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.

AZEVEDO, Aroldo de

- *Monografias regionais* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.

- *A imigração no Brasil de após-guerra* — Resenha — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.

- *O ensino da geografia europeia nos cursos secundários* — Resenha — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.

- *Programa de Geografia para o curso secundário* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.

- *A geografia em São Paulo e sua evolução* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.

AZEVEDO, Portela de

- *Por que naturologia?* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.

AZEVEDO, Tales de

- *O rancho dos gaúchos brasileiros e uruguaio* — Resenha — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.

- *Estudos de comunidades na Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.

AZEVEDO SANTOS, Graziela de

- O algodão — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- O espírito explicativo na geografia moderna — (Tradução do original de W. M. Davis) — Transcrição — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.

AZZI, Reinaldo

- O vale do Ribeira de Iguape — Transcrição — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.

BACKHEUSER, Everardo

- Tertúlias geográficas — Comentário — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- Religião em antropogeografia — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- Idem (II) — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- Os fatos fundamentais da geografia — Comentário — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- Novos fatos geográficos e sua repercussão no Brasil — Comentário — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- Engenhos geográficos — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- A planta atormentada da cidade — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- Crescimento da cidade do Rio de Janeiro — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- Densidade demográfica — Resenha — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- Os sambaquis do Distrito Federal — Transcrição — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
- Geografia carioca: aspectos geológicos no tempo colonial — Resenha — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
- Geografia carioca: O cenário físico no tempo colonial — Resenha — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- A geologia do Distrito Federal — Transcrição — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- Geografia carioca: primeiros delineamentos urbanos — Resenha — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- Geografia carioca: primeiras explorações econômicas — Resenha — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- Geografia carioca: a população colonial da cidade — Resenha — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- Geografia carioca: a lagoa Rodrigo de Freitas — Resenha — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
- Alguns conceitos geográficos e geopolíticos — Comentário — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- Geografia carioca: a restinga de Marambaia — Resenha — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- A hora da geografia — Comentário — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- Territórios nacionais — Resenha — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
- O ensino da Geografia — Comentário — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- Geografia carioca: o litoral da Guanabara — Resenha — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
- Geografia carioca: granito nos subúrbios — Resenha — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- Geografia carioca: aspectos gerais da geologia do Distrito Federal — Resenha — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- Conceito de planalto — Comentário — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.

- Localização da nova capital do país no Planalto Central — Comentário — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- O Retângulo Cruis — Comentário — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
- Localização da nova capital: clima e capital — Comentário — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- Localização da nova capital: critérios de escolha — Comentário — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- Localização da nova capital: ponto nevrálgico — Comentário — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
- Os climas dos tempos geológicos — Resenha — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
- Leis geopolíticas da evolução dos estados — Comentário — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- Língua, situação geográfica e nível de cultura — Transcrição — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
- O nosso fatalismo é ingênuo — Transcrição — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
- Clima e civilização: teoria do grau de cultura — Transcrição — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
- A nova concepção da Geografia — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
- A política e geopolítica, segundo Kjellen — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.

BALDUS, Herbert

- Instruções gerais para pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- Possibilidades de pesquisas etnográficas entre os índios do Brasil — Resenha — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- Problemas indigenistas no Brasil — Resenha — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.

BARATA, Frederico

- O homem dos sambaquis — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.

BARBOSA, Domingos

- A grafia de Itapecuru — Resenha — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- O que significa "carioca"? — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.

BARBOSA, Otávio

- Resumo da geologia do estado de Minas Gerais — Transcrição — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Américo L.

- Contribuição à geografia econômica do Brasil — Transcrição — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- Deficiência da economia rural brasileira — Resenha — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- O espírito tradicional da expansão econômica brasileira — Resenha — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- Diretrizes para uma planificação regional do Brasil: atividades de base — Resenha — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- Problemas da produção no Brasil — Resenha — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.

BARONI, Orlando

- A batalha da borracha — Resenha — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.

- BARRÈRE, Pierre**
— *O mercado mundial da banana* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.
- BARRETO, Castro**
— *Imigração de após-guerra* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Agosto de 1943.
— *Considerações sobre o êxodo rural* — Resenha — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
— *A população brasileira* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
- BARRETO, M.**
— *O guri, uma curiosidade regional* — Resenha — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- BARROS BARRETO, J.**
— *Índices sanitários do Brasil* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- BARROSO, Gustavo**
— *A origem da palavra "sertão"* — Resenha — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- BARROSO RAMOS, M.**
— *Seringueiros e seringalistas* — Resenha — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- BASTIDE, Roger**
— *O elemento negro* — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- BATISTA, Djalma**
— *Araújo Lima e a Amazônia* — Resenha — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
- BATISTA D. NETO, João**
— *Pedra do Baú* — Resenha — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
- BECKE, Alejandro Von Der**
— *A ecologia* — Resenha — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- BEHRE JÚNIOR, Charles H.**
— *Geologia mineira em 1942* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- BENCHIMOL, Samuel**
— *O aproveitamento das terras incultas e a fixação do homem ao solo* — Transcrição — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
- BENEVIDES UCHOA, Júlio**
— *A tendência urbanística da população do país* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
— *Centenário da cidade de Manaus* — Resenha — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- BENNINGSEN, Emanuel de**
— *Problemas demográficos* — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- BERENHAUSER JÚNIOR, Carlos**
— *Importância de Paulo Afonso no desenvolvimento do Nordeste* — Resenha — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.
- BERLE JÚNIOR, Adolf A.**
— *A evolução industrial dos Estados Unidos* — Resenha — Ano III, n.º 27 — Julho de 1945.
- BERNARD, John H.**
— *O Brasil e o seu sistema de transporte* — Transcrição — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- BERNARDES, Nilo**
— *Descrição dos campos gerais* — (Tradução do original de Auguste de Saint-Hilaire) — Transcrição, — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
— *Evolução de gêneros de vida rurais tradicionais no sudeste do Brasil* — (Tradução do original de Pierre Monbelg) — Resenha — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
— *Divisão regional do estado do Rio de Janeiro* — Resenha — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
— *Caracteres gerais da economia brasileira* — (Tradução de René Courtin) — Transcrição — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
— *Notas sobre a distribuição da produção de carnes e banha no Rio Grande do Sul* — Resenha — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
— *Notas para o estudo do clima de Nova Friburgo* — Resenha — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.
— *A colonização europeia no sul do Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.
— *Idem (II)* — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
- BESSADAS, Lidnéia Barata**
— *O mundo redondo e a conquista da Paz* — (Tradução do original de Halford J. Makinder) — Contribuição à Geopolítica — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
- BEZERRA DOS SANTOS, Lindalvo**
— *Aspecto geral da vegetação do Brasil* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
— *Campos do Sul* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
— *Região Nordeste* — Contribuição ao Ensino — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
— *Região Sul* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
— *Território de Ponta Porã* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
— *Território do Iguaçu* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
— *Atividades da Seção Regional Nordeste* — Editorial — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
— *Estudos esquemáticos da vegetação do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.
— *Relevo e estrutura do Nordeste brasileiro* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.
- BIGARELLA, João José**
— *Esboço das relações entre o relevo topográfico e a estrutura geológica do estado do Paraná* — Resenha — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
— *Contribuição ao estudo da planície litorânea do estado do Paraná* — Transcrição — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
- BITTENCOURT, Agnelo**
— *O lastro conveniente de um programa de ensino rural na Amazônia* — Comentário — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
— *A nossa gente de cor* — Resenha — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
— *Povoamento e fixação demográfica em o estado do Amazonas* — Comentário — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.

- *Uma região próspera: o Careiro.* — Resenha — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- *Melhoramentos da Amazônia* — Resenha — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- *Manaus — sua origem e desenvolvimento* — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Julho de 1949.
- BLACHE, Jules**
— *As particularidades geográficas das ilhas* — (Tradução de Clarisse Chut) — Transcrição — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
- BLACHE, P. Vidal de la**
— *A geografia na escola primária* — (Tradução de Angel Régio) — Transcrição — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Sentido e objeto da geografia humana* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
- BONDAR, Gregório**
— *Solos do estado da Bahia* — Transcrição — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
- *Solos da Bahia, sua conservação e aproveitamento* — Transcrição — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
- BORBA DE MORAIS, Rubens**
— *Contribuição para a história do povoamento em São Paulo até fins do século XVIII* — Transcrição — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- BORGES SCHMIDT, Carlos**
— *Estará em processo um levantamento da costa?* — Resenha — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- *Alguns aspectos da pesca no litoral paulista* — Resenha — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
- *Mangaratiba* — Resenha — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
- *A serra da Bocaina* — Resenha — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
- BOUNCART, Jacques**
— *A noção de erosão no modelado do relevo terrestre* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
- BRAJNIKOV, Boris**
— *Observações geológicas no oeste do estado de Minas Gerais* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Transcrição — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- *Os traços estruturais do vale do São Francisco* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
- BRANDÃO, Glaucio**
— *O rio da unidade nacional* — Resenha — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- BRANDT, B.**
— *Geografia Cultural do Brasil* — (Tradução de Rodolfo Coutinho) — Transcrição — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Idem (II)* — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- *Idem (III)* — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- *Idem (IV)* — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- *Idem (V)* — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- *Idem (VI)* — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- *Idem (VII)* — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *Idem (VIII)* — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- BRANNER, John C.**
— *Caráter geográfico da zona dos lagos no estado de Alagoas* — (Tradução de Axel Löfgren) — Transcrição — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Esboço da geologia na região de carbonados no estado da Bahia* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
- *Será o pico de Fernando de Noronha uma agulha vulcânica como a do "Mont Pelé"?* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Resenha — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- *A escarpa do Tombador* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- *Decomposição das rochas no Brasil* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
- *Idem (II)* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
- *Da ocorrência de restos de mamíferos fósseis no interior dos estados de Pernambuco e Alagoas* — (Tradução de Alfredo Carvalho) — Resenha — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
- BRASIL, Sousa**
— *Estudos geográficos* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- BRAUDEL, Fernand**
— *Geografia e Biologia* — Resenha — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
- BRETAS, Aquiles**
— *Apelo da triangulação aérea para a elaboração da carta aerofotogramétrica de um território de grande extensão* — Resenha — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- BRIQUET JÚNIOR, Raul**
— *Conceito de ecologia* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- BRITO MELO, G.**
— *Malária no vale amazônico em 1942 e 1943* — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- BRYAN, Kirk**
— *O lugar da geomorfologia nas ciências geográficas* — (Tradução de Cecília Zappur) — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.
- BUARQUE DE LIMA, Olga**
— *Geografia pré-histórica* — (Tradução do original de Pierre Deffontaine) — Transcrição — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.
- *O Nilo* — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
- *O vale do Paraíba* — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
- *Ensino da Geografia (I)* — (Tradução do original de M. R. Ficheux) — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
- *Idem (II)* — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.

- Idem (III) — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- Idem (IV) — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- Idem (V) — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
- *A equipe de pesquisa* — (Tradução do original de Pierre Chabrier) — Transcrição — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
- *História do gado nos países do Prata particularmente no Uruguai* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano XI, n.º 114 — Maio-junho de 1953.
- *Caminhos de gado e tipos de feira no Uruguai* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano XI, n.º 115 — Julho-agosto de 1953.
- *O mercado mundial da banana* — (Tradução do original de Pierre Barrère) — Transcrição — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.
- BUKNO, Silveira**
 - *Impressões de Santa Catarina* — Resenha — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- CAEMMERER, H. Paul**
 - *Washington: a bela capital dos Estados Unidos* — Resenha — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- CAIN, Stanley A.**
 - *O lugar da análise política na paleoecologia* — (Tradução de Orlando Valverde) — Resenha — Ano VIII, n.º 93 — Fevereiro de 1951.
- CALDEIRA, Clóvis**
 - *Arrendamento rural no Brasil* — Resenha — Ano VIII, n.º 88 — Maio de 1950.
- CÂMARA, Lourival**
 - *A concentração da propriedade agrária no Brasil* — Resenha — Ano VII, n.º 77 — Agosto de 1949.
- CÂMARA CASCUDO, Luís da**
 - *Vital de Oliveira e o Rio Grande do Norte* — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- CAMARGO MENDES, Josué**
 - *Professor Luciano Jacques de Moraes* — Bibliografia — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
 - *Síntese da evolução geológica do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
 - *Esboço histórico das pesquisas paleontológicas no Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- CAMPOS, Gonzaga de**
 - *Mapa florestal do Brasil (I)* — Transcrição — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
 - Idem (II) — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
 - Idem (III) — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- CANABARRO REICHHARDT, H.**
 - *Bosquejo sobre a formação do Brasil Central* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.
- CARDOSO DE ABREU, Artur**
 - *A revisão toponímica* — Comentário — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
 - *A nova divisão administrativa e judiciária do Brasil* — Editorial — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- CARLI, Gileno De**
 - *Geografia econômica e social da cana-de-açúcar no Brasil* — Transcrição — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- CARNEIRO, Fernando**
 - *História da imigração no Brasil* — uma interpretação — Transcrição — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- CARNEIRO, Orlando**
 - *Toponímia tupi do polígono carioca* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- CARNEIRO, FILIPE, José**
 - *Crescimento demográfico da população brasileira* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- CARVALHO, Alfredo**
 - *Da ocorrência de restos de mamíferos fósseis no interior dos estados de Pernambuco e Alagoas* — (Tradução do original de John C. Branner) — Resenha — Ano IV, n.º 68 — Novembro de 1948.
- CARVALHO, Daniel**
 - *Ouro do Brasil* — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- CARVALHO, Eloiça de**
 - *Atividades da Seção de Estudos Geográficos* — Editorial — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
- CARVALHO, Oraldino M. de**
 - *O rio São Francisco* — Resenha — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- CARVALHO DO AMARAL, Irnack**
 - *Produtos minerais do Brasil e seu comércio exterior* — Resenha — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- CARVALHO CALDAS, Lincoln de**
 - *Terminologia geográfica* — Resenha — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- CARVALHO CAMPOS, Maria da Glória**
 - *As estruturas agrárias da fazenda pioneira paulista* — (Tradução do original de Pierre Monbeig) — Transcrição — Ano XI, n.º 116 — Setembro-outubro de 1953.
 - *Produção de feijão no Brasil meridional* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
- CASTELO BRANCO, J. M. B.**
 - *Terra e gente do Acre* — Resenha — Ano VII, n.º 73 — Abril de 1949.
 - *Primórdios da mineração do Rio Grande do Norte* — Resenha — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
 - *O nome do rio Acre* — Resenha — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
 - *Silvícolas do Rio Grande do Norte* — Resenha — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.
 - *O Rio Grande do Norte e o roteiro de Gabriel Soares* — Resenha — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
 - *O Rio Grande do Norte na cartografia do século XVI* — Resenha — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.

- *Rio Grande e Açu* — Resenha — Ano VIII, n.º 99 — Dezembro de 1950.
- CASTELO BRANCO, R. P.
— *Distribuição geográfica da carnaúba* — Resenha — Ano I, n.º 4 — Maio de 1943.
- CASTRO, JOSUÉ de
— *Programa de Geografia Humana para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
— *Áreas alimentares do Brasil* — Transcrição — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
— *O espírito geográfico da filosofia moderna* — Resenha — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
- CASTRO, Teresinha de
— *Geopolítica e moral internacional* — (Tradução do original de Edmund Walsh) — Contribuição à Geopolítica — Ano XII, n.º 120 — Maio-Junho de 1954.
- CASTRO FARIAS, L. de
— *Garimpos* — Resenha — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- CASTRO NOGUEIRA, Paulo de
— *Regiões fisiográficas do estado do Rio Grande do Sul* — Transcrição — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
- CASTRO SOARES, Lúcio de
— *Postagem geográfica do Brasil* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
— *O vale do rio Doce: sua conquista e colonização* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
— *Hidrografia* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
— *Um ano de tertúlias geográficas* — Editorial — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
— *A Geografia nos cursos de férias da A.B.E.* — Editorial — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
— *Território do Amapá* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
— *Território de Fernando de Noronha* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
— *A Região Norte do Brasil (I)* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
— *Idem (II)* — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
— *Instituto Internacional da Hileia Amazônica* — Comentário — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
— *Sala-ambiente de Geografia* — Contribuição ao ensino — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
— *Território do Rio Branco* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
— *Barão do Rio Branco* — Bibliografia — Ano III, n.º 25 — abril de 1945.
— *Atividades da Secção Regional Norte* — Editorial — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
— *Origem, estrutura e morfologia da planície amazônica* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
- CAUSEY, O. R.
— *Malária no vale amazônico em 1942 e 1943* — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- CAVALCANTE, Brandão
— *O problema do São Francisco* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- CAVALCANTE, Valdemar
— *Uma publicação útil* — Resenha — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- CAVALCANTE BERNARDES, Lysia Maria
— *Descrição dos campos gerais* (Tradução do original de Auguste de Saint-Hilaire) — Transcrição — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
— *Conceito de geografia regional e terminologia das divisões da geografia* — (Resumo do trabalho do Prof. Fábio de Macedo Soares Guimarães) — Comentário — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
— *Rio Iguaçu* — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
— *Regime pluviométrico do estado do Rio de Janeiro* — Resenha — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
— *A colonização do Paraná* — (Tradução do original de Pierre Dénis) — Transcrição — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
— *Clima do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
— *Os tipos de clima do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
— *Clima do estado da Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
- CAVALCANTE PROENÇA, M.
— *Página sobre o cavalo do Nordeste* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- CHARRIER, Pierre
— *A equipe de pesquisa* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
- CHAMBERLIN, R. T.
— *A geologia da região central de Minas Gerais (I)* — (Tradução de Roberto Galvão) — Transcrição — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
— *Idem (II)* — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
- CHEVALIER, A.
— *Observações sobre a flora e a vegetação do Brasil* — (Tradução de Henrique Miranda) — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
- CHUT, Clarisse
— *As particularidades geográficas das ilhas* — (Tradução do original de Jules Blache) — Transcrição — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
- CIMBLERIS, Borizias
— *O eclipse do Sol em Araxá* — Resenha — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
- CLAIR GAIMER, Donald St.
— *A monarquia britânica* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- CLEOFAS, João
— *Evolução da agricultura* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
- CLOZEL, José
— *Latitude e longitude* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- COELHO FILHO, Tomás
— *Geograma geral* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.

COELHO MESQUITA, Myriam Gomes

- *Interpretação do mapa de produção de algodão no nordeste do Planalto Central* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.

COIMBRA BUENO, Jerônimo

- *I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização* — Resenha — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
- *Interiorização da Capital Federal* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.

COINTE, Paul. Le

- *O clima amazônico* — (Particularmente o clima do baixo Amazonas) — Transcrição — Ano VII, n.º 77 — Agosto de 1949.

CONVERS PINZÓN, Rafael

- *De Puerto Alfonso Lopez (Rio Meta-Colômbia) a Buenos Aires (Argentina)* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.

COOK, Robert

- *O eucalipto* — Navarro de Andrade, o seu incentivador — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.

CORREIA, Samuel A. A.

- *Divisão regional do Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.

CORREIA FILHO, Virgílio

- *Expedições científicas* — Comentário — Ano I, n.º 3 — Julho de 1943.
- *Assembléias gerais do I.B.G.E.* — Editorial — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Documentação geográfica ativa* — Editorial — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- *Dicionário Geográfico Brasileiro* — Editorial — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Cooperação cultural* — Editorial — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- *Exposições de geografia* — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- *A propósito de geografia* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- *A propósito de emigração* — Resenha — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- *Campanha povoadora* — Resenha — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- *Três anos de divulgação geográfica* — Editorial — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Geografia de campo* — Editorial — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- *9.º aniversário da fundação do C.N.G.* — Resenha — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- *Decênio fecundo* — Resenha — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- *Nos domínios da geografia: VII reunião ordinária da Assembléia Geral do C.N.G.* — Resenha — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
- *Lambari* — Resenha — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *Décimo primeiro aniversário do I.B.G.E.* — Editorial — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- *Carta geográfica do Brasil* — Editorial — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- *IV Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Cartografia* — Editorial — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
- *Brás Dias de Aguiar, mestre de demarcadores* — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- *Bernardino de Sousa* — Resenha — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.

- *A geografia na obra de Rui Barbosa* — Resenha — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- *Geografia ativa* — Comentário — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
- *O Seminário de Montreal* — Editorial — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- *Curso de informações geográficas* — Editorial — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- *Notas sobre toponímia* — Resenha — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- *O VI Recenseamento Geral* — Editorial — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- *A lição de despedida do professor Leo Waibel* — Resenha — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- *A X Assembléia Geral* — Editorial — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
- *Instituto Pan-Americano de Geografia e História* — Editorial — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
- *IV Congresso Brasileiro de Geologia* — Editorial — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.
- *Iniciativas promissoras* — Editorial — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
- *Contrastes* — Editorial — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
- *Geografia ativa* — Editorial — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
- *14.º aniversário do C.N.G.* — Editorial — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
- *O ensino da Geografia* — Editorial — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.
- *Excursão à fronteira ocidental* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.
- *I Centenário das Ferrovias Brasileiras* — Editorial — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.
- *Transformação administrativa* — Editorial — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.
- *Congresso promissor* — Editorial — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.

CORREIA DE MELO, Beatriz Célia

- *Comentário do mapa de densidade de produção da mandioca no sudoeste do planalto central do Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.

CORREIA NETO, Pedro

- *Exodo dos trabalhadores rurais* — Resenha — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.

CORTESÃO, Jaime

- *Programa de Geografia* — (Organizado em colaboração com Murilo de Miranda Bastos) — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *A cultura geográfica dos índios e a ilha Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- *A lenda do lago Dourado e das Amazonas* — Resenha — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- *O descobrimento dos litorais brasileiros* — Resenha — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- *Comandante Brás Dias de Aguiar* — Resenha — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
- *Obedece a um plano a expansão do Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.

CORTES DE LACERDA, Virgílio

- *Dialetologia e a geografia lingüística* — Comentário — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.

COSTA, Angione

- *O povoamento do Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.

COSTA, Osvaldo

- *Índices sanitários do Brasil* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.

COSTA, Renato

- *O transporte fluvial e lacustre na economia do Rio Grande* — Resenha — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.

COSTA, Vasconcelos

- *A gruta de Maquiné* — Resenha — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.

COSTA AZEVEDO, Helena Maria da

- *Biblioteca do Museu Nacional: ampla documentação bibliográfica* — Resenha — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.

COSTA JÚNIOR, Miguel

- *Contribuição ao estudo do sudoeste goiano* — Transcrição — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.

COSTA PEREIRA, José Veríssimo da

- *Concurso de monografia de aspectos geográficos municipais* — Comentário — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Reflexões à margem de quatro excursões geográficas* — Comentário — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Pontos básicos para a organização de uma monografia geográfica regional* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *A Geografia na universidade do ar* — Comentário — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- *A propósito da evolução, conceito e método da Geografia* — Comentário — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *A Geografia moderna, o professorado, e o papel no Brasil da Faculdade de Filosofia e do Conselho Nacional de Geografia* — Comentário — Ano VIII, n.º 84 — Março de 1950.
- *O lugar dos trabalhos geográficos na obra da colonização do Centro-Oeste* — Resenha — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.

COSTA RIBEIRO, J.

- *A pesquisa científica e o seu desenvolvimento no Brasil* — Resenha — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.

COURTIN, René

- *Caracteres gerais da economia brasileira* — (Tradução de Nilo Bernardes) — Transcrição — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.

COUTINHO, Rodolfo

- *Geografia Cultural do Brasil (I)* — (Tradução do original de B. Brandt) — Transcrição — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Idem (II)* — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- *Idem (III)* — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- *Idem (IV)* — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- *Idem (V)* — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- *Idem (VI)* — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.

- *Idem (VII)* — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.

- *Idem (VIII)* — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.

COUTINHO, Rui

- *Áreas alimentares no Brasil* — Resenha — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.

COUTINHO DE OLIVEIRA, J.

- *Lendas Amazônicas* — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.

CRONE, C. R.

- *A Real Sociedade de Geografia* — Resenha — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.

CROWTHER, E. M.

- *A constituição dos solos* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.

CRUZ, Ademar de O.

- *Um pouco de história do Serviço Geográfico e Histórico do Exército* — Resenha — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.

CUNHA LIMA, João Milanez da

- *As terras e a fertilidade dos solos* — (Tradução do original de A. M. Adamson) — Transcrição — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- *Geografia das cidades* — (Tradução do original de Pierre Lavedan) — Transcrição — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- *O desenvolvimento econômico do estado de São Paulo* — (Tradução do original de A. Demangeon) — Transcrição — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
- *Algumas observações sobre a industrialização mundial* — (Tradução do original de Morris Llewellyn Cooke) — Transcrição — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- *Percy Lau — Um artista a serviço da Geografia* — Resenha — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- *Brasil, país de imigração* — (Tradução do original de Maurice Ed. Perret) — Transcrição — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
- *A configuração da superfície do sudoeste do Brasil* — (Tradução do original de Preston James) — Transcrição — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- *A Geografia e os estudos geográficos na França durante a guerra e a ocupação* — (Tradução do original de A. Perpillon) — Resenha — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- *Da vegetação na América Tropical* — (Tradução do original de Eugênio Warmling) — Transcrição — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- *Belo Horizonte e Ouro Preto* — (Tradução do original de Preston James) — Transcrição — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- *Os indivíduos-tipos do Brasil* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *Investigação sobre os tipos de povoamento no estado de São Paulo* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- *Ocupação da montanha no Planalto Central Brasileiro* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.

- *Belo Horizonte e Salt Lake City* — (Tradução do original de Charles Anderson Gauld) — Comentário — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- *Doutrinas geográficas na política* — (Tradução do original de Jean Gottmann) — Transcrição — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- *Os mascates ou mercadores ambulantes do Brasil* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Resenha — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
- *O sistema das plantações tropicais* — (Tradução do original de Léo Walbel) — Resenha — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- *O tamanho das propriedades rurais no Brasil* (I) — (Tradução do original de T. Lynn Smith) — Transcrição — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- *Distribuição de zonas e sucessão nas restingas do Rio de Janeiro* — (Tradução do original de Pierre Dansereau) — Transcrição — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
- *A distribuição e estrutura das florestas brasileiras* — (Tradução do original de Pierre Dansereau) — Transcrição — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- *Notas sobre a população e a organização social na porção central do vale do São Francisco* — (Tradução do original de T. Lynn Smith) — Resenha — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- *Os problemas das regiões tropicais* — (Tradução do original de Pierre Gourou) — Resenha — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
- *Um drama da economia tropical* — (Tradução do original de Guy — Lasserre) — Transcrição — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- *Oceano Atlântico* — (Tradução do original de M. U. Sverdrup e R. H. Fleming) — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- *Acerca do método de análise na geografia humana* — (Tradução do original de Jean Gottmann) — Transcrição — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
- *Formulando objetivos de pesquisa geográfica* — (Tradução do original de Preston James) — Resenha — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
- *Problemas e população dos trópicos* — (Tradução do original de T. Lynn Smith) — Transcrição — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
- CUNHA MELO, Leopoldo da**
- *Conceituação de "território federal" como unidade política* — Resenha — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
- DAGENAIS, Pierre**
- *Estudo do meio, base do ensino da Geografia* — (Tradução do "Bulletin des sociétés de géographie de Québec e de Montréal") — Resenha — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- DANSEREAU, Pierre**
- *Distribuição de zonas e sucessão nas restingas do Rio de Janeiro* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
- *A distribuição e a estrutura das florestas brasileiras* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- DARNELL, J. L.**
- *Uma região fronteiriça no Brasil — O sudoeste do Maranhão* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- DAVIS, W. M.**
- *O espírito explicativo na geografia moderna* — (Tradução de Graziela de Azevedo Santos) — Transcrição — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- DEETZ, Charles H.**
- *Cartografia — Um estudo e normas para a construção e emprego de mapas e cartas* (I) — Transcrição — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
- *Idem* (II) — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
- *Idem* (III) — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
- DEFFONTAINES, Pierre**
- *O que é a geografia humana* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Pequeno guia do viajante ativo* — Transcrição — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Como se constituiu no Brasil a rede das cidades* (I) — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- *Idem* (II) — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- *Ensaios de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira* — Transcrição — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- *Observações geográficas durante uma viagem em avião de Buenos Aires do Chile sobre os Andes* — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- *Regiões e paisagens do estado de São Paulo* (I) — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *Idem* (II) — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *As feiras de burros de Sorocaba* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *A evolução dos transportes no Brasil para a aviação* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- *A floresta a serviço do homem no Brasil* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *O Paraíba, estudo de rio no Brasil* — Transcrição — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- *A população branca no Brasil* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
- *Visita ao atol das Rocas* — Resenha — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
- *Geografia humana do Brasil* (I) — Transcrição — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- *Idem* (II) — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- *Idem* (III) — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- *Os indivíduos-tipos do Brasil* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *Investigação sobre os tipos de povoamento no estado de São Paulo* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.

- *Ocupação da montanha no Planalto Central do Brasil* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano V, n.º 53 — Junho de 1947.
 - *Os mascates ou mercadores ambulantes do Brasil* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Resenha — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
 - *Os Vosges no Brasil ou a serra da Mantiqueira ao redor de Campos de Jordão* — Resenha — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
 - *Entre os vinhateiros de Jundiaí* — Resenha — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
 - *Geografia pré-histórica* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.
 - *As nossas responsabilidades geográficas nas zonas tropicais* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
 - *Instituições geográficas brasileiras* — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Julho de 1949.
 - *História do gado nos países do Prata particularmente no Uruguai* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano XI, n.º 114 — Maio-Junho de 1953.
 - *Caminhos de gado e tipos de feira no Uruguai* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Transcrição — Ano XI, n.º 115 — Julho-agosto de 1953.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos**
- *Geografia e estatística* — Transcrição — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
 - *São Paulo — A cidade das indústrias* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
 - *Geografia das línguas* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
 - *O ensino da Geografia no curso de humanidades* — Transcrição — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
 - *A orientação moderna* — Transcrição — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
 - *As regiões naturais máximas* — Comentário — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
 - *Uma concepção fundamental da Geografia moderna: "A Região Natural"* — Transcrição — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
 - *A exposição geográfica* — Comentário — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
 - *As três características do ensino geográfico* — Comentário — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
 - *O sentido geográfico* — Comentário — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
 - *Os dados morfológicos preliminares* — Comentário — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
 - *Compêndio e ilustrações* — Comentário — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
 - *O estudo da paisagem* — Comentário — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
 - *Evolução da geografia humana* — Transcrição — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
 - *As unidades de trabalho e suas aplicações práticas* — Comentário — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
 - *As excursões geográficas* — Comentário — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
 - *Subindo o rio São Francisco* — Resenha — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
 - *Pródromos de um parque industrial no Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
- *As ciências sociais e a aprendizagem* — Contribuição à Didática da Geografia — Ano X, n.º 107 — Março-Abril de 1952.
 - *Didática das Ciências Sociais (I)* — Contribuição à Didática da Geografia — Ano X, n.º 108 — Maio-Junho de 1952.
 - *Idem (II)* — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
 - *Idem (III)* — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
 - *Idem (IV)* — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
 - *Leituras geográficas, nota explicativa* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
- DEMANGEON, A.**
- *O desenvolvimento econômico do estado de São Paulo* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
- DEMÓCRITO DA SILVA, Raimundo**
- *A pesca no Brasil* — Resenha — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- DEKOLON, Albert**
- *Tendências atuais da pedologia nas regiões tropicais e subtropicais* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
- DÉNIS, Pierre**
- *A colonização do Rio Grande do Sul* — Transcrição — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
 - *A colonização do Paraná* — (Tradução de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes) — Transcrição — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
- DÉNIS, Renato**
- *Esboço de planejamento sobre a imigração* — Comentário — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
- DERBY, Orville A.**
- *Contribuições para a geologia da região do baixo Amazonas* — Transcrição — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- DIAS, Edilson G.**
- *A geografia como arte e como filosofia* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
 - *Um estudo dos núcleos de povoação* — (Tradução do original "The Geographical Journal") — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
 - *A geografia de após-guerra* — (Tradução do original de Richard Joel Russel) — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- DIAS DA SILVEIRA, João**
- *Formação do geógrafo moderno* — Comentário — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel**
- *Síntese histórica da economia açucareira no Brasil* — Resenha — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
 - *Estudos regionais para os problemas brasileiros* — Resenha — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
 - *Características das populações nordestinas* — Resenha — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
 - *Resultados do Congresso de Folclore* — Resenha — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.

- DOCA, SOUSA**
 — *A estância e o espírito militar na formação do Rio Grande do Sul* — Resenha — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- DORABELA, Elzio**
 — *Geografia e cinema* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
 — *Blocos-diagramas* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
 — *Geografia, ensino e pesquisa* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.
- DOMINGUES, Otávio**
 — *Nota preliminar sobre as regiões pastorais do Brasil* — Transcrição — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
 — *A microárea pastoril de Lajes: O imperativo do meio* — Comentário — Ano VII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
- DRUMMOND, J.**
 — *Matérias aluviais* — Resenha — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
- DRUMOND, Vitor**
 — *Serviço de Navegação da Baía do Prata* — Resenha — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- DUARTE, Eustáquio**
 — *Problemas brasileiros de nosografia e geografia médica* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- DUARTE SILVA, Carlos**
 — *O ensino da geologia nos Estados Unidos* — (Tradução do original do Boletim de Informaciones Petroleros) — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- DUTRA, Flmno**
 — *Regiões seringueiras mato-grossenses* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- EDDINGTON, M. A. Arthur**
 — *A recessão das gáldrias* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- EGLER, Walter Alberto**
 — *A colonização no norte da Argentina e sudeste do Paraguai* — Comentário — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
 — *A geografia científica na Alemanha no período de 1933 a 1945 (I)* — (Tradução do original de C. Troll) — Transcrição — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
 — *Idem (II)* — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
 — *A orientação geográfica na colonização oficial no estado da Bahia* — Resenha — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.
 — *Aspectos gerais da cultura do fumo na região do recôncavo na Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
 — *A região central de Minas Gerais* — (Tradução do original de Heinrich Gutersonn) — Transcrição — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
 — *A reforma econômica da "plantage" tropical* — (Tradução do original de Leo Walbel) — Transcrição — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.
- EICHORN, Franz**
 — *Uma expedição ao rio Araguari* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- FAISSOL, Speridião**
 — *O "Mato Grosso de Goiás"* — Resenha — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
 — *A região de Uruana* — Resenha — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
 — *Notas sobre o núcleo colonial de Santa Cruz* — Resenha — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
 — *Atividades da Secção Centro-Oeste* — Editorial — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
 — *O núcleo colonial de Barão de Antonina (São Paulo)* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
 — *Aspectos gerais da economia do sudeste do Planalto Central* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
 — *Alguns aspectos do problema da colonização no Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
 — *Alguns aspectos do "Mato Grosso de Goiás" (I)* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
 — *Idem (II)* — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.
- FEDER, Ernesto**
 — *Mapas do Brasil na Casa de Goethe* — Resenha — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
- FERNANDES, I. Xavier**
 — *Onomatologia toponímica* — Resenha — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- FERNANDES DO Rêgo, José**
 — *O babaçu* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
- FERNANDO CARNEIRO, J.**
 — *Ligeiras notas a respeito do quadro de imigração no Brasil a partir de 1820* — Resenha — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
- FERREIRA, Málio O.**
 — *Contribuição à geografia médica brasileira combate específico ao vetor da malária em zona de transmissão por anofelinos do subgênero "Kerteszia"* — Resenha — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
- FERREIRA CRETTON, Décio**
 — *O modelado de Campos* — Transcrição — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
- FERREIRA DA CUNHA, João**
 — *O vale do Ribeira do Iguaçu* — Transcrição — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
- FERREIRA LIMA, Heitor**
 — *Evolução da produção cafeeira no Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.
- FERREIRA REIS, Artur César**
 — *Geografia amazônica* — Resenha — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
 — *O fundamento político da autonomia amazônica* — Resenha — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
 — *A formação humano-política do Pará* — Comentário — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
 — *Antônio Vicente Cochado e a carta do delta do Amazonas (1623)* — Comentário — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.

- *A unidade nacional e a imigração* — Resenha — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- *A plantificação da Amazônia* — Resenha — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- *A economia do vale do Amazonas no período colonial* — Resenha — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- *Aspectos econômicos da dominação lusitana na Amazônia* — Resenha — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- *O desbravamento do sertão* — Resenha — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
- *A jornada de Pedro Teixeira* — Resenha — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
- *A revolução da Amazônia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.

FERREIRA SOARES, Sebastião

- *Notas estatísticas sobre a produção agrícola e carestia dos gêneros alimentícios no Império do Brasil (I)* — Transcrição — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
- *Idem (II)* — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.
- *Idem (III)* — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
- *Idem (IV)* — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.
- *Idem (V)* — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
- *Idem (VI)* — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
- *Idem (VII)* — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
- *Idem (VIII)* — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
- *Idem (IX)* — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.

FICHEUX, M. R.

- *Ensino da Geografia (I)* — (Tradução de Olga Buarque de Lima) — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
- *Idem (II)* — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- *Idem (III)* — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- *Idem (IV)* — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- *Idem (V)* — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.

FIGUEIREDO, Lima

- *A geopolítica das nossas fronteiras* — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- *Terras caídas* — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- *Stradelli, um enamorado das selvas* — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *Situações do Guaporé* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- *A margem do Amazonas* — Resenha — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Estrada de Ferro Brasil-Bolívia* — Resenha — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- *Portas Leste da Bolívia* — Comentário — Ano V, n.º 48 — Abril de 1947.
- *Sul de Mato Grosso* — Resenha — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
- *As savanas do Rio Branco* — Resenha — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- *O sentido do interior* — Resenha — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
- *A conquista do Brasil pelos brasileiros* — Transcrição — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.

- *Ramal de Ponta Porã* — Resenha — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
- *A geopolítica das nossas fronteiras* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *Ligação Atlântico-Pacífico* — Resenha — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- *Por que o oeste mato-grossense é nosso* — Resenha — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- *A bacia do alto Paraguai* — Resenha — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
- *O cinquentenário do tratado de Petrópolis* — 17 de novembro de 1903, vitória do conjugado Rio Branco — Plácido de Castro — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.

FIGUEIREDO FILHO, J.

- *Mutrão ou adjunto* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.

FLEMING, R. H.

- *Oceano Atlântico* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.

FLEMING, Thiers

- *Pelo Brasil unido: limites, territórios federais e símbolos nacionais em face da Constituição de 1946* — Resenha — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- *Limites interestaduais e o Conselho Nacional de Geografia* — Resenha — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- *Pelo Brasil unido: limites interestaduais* — Resenha — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.

FLORÊNCIO, Willer

- *Idade de alguns pegmatitos brasileiros* — Resenha — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.

FRAGOSO SENRA, Carlos Alberto

- *Ensaios sobre o relevo tectônico do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano XI, n.º 115 — Julho-agosto de 1953.

FRANCIS-BORUP, C.

- *Importância econômica da oceanografia física e da geologia submarina* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.

FRÁZIO MILANEZ, José

- *Luis Cruls* — Resenha — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.

FREIRE, Gilberto

- *A cana e a mata* — Comentário — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.

FRÓES ABREU, Sílvia

- *Nordeste do Brasil (I)* — Transcrição — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Idem (II)* — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia* — Editorial — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *Carrão* — Resenha — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Petróleo* — Resenha — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- *Enxofre* — Resenha — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- *Sel-gema* — Resenha — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- *Problemas dos sambaquis (I)* — Transcrição — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.

- Idem (II) — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- *Contribuições de americanos para o conhecimento do solo do Brasil* — Resenha — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- *Nota sobre o sambaqui do Forte* — Resenha — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- *Petróleo* — Transcrição — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
- *O recôncavo da Bahia e o petróleo de Lobato* — Transcrição — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
- *Regiões naturais da Bahia* — Transcrição — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.
- *O estado do Maranhão* — (Tradução de Henrique Miranda) — Resenha — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
- *Os fatores geográficos na utilização dos recursos minerais do Brasil* — (Tradução de Orlando Valverde) — Resenha — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
- *Os campos de petróleo e as reservas de zistos betuminosos do Brasil* — Resenha — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
- *O petróleo nas plataformas continentais* — (Tradução do original de Wallace E. Pratt) — Transcrição — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.
- *Os fatores naturais no desenvolvimento do Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
- *Combustíveis e fontes de energia do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
- FRÓIS DA FONSECA, Alvaro**
- *A raça Tupi-Guarani, tronco comum de brasileiros e paraguaios* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- FURON, Raymond**
- *Solo, floresta e água* — (Tradução de Maria de Lourdes Lima Modiano) — Resenha — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- GALVÃO, Hélio**
- *Mutirão ou adjunto* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- GALVÃO, Roberto**
- *A geologia da região central de Minas Gerais* (I) — (Tradução do original de E. C. Harder e R. T. Chamberlin) — Transcrição — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
- Idem (II) — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
- GARNER, Clemente L.**
- *Elementos e "data" geodésicos e referências no hemisfério ocidental* — Transcrição — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- GASTÃO DA CUNHA, Edmundo**
- *A Geografia na mensagem presidencial* — Editorial — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- *Centésimo número do Boletim Geográfico* — Editorial — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
- GAVERA, G.**
- *A classificação de climas de Thornthwaite* — Resenha — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- GAIGER, Pedro Pinchas**
- *Ensaio sobre a batizada fluminense* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
- GIEMSA, Gustav**
- *Uma viagem de estudos ao Espírito Santo* (I) — (Tradução de Reginaldo Santana) — Transcrição — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- Idem (II) — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- Idem (III) — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
- GOMES, Pimentel**
- *O Nordeste do Brasil* (I) — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- Idem (II) — Resenha — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- *Problemas de Mato Grosso* — Resenha — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- *As chuvas e a densidade demográfica* — Resenha — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
- *A região dos pinheiros* — Resenha — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1948.
- *O Piauí* — Resenha — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- *A América e os desajustados europeus* — Resenha — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
- *O Brasil e a emigração* — Resenha — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- *Os trópicos e a civilização* — Resenha — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- *Vale do São Francisco: um império a conquistar* — Resenha — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *A Antártida* — Resenha — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
- *A luta no Brasil* — Resenha — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
- *Cana-de-açúcar no litoral paratibano* — Resenha — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- *Exploração racional da floresta amazônica* — Resenha — Ano VII, n.º 77 — Agosto de 1949.
- *Contribuição ao estudo da ecologia nordestina* — Transcrição — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- *Minérios do Brasil* — Resenha — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.
- *A valorização da Amazônia* — Resenha — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- *O Rio de Janeiro no mundo* — Resenha — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
- GOMES FILHO, Carlos**
- *A cordilheira mestra e as planícies fluminenses* — Resenha — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- GONÇALVES, Alberto A.**
- *As zonas de pesca do estado da Bahia* — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- *A guia de programa para a oceanografia* — Resenha — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- GOTTMAN, Jean**
- *Doutrinas geográficas na política* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- *Acêrca do método de análise na geografia humana* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
- GOUROU, Pierre**
- *Os problemas das regiões tropicais* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Resenha — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
- *Amazônia* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Transcrição — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.

GRAM SWING, Raymond

- *A contribuição dos engenheiros para a invasão da Europa* — Resenha — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.

GUDIN, Eugênio

- *Aproveitamento econômico da bacia Tocantins-Araguaia* — Resenha — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.

GUÉRIOS, R. F. Mansur

- *Significado de alguns topônimos* — Resenha — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.

GUERRA DIAS, Edison

- *A geografia começa em casa* — (Tradução do original de A. E. Parr) — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.

GUIMARÃES, Adir

- *A carta do Brasil ao milionésimo* — Comentário — Ano I, n.º 4 — Julho de 1950.

GUIMARÃES, Djalma

- *Idade de alguns pegmatitos brasileiros* — Resenha — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.

GUIMARÃES, João Luís

- *A Secção de Cálculos da Divisão de Geografia* — Editorial — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.

GUIMARÃES DUQUE, J.

- *Apreciações sobre os solos do Nordeste* — *Conservação da fertilidade e economia da água* — Transcrição — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.

GUSMÃO, Clóvis de

- *Documentação bibliográfica do Conselho Nacional de Geografia* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *A proclamação do embaixador Macedo Soares aos geógrafos brasileiros* — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.

GUSMÃO, Valdemar de

- *O petróleo na América do Sul* — Resenha — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.

GUTERSOHN, Heinrich

- *A região central de Minas Gerais* — (Tradução de Walter Alberto Egler) — Transcrição — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.

HARDER, E. C.

- *A geologia da região central de Minas Gerais (I)* — (Tradução de Roberto Galvão) — Transcrição — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
- *Idem (II)* — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.

HENIN, Stephane

- *Tendências atuais da pedologia nas regiões tropicais e subtropicais* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.

HIGGEE, Edward C.

- *O homem e a Amazônia* — (Tradução de Ruth H. Kuhlmann) — Transcrição — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.

HORNE, Bernardino C.

- *O infra-consumo de produtos alimentícios na América* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.

HUGUENY DE MATOS, Alípio

- *Primeira Consulta Pan-Americana de Cartografia e Geografia* — Comentário — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Estabelecimento do controle terrestre e altimétrico pelo C.N.G.* — Resenha — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.

IHERING, Rodolfo von

- *Ensaio geográfico sobre o vocabulário zoológico popular do Brasil* — Transcrição — Ano VII, n.º 73 — Abril de 1949.

INÁCIO DE OLIVEIRA, Avelino

- *Petróleo — sangue da civilização moderna* — Transcrição — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- *Geologia de Sergipe* — Transcrição — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.

JAQUES DE MORAIS, Luciano

- *Minerais estratégicos* — Transcrição — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- *Os novos rumos da engenharia no Brasil* — Resenha — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- *Estrutura geológica da região da cachoeira de Paulo Afonso* — Resenha — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
- *Os estudos geográficos e o progresso nacional* — Resenha — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.

JAMES, Preston E.

- *As terras cafeeiras do Brasil sudeste* — Transcrição — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- *A configuração da superfície do sudeste do Brasil* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- *Belo Horizonte e Ouro Preto* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- *A expansão das colônias do Brasil meridional* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- *Formulando objetivos de pesquisa geográfica* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
- *Tendências no desenvolvimento agrícola brasileiro* — (Tradução de Ruth Kuhlmann) — Transcrição — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.

JOREM, Anísio

- *Notas sobre a piaçaba* — Resenha — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.

JOPPERT DA SILVA, Maurício

- *Plano nacional de transporte* — Resenha — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.

JÚNIOR, Wanderley

- *O reforestamento do país* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 116 — Setembro-outubro de 1953.

KEEN, B. A.

- *As raízes procuram a água* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.

KINTNER, William R.

- *Geopolítica para o soldado* — (Tradução de Da Paranhos Antunes) — Contribuição à Geopolítica — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.

KLEEREKOPER, Herm

- *Limnologia e biologia das lagoas e seus afluentes no litoral sul-rio-grandense* — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.

KNOCH, Walter

- *Influência do homem sobre o clima* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.

KUHLMANN, Edgar

- *Bosquejo de minhas viagens ao Brasil e Paraguai (I)* — (Tradução do original de Augusto Saint-Hilaire) — Transcrição — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- *Idem (II)* — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
- *A vegetação original do Rio Grande do Sul* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.
- *Os grandes traços da fitogeografia do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.

KUHLMANN, Ruth

- *O homem e a Amazônia* — (Tradução do original de Edward C. Higbee) — Transcrição — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
- *O solo como fator ecológico no desenvolvimento da vegetação no Centro-Oeste do Brasil* — (Tradução do original de Paulo T. Alvim e Wilson A. Araújo) — Transcrição — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
- *Tendências no desenvolvimento agrícola brasileiro* — (Tradução do original de Preston E. James) — Transcrição — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.

LACERDA DE MELO, Mário

- *O fator geográfico na economia açucareira* — Transcrição — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.

LAMEGO FILHO, Alberto

- *Um porto para o norte fluminense* — Resenha — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.

LANNOU, Maurice Le

- *A atual vocação da geografia humana (I)* — Resenha — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
- *Idem (II)* — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.

LASSERE, Guy

- *Um drama da economia tropical — o Nordeste brasileiro* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.

LAUNAY, Louis de

- *A Terra — sua estrutura e seu passado (I)* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Idem (II)* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.

LAVEDAN, Pierre

- *Geografia das cidades* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.

LEFÈVRE, Valdemar

- *A origem dos congressos brasileiros de Geografia* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.

LEFÈVRE FILHO, Maurílio

- *Sinopse geográfica* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.

LEITÃO, Evaristo

- *A reunião hot springse e o problema alimentar de pós-guerra* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.

LEITE, Serafim

- *Segundo centenário do cartógrafo Pe. Diogo Soares* — Resenha — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.

LEITE DE CASTRO, Cristóvão

- *A Nova Divisão Territorial do País* — Editorial — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Boletim Geográfico* — Editorial — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Goiânia a mais nova capital brasileira* — Resenha — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- *Um Ano de Divulgação Geográfica* — Editorial — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
- *A Criação do Serviço de Geografia e Cartografia* — Editorial — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- *Intercâmbio Cultural Internacional* — Editorial — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- *Limites Interestaduais* — Editorial — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- *Perspectivas de 1945* — Editorial — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *A Volta do Brasil ao Instituto Pan-Americano de Geografia e História* — Editorial — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- *A Sistemática da Divisão Territorial do País* — Editorial — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *Feliz Coincidência* — Editorial — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *Novo Aniversário da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* — Editorial — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- *Expedição Científica ao Sudoeste do Estado da Bahia* — Editorial — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- *Biblioteca Geográfica Brasileira* — Editorial — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *A VI Sessão Ordinária da Assembléia Geral* — Editorial — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- *Aperfeiçoamento de Professores de Geografia* — Editorial — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- *Uniformização da Cartografia Brasileira* — Editorial — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- *IV Assembléia Geral do Instituto Pan-Americano de Geografia e História* — Editorial — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
- *A Biblioteca Pública de Manaus* — Editorial — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
- *Mapa do Brasil* — Editorial — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- *Reunião Geográfica de Lorena* — Editorial — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- *A Reunião do Instituto Interamericano de Estatística e os Mapas Censitários* — Editorial — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- *Comissão Pan-Americana de Geografia* — Editorial — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.

- *O Exemplo de Pernambuco e Alagoas na Solução dos Casos de Limites Interestaduais* — Editorial — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
 - *Assembleia Nacional de Geografia* — Editorial — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
 - *O Brasil na Reunião Pan-Americana de Geografia e História* — Editorial — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
 - *Conferência Pan-Americana de Geografia e Cartografia* — Editorial — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
 - *A Transferência da Capital do Brasil* — Editorial — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
 - *Intercâmbio Cultural com a França* — Editorial — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
 - *A Mudança da Capital do País* — Editorial — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
 - *Áreas Territoriais* — Editorial — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
 - *Aspecto Histórico da Mudança da Capital do Brasil* — Editorial — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
 - *Curso de Informações Geográficas* — Editorial — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
 - *Hiléia Amazônica* — Editorial — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
 - *Centenário Expressivo* — Editorial — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
 - *Secção Brasileira do Instituto Pan-Americano de Geografia e História* — Editorial — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
 - *Associação dos Geógrafos Brasileiros* — Editorial — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
 - *Perspectivas de 1948* — Editorial — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
 - *Cursos de Férias* — Editorial — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
 - *Divisão Territorial* — Editorial — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
 - *Geografia e Administração* — Editorial — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
 - *Geografia Atual* — Editorial — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
 - *Assembleia Nacional de Geografia* — Editorial — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
 - *Fotografias Aéreas* — Editorial — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
 - *Mapas Estaduais* — Editorial — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
 - *Plano Nacional de Cartografia* — Editorial — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
 - *Cartografia Pan-Americana* — Editorial — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
 - *Reunião Pan-Americana de Geografia* — Editorial — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
 - *Programa de 1949* — Editorial — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
 - *I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia* — Editorial — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
 - *O Censo das Américas de 1950* — Editorial — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.
 - *Comemoração Expressiva* — Editorial — Ano VII, n.º 73 — Abril de 1949.
 - *Congresso Internacional de Geografia* — Editorial — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
 - *Cartografia Mundial* — Editorial — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
 - *Geógrafos na Bahia* — Editorial — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
 - *Recursos Naturais e Proteção da Natureza* — Editorial — Ano VII, n.º 77 — Agosto de 1949.
 - *Geografia das Américas* — Editorial — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
 - *A geografia brasileira e suas repercussões no estrangeiro* — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
 - *Utilidade da Geografia* — Editorial — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
 - *Rui Barbosa e a Geografia* — Editorial — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
 - *Curso de Aerofotogrametria* — Editorial — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
 - *Significativa Visita* — Editorial — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
 - *Reunião de Geógrafos em Belo Horizonte* — Editorial — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
 - *"Geografia do Brasil"* — Editorial — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.
 - *Campanha Municipalista* — Editorial — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
 - *Reunião Conjunta dos Presidentes dos Comitês Científicos da Comissão de Geografia do I.P.G.H.* — Editorial — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- LEITE CORDEIRO, José Pedro**
— *Alfredo Moreira Pinto* — Resenha — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- LEITE RIBEIRO, Orlando**
— *Brás Dias de Aguiar* — Bibliografia — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- LEITE ZARUR, Cecília Cerqueira**
— *O lugar da geomorfologia nas ciências geográficas* — (Tradução do original de Kirk Bryan) — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.
- *Leituras geográficas (I)* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
- *Idem (II)* — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
- *Idem (III)* — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.
- *Idem (IV)* — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.
- *Idem (V)* — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.
- *Idem (VI)* — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.

LEME DE OLIVEIRA, Alípio
— *Um esclarecimento do diretor do Observatório de São Paulo* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.

LENZ CESAR, Heido Xavier
— *Curso de cartografia* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- *Atividades da Secção de Publicações e Ilustrações* — Editorial — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.

LEONARDO, Othon H.
— *Roderic Crandall, decano de nossos geólogos* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.

LEVASSEUR, E.
— *A indústria no Brasil em 1889* — (Tradução de Orlando Valverde) — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *As vias e meios de comunicação do Brasil em 1889* — (Tradução de Orlando Valverde) — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.

- LUCÍNIO CARDOSO, Vicente**
— *Da geografia como fator de unificação nacional* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- LIMA, Amauri B. de**
— *Povoamento* — Resenha — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- LIMA, Benjamin**
— *A questão dos latifúndios* — Resenha — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- LIMA, Magnólia de**
— *Áreas de nutrição do Brasil — A área amazônica* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
— *A Amazônia* — Resenha — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
— *O Amazonas — Contribuição ao Ensino* — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
- LIMA MODIANO, Maria de Lourdes**
— *Solo floresta e água* — (Tradução do original de Raymond Furon) — Resenha — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa**
— *Colonos e lavradores* — Resenha — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- LINS, Alcides**
— *A função das estradas de ferro nos meios de comunicação e transporte no Brasil* — Resenha — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
- LISBOA, Arrojado**
— *A Escola de Minas e Henrique Gorceix* — Resenha — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
- LLEWELLYN COOKE, Morris**
— *Algumas observações sobre a industrialização mundial* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- LÔBO, Hélio A.**
— *Um obreiro anônimo da Geografia; Adelfino Roque de Sousa* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- LÖFGREN, Axel**
— *A hipótese do deslocamento continental* (I) — (Tradução do original de Charles Schuchert) — Transcrição — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
— *Idem* (II) — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
— *O clima através dos tempos* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
— *Cartografia* — Resenha — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
- LOPES, Valdemar**
— *Inquéritos rurais* — Resenha — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- LOPES DA CRUZ, Ruth Magnanini**
— *Mapa climático do sudoeste do Planalto Central* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
— *Vegetação e relevo do estado da Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
— *Comentário do mapa de densidade de população da Bahia em 1940* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
- LÚCIO, Alvaro**
— *O eclipse do Sol em Bocatuba* — Resenha — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- LUÍS, Pedro**
— *Elogio do chimarrão* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- MAACK, Reinhard**
— *Notas preliminares sobre clima, solos e vegetação do estado do Paraná* — Transcrição — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.
— *Notas complementares à apresentação preliminar do mapa fitogeográfico do estado do Paraná (Brasil)* — Transcrição — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- MACEDO SOARES, José Carlos de**
— *Apresentação* — Editorial — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- MACEDO SOARES GUIMARÃES, Fábio**
— *Esboço geológico do Brasil — Contribuição à Didática* — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
— *O vale do Paraíba* — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
— *Relevo do Brasil* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 4 — Junho de 1943.
— *Regiões naturais do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
— *Região Leste* — Contribuição ao Ensino — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
— *Região Centro-Oeste* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
— *Território do Guaporé* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
— *Noções elementares de geologia* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
— *Noções gerais de climatologia* (I) — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
— *Idem* (II) — Ano III, n.º 26 — maio de 1945.
— *Clima do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
— *Geógrafos Estrangeiros no Brasil* — Editorial — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
— *Divisão regional do Brasil* (I) — Transcrição — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
— *Divisão regional do Brasil* (II) — Contribuição ao Ensino — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
— *Conceito de geografia regional e terminologia das divisões geográficas* — Comentário — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
- MACEDO SOARES E SILVA, Edmundo de**
— *Volta Redonda e o desenvolvimento industrial no Brasil* — Resenha — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
— *Sentido, orientação e desenvolvimento das indústrias pesadas* — Resenha — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
— *O ferro e o carvão na história, na economia e na civilização do Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 115 — Julho-agosto de 1953.
- MACHADO, Antônio Carlos**
— *A origem da palavra "gaúcho"* — Resenha — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.

MACHADO NETO, Basílio

- *Importância do comércio na formação das cidades* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.

MACIEL, Heraldo

- *Malária e quinina* — Resenha — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.

MACKINDER, Halford J.

- *O mundo redondo e a conquista da paz* — (Tradução de Lidnéa Barata Bessadas) — Contribuição à Geopolítica — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.

MAGALHÃES, Basílio

- *Os novos territórios* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Etnografia brasileira* — Resenha — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, Adozindo

- *Paulo Afonso do projeto à realização* — Resenha — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.

MAGNANINI, Alceo

- *A ação do homem na introdução das espécies* — Resenha — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.
- *A geografia agrária no quadro da ciência* — (Tradução do original de Elio Migliorini) — Transcrição — Ano VIII, n.º 83 — Dezembro de 1950.

MANFOLD, C. B.

- *A topografia do vale do rio Amazonas* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.

MARBUT, S. F.

- *A topografia do vale do rio Amazonas* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.

MARCONDES DE MELO, E.

- *Classificação dos solos* — Transcrição — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.

MARTINS, Wilson

- *O homem, o brejo e as idéias gerais* — Resenha — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.

MARTIUS, C. F. Ph. Von

- *A fisionomia do reino vegetal no Brasil* — (Tradução de Ernesto Niemeyer e Carlos Stelfeld) — Transcrição — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.

MARTONNE, Emmanuel De

- *Humboldt e Ritter* — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- *Impressões de viagem ao Brasil* — (Tradução de Henrique Miranda) — Resenha — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- *Abruptos e falha e capturas recentes: A serra do Mar de Santos e a "Espinouse"* — (Tradução de Henrique Miranda) — Resenha — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.

MASSEP, Salvador

- *A geografia humana e a cultura* — (Tradução do original de John E. Pomfret) — Transcrição — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.

MATA MACHADO FILHO, Aires da

- *O topônimo Belo Horizonte* — Resenha — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.

MATOS, Meira

- *Aspectos geográficos de nosso território* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.

MATOS MUSSO, Antônio José de

- *Mattos Gonsalves de Oliveira Roxo* — Bibliografia — Ano III, n.º 16 — Julho de 1944.
- *A Secção de Documentação do C.N.G.* — Editorial — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.

MEDEIROS, Maurício de

- *O problema da imigração* — Resenha — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.

MEDEIROS, Narciso de

- *O vale do Ribeira do Iguape* — Transcrição — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.

MEIREM, Pierre Von Der

- *O desenvolvimento econômico do Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.

MERLEY, John F.

- *Rio da Borracha* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.

MELO, Afrânio C.

- *O sociólogo André Siegfried e os problemas econômico-sociais do Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.

MELO, Mário

- *Mascates em Pernambuco* — Resenha — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
- *Pernambuco na cartografia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.

MELO, Segismundo

- *A próxima revisão do quadro territorial do Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.

MELO MORAIS, João de

- *Características do relevo nordestino* — Resenha — Ano III, n.º 27 — Julho de 1945.
- *Alguns aspectos climatológicos do Nordeste* — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *Aspectos da região litorânea do Nordeste: aspectos hidrográficos* — Resenha — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
- *Aspectos da escarpa devoniana paranaense-paulista* — Transcrição — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.

MENNUNCI, Sud

- *Demografia brasileira* — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.

MIBIELLI DE CARVALHO, Fernando

- *Imigração de pós-guerra* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Mobilização da mão-de-obra* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.

MIERES DE BOTTO, Blanca

- *Novos fatos geográficos* — (Tradução de Orlando Valverde) — Comentário — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.

MIGLIORINI, Elio

- *A geografia agrária no quadro da ciência geográfica* — (Tradução de Alceo Magnanini) — Transcrição — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.

MILLIET, Sérgio

- *Roteiro do café* (I) — Transcrição — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
- *Idem* (II) — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
- *O desenvolvimento da pequena propriedade no estado de São Paulo* — Transcrição — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.

MIRANDA, Henrique

- *Notas sobre a geografia humana do Nordeste do Brasil* — (Tradução do original de Pierre Monbeig) — Transcrição — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
- *Impressões de viagens ao Brasil* — (Tradução do original de Emanuel De Martonne) — Resenha — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- *Observações sobre a flora e a vegetação do Brasil* — (Tradução do original de A. Chevalier) — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
- *Uma viagem de São Paulo a Goiânia — Estudo sobre as zonas de influência paulista* — (Tradução do original de Pierre Monbeig) — Resenha — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
- *O estado do Maranhão* — (Tradução do original de Silvio Fróis Abreu) — Resenha — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
- *Abruptos de falha e capturas recentes: a serra do Mar de Santos e a "Espinoza"* — Tradução do original de Emanuel De Martonne) — Resenha — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.

MIRANDA, José

- *Geologia e recursos minerais do Meio Norte* (I) — Transcrição — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- *Idem* (II) — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- *Idem* (III) — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.

MIRANDA BASTOS, Murilo de

- *Programa de Geografia* — (Organizado em colaboração com Jaime Cortesão) — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.

MONBEIG, Pierre

- *O estudo geográfico das cidades* — Transcrição — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *O Homem e a Terra* — Resenha — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- *Estudos geográficos* — Comentário — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- *Notas relativas à evolução das paisagens rurais no estado de São Paulo* — Resenha — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Os problemas geográficos do cacau no sul do estado da Bahia* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *A zona pioneira do norte do Paraná* — Transcrição — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *A Geografia no ensino secundário* — Comentário — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- *Questões demográficas francesas* — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- *A indústria e a geografia* — Comentário — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *A região de Cabo Frio* — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *Pesquisas geográficas* — Comentário — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- *A geografia e o meio vivo* — Comentário — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.

- *A geografia de nossos dias é ao mesmo tempo científica e viva* — Resenha — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- *O clima e o organismo humano* — Comentário — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *A colonização nos trópicos* — Resenha — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Assembleia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros* — Comentário — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- *Publicações cartográficas recentes* — Comentário — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
- *Uma geografia da indústria de mineração* — Comentário — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
- *Estudo monográfico duma estrada de ferro* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- *O homem branco e o meio tropical* — Comentário — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *Geografia humana dos países tropicais* — Resenha — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
- *Notas sobre a geografia humana do Nordeste do Brasil* — (Tradução de Henrique Miranda) — Transcrição — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
- *Geografia e folclore* — Comentário — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
- *Uma viagem de São Paulo a Goiânia — Estudo sobre as zonas de influência paulista* — (Tradução de Henrique Miranda) — Resenha — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
- *Evolução de gêneros de vida rurais tradicionais no sudeste do Brasil* — (Tradução de Nilo Bernardes) — Resenha — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
- *Algumas notas de geografia humana* — Resenha — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
- *As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista* — (Tradução de Maria da Glória Carvalho Campos) — Transcrição — Ano XI, n.º 116 — Setembro-outubro de 1953.
- *Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo* — Transcrição — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
- *Resumo da geografia econômica do café* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.

MENDONÇA, Valdemar Paranhos

- *A toponímia brasileira* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.

MEYNIER, A.

- *Os problemas do ensino da Geografia nos estabelecimentos de segundo grau na França* — (Tradução de Maria Conceição Vicente de Carvalho) — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.

MORAIS Rêgo, Luís Flores de

- *Geologia* (I) — Transcrição — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- *Idem* (II) — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- *Considerações preliminares sobre a gênese e a distribuição dos solos do estado de São Paulo* — Transcrição — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- *Notas sobre a geomorfologia de São Paulo e sua gênese* (I) — Transcrição — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Idem* (II) — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.

- *As estruturas antigas do Brasil* — Transcrição — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *Notas geográficas e geológicas sobre o rio Tocantins* — Transcrição — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- *Notas sobre a geologia, a geomorfologia e os recursos minerais de Sergipe (I)* — Transcrição — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- *Idem (II)* — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- *As estruturas antigas do Brasil (I)* — Transcrição — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
- *Idem (II)* — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.
- MORGAN, P. S.
- *Posição metodológica da geografia inglesa* — (Tradução de Miguel Alves de Lima) — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- MORTARA, Giorgio
- *Problemas demográficos* — Resenha — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- *Distribuição da população brasileira, de 18 anos e mais, segundo ramos de atividades* — Resenha — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Número médio dos componentes da família nas zonas rurais* — Resenha — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- *Informações básicas sobre o Brasil: produção mineral* — Resenha — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
- *Informações básicas sobre o Brasil: produção agrícola* — Resenha — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.
- *Informações básicas sobre o Brasil: a produção agrícola do Brasil no ano de 1949* — Resenha — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
- *Informações básicas sobre o Brasil: superfície e população* — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- MORF, F.
- *Trabalhos práticos de geografia* — (Tradução de Maria Conceição Vicente de Carvalho) — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- MOTA, Otoniel
- *O arroz na geografia, na filologia e na história* — Resenha — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- MOWSER, Ernest R.
- *Estudo ecológico da cidade* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- NAUCK, Ernest G.
- *Uma viagem de estudos ao Espírito Santo (I)* — (Tradução de Reginaldo Santana) — Transcrição — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- *Idem (II)* — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- *Idem (III)* — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
- NAPOLEÃO, Martins
- *O Piauí e o Nordeste* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- NEIVA, Artur Hehl
- *Análise sumária do moderno conceito da geografia* — Resenha — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
- *A imigração na política brasileira de povoamento* — Transcrição — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- *Ligeiras notas a respeito do quadro da imigração no Brasil a partir de 1820* — Resenha — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
- NETO, Américo R.
- *Viajar no espaço — Viajar no tempo* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- NEVES DA FOUNTOURA, João
- *Hilêta Amazônica* — Resenha — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- NIEMEYER, Ernesto
- *A fisionomia do reino vegetal no Brasil* — (Tradução do original de C. F. Ph. Von Martins) — Transcrição — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
- NIEMEYER, Valdir
- *A mudança da capital federal* — Resenha — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- NOGUEIRA DE MATOS, Odilon
- *O congresso brasileiro de geografia* — Resenha — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- *Tertúlias* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *Uma publicação valiosa* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *História serena e equilibrada* — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *Petrópolis, esboço da geografia urbana (I)* — (Tradução do original de Philippe Arbos) — Transcrição — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Idem (II)* — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- OLIVEIRA, Beneval de
- *A ciência geográfica e as realidades nacionais* — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *As regiões de ocorrência normal da araucária* — Resenha — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
- *Estudo da região paraense: A planície litorânea e a serra do Mar* — Resenha — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
- *Problemas da geografia agrária* — Resenha — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- OLIVEIRA, Cêurio de
- *A geografia no Ceará* — Resenha — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- OLIVEIRA, Eusébio de
- *Orville A. Derby* — Resenha — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
- OLIVEIRA, Lejeune de
- *Levantamento biogeográfico da baía de Guanabara* — Transcrição — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
- OLIVEIRA, Leônidas P. de
- *Localizado o nascedouro do Orinoco* — Resenha — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- OLIVEIRA BOLÃO, José de
- *A falsa concepção da esterilidade das terras intertropicais e de nelas se desenvolver uma civilização superior* — Transcrição — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.
- OLIVEIRA CABRAL, Luís Caetano de
- *Borracha amazônica* — Resenha — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.

- OLIVEIRA ROXO, Matias de**
 — *O vale do Amazonas* — Transcrição — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
 — *A paleontologia, seu objetivo, divisão e utilidade. Coluna geológica* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
 — *Introdução à geologia e à paleontologia* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
 — *Aparecimento da vida sobre a Terra e progressivo desenvolvimento de sua população* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- OSMAR GOMES, Antônio**
 — *Mudança de nomes geográficos* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- PACHECO DE CARVALHO, Manuel**
 — *Plano racional da recuperação e colonização da Amazônia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
- PÁDUA, Ciro T. de**
 — *Arrendamento de terras na agricultura* — Resenha — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
- PAIS LEME, Alberto Betim**
 — *Os fatores geográficos na economia do Brasil* — Transcrição — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
 — *Estudos dos conhecimentos geológicos referentes ao Brasil (I)* — (Tradução de Alfredo Porto Domingues) — Transcrição — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
 — *Idem (II)* — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
- PAIVA, Glycon de**
 — *Política imigratória para o Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
 — *Geologia e recursos minerais do Meio Norte (I)* — Transcrição — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
 — *Idem (II)* — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
 — *Idem (III)* — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
 — *Capacidade de população do Brasil* — Resenha — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
 — *A existência do petróleo no Brasil e sua influência em nossos destinos políticos e econômicos e na projeção histórica na nacionalidade* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 114 — Maio-junho de 1953.
- PAIXÃO SILVA, Moacir**
 — *Cidade e hinterlândia — Zoneamento de povoadores da Amazônia* — Resenha — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- PANDIÁ CALÓGERAS, João**
 — *Transportes arcaicos do Brasil* — Transcrição — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- PARAIM, Orlando**
 — *O mestiço brasileiro* — Resenha — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- PARR, A. E.**
 — *A geografia começa em casa* — (Tradução de Edison Guerra Dias) — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- PASCAL, Humberto**
 — *O clima e a doença* — Resenha — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- PAULA, José Maria de**
 — *"Ofensiva de paz" junto aos Xavantes* — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- PAULO DE OLIVEIRA, Eusébio**
 — *Fontes de energia do Brasil* — Transcrição — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
 — *Geologia estratigráfica do Brasil* — Transcrição — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
 — *Geologia* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
 — *A Marinha de Guerra e os recursos minerais do Brasil* — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
 — *Feições físicas e geológicas do Paraná* — Transcrição — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- PEARSON, H. S.**
 — *Os pequenos cursos d'água (I)* — (Traduzido pela Repartição de Línguas Estrangeiras da Secretaria de Estado dos Estados Unidos) — Transcrição — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
 — *Idem (II)* — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.
- PEDRO GRANDE, J. C.**
 — *Nova campanha de mapas municipais* — Comentário — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
 — *Toponímia inadequada* — Resenha — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
 — *Cidades irmãs* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
 — *Cidades que se unem* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
 — *"João Pessoa versus Campina Grande"* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
 — *Fadário de capitais brasileiras* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 114 — Maio-junho de 1953.
 — *Cidades que jamais foram vilas* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 116 — Setembro-outubro de 1953.
 — *Cidades gêmeas* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
- PEDROSA, Carlos**
 — *Bibliografia brasileira na "Library of Congress" de Washington* — Editorial — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
 — *Resenha histórica dos congressos brasileiros de Geografia* — Resenha — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
- PEDROSO, Tabajara**
 — *As cabeceiras do Amazonas* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
- PELUSO JUNIOR, Victor**
 — *O estudo geográfico dos limites municipais* — Comentário — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
 — *Fazenda do Cedro: Planalto de São Joaquim* — Resenha — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.

PEREIRA, Nunes

- *A utilização da carne do jacaré na Amazônia* — Resenha — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- *O trabalho do índio* — Resenha — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- *A introdução do negro na Amazônia* — Resenha — Ano VII, n.º 77 — Agosto de 1949.

PEREIRA GUIMARÃES, Arquimedes

- *Esboço da geologia econômica do estado da Bahia (I)* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
- *Idem (II)* — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.

PEREIRA JÚNIOR, Antero

- *Capanema e os sambaquis* — Resenha — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.

PERILLOU, A.

- *A geografia e os estudos geográficos na França durante a guerra e a ocupação* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Resenha — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.

PERRET, Maurice Edmundo

- *Brasil país de imigração* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.

PESSOA, José

- *O Rio São Francisco: seus problemas, suas soluções* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.

PICONE, Carlos Eduardo

- *Origem, distribuição e características dos solos do Brasil* — Resenha — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.
- *A análise aerofotográfica e a identificação dos materiais de superfície* — Resenha — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.

PIERSON, Donald

- *A teoria de Maltus* — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Estudo das cidades* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.

PINA, Armando

- *Aumento do mar territorial do Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.

PINHEIRO GUIMARÃES, Regina

- *Notas sobre a região do monte Roraima* — (Tradução do original de G. H. H. Tate) — Transcrição — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.

PINTO, Estêvão

- *Tendências atuais da antropologia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.

PINTO DE ARAÚJO, Emerson

- *Fatos e coisas de Jequié* — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.

POLI COELHO, Djalma

- *O Serviço Geográfico do Exército* — Comentário — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
- *Ponto mais oriental do Brasil* — Resenha — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.

POLITI, S. M.

- *A política imigratória mais conveniente para o Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.

POMFRET, John E.

- *A geografia humana e a cultura* — (Tradução de Salvador Massep) — Transcrição — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.

POMPEU SOBRINHO, Tomás

- *A nova toponímia cearense* — Resenha — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.

POOLE, Sldeman

- *Geografia de após-guerra* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.

PÓRTO DOMINGUES, Alfredo

- *Estado dos conhecimentos geográficos referentes ao Brasil (I)* — (Tradução do original de Alfredo Betim Pais Leme) — Transcrição — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
- *Idem (II)* — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.

PRADO JÚNIOR, Calo

- *Problemas de povoamento e a pequena propriedade* — Resenha — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- *Distribuição da propriedade fundiária rural no estado de São Paulo* — Transcrição — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- *O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo* — Transcrição — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.

PRAT, Henri

- *Conquista dos solos das regiões tropicais* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.

PRATT, Wallace E.

- *O petróleo nas plataformas continentais* — (Tradução de Sílvio Fróis Abreu) — Transcrição — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.

PRAZERES, Oto

- *As terras da fronteira* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Organização dos territórios* — Resenha — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.

PRUNES, Lourenço Mário

- *Plano de estudo de uma excursão geográfica* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.

QUEIRÓS, Eunápio

- *Mudança da capital do país: parecer da Comissão Parlamentar* — Transcrição — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.

QUEIRÓS RABELO, Clarindo de

- *Geólogos e engenheiros de minas* — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.

QUINTIÈRE, Léla

- *Histórico da imigração* — Dispositivos atuais sobre colonização — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- *Papel histórico do litoral, do relevo, dos rios e dos climas sobre o povoamento do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- *O fator posição astronômica aplicado no Brasil: condições climatológicas e suas consequências* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.

- *A penetração pelo rio São Francisco. A criação de gado* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
 - *Os problemas de economia nacional — As condições básicas: saneamento, mão-de-obra e técnica, transportes, combustíveis, crédito — A independência econômica (I)* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
 - Idem (II) — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
 - Idem (III) — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
 - *O Brasil no continente americano — Os mercados produtores e consumidores: artigos de alimentação, matérias-primas; manufaturas* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
 - *O Brasil no mundo — Interesses brasileiros na África e na Ásia (I)* — Contribuição ao ensino — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
 - Idem (II) — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
 - *Áreas de nutrição do Brasil — A área do Nordeste açucareiro — A área do sertão do Nordeste* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
 - *A ciência geográfica — Comentário* — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
 - *Sugestões didáticas em torno de um livro: "Introdução à Antropologia Brasileira" volume II* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
 - *Leitura de mapas e de fotografias — blocos-diagrama* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
 - *Prodromos de um parque industrial no Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
 - *O vale do Paraíba tem sua história* — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 73 — Abril de 1949.
- QUINTILIANO DE A. MARQUES, J.
- *Conservação dos solos* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- REBELO, Sílvio
- *Eucídes e o mistério da Amazônia* — Resenha — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
- RAFAEL DA FONSECA, Gabriel
- *Industrialização do zisto betuminoso* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 115 — Julho-agosto de 1953.
- RAJA GABAGLIA, F. A.
- *A propósito de Aires do Casal* — Comentário — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
 - *A propósito da geografia urbana* — Comentário — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
 - *Comentário de Ratzel* — Resenha — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
 - *Em torno da divisão territorial do Brasil* — Comentário — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
 - *O Etna em erupção* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
 - *Geopolítica e política geográfica* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
 - *Concepção de Suess e de Wegener acerca do relevo terrestre* — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
 - *Ratzel* — Resenha — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
 - *Aspectos gerais da fístografia das regiões fronteiriças (I)* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
 - Idem (II) — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
 - Idem (III) — Ano III, n.º 35 — Fevereiro de 1946.
 - Idem (IV) — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
 - Idem (V) — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
 - Idem (VI) — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
 - Idem (VII) — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
 - Idem (VIII) — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
 - Idem (IX) — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
 - Idem (X) — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
 - *A Geopolítica* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
 - *Geografia-Política-Engenharia* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
 - *América Latina: conceito de grandes regiões naturais* — Comentário — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
 - *A geografia em Portugal* — Comentário — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
- RAJA GABAGLIA, J. C.
- *Da observação dos afloramentos* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- RAMBO, Balduino
- *A estrutura da Serra — As bacias do Cai e do rio dos Sinos* — Transcrição — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
 - *A fisionomia do Rio Grande — Viagens (I)* — Transcrição — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
 - Idem (II) — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
 - *A flora austral antártica e andina no Rio Grande do Sul* — Resenha — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
- RAMOS, Artur
- *A aculturação negra no Brasil: uma escola brasileira* — Transcrição — Ano IV, n.º 44 — Novembro de 1946.
 - *Os grandes problemas da antropologia brasileira* — Resenha — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
- RAMOS, Nogueira
- *Congresso Brasileiro de Geografia* — Resenha — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- RAMOS, Wolny
- *"Vaçoroca"* — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- RANDALL, Robert H.
- *Normas de precisão de mapas topográficos* — Resenha — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
 - *II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia* — Resenha — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- RANGEL, Alberto
- *A cordilheira marítima* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- RATISBONNA, Leandro
- *As ondas de frio da bacia amazônica* — Transcrição — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
 - *O clima do Rio de Janeiro* — Transcrição — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.

RAWITSCHER, Félix

- O problema das savanas brasileiras e das savanas em geral — Comentário — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.

REDAÇÃO

- Abotos do sertão — Resenha — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- Academia da História Americana dos Franciscanos — Resenha — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- Academia de Cultura Guarani — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- A Campanha da borracha — Seminário de estudos geográficos — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- A Cidade Universitária — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- A distribuição da população pelas regiões brasileiras — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- A divisão administrativa e judiciária a vigorar no quinquênio de 1944-1948 — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- Aerofotogrametria de zonas agrícolas — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- A Escola Nacional de Música e as pesquisas de folclore musical do Brasil — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Afonso d'Escagnolle Taunay — Bibliografia — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- A geografia do Distrito Federal no ensino primário — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- A geografia e a pintura — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- A "hora dos prefeitos" — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- A morte do africanista brasileiro monsenhor José Severino — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- A mudança da nova capital do Brasil — Seminário de estudos geográficos — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- Anteprojeto do Instituto Pan-Americano de Engenharia de Minas e Geologia "Ipimi-geo" para a compilação de um mapa geológico-econômico da América do Sul — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- Antigas civilizações americanas — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- Apelo do Clube de Engenharia à obra empreendida pelo C.N.G. — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- A população da Argentina em 1944 — Resenha — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- A população de fato do Distrito Federal e a sua distribuição por zonas e circunscrições — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- Aproveitamento das quedas d'água — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- A questão da homogeneidade toponímica — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- A reunião de Cai — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- Arthur César Ferreira Reis — Bibliografia — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- Aspectos geográficos das migrações — Seminário de estudos geográficos — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- Auxílio aos "Fundos Universitários de Pesquisas" — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Abelino Inácio de Oliveira — Bibliografia — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- Basílio de Magalhães — Bibliografia — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- Bibliotecas municipais — Resenha — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- Boa vizinhança — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- Bolívia — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Cadastro de professores de Geografia (I) — Contribuição ao ensino — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- Idem (II) — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- Idem (III) — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- Idem (IV) — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
- Idem (V) — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
- Idem (VI) — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
- Idem (VII) — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- Idem (VIII) — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
- Idem (IX) — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
- Idem (X) — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
- Idem (XI) — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
- Idem (XII) — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
- Campanha da borracha: relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito — Resenha — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- Cândido Mariano da Silva Rondon — Bibliografia — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.
- Cartógrafo mecânico — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- Centenário do engenheiro Paula Freitas — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- Certames, internacionais, nacionais e regionais — Informações — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- Chile — Resenha — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- Ciclo fluminense da eletricidade — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- Ciclo fluminense da eletricidade — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Colaboração interamericana no campo da Geografia — Resenha — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
- Colômbia — Resenha — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- Confeção de diapositivos — Resenha — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- Congresso de Ico — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- Cooperação necessária — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- Costa Rica — Resenha — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- Cuba — Resenha — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
- Dados demográficos sobre o estado de Mato Grosso — Contribuição censitária — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- Décimo Congresso de Geografia — Resenha — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- Delimitação cartográfica pelo radar — Resenha — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- De quem é a prioridade? — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- Descrição do primeiro governo chamado São Vicente — Resenha — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- Desenvolvimento econômico e industrial do Brasil — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- Divisão regional do Brasil — Contribuição à didática — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.

- *Dois antigos atlas do Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *El Salvador* — Resenha — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- *Engenheiro Alberto Ribeiro Lamego* — Bibliografia — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Ecuador* — Resenha — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- *Escadouro para a lagoa Feia* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Estados Unidos da América* — Resenha — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Expedição ao monte Aconcóagua* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Francisco Rádler de Aquino* — Bibliografia — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *Guatemala* — Resenha — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- *Haiti* — Resenha — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- *Henri Gorceix: passou despercebido o centenário do seu nascimento* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Honduras* — Resenha — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- *Instituições de âmbito nacional e regional* — Informações. — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *João Pedro Cardoso* — Bibliografia — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- *Julgado o primeiro "Concurso de Monografias de Aspectos Municipais"* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Levantamento cartográfico de um mundo em guerra* — Resenha — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- *Limites Alagoas-Pernambuco* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Línguas faladas no lar e conhecimento do português no Paraná* — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *Martimiano Bonfim — Um precursor* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *Massa trabalhista do Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Material bibliográfico* — Resenha — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- *México* — Resenha — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- *Ministro Bernardino José de Sousa* — Bibliografia — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Ministro Francisco José de Oliveira Vianna* — Bibliografia — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Modificações no Código de Minas* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Monumento aos bandeirantes* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Mutirão — Uma forma de solidariedade* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Não se efetuou a XXVIII reunião do Congresso Internacional de Americanistas* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Nicarágua* — Resenha — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- *Nomes esquecidos* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Nossas riquezas minerais e a guerra* — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Nota explicativa* — Editorial — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.
- *O abastecimento do vale amazônico* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *O centenário de Taunay* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *O centenário do sêto brasileiro* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *O crescimento da população brasileira através da última operação censitária* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *O ensino do Tupi* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *O estudo da geografia e as regiões naturais* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *O êxodo rural* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *O futuro Código Rural* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *O grande censo brasileiro de 1940* — Resenha — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- *Oito anos de proveitosos serviços* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *O parque internacional Livramento-Rivera* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *O petróleo e a civilização moderna* — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *Organização do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (dados fornecidos ao C.N.G. por aquele Departamento)* — Contribuição à didática da geografia — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
- *O saneamento da Amazônia* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *O senhor M. A. Teixeira de Freitas proposto para figurar no "Livro do Mérito"* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Os estudos municipais e o censo nacional de 1940* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *Os termos regionais e o anteprojeto do Código Rural* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Os territórios federais recém-criados e seus novos limites* — Contribuição ao ensino — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Outros viajantes estrangeiros* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Panamá* — Resenha — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *Paraguai* — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- *Parques florestais dos municípios* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Parque Nacional da Serra dos Órgãos* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Pernambuco do embaixador J. C. de Macedo Soares na presidência do I.B.G.E.* — Resenha — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
- *Peru* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *Plantas de cidades brasileiras (I) — o Glás e Goiânia* — Contribuição ao ensino — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- *Idem (II) — Belo Horizonte e Ouro Preto* — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- *Idem (III) — São Luís* — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- *Idem (IV) — Teresina* — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- *População recenseada e população estimada do estado do Rio de Janeiro* — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- *Primeiro Congresso de Carburantes* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Principais repartições americanas* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.

- *Prioridade da Geografia* — Resenha — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- *Processos de impressão usados no U.S.C. and Geodetic Survey (I)* — Seminários de estudos geográficos — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- *Idem (II)* — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- *Professor Agnelo Bittencourt* — Bibliografia — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *Professor Alberto José de Sampaio* — Bibliografia — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Professor Alirio de Matos* — Bibliografia — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Professor Alvaro Astolfo da Silveira* — Bibliografia — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- *Professor Américo de Simas* — Bibliografia — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Professor Carlos Delgado de Carvalho* — Bibliografia — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
- *Professor Everardo Adolfo Backheuser* — Bibliografia — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Programa de Geografia (I) Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* — Contribuição à didática — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Idem (II) A Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil* — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Idem (III) Faculdade Católica de Filosofia* — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Idem (IV) "Curso de Inverno" da Casa do Estudante do Brasil* — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Idem (V) Instituto Santa Ursula* — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Idem (VI) Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette* — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Idem (VII) Universidade do Ar* — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Idem (VIII) Escola Preparatória de Cadetes de Fortaleza* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Idem (IX) Instituto de Educação* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *Idem (X) Escola de Estado-Maior do Exército* — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- *Idem (XI) Ministério da Educação e Saúde* — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- *Idem (XII) Para exames de licença ginasial* — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
- *Idem (XIII) Instalação metodológica para sua execução (Elaborado pela Congregação do Colégio Pedro II)* — Ano I, n.º 108 — Janeiro-fevereiro de 1952.
- *Quadro geral da administração pública brasileira* — Informações — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Que é raça?* — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Questões formulados para a organização de monografias histórico-corográficas municipais* — Contribuição censitária — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Raça e demografia* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *República Argentina* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Reservas mundiais de energia hidráulica* — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- *Rodolfo Garcia* — Bibliografia — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- *Seminário sobre aspectos geográficos da imigração no Brasil* — Estudos geográficos — Ano III, n.º 30 — Setembro de 1945.
- *Serviço de Navegação do Prata* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Situação demográfica do Brasil* — Contribuição à didática — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Situação econômica do Brasil no após guerra* — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *Síndios dos países do eixo residentes no Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Tertúlias Geográficas (I) Finalidades das tertúlias geográficas — Regime de chuvas e enchentes no Rio Grande do Sul* — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Idem (II) Extrato dos principais aspectos abordados — Regras propostas para a determinação de um rio principal e de seus afluentes* — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Idem (III) Regras propostas para a determinação de um rio principal e de seus afluentes* — Conclusão — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Idem (IV) Formador principal de um rio* — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Idem (V) Hipóteses de trabalho nas pesquisas geográficas* — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Idem (VI) Organização de uma expedição à região do Jalapão* — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Idem (VII) Esboço das principais pesquisas antropológicas a serem realizadas na expedição à região do Jalapão* — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Idem (VIII) Observações meteorológicas* — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Idem (IX) Alguns perfis de rios franceses* — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Idem (X) Ortografia dos nomes geográficos — A fotogrametria e aerofotogrametria na exploração e sua utilização pelas expedições científicas* — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Idem (XI) A grafia de nomes indígenas* — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Idem (XII) Esquema estrutural do museu geográfico do Brasil — Comentários sobre o São Francisco* — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Idem (XIII) A região da cachoeira de Itaparica* — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Idem (XIV) Concurso de monografias — "Conjuntos paisagísticos" no museu — Esquema sobre a cultura do arroz no Brasil* — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Idem (XV) Debate em torno do Concurso de Monografias Municipais* — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Idem (XVI) O aspecto geral ou regional do museu geográfico — Nova orientação para as tertúlias semanais* — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Idem (XVII) A excursão ao Itatiaia* — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Idem (XVIII) "Conjuntos paisagísticos" como normas para a organização do museu — Comunicação sobre a bacia terciária de Resende* — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Idem (XIX) Panorama da Geografia nos Estados Unidos — A excursão a Campo Belo e ao Itatiaia* — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Idem (XX) O problema dos "inselbergs" ou colinas com paredes escarpadas que se elevam acima das superfícies de campo* — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.

- Idem (XXI) *A região meridional de Minas Gerais e a evolução do vale do Paraíba* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXII) *Debates em torno da "geomorfologia" da região do Itatiaia* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXIII) *Impressões sobre a viagem à região do Araguaia e rio das Mortes* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXIV) *Mapas de densidade de população do estado de São Paulo* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXV) *Comunicação sobre a bacia do São Francisco* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXVI) *Debates sobre a formação da bacia do São Francisco* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXVII) *O problema do São Francisco — A participação da Inspetoria de Obras Contra as Secas* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXVIII) *Atividades da Inspetoria de Obras Contra as Secas — Estudos da Comissão do Rio São Francisco* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXIX) *Introdução ao estudo do vale médio do Paraíba* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXX) *Os traços essenciais da paisagem do vale médio do Paraíba* — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- Idem (XXXI) *Contribuição para o museu — Trabalhos realizados pelo C.N.G. — Comentário dos mapas da distribuição demográfica* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXII) *O problema do povoamento do Brasil* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXIII) *O problema demográfico brasileiro* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXIV) *Apresentação de filmes sobre o Canadá* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXV) *Resultados preliminares da excursão ao vale do São Francisco* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXVI) *Considerações em torno da geografia humana do São Francisco* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXVII) *Estudo sobre a plataforma continental do Brasil e a pesca* — ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXVIII) *Estudo sobre algumas tribos indígenas de Mato Grosso* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XXXIX) *Impressões de uma viagem realizada em 1920 à Abissínia* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XL) *Impressões sobre as regiões naturais do vale do São Francisco* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- Idem (XLI) *Relatório geral de uma excursão a Cabo Frio* — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- Idem (XLII) *Relatório geral de uma excursão a Macaé* — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- Idem (XLIII) *Aspectos locais da geografia do estado do Rio — interpretação geomorfológica da zona entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio* — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- Idem (XLIV) *Assuntos abordados na I Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia* — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- Idem (XLV) *A indústria açucareira no Nordeste, no estado do Rio e em São Paulo* — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- Idem (XLVI) *Estudo comparativo entre o leste dos Estados Unidos e o Brasil* — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- Idem (XLVII) *Descrição em linhas gerais de uma excursão à região do Jalapão* — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- Idem (XLVIII) *Aspectos da geomorfologia e geografia humana da região do Jalapão* — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- Idem (XLIX) *Prosseguimento dos estudos da região do Jalapão* — ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- Idem (L) *Novos levantamentos de coordenadas geográficas* — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
- Idem (LI) *O problema da dispersão da esquistossomose no Brasil* — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
- Idem (LII) *Alimentação e outros aspectos da geografia humana das zonas canjeiteiras* — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- Idem (LIII) *Problemas de zootecnia no Nordeste do Brasil* — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- Idem (LIV) *Campos e seus arredores* — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- Idem (LV) *A seca, sua incidência e medidas para minorar seus efeitos* — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- Idem (LVI) *A bacia do rio Preto — Conclusão geral sobre a região percorrida pela expedição* — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- Idem (LVII) *Excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- Idem (LVIII) *Introdução às atividades cartográficas nos Estados Unidos* — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- Idem (LIX) *A orientação do curso de História da Cartografia e Fronteiras do Brasil — A História da Cartografia* — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- Idem (LX) *A serra do Curral d'El Rei e Nova Lima — A cidade de Belo Horizonte e seu desenvolvimento para o sul* — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- Idem (LXI) *A região de Belo Horizonte, Lagoa Santa e Lapinha* — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- Idem (LXII) *A viagem Belo Horizonte-Sarará: o vale do ribeirão Arrudas, a "cluse" do rio das Velhas, General Carneiro e Sabará* — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- Idem (LXIII) *Comunicação sobre a terra roxa no estado de São Paulo* — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- Idem (LXIV) *Excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- Idem (LXV) *Uma viagem realizada a Minas e Goiás* — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- Idem (LXVI) *Excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 16 — Agosto de 1944.
- Idem (LXVII) *Comunicação sobre a zona litorânea do norte catarinense* — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- Idem (LXVIII) *Aspectos do Brasil Central, o Paraná-Tocantins — As dobras de fundo e a reativação da erosão* — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- Idem (LXIX) *Apresentação de relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
- Idem (LXX) *Apresentação do relatório geral de um trecho da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.

- Idem (LXXI) *Excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- Idem (LXXII) *Comunicação sobre uma viagem ao Araguaia* — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- Idem (LXXIII) *O emprego e funcionamento do trimetrogon* — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- Idem (LXXIV) *Excursão ao vale do rio Doce: a excursão ao pico Caeté* — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- Idem (LXXV) *Comunicação sobre uma viagem aos Estados Unidos* — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.
- Idem (LXXVI) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- Idem (LXXVII) *Proseguimento da apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- Idem (LXXVIII) *Palestra sobre o clima do estado de São Paulo — Apresentação de um filme de trabalhos de levantamento* — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- Idem (LXXIX) *Reconhecimento geográfico no vale do Iguaçu e no rio Negro — A evolução geomorfológica do Paraná e suas possibilidades de colonização* — Ano II, n.º 19 — Outubro de 1944.
- Idem (LXXX) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- Idem (LXXXI) *Traços essenciais da paisagem espírito-santense* — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- Idem (LXXXII) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- Idem (LXXXIII) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- Idem (LXXXIV) *Continuação da apresentação geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- Idem (LXXXV) *Apresentação do último relatório geral da excursão ao vale do rio Doce* — Ano I, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- Idem (LXXXVI) *Apresentação do relatório geral da excursão a Guaratinguetá, Cunha e Parati* — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- Idem (LXXXVII) *Fisiografia do Paraná* — Ano II, n.º 21 — Dezembro de 1944.
- Idem (LXXXVIII) *Expedição ao rio das Mortes* — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- Idem (LXXXIX) *Principais recursos naturais do Brasil e sua distribuição — Filmes sobre a representação do Brasil na feira de New York* — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- Idem (XC) *Fisiografia, hidrografia e zonas climáticas do Paraná* — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- Idem (XCI) *Importância dos rios acreanos na história e geografia do Acre* — Ano II, n.º 22 — Janeiro de 1945.
- Idem (XCII) *Formação do povo paranaense e colonização do Paraná* — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- Idem (XCIII) *Afluentes dos rios Juruá, Purus, Acará e Javari* — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- Idem (XCIV) *A mudança da capital do Brasil, sob o ponto de vista climático, estratégico e econômico* — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- Idem (XCV) *O relevo litorâneo de Parati — Mangaratiba e a ocupação humana — Angra dos Reis e Barra — O vale do Parati* — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- Idem (XCVI) *Relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina — Viagem Rio-São Paulo e São Paulo-Curitiba* — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- Idem (XCVII) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- Idem (XCVIII) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- Idem (XCIX) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- Idem (C) *O clima da cidade de São Paulo* — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- Idem (CI) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- Idem (CII) *A circulação geral atmosférica da América do Sul* — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- Idem (CIII) *Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- Idem (CIV) *Fatores geográficos adjuvantes das endemias oculares no norte do Paraná e nos estados do Nordeste brasileiro* — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- Idem (CV) *Debates sobre os "Fatores geográficos adjuvantes das endemias oculares no norte do Paraná e nos estados do Nordeste brasileiro"* — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- Idem (CVI) *Apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- Idem (CVII) *Comunicação sobre uma excursão a Corupá e arredores, no estado de Santa Catarina* — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- Idem (CVIII) *Comunicação sobre duas ascensões ao Aconágua* — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- Idem (CIX) *Continuação da série da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- Idem (CX) *Apresentação das observações da excursão de Corupá a Serra Alta, Mafra e Itaipópolis* — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- Idem (CXI) *O planalto ocidental da Baía* — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- Idem (CXII) *Continuação da apresentação do relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- Idem (CXIII) *Comunicação sobre o território do Acre* — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- Idem (CXIV) *Continuação da série sobre a excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- Idem (CXV) *Apresentação do último relatório geral da excursão ao Paraná e Santa Catarina* — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.

- Idem (CXVI) *Observações sobre uma excursão à região da serra do Roncador e ilha do Bananal* — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- Idem (CXVII) *Biogeografia do leste do Canadá* — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- Idem (CXVIII) *Observações de uma excursão às serras da Estrêla e dos Órgãos* — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- Idem (CXIX) *Considerações sobre alguns problemas da cidade do Rio de Janeiro* — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- Idem (CXX) *Horários de trabalho e mobilização do material humano* — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- Idem (CXXI) *Dez anos de ensino superior de Geografia* — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
- Idem (CXXII) *Alguns aspectos da Biblioteca do Congresso de Washington* — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
- Idem (CXXIII) *A alta paulista e a alta araraquense: duas regiões novas paulistas* — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- Idem (CXXIV) *O aspecto geográfico do açúcar* — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- Idem (CXXV) *Notas de uma excursão ao divisor Tietê-Paranapanema* — Ano IV, n.º 42 — Setembro de 1946.
- Idem (CXXVI) *Contribuição brasileira à geografia pan-americana* — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- Idem (CXXVII) *Ensino da geografia humana da montanha* — Ano IV, n.º 45 — Dezembro de 1946.
- Idem (CXXVIII) *A situação da geografia na nova Constituição* — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- Idem (CXXIX) *Relação existente entre os sistemas de nuvens e as massas de ar* — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- Idem (CXXX) *Impressões de uma viagem aos Estados Unidos* — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- Idem (CXXXI) *Viagem de reconhecimento ao sul de Goiás* — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
- Idem (CXXXII) *Como vive um sistema de nuvens da Patagônia ao Rio de Janeiro* — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
- Idem (CXXXIII) *O Parque Nacional do Itatiaia* — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- *Um animador* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Uniformização da terminologia técnica brasileira* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Uniformização toponímica* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Uruguai* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *Venezuela* — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *A cadeira de Geografia do Brasil da F.N.F.* — "Arquivos" — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- *Associação dos Geógrafos Brasileiros* — "Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros" — Resenha — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
- *A política imigratória do Brasil* — "O Diário de São Paulo" — Resenha — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *Anuário Estatístico do Brasil* — "Revista Geográfica do Instituto Pan-Americano de Geografia e História" — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *A tarefa básica do censo geral do país* — "Journal do Comércio" — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *A propósito da criação dos novos territórios federais* — "O Diário de São Paulo" — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *A conferência de Belém* — "Diário Oficial do Estado do Amazonas" — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *A bacia do Prata e o progresso do oeste brasileiro* — "A Manhã" — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *A beleza de um gesto* — "A Notícia" — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Aproveitamento das terras nos municípios paulistas* — "Monitor Mercantil" — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *John Casper Branner* — "A Manhã" — Resenha — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
- *Coleta de material geo-mineralógico* — "Caça e Pesca" — Resenha — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
- *Climas fabricados* — "Kodak" — Resenha — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- *Climatologia médica* — "Boletim de Investigações Geográficas do Instituto de Estudos Superiores del Uruguay" — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Concurso de monografias municipais* — "A Notícia" — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Como preparar um diagrama em perspectiva* — Monthly Sciences News — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Dicionário de brasileirismos* — "Jornal do Comércio" — Resenha — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1943.
- *Distribuição geográfica e nomenclatura dos cristãos não católicos* — "Revista Geográfica Americana" — Resenha — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
- *Deslocamentos de populações* — "Folha de Minas" — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *Depoimento de viajantes* — "O Estado da Bahia" — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Declarações de princípios científicos em face da guerra* — "The Advancement of Science" — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Efeitos da seca prolongada na região amazônica* — "A Fazenda" — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Exploração científica no Nordeste* — "A Manhã" — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Febre da mineração* — "O Jornal" — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- *Fatores geográficos* — "Jornal do Brasil" — Resenha — Ano II, n.º 16 — Julho de 1944.
- *Geografia e estatística* — "A Notícia" — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Galileu, Newton, Pascal e Halley* — "Monthly Sciences News" — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *Lições práticas de Geografia* — "A Notícia" — Resenha — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
- *Localização, ideia fundamental da Geografia moderna* — "Boletim del Serviço de Informação Pedagógica" — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- *Migrações internas* — "Conjuntura Econômica" — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
- *Museu científico: os inestimáveis serviços do famoso Museu Smithsonian de Washington* — "Em Guarda" — Resenha — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.

- *Monografias municipais* — "Fôlha de Minas" — Resenha — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- *Nova câmara zenital para determinar postos sobre o mapa* — "Avia" — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
- *O Brasil e a geografia* — "Fôlha da Manhã" — Resenha — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.
- *O tempo* — "Em Guarda" — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *O conhecimento da geografia do Brasil* — "O Diário de São Paulo" — Resenha — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- *O monumento a Rio Branco* — "Brasil de Ontem, de Hoje e de Amanhã" — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *O couro e a civilização* — "A Fazenda" — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *O nome da capital baiana* — "A Tarde" — Resenha — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
- *Os engenheiros e a obra cultural do Conselho Nacional de Geografia* — "Engenheiros" — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- *O tipo regional do vaqueiro* — "A Manhã" — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *Primórdios da indústria do petróleo nos Estados Unidos* — "Boletim Shell" — Resenha — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
- *População estrangeira em quatro estados brasileiros* — "Revista de Imigração e Colonização" — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- *II Reunião Pan-Americana de Consulta sobre Geografia e Cartografia* — "Boletim do Instituto de Ciências Políticas" — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- *Sugestões em torno do X Congresso Brasileiro de Geografia* — "Boletim do Instituto de Ciências Políticas" — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- *Sociedade Mineira de Geo-Estatística* — "O Diário" — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Tertúlias geográficas* — "O Jornal do Brasil" — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Toponímia brasileira* — "Brasil de Ontem, de Hoje e de Amanhã" — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Um estudo dos núcleos de povoação* (Tradução de Edison G. Dias) — "The Geographical Journal" — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *Valor da produção industrial em 1940* — "Boletim do Ministério do Exterior" — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- REEDER, Edwin H.**
- *O espírito do ensino moderno da Geografia* — (Tradução de Orlando Valverde) — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
- REES, Henry**
- *Uma classificação funcional das cidades* — (Tradução de Maria Conceição Vicente de Carvalho) — Transcrição — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
- RÊGO, Angel**
- *A Geografia na escola primária* — (Tradução do original de Vidal de la Blache) — Transcrição — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- RÊGO, Costa**
- *Os fenícios no Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- RENÉ GIANETTI, Américo**
- *Plano de recuperação econômica e fomento da produção mineira (I)* — Resenha — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- *Idem (II)* — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
- *Idem (III)* — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
- *Idem (IV)* — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- RIBEIRO, Antônio João**
- *Sambaquis* — Resenha — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- RIBEIRO, LAMEGO, Alberto**
- *Considerações sobre a geografia humana* — Resenha — Ano IV, n.º 38 — Maio de 1946.
- *Ciclo evolutivo das lagoas fluminenses* — Transcrição — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
- *Análise tectônica e morfológica do sistema da Mantiqueira, Brasil (I)* — Transcrição — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
- *Idem (II)* — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.
- *Derby, o sábio incompreendido* — Resenha — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
- RIBEIRO LEUZINGER, Vitor**
- *Programa de Geografia Física para a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- RISÉRIO LEITE, Antônio**
- *Um empreendedor da siderurgia nacional* — Resenha — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- RIVINGTON, S. H.**
- *Padrão de vida no Brasil* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- ROBINSON, Arthur**
- *Estudo analítico das projeções cartográficas* — (Tradução de Sebastião da Veiga) — Resenha — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.
- ROBINSON, Roberto**
- *Estudo de solos com fotografias aéreas* — Resenha — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
- ROBLEDO, Emílio**
- *A febre amarela na América do Sul* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- ROBLES, Humberto A.**
- *Brasil expoente da ciência geográfica* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- RODRIGUES, Lislis A.**
- *A Transbrasiliana* — Editorial — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *O território do Tocantins* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- RODRIGUES PEREIRA, Renato Barbosa**
- *Fronteira com a Colômbia (I)* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.

- Idem (II) — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- *Fronteira com o Peru* (I) — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- Idem (II) — Ano V, n.º 51 — Junho de 1947.
- Idem (III) — Ano V, n.º 52 — Julho de 1947.
- ROMANOSKY, V.**
- *Importância econômica da oceanografia física e da geologia submarina* — (Tradução de Antônio Teixeira Guerra) — Resenha — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.
- ROMÃO DA SILVA, Júlio**
- *Parnaíba: breve história de um rio* — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *Memória histórica sobre a transferência da capital do Piauí* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
- ROSDON, Frederico Augusto**
- *Colonização nacional, o magno problema brasileiro* — Resenha — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
- *Atualidade mato-grossense face à colonização nacional* — Resenha — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
- ROSA, Venceslau**
- *A siderurgia no mundo contemporâneo* — Resenha — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
- RUBIO, Angel**
- *O cérebro e o coração do Brasil marcham para as alturas* — (Tradução de Arnaldo Vieira Lima) — Resenha — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- RUELLAN, Francis**
- *O levantamento direto e aerofotogramétrico de cartas geomorfológicas e seu interesse teórico e prático* — Resenha — Ano V, n.º 50 — Maio de 1947.
- *Geomorfologia Geral* (I) — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
- Idem (II) — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
- Idem (III) — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.
- *Problemas do relevo e da estrutura do Brasil* (I) — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
- Idem (II) — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
- *Zonas de sedimentação e seu papel geomorfológico* — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
- RUSSEL, Richard Joel**
- *A geografia de após-guerra* — (Tradução de Edison G. Dias) — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 37 — Abril de 1946.
- *Geomorfologia geográfica* — (Tradução de Sebastião Velga) — Transcrição — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de**
- *Quadro da vegetação primitiva da província de Minas Gerais* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
- *Descrição dos Campos Gerais* — (Tradução de Lysia Maria Cavalcanti Bernardes e Nilo Bernardes) — Transcrição — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
- *Bosquejo de minhas viagens ao Brasil e Paraguai* (I) — Tradução de Edgar Kuhlmann) — Transcrição — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- Idem (II) — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
- SALES, Franklin**
- *Os intelectuais brasileiros aplaudem as campanhas geográficas* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.
- SAMPAIO, A. J. de**
- *A criação do museu geográfico do C.N.G.* — Comentário — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *A fitogeografia na escola primária* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *Iniciação de geógrafos nos princípios da arte e na sua filosofia* — Comentário — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- *Reflorestamento e arborização* — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
- SAMPAIO FERRAZ, J. de**
- *A sobrevivência de maduros e senis* — Comentário — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- *Causas prováveis das secas do Nordeste brasileiro* — Transcrição — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
- *Subsídios para o estudo de um ciclo climatológico do sudeste brasileiro* — Transcrição — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
- *Sugestões explicativas da provável relação entre a atividade solar e a variação das chuvas sobre o sudeste brasileiro* — Transcrição — Ano VI, n.º 73 — Abril de 1949.
- *Bioclimatologia* — Transcrição — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
- *A meteorologia a serviço da produção econômica* — Resenha — Ano VIII, n.º 85 — Abril de 1950.
- *O homem e a chuva* (I) — Resenha — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
- Idem (II) — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.
- Idem (III) — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
- SANCHEZ, Pedro C.**
- *Evolução da geografia* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *A geodésia através da história* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
- SANTAMARINA, Estela Barbieri de**
- *Os perfis causais* — (Tradução de Orlando Valverde) — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
- SANT'ANA, Reginaldo**
- *A colonização alemã no Espírito Santo* (I) — (Tradução do original de Ernst Wagemann) — Transcrição — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
- Idem (II) — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- Idem (III) — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.
- *Uma viagem de estudos ao Espírito Santo* (I) — (Tradução do original de Gustav Glemser e Ernst G. Nauck) — Transcrição — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
- Idem (II) — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.

- Idem (III) — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
- SÁ NUNES, José de**
 — *Geometrista: medidor de terras* — Resenha — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.
 — *Jequié ou Jiquié?* — Resenha — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
 — *Grafia do topônimo "Xapacó"* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.
- SCHAEFFER, Regina**
 — *Esboço da geologia na região de carbonados no estado da Bahia* — (Tradução do original de John Branner) — Transcrição — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
 — *Uma região fronteira no Brasil — O sudoeste do Maranhão* — (Tradução do original de E. W. e J. L. Darnell) — Transcrição — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
 — *Será o pico de Fernando de Noronha uma agulha vulcânica como a do "Mont Pelé"* — (Tradução do original de John C. Branner) — Resenha — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
 — *A escarpa do Tombador* — (Tradução do original de John C. Branner) — Transcrição — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.
 — *A expansão das colônias do Brasil Meridional* — (Tradução do original de Preston James) — Transcrição — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
 — *A topografia do vale do rio Amazonas* — (Tradução do original de S. F. Marbut e C. B. Manifold) — Transcrição — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
 — *Decomposição das rochas no Brasil (I)* — (Tradução do original de John C. Branner) — Transcrição — Ano V, n.º 58 — Janeiro de 1948.
 — Idem (II) — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
- SCHUCH CAPANEMA, Guilherme**
 — *Decomposição dos penedos no Brasil* — Transcrição — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
- SCHUCHERT, Charles**
 — *A hipótese do deslocamento continental (I)* — (Tradução de Axel Löfgren) — Transcrição — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
 — Idem (II) — Ano I, n.º 11 — Fevereiro de 1944.
- SCHULTZ, Alarich E.**
 — *A função bio-sociológica das florestas* — Resenha — Ano V, n.º 54 — Setembro de 1947.
- SCHWALBACH, Luís**
 — *O próximo Congresso Internacional de Geografia em Lisboa* — Resenha — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
- SEGISMUNDO, Fernando**
 — *De Aíres de Casal ao I.B.G.E.* — Comentário — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
 — *Literatura e geografia* — Comentário — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
- SELLA, La Vega Del**
 — *Teoria da glaciação quaternária pelos deslocamentos polares* — Resenha — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
- SELLIN, A. W.**
 — *A pororoca* — Resenha — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
 — *Vegetação do Brasil* — Resenha — Ano III, n.º 29 — Agosto de 1945.
- SENA, Costa**
 — *Orville Derby* — Resenha — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.
- SENA, Nelson de**
 — *O cinquentenário de Belo Horizonte (I)* — Resenha — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
 — Idem (II) — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
- SEREBRENICK, Salomão**
 — *As variedades dos solos brasileiros* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
 — *O clima do Brasil* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- SERRA, Adalberto**
 — *As ondas de frio da bacia Amazônica* — Transcrição — Ano III, n.º 26 — Maio de 1945.
 — *O clima do Rio de Janeiro* — Transcrição — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
 — *Previsão do tempo* — Transcrição — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
 — *As secas do Nordeste* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.
- SETZER, José**
 — *As plantas da borracha na Rússia* — (Tradução de um original de "Tropical Agriculture") — Resenha Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
 — *Noções gerais de pedologia* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
 — *Não culpemos o arado* — Resenha — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
 — *Diretrizes modernas para um levantamento agro-geológico* — Transcrição — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.
 — *Curso de Pedologia (I)* — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 59 — Fevereiro de 1948.
 — *A reconstrução do solo na Palestina* — Resenha — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
 — *Curso de Pedologia (II)* — Contribuição ao Ensino — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
 — Idem (III) — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
 — Idem (IV) — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
 — Idem (V) — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
 — Idem (VI) — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
 — Idem (VII) — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
 — *Os solos dos grupos 19 a 22* — Resenha — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
 — *O trigo na várzea do Paraíba* — Resenha — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
 — *O caboclo como formador do solo* — Resenha — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
 — *Conservação do solo* — Resenha — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
 — *O problema dos campos cerrados* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.

SHAW, E. W.

- *Uma região fronteira no Brasil — O sudoeste do Maranhão* — (Tradução de Regina Schaeffer) — Transcrição — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.

SILVA, Moacir

- *Toponímia ferroviária* — Editorial — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
- *Os gentílicos dos novos territórios* — Contribuição à Didática — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- *Os territórios federais* — Contribuição ao Ensino — Ano I, n.º 10 — Janeiro de 1944.
- *A geografia e a estética* — Resenha — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- *A rodovia transbrasiliana* — Comentário — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
- *A geografia na literatura de ficção* — Comentário — Ano VI, n.º 66 — Setembro de 1948.
- *As duas ligações terrestres entre Rio de Janeiro e Bahia* — Resenha — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- *A propósito da palavra "sertão"* — Comentário — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.

SILVA LESSA, Maria Luísa da

- *Comentário do mapa da produção de feijão no sudoeste do Planalto Central do Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
- *Comentário do mapa da produção de milho do sudoeste do Planalto Central* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.

SILVA PARANHOS, José Maria da

- *Barão do Rio Branco — A indústria no Brasil em 1839* — (Tradução de Orlando Valverde) — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
- *Barão do Rio Branco — As vias e meios de comunicação do Brasil em 1839* — (Tradução de Orlando Valverde) — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.

SILVEIRA MENDES, Renato

- *Viajantes antigos e paisagens modernas na Baía de Fluminense* — Comentário — Ano IV, n.º 47 — Fevereiro de 1947.

SILVESTRE FERNANDES, J.

- *Baía de Maranhense* — Resenha — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
- *Os semi-deltas do nordeste do Maranhão* — Resenha — Ano VI, n.º 64 — Julho de 1948.
- *Os sambaquis do noroeste maranhense* — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- *O assoreamento da costa leste maranhense* — Resenha — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.

SIMAS PEREIRA, Glvandro

- *As expedições científicas e o conhecimento do Brasil* — Editorial — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
- *As divisas entre os estados de Goiás e Bahia* — Resenha — Ano II, n.º 18 — Setembro de 1944.

SIMONSEN, Roberto C.

- *Recursos econômicos e movimentos de população no Novo Mundo* — Transcrição — Ano VII, n.º 84 — Março de 1950.

SIMPICH, Frederick

- *As rodovias dos Estados Unidos na guerra e na paz* — Transcrição — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.

SMITH, Herbert

- *A região dos campos no Brasil* — Resenha — Ano III, n.º 34 — Janeiro de 1946.

SMITH, T. Lynn

- *O tamanho das propriedades rurais no Brasil (I)* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- *Idem (II)* — Ano V, n.º 57 — Dezembro de 1947.
- *Notas sobre a população e a organização social na porção central do vale do São Francisco* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Resenha — Ano VI, n.º 61 — Abril de 1948.
- *Problemas e população dos trópicos* — Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.

SOARES, Armando

- *Da pequena à grande siderurgia* — Resenha — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.

SOBROSA NUNES, Joaquim

- *Ventos predominantes em Vitória* — Resenha — Ano I, n.º 1 — Abril de 1943.

SORRE, M.

- *Os problemas geográficos atuais das migrações* — (Tradução de Maria Conceição Vicente de Carvalho) — Transcrição — Ano XII, n.º 122 — Setembro de 1954.

SOUSA, Bernardino de

- *O ciclo do carro-de-boi no Brasil* — Resenha — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.

SOUSA, Lincoln de

- *Os Xavantes e a civilização* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.

SOUSA MARTINS, Luís de

- *A fronteira setentrional do Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 39 — Junho de 1946.

SOUTO MAIOR, Ariadne Soares

- *Comentário do mapa da produção de ferro da Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
- *Comentário do mapa da produção de café no estado da Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.
- *Comentário do mapa da produção de mamona na Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.

STELLFELD, Carlos

- *Origem e evolução do Brasil fitogeográfico* — Resenha — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
- *Fitogeografia geral do estado do Paraná* — Transcrição — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
- *A fisionomia do reino vegetal no Brasil* — (Tradução do original de C. F. Ph. von Martius) — Transcrição — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.

STERNBERG, Hilgard O'Reilly

- *As listas de fatos a observar nos trabalhos geográficos de campo* — Contribuição ao Ensino — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.

- O trabalho de campo na geografia: seu planejamento e organização — Resenha — Ano V, n.º 49 — Abril de 1947.
 - A pesquisa geográfica no curso secundário — Contribuição ao Ensino — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
 - O homem como fator geográfico — Resenha — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
 - Programa de Geografia (Curso de preparação à carreira de diplomata do Instituto Rio Branco) — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
 - Brasil devastado — Comentário — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.
 - Manual de Conservação do Solo (I) — (Tradução da obra compilada pelo Serviço de Conservação do Solo da Secretaria de Agricultura dos Estados Unidos da América) — Transcrição — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
 - Idem (II) — Ano IX, n.º 104 — Novembro de 1951.
 - Idem (III e IV) — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
 - Idem (VII, VIII e IX) — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.
 - Idem (V e VI) — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
 - Idem (X e XI) — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.
 - Idem (XVII, XVIII e XIX) — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
 - Idem (XIII) — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
 - Idem (XIV) — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
 - Sismicidade de morfologia na Amazônia brasileira — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
- STRAUCH, Ney**
- Atividade da Seção Regional Leste — Editorial — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
- SVENDRUP, M. U.**
- Oceano Atlântico — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Resenha — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- TATE, G. H.**
- Notas sobre a região do monte Roraima — (Tradução de Regina Pinheiro Guimarães) — Transcrição — Ano III, n.º 33 — Dezembro de 1945.
- TAUNAY, Afonso de E.**
- Engenharia colonial paulista — Resenha — Ano II, n.º 17 — Agosto de 1944.
 - Contribuição do Museu Paulista à cultura nacional — Resenha — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
 - Corografia paulista seiscentista (1663) — Resenha — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
 - O Tietê, instrumento máximo de penetração do Brasil sul-occidental — Resenha — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
- TAVARES DE LIMA, Rossini**
- Outros títulos da ciência folclórica — Comentário — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
- TEIXEIRA, Danton**
- Caxias e a navegação fluvial no Brasil — Resenha — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
- TEIXEIRA DE FREITAS, M. A.**
- A Celebração do "Dia do Município" — Editorial — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
 - A Transbrasiliana — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- TEIXEIRA LEITE, Edgar**
- Vazios demográficos e ocupação econômica — Resenha — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
- TEIXEIRA GUERRA, Antônio**
- Terragos marinhos — Resenha — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
 - O estudo das fotografias aéreas e o auxílio ao combate do complexo patogênico nas regiões intertropicais — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
 - Observações geológicas no oeste do estado de Minas — (Tradução do original de Boris Brajnikov) — Transcrição — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
 - Formação, evolução e classificação dos solos — solos tropicais — Resenha — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
 - Pequeno glossário geológico e geomorfológico — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 88 — Julho de 1950.
 - Conquista dos solos das regiões tropicais — (Tradução do original de Henri Prat) — Resenha — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
 - As variações do nível do mar depois do plioceno e métodos de estudo — Resenha — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
 - Pequeno glossário geológico e geomorfológico — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 90 — Setembro de 1950.
 - Apreciações sobre o valor dos sambaquis como indicadores de variações do nível dos oceanos — Resenha — Ano VIII, n.º 91 — Outubro de 1950.
 - Importância econômica da oceanografia física e da geologia submarina — (Tradução do original de C. Francis Bouffé e V. Romanosky) — Resenha — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.
 - Pequeno glossário geológico e geomorfológico — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 92 — Novembro de 1950.
 - Os traços estruturais do vale do São Francisco — (Tradução do original de Boris Brajnikov) — Resenha — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
 - Amazônia — (Tradução do original de Pierre Gourou) — Transcrição — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
 - Tendências atuais da pedologia nas regiões tropicais e subtropicais — (Tradução do original de Albert Demolon, Georges Aubert e Stéphane Henin) — Resenha — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
 - A noção de erosão no modelado do relevo terrestre — (Tradução do original de Jacques Bourcart) — Resenha — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
 - Notas geográficas de uma viagem pelo oeste africano — Resenha — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
 - Pequeno glossário geológico e geomorfológico — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
 - Processo da alteração dos sedimentos e das rochas. Laterização — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
 - Curso de geomorfologia e interpretação de fotografias aéreas — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 97 — Abril de 1951.
 - Alguns aspectos geomorfológicos do litoral amapaense — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
 - Fotografias aéreas — Comentário — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
 - Pequeno glossário geológico e geomorfológico — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
 - Notas sumárias de geologia histórica — Contribuição ao Ensino — Ano IX, n.º 100 — Julho de 1951.

- *A propósito da "Revista de Geomorfologia Dinâmica"* — Resenha — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
 - *Noções gerais sobre as relações entre rochas, solos e climas* — Resenha — Ano IX, n.º 102 — Setembro de 1951.
 - *Reflexões em torno de uma geografia da laterização* — Comentário — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
 - *Degradação dos solos da Guiné Portuguesa* — Resenha — Ano IX, n.º 103 — Outubro de 1951.
 - *Notas sobre a alteração dos granitos e formação de alguns tipos de solo* — Resenha — Ano IX, n.º 105 — Dezembro de 1951.
 - *Importância da alteração superficial das rochas* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.
 - *A importância da laterização para as construções feitas pelos engenheiros de obras públicas na faixa costeira do Amapá* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
 - *Alguns aspectos do território federal do Amapá* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 108 — Maio-junho de 1952.
 - *A moderna Geografia no Brasil* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 109 — Julho-agosto de 1952.
 - *Notas sobre o resultado de 4 análises de laterito encontrado no território do Guaporé* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 110 — Setembro-outubro de 1952.
 - *"Consideração concernente às regiões tropicais"* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
 - *Aspectos geográficos gerais do território federal do Guaporé* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.
 - *Geografia dos solos* — Contribuição à Didática da Geografia — Ano XI, n.º 113 — Março-abril de 1953.
 - *Geografia do litoral* — Contribuição ao Ensino — Ano XI, n.º 114 — Maio-junho de 1953.
 - *Notas sobre as zonas econômicas do território federal do Acre* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 115 — Julho-agosto de 1953.
 - *Oceanografia* — Contribuição ao Ensino — Ano XI, n.º 116 — Setembro-outubro de 1953.
 - *Aspectos geomorfológicos do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano XI, n.º 117 — Novembro-dezembro de 1953.
 - *Evolução, definições, objeto e divisões da Geografia* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
 - *Geografia econômica: conceito, objeto e divisões. Métodos de estudo e ciências correlatas* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
 - *Solos* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.
 - *Águas subterrâneas — Águas correntes. Ciclo de erosão — Peneplano* — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 121 — Julho-agosto de 1954.
 - *Ilha Soares* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.
 - *Notas sobre a pecuária nos campos do Rio Branco* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.
 - *Comentário do mapa de densidade do rebanho bovino no estado da Bahia* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.
- TESTA, J.
- *Os fenômenos meteorológicos e a lavoura cafeeira* — Resenha — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
- THORNDIKE JÚNIOR, Joseph J.
- *Geopolítica* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- TÔRRES FILHO, Artur
- *Conservação de fertilidade do solo como medida básica de defesa da agricultura nacional* — Resenha — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
- TRICART, J.
- *O relevo de cuestras (I)* — (Tradução de Orlando Valverde) — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
 - *Idem (II)* — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
- TROLL, C.
- *A geografia científica na Alemanha no período de 1933 a 1945 (I)* — (Tradução de Walte: Alberto Egler) — Transcrição — Ano VII, n.º 82 — Janeiro de 1950.
 - *Idem (II)* — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
- VALLAUX, Camille
- *A geografia* — Resenha — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- VALPASSOS, Osvaldo
- *Calamidades provocadas pelo erosão acelerada do solo* — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- VALVERDE, Orlando
- *A geografia humana e a cultura* — (Tradução do original de John, E. Pomfret) — Transcrição — Ano I, n.º 2 — Maio de 1943.
 - *O que é a geografia humana?* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
 - *A recessão das galáxias* — (Tradução do original de Arthur Eddington) — Transcrição — Ano I, n.º 3 — Junho de 1943.
 - *O Rio da borracha* — (Tradução do original de John F. Melby) — Transcrição — Ano I, n.º 4 — Julho de 1943.
 - *A evolução da geografia* — (Tradução do original de Pedro C. Sanchez) — Transcrição — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
 - *Geopolítica* — (Tradução do original de Joseph J. Thorndike Jr) — Transcrição — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1953.
 - *O porto de Santos* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
 - *A terra — sua estrutura e seu passado (I)* — (Tradução do original de Louis de Lannay) — Transcrição — Ano I, n.º 8 — Novembro de 1943.
 - *Idem (II)* — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
 - *Sentido e objeto da geografia humana* — (Tradução do original de P. Vidal de la Blache) — Transcrição — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.
 - *Como se constitui no Brasil a rede das cidades (I)* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.
 - *Idem (II)* — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
 - *Como organizar a bibliografia de um trabalho científico* — Contribuição ao Ensino — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
- TEIXEIRA GUERRA, Inês Amélia Leal
- *"Comentário do mapa de produção do cacau no estado da Bahia"* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.

- *Novos fatos geográficos* — (Tradução do original de Blanca Mieres de Botto) — Comentário — Ano II, n.º 20 — Novembro de 1944.
 - *Regiões e paisagens do estado de São Paulo (I)* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano II, n.º 24 — Março de 1945.
 - *Idem (II)* — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
 - *A indústria no Brasil em 1889* — (Tradução do original de E. Lavasseur e barão do Rio Branco) — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
 - *As vias e meios de comunicação do Brasil em 1889* — (Tradução do original de E. Lavasseur e barão do Rio Branco) — Resenha — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.
 - *A evolução dos transportes no Brasil* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano III, n.º 27 — Junho de 1945.
 - *A floresta a serviço do homem no Brasil* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano III, n.º 28 — Julho de 1945.
 - *A geodésia através da história* — (Tradução do original de Pedro C. Sanchez) — Transcrição — Ano III, n.º 31 — Outubro de 1945.
 - *A população branca no Brasil* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano III, n.º 32 — Novembro de 1945.
 - *Treinamento geográfico, pesquisa em tempo de guerra e objetivos profissionais imediatos* — (Tradução do original de Edward A. Ackerman) — Transcrição — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
 - *Regionalismo e unidade cultural do Brasil* — (Tradução do original de Charles Wagley) — Transcrição — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
 - *Quadro da vegetação primitiva da província de Minas Gerais* — (Tradução do original de Auguste de Saint-Hilaire) — Transcrição — Ano VI, n.º 71 — Fevereiro de 1949.
 - *As nossas responsabilidades geográficas nas zonas tropicais* — (Tradução do original de Pierre Deffontaines) — Transcrição — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
 - *O relevo de cuevas (I)* — (Tradução do original de S. Tricart) — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
 - *Idem (II)* — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
 - *Os fatores geográficos na utilização dos recursos minerais do Brasil* — (Tradução do original de Sílvio Fróis Abreu) — Resenha — Ano VII, n.º 81 — Dezembro de 1949.
 - *O espírito do ensino moderno da Geografia* — (Tradução do original de Edwin H. Reeder) — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
 - *Os perfis causais* — (Tradução do original de Estela Barbieri de Santamarina) — Contribuição ao Ensino — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
 - *O lugar da análise política na páteo-ecologia* — (Tradução do original de Stanley A. Cain) — Resenha — Ano VIII, n.º 95 — Fevereiro de 1951.
 - *Melancolia agrícola na microgeografia carioca* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 107 — Março-abril de 1952.
- VEIGA, Sebastião da**
- *Estudo analítico das projeções cartográficas* — (Tradução do original de Artur Robinson) — Resenha — Ano VII, n.º 84 — Março de 1954.
 - *Geomorfologia geográfica* — (Tradução do original de Richard Joel Russel) — Transcrição — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
- VELOSO, Henrique P.**
- *Considerações gerais sobre a vegetação do estado de Mato Grosso (I)* — Resenha — Ano V, n.º 55 — Outubro de 1947.
 - *Idem (II)* — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
 - *Considerações gerais sobre a vegetação do estado de Goiás* — Resenha — Ano VII, n.º 73 — Abril de 1949.
- VENÂNCIO FILHO, F.**
- *Expedições geográficas* — Resenha — Ano I, n.º 5 — Agosto de 1943.
 - *A carta do Brasil ao milionésimo* — Resenha — Ano I, n.º 6 — Setembro de 1943.
- VIANA, Omar**
- *Contribuição para os estudos de solos da região dos campos de Minas Gerais* — Resenha — Ano VII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
- VIANA FILHO, Luís**
- *Amigos do São Francisco* — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- VICENTE DE CARVALHO, Maria Conceição**
- *O pescador no litoral leste do estado de São Paulo* — Resenha — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
 - *Uma classificação funcional das cidades* — (Tradução do original de Henry Rees) — Transcrição — Ano IV, n.º 40 — Julho de 1946.
 - *Trabalhos práticos de geografia* — (Tradução do original de F. Mory) — Contribuição ao Ensino — Ano V, n.º 53 — Agosto de 1947.
 - *As cidades brasileiras* — Resenha — Ano VI, n.º 63 — Junho de 1948.
 - *As costas do Brasil* — Contribuição ao Ensino — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.
 - *O Brasil precisa de mais agricultores* — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 74 — Maio de 1949.
 - *Reno* — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 76 — Julho de 1949.
 - *O Mississippi* — Contribuição ao Ensino — Ano VII, n.º 77 — Agosto de 1949.
 - *Os problemas geográficos atuais das migrações* — (Tradução do original de M. Sorre) — Transcrição — Ano XII, n.º 122 — Setembro-outubro de 1954.
 - *Os problemas do ensino da Geografia nos estabelecimentos de segundo grau na França* — (Tradução do original de A. Meynier) — Contribuição ao Ensino — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.
- VIDAL, Ademar**
- *Imigração e nacionalismo* — Resenha — Ano IV, n.º 41 — Agosto de 1946.
- VIEIRA, Flávio**
- *As estradas de ferro brasileiras e sua classificação regional* — Comentário — Ano III, n.º 36 — Março de 1946.
 - *Estrada de Ferro Brasil-Bolívia* — Comentário — Ano IV, n.º 48 — Março de 1947.
 - *Interligações do sistema ferroviário brasileiro* — Comentário — Ano V, n.º 60 — Março de 1948.
- VASCONCELOS, Salomão de**
- *Por que "Jutz de Fora"?* — Resenha — Ano II, n.º 23 — Fevereiro de 1945.
- VÁRZEA, Afonso**
- *Rios de Botafogo* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano X, n.º 106 — Janeiro-fevereiro de 1952.

- *A ponte Presidente Eurico Dutra sobre o rio Paraguai* — Comentário — Ano VI, n.º 62 — Maio de 1948.
 - *Interligações ferroviárias das capitais brasileiras* — Comentário — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.
 - *Ferrovias amazônicas (I)* — Comentário — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.
 - *Idem (II)* — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
 - *Idem (III)* — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
 - *Portos brasileiros (I)* — Comentário — Ano VI, n.º 72 — Março de 1949.
 - *Idem (II)* — Ano VII, n.º 73 — Abril de 1949.
 - *Caminho interoceânico peruano-brasileiro* — Comentário — Ano VII, n.º 75 — Junho de 1949.
 - *A rodovia Rio-Bahia* — Comentário — Ano VII, n.º 76 — Agosto de 1949.
 - *Vicente Chermont de Miranda e a geografia nacional* — Resenha — Ano VII, n.º 78 — Setembro de 1949.
 - *A ligação ferroviária Curitiba-Santos* — Comentário — Ano VII, n.º 79 — Outubro de 1949.
 - *A estrada de ferro do Paraná e o Eng.º Guilherme Weinschenck* — Comentário — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
 - *Um túnel sob o rio Guaíba* — Comentário — Ano VII, n.º 83 — Fevereiro de 1950.
 - *Linhas integrantes do sistema ferroviário brasileiro (I)* — Comentário — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.
 - *Idem (II)* — Ano VIII, n.º 87 — Junho de 1950.
 - *A ligação rodoviária Rio-São Paulo* — Comentário — Ano VIII, n.º 89 — Agosto de 1950.
 - *A via férrea Rio de Janeiro-cidade do Salvador* — Comentário — Ano VIII, n.º 93 — Dezembro de 1950.
 - *A ligação Pará-Rio Grande do Sul por caminhos terrestres* — Comentário — Ano VIII, n.º 96 — Março de 1951.
 - *Comemorações porto-ferroviárias no Brasil* — Comentário — Ano IX, n.º 98 — Maio de 1951.
 - *O polígono das secas brasileiras* — Comentário — Ano IX, n.º 101 — Agosto de 1951.
 - *Novas linhas flúvio-internacionais da bacia do Prata* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XI, n.º 114 — Maio-Junho de 1953.
 - *A ligação ferroviária Pará-Maranhão* — Contribuição à Ciência Geográfica — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
- VIEIRA FILHO, Domingos**
— *Estudos geográficos no Maranhão* — Contribuição Bibliográfica Especializada — Ano XII, n.º 119 — Março-abril de 1954.
- VIEIRA LIMA, Arnaldo**
— *O cérebro e o coração do Brasil marcham para as alturas* — (Tradução do original de Angel Rubio) — Resenha — Ano VII, n.º 80 — Novembro de 1949.
- VIEIRA PINTO, Maria Madalena**
— *Bibliografia da região amazônica* — Bibliografia e Revista de Revistas — Ano XII, n.º 118 — Janeiro-fevereiro de 1954.
- WERNICK SODRÉ, Nelson**
— *A região das Missões* — Resenha — Ano VIII, n.º 94 — Janeiro de 1951.
- WAGEMANN, Ernst**
— *A colonização alemã no Espírito Santo (I)* — (Tradução de Reginaldo Sant'Ana) — Transcrição — Ano VI, n.º 68 — Novembro de 1948.
- *Idem (II)* — Ano VI, n.º 69 — Dezembro de 1948.
- *Idem (III)* — Ano VI, n.º 70 — Janeiro de 1949.

WAGLEY, Charles
— *Regionalismo e unidade cultural do Brasil* — (Tradução de Orlando Valverde) — Transcrição — Ano VI, n.º 67 — Outubro de 1948.

WAIBEL, Léo
— *O sistema das plantações tropicais* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Resenha — Ano V, n.º 56 — Novembro de 1947.
- *A reforma econômica da "plantage" tropical* — (Tradução de Walter Alberto Egler) — Transcrição — Ano XII, n.º 123 — Novembro-dezembro de 1954.

WALSH, Edmund
— *Geopolítica e moral internacional* — (Tradução de Teresinha de Castro) — Contribuição à Geopolítica — Ano XII, n.º 120 — Maio-junho de 1954.

WARMING, Eugênio
— *Da vegetação na América tropical* — (Tradução de João Milanez da Cunha Lima) — Transcrição — Ano IV, n.º 46 — Janeiro de 1947.

WERNICKE, Edmundo
— *Conceitos geográficos, toponímicos e gentílicos* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.

WHITTEMORE, Katherine Thomas
— *Organização de uma unidade em geografia matemática* — Contribuição ao Ensino — Ano III, n.º 25 — Abril de 1945.

WILLEMS, Emílio
— *Efeitos seletivos das migrações internas* — Resenha — Ano II, n.º 14 — Maio de 1944.

WILLIAMS, Horace E.
— *O clima do Brasil* — Resenha — Ano IV, n.º 43 — Outubro de 1946.

WOOLDRIDGE, S. W.
— *Posição metodológica da geografia inglesa* — (Tradução de Miguel Alves de Lima) — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.

XAVIER, Rafael
— *Goias, estado do futuro* — Resenha — Ano VI, n.º 65 — Agosto de 1948.

YATES, F.
— *A revolução na estatística* — Resenha — Ano II, n.º 13 — Abril de 1944.

ZABUR, Jorge
— *A aviação e a geografia* — Resenha — Ano I, n.º 7 — Outubro de 1943.
- *Resultados preliminares da excursão ao vale do São Francisco* — Resenha — Ano I, n.º 9 — Dezembro de 1943.
- *Fundação Brasil Central* — Editorial — Ano I, n.º 12 — Março de 1944.
- *A secção de "Comentários"* — Editorial — Ano II, n.º 15 — Junho de 1944.
- *Programa de trabalhos da Divisão de Geografia do C.N.G.* — Editorial — Ano IX, n.º 99 — Junho de 1951.
- *Presença do Brasil nos Congressos Geográficos de Washington* — Editorial — Ano X, n.º 111 — Novembro-dezembro de 1952.
- *Plano da "Geografia do Brasil"* — Editorial — Ano XI, n.º 112 — Janeiro-fevereiro de 1953.

ZAVELA, Sílvio
— *A Comissão de História do Instituto Pan-Americano de Geografia e História* — Resenha — Ano VIII, n.º 86 — Maio de 1950.

Capital Federal

CONGRESSO NACIONAL

O desenvolvimento da energia atômica no Brasil — Trecho da mensagem do presidente Café Filho enviada ao Congresso Nacional, para o ano de 1955, parte referente ao desenvolvimento da energia atômica no país.

“Nos termos do § 3.º do art. 5.º da lei n.º 1310, de 15 de janeiro de 1951, vêm sendo adotadas providências que estimulam as indústrias que possam contribuir para o aproveitamento de matérias-primas.

“Tendo sido incentivada também a industrialização do berílio, para o que já existe uma fábrica, prestes a inaugurar-se, em Resende.

“Resultados altamente promissores, na prospecção aérea de minerais de urânio e tório, foram registrados em Araxá e em São João d'El Rei. Pesquisas recentes, levadas a efeito nessa última região, acabam de confirmar essas esperanças; uma das zonas radioativas ali estudadas, a de Ongas, é, neste momento, a mais intensa até hoje observada e abrange uma extensão de mais de 300 quilômetros quadrados.

“Estudos que não deixam dúvidas sobre a riqueza do Nordeste, em matérias radioativas, acabam de ser executados pelo Departamento Nacional da Produção Mineral, com assistência, de um dos geólogos do Conselho Nacional de Pesquisas.

“O estado do Rio Grande do Norte talvez possua as jazidas de monazita de maior teor em óxido de tório até hoje exploradas, alcançando 13% de óxido de tório certos minérios do município de São Rafael. Minérios de urânio também têm sido ali localizados, assim como na Paraíba do Norte.

“Em São Paulo, Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, vêm-se realizando trabalhos de especial interesse. No estado do Espírito Santo, cuja riqueza em areias monazíticas é conhecida, os estudos geológicos e aerogeológicos permitiram o levantamento de mapas de grande significação.

“No litoral da Bahia também se encontram areias monazíticas, mas o que nesse estado assume realmente particular expressão é o fato de se haver verificado que as minerações de ouro da zona de Jacobina contém um teor de urânio de 2 a 20 vezes superior ao das minas de ouro da União Sul-Africana.

“No momento, o Conselho Nacional de Pesquisas mantém na Bahia uma equipe incumbida de prospecção geológica e aerogeológica. Na região de Brumado, também na Bahia foi assinalada a ocorrência de rico minério de urânio (uraninita).

“Pelos dados já conseguidos é de esperar que não nos faltará a base física da indústria da energia atômica, que são os minérios dos quais haveremos de extrair os combustíveis nucleares para alimentar os reatores.

Industrialização dos minérios atômicos — “E do maior interesse para o Brasil a crescente industrialização de seus minérios atômicos dentro do país. Tal industrialização torna-se desejável não apenas de um ponto de vista

econômico, pois representa considerável valorização da matéria-prima em relação aos minérios *in natura*, ou simplesmente concentrados, mas, também, do ponto de vista do desenvolvimento da tecnologia no Brasil, e, sobretudo, por motivos de natureza estratégica, pois a existência dessas indústrias, no território nacional, constitui garantia de produção de materiais, de alto valor econômico, como fontes de combustíveis nucleares.

“Promover e estimular a instalação, no país, das indústrias destinadas ao tratamento dos minérios de urânio e tório e de quaisquer materiais apropriados ao aproveitamento da energia atômica, constitui não só uma política sensata, mas um verdadeiro imperativo legal, pois é determinação expressa da lei que criou o Conselho Nacional de Pesquisas (§ 3.º do artigo 5.º da lei n.º 1310, de 15-1-1951).

“Este é um dado de fundamental importância, e que não pode ser esquecido na apreciação de quaisquer entendimentos entre nações amigas, que visem aos interesses recíprocos nesse terreno.

Situação atual — “Além das indústrias primárias de concentração da monazita a partir dos depósitos aluvionais litorâneos, já possui o Brasil instalações equipadas para o tratamento químico desse minério, pelas técnicas mais modernas, em usinas localizadas no estado de São Paulo, permitindo a separação dos sais de cério e de terras raras, dos sais de tório e dos sais de urânio, tecnicamente puros. Como é sabido, a monazita brasileira, além de terras raras e tório, contém ainda pequenas porcentagens de urânio. Usinas menores, utilizando outro tipo de processo químico, existem também no estado do Espírito Santo.

“A industrialização dos minérios zircônio-uraníferos, do planalto de Poços de Caldas, achase já na fase inicial de sua implantação.

“Estudos químicos em escala semi-industrial permitiram o desenvolvimento de processos adequados ao tratamento dos tipos de minério que se podem empregar e forneceram elementos para o projeto das usinas iniciais, destinadas à extração do urânio desses minérios e à sua purificação em grau suficiente para ser utilizado em reatores nucleares.

“Os depósitos estano-uraníferos de São João d'El Rei estão sendo explorados para extração da cassiterita, que é utilizada pelas indústrias do ferro em Volta Redonda. Os concentrados tântalo-uraníferos estão sendo estudados em instalações de separação magnética e de separação electrostática, para a obtenção da djalmiata, mineral de urânio que há de ser oportunamente utilizado como reserva para extração química desse metal.

“A industrialização dos nossos minérios de berílio também já foi iniciada, achando-se em vias de conclusão a primeira usina para produção do óxido de berílio, localizada em Resende, no estado do Rio.

“O Brasil presentemente está envidando esforços no sentido de desenvolver as suas fontes de energia.

Este problema é vital para o nosso país, pois nos encontramos em fase de transição de

uma economia fundamentalmente agrícola para uma economia de base industrial. Justamente neste período inicial de desenvolvimento das indústrias, a demanda da energia cresce em ritmo acelerado. No período de 12 anos, compreendido entre 1940 e 1952, o consumo total de energia no Brasil chegou quase a triplicar.

"Os economistas e o governo preocupam-se com o fato de que uma parte apreciável desse consumo de energia é alimentada por combustíveis importados sob a forma de carvão e óleo, cuja aquisição no exterior agrava sobremaneira a nossa balança comercial.

"Daí o interesse vital com que o país deve desenvolver suas próprias reservas de energia e descobrir novas fontes de suprimento.

"Apesar desse enorme esforço, os recursos, atualmente conhecidos, de carvão e de petróleo, são ainda insuficientes para atender às exigências crescentes do nosso desenvolvimento econômico. E as maiores reservas de energia hidráulica acham-se em grande parte, afastadas dos centros de concentração demográfica e industrial.

"Tais circunstâncias colocam o Brasil em situação especial quando comparado com países como os Estados Unidos e outras nações, dotadas de amplas fontes e grandes reservas naturais de energia, em fase do problema de industrialização da força atômica.

"Dadas as condições acima indicadas, o custo médio, do kWh de energia elétrica, entre nós, é superior àquele que as estatísticas registram para as áreas industriais dos Estados Unidos e da Europa. É provável que os custos previstos para o kWh de energia elétrica, produzida em usinas térmicas, alimentadas por meio de reatores nucleares sejam compatíveis com os que estamos pagando no Brasil pelo kWh produzido em instalações hidráulicas e térmicas do tipo convencional.

"É, pois, com o maior empenho que o governo está procurando desenvolver programas que visem à produção de energia por meio de reatores atômicos. Esses programas incluem-se no quadro geral dos esforços destinados a ampliar as fontes naturais de energia. E a existência, no território nacional, de apreciáveis reservas de minérios, de onde se podem extrair combustíveis nucleares, constitui poderoso estímulo nesse sentido.

"Afim de se ter uma idéia do que significam, para nós os minerais atômicos, basta dizer que, tomando-se como base apenas as reservas inferidas para os nossos depósitos atualmente conhecidos e estudados, de minerais de urânio e tório, é lícito avaliar os combustíveis nucleares nêles contidos como equivalentes a uma quantidade de energia térmica, cerca de dez vezes maior do que a resultante de toda a reserva brasileira de carvão, calculada para os depósitos dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Atuação do Conselho Nacional de Pesquisas — "De acordo com a lei que o criou, o Conselho Nacional de Pesquisas, além da finalidade geral de promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica, tem como objeto específico "a adoção das medidas que se fizerem necessárias à investigação e à industrialização da energia atômica e de suas aplicações".

"Esse esforço tem-se concentrado principalmente em três setores primordiais: obtenção das matérias-primas; formação de pessoal técnico-científico especializado, e progressiva execução de um programa atômico bem definido."

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Comissão de Localização da Nova Capital Federal

HOMOLOGADA A ESCOLHA E DELIMITAÇÃO DA ÁREA PARA LOCALIZAÇÃO DA NOVA CAPITAL FEDERAL — Tendo em vista as conclusões contidas no relatório dos trabalhos da Comissão de Localização da Nova Capital Federal, o presidente da República, por despacho de 10 de setembro do corrente ano, resolveu aprovar e homologar a escolha do sítio e delimitação da área para a futura sede do governo federal. As delimitações em apreço têm as seguintes características: "O perímetro começa no ponto de lat. 15° 30' e long 48° 12' W. Green. Desse ponto segue para leste pelo paralelo de 15° 30' S até encontrar o meridiano de 47° 25' W. Green. Daí, por esse meridiano de 47° 25' W. Green., para o sul, até encontrar o talvegue do córrego Santa Rita, afluente da margem direita do rio Prêto. Daí, pelo talvegue do citado córrego Santa Rita até a confluência deste com o rio Prêto, logo a jusante da lagoa Feia. Da confluência do córrego Santa Rita com o rio Prêto, segue pelo talvegue deste último, na direção sul, até cruzar o paralelo de 16° 03' S. Daí, pelo paralelo de 16° 03' na direção oeste até encontrar o talvegue do rio Descoberto. Daí para o norte, pelo talvegue do rio Descoberto até encontrar o meridiano de 48° 12' W. Green. Daí para o norte, até encontrar o paralelo 15° 30' S fechando o perímetro."

O relatório que enfeixa as conclusões da primeira fase dos trabalhos de escolha da área destinada à nova capital, foi entregue ao chefe do poder executivo acompanhado de uma exposição de motivos do presidente da Comissão, marechal José Pessoa, ressaltando-se ali que as atividades da Comissão se orientaram sob o mais rigoroso critério técnico, e que as deliberações tomadas se processaram dentro do maior sigilo, para evitar que a especulação imobiliária impedisse o êxito da missão.

Refere-se o presidente da Comissão à colaboração do governo de Goiás, sobretudo com o ato que declarou de utilidade pública e de conveniência ao interesse social, a área escolhida, medida que impediu que os aproveitadores auferissem lucros desmedidos através da compra e venda de terrenos. Frisou ainda o marechal José Pessoa que o governo daquele estado não pode enfrentar a vultosa despesa a que se impõe com a desapropriação da gleba, em virtude dos seus precários recursos orçamentários. Sugere, portanto, a abertura de um crédito de cem milhões de cruzeiros para as desapropriações, despesa largamente recuperável com a venda proveniente do loteamento daquela área. Somente na área urbana, a futura cidade contará com 100 mil lotes, os quais vendidos à base de 200 mil cruzeiros (em Goiânia lotes idênticos custam mais caro) dará 20 bilhões de cruzeiros, quantia suficiente para a construção da cidade, inclusive os principais edifícios públicos, hospital escolar, serviço de água, telefone e energia elétrica, além da construção de 30 mil casas para funcionários públicos. Acresce o fato de que essas casas serão pagas pelo funcionalismo, em módicas prestações e que muitos dos serviços públicos essenciais, como água, telefone e energia elétrica seriam explorados com renda substancial para o estado.

Vinte áreas do planalto goiano foram, inicialmente, objeto das cogitações da Comissão e pelo processo de exclusão, restaram cinco, que ofereciam as condições mais favoráveis à localização da futura capital.

Na escolha, levou-se em conta a combinação de fatores diversos, como configuração do terreno, tipo do solo, potencial hidráulico, altitude, abastecimento de água, clima, possibilidade de conexão com rodovias-tronco e ferrovias, acidentes naturais que possam ser aproveitados para fins recreativos, etc.

No seu despacho determinou ainda o presidente da República que a Comissão prosiga nos seus trabalhos de acordo com o que determinam o art. 4.º do "Ato das Disposições Transitórias" da Constituição Federal, a lei n.º 1803, de 5 de janeiro de 1953 e demais atos complementares.



CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

NOVOS GEÓGRAFOS — RESULTADOS DE RECENTES CONCURSOS — BANCAS EXAMINADORAS — MONOGRAFIAS APRESENTADAS — LISTAS DOS CANDIDATOS APROVADOS — OUTRAS NOTAS — Pela primeira vez, desde a sua fundação, o Conselho Nacional de Geografia realizou um concurso para preenchimento de vagas no seu quadro de geógrafos. Inscreveram-se 28 candidatos, entre os quais funcionários interinos do próprio Conselho, obrigados por lei a prestar aquele concurso. As provas compareceram somente 23 candidatos.

Além da apresentação do diploma de licenciado em Geografia por faculdade de Filosofia oficial ou oficializada, o candidato deveria entregar, no ato de inscrição, uma monografia referente a um trabalho de campo, que foi defendido em tese como última prova perante banca examinadora composta de três mestres de notório saber.

Houve três tipos de provas: a) prova escrita; b) prova e defesa de monografia; c) prova de títulos.

As provas escritas em número de nove versaram sobre as seguintes matérias: Português, Francês, Geografia do Brasil, Geografia Física, Geografia Humana, Metodologia da Ciência Geográfica, Cartografia e Trabalhos Práticos.

A nota final para aprovação foi a média mínima sessenta do conjunto de todas as provas.

Na qualidade de presidente da Comissão Examinadora do referido concurso e diretor da Divisão de Geografia do C.N.G., presidiu os trabalhos do concurso o Prof. Orlando Valverde, que escolheu para secretário o Prof. Arnaldo Vieira Lima, funcionário da Divisão Cultural do C.N.G.

As bancas examinadoras de cada matéria foram integradas por professores desta capital, de São Paulo e de Pernambuco, e ficaram assim constituídas: *Geografia do Brasil* — Profs. Hilgard O'Reilly Sternberg e Aroldo de Azevedo; *Geografia Humana* — Prof.ª Nice Lecocq Müller e Prof. Mário Lacerda de Melo; *Geografia Física* — Profs. João Dias da Silveira e Aziz Nacib Ab'Sáber; *Metodologia da Ciência Geográfica* — Profs. Ari França e José Ribeiro de Araújo Filho; *Cartografia e Trabalhos Práticos* — Prof. Héldio Xavier Lenz César e Eng.º J. C. Pedro Grande; *Português* — Prof. Walter de Toledo Piza e Arnaldo Vieira Lima; *Francês* — Prof.ª Albertina Pinheiro e Prof. Walter de Toledo Piza; *Prova de Monografia e Defesa de Monografia* — Profs. Pasquale Petrone, Aziz Nacib Ab'Sáber, Nice Lecocq Müller, Ari França, Antônio Rocha Penteado e José Ribeiro de Araújo Filho; *Prova de Títulos* — Prof. Miguel Alves de Lima e Dr. José

Almeida. Funcionou como presidente de todas essas bancas o Prof. Orlando Valverde.

Muitas das monografias defendidas pelos candidatos constituíram contribuições de real valor.

Eis a relação completa das monografias apresentadas: "A colônia alemã de São Pedro", Maria Teresa Ribeiro da Costa; "Terresópolis, a jóia da Serra", Eva M. de Magalhães; "Aspectos geográficos da cidade de Cataguases", Maria F. T. Cavalcanti Cardoso; "Vargem Grande — alguns aspectos geográficos", Amélia Alba Nogueira; "Santos, centro distribuidor de banana", Cezari Amazonas; "Ocupação humana e aproveitamento do município de Mangaratiba", Marieta Mandarino Barcelos; "Causas geográficas do desenvolvimento da olaria na balxada da Guanabara", Maria da Glória C. Campos; "Aspectos econômico-sociais de São Cristóvão", Maria Teresa Bessa de Almeida; "Atividade pesqueira no município de Cabo Frio", Maria Emilia T. Castro Botelho; "Cabelelo, a vila e o porto", João Viana de Oliveira; "Importância econômica do distrito de Andrade Pinto", Maurício Coelho Vieira; "Itaguaí e áreas circunvizinhas", Delnida Martinez Alonso; "Aspectos do município de Moji das Cruzes", Maria A. Prado Vale; "As colônias de pesca do município de João Pessoa", Ziede Coelho Moreira; "Sepetiba, paisagem geográfica em transformação", Celeste R. Maio; "Distribuição geográfica da população na ilha do Governador", Lourdes M. Strauch; "Monografia de Leopoldina", Ziliá Carvalho Junqueira; "O parque salineiro fluminense", Carlos de C. Botelho; "Uma zona agrícola do Distrito Federal: o Mendanha", Hilda da Silva; "Aspectos geográficos do Rio da Prata", Lúcia de Oliveira; "Marabá, centro comercial do castanha", Catarina Vergolino Dias; "Monografia da cidade de Itaboraí", Mirtes Alcide da Nóbrega; "Copacabana — estudo urbano", Carlos Goldenberg.

Foram habilitados e logo após nomeados os candidatos abaixo: Carlos de Castro Botelho, Catarina Vergolino Dias, Lourdes Manhães Strauch, Maria da Glória Carvalho Campos, Maria F. T. Cavalcanti Cardoso, Amélia Alba Nogueira, Hilda da Silva, Maria Teresa Ribeiro da Costa, Marieta Mandarino Barcelos, Delnida Martinez Alonso, Cezari Amazonas, Maria Emilia T. Castro Botelho, Lúcia de Oliveira, Celeste Rodrigues Maio, Maurício Coelho Vieira, Maria Teresa Bessa de Almeida.

Dada a significação desse concurso, o primeiro realizado no gênero pelo Conselho Nacional de Geografia, foi levada a efeito uma cerimônia para assinalar a posse dos novos geógrafos aprovados, sob a presidência do Eng.º Fábio de Macedo Soares Guimarães, que felicitou aqueles servidores pela vitória alcançada. Na mesma ocasião discursou também o Prof. Orlando Valverde, diretor da Divisão de Geografia e que nessa qualidade presidiu ao referido concurso. Seu discurso consistiu numa exortação aos novos geógrafos no sentido do cumprimento do dever. Dissertou, igualmente, sobre os predicados do autêntico cientista, como a probidade intelectual, o horror à auto-suficiência e o espírito de isenção. Concluiu-os também a cultivarem o espírito de colaboração, o trabalho de equipe e o gosto da pesquisa do campo, requisitos indispensáveis à formação completa do geógrafo. Deu ainda várias diretrizes para execução de pesquisas e trabalhos práticos.

Conclamou, por fim, a todos para que se esforcem tendo em vista o crescente progresso da ciência geográfica.

Pelos seus colegas agradeceu a Sta. Catarina Vergolino Dias, proferindo rápido improviso.

REINÍCIO DAS TERTÚLIAS GEOGRÁFICAS — Com uma reunião levada a efeito em fins de junho do corrente no auditório do Conselho Nacional de Geografia, foram reiniciadas as tertúlias geográficas deste órgão ibgeano. Na ocasião o Dr. Edgar Teixeira Leite, presidente do Conselho Nacional de Economia, especialmente convidado, fez uma palestra sobre o vale do Paraíba e seus problemas. Em seguida à exposição daquele técnico detiveram-se os geógrafos e estudiosos presentes em debates sobre o tema focalizado pelo orador, nos quais tomaram parte, além do engenheiro Fábio de Macedo Soares Guimarães, secretário-geral do Conselho e presidente da reunião, os Srs. Valdemar de Carvalho, diretor da Divisão de Águas do Ministério da Agricultura, Saturnino de Brito, José Sabóia Ribeiro, Edgar Sussekind de Mendonça e professor Hilgard O'Reilly Sternberg.



DIVISÃO DE CARTOGRAFIA

Atividades da Secção de Nivelamento

PALESTRA PROFERIDA EM REUNIÃO DO DIRETÓRIO CENTRAL REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1955 — Em 1944 deu o C.N.G. início às suas atividades geodésicas no setor planimétrico. Como existência decorrente da própria natureza do trabalho, foram inauguradas as atividades altimétricas no setor geodésico em outubro de 1945, ou, mais precisamente, a 13 de outubro. Desta data até os nossos dias tem-se a Secção de Nivelamento caracterizado por uma atividade contínua e ininterrupta. Sempre foi a sua principal preocupação trabalhar aproveitando o que já estava feito.

Assim é que, iniciando a sua jornada pela fronteira de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, adotou para seu datum provisório o valor do nível médio do mar, fornecido pelo RN IV, estabelecido pela antiga C.C.G.B. cujo valor de 3,5811 metros foi o resultado da observação levada a efeito em 1909-1910 pelo mareógrafo instalado na cidade de Tórrés RS.

Rumo ao norte, atravessamos os estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Goiás, com a finalidade de fornecer os elementos altimétricos de controle ao nivelamento trigonométrico da rede de triangulação do C.N.G. ao longo do meridiano 49.º oeste Greenwich e às medições de bases da mesma rede, ao tempo em que tivemos ensejo de tornar um todo único as duas redes de nivelamento de precisão do S.G.E. e do I.G.G.S.P. através da nossa rede.

Possuindo o S.G.E. um plano de nivelamento do Sul do Brasil, compreendendo os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, foi intensificada a nossa atividade a partir do estado de São Paulo.

Em estreita cooperação com o I.G.G.S.P. foi estabelecido um plano que abrangesse todo o estado, a fim de ser executado pelo C.N.G. e I.G.G.S.P. Presentemente, esta tarefa encontra-se ultimada e já o I.G.G. iniciou nova etapa entrelaçando as linhas de 1.ª ordem com outras de ordem inferior, tornando cada vez mais densa a rede atual, proporcionando, assim maior número de pontos de controle altimétrico aos trabalhos topográficos do estado.

Atendendo a solicitação do I.A.G.S. procedemos à ligação da rede altimétrica brasileira com as redes chileno-boliviana através do estado de Mato Grosso, fazendo a união das mesmas na cidade de Corumbá.

Do estado de Minas Gerais, irradiamos a nossa atividade até o território goiano na zona de influência de localização da futura capital do país e também, nos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Presentemente trabalhamos no estado da Bahia.

E, para se ter uma idéia dos quilômetros por nós nivelados, nos diversos estados já enumerados, até 31-7-55 é oportuno transcrever os seguintes valores:

Rio Grande do Sul	33 km
Santa Catarina	1 378 "
Paraná	854 "
São Paulo	2 590 "
Mato Grosso	921 "
Goiás	1 235 "
Minas Gerais	10 859 "
Rio de Janeiro	1 248 "
Espírito Santo	1 244 "
Bahia	2 738 "
Total	23 098 km

O total desta quilometragem está distribuído por 17 368 referências da nível de diversas naturezas. Entre estas, convém salientar que foram por nós tocadas:

Pontes	703
Igrejas	448
Entroncamentos e cruzamentos	357
Estações e trilhos	349
Trilhos em cruzamentos com estradas de rodagem	194
Bases e vértices de triangulação	102
Marcos de coordenadas	57
Aeroportos ou campos de aviação	40

Nos territórios mineiro e baiano, estabelecemos ligação com o nivelamento de precisão da Cruzeiro do Sul, e, por meio desta, com o nivelamento do D.N.O.C.S. o que nos proporciona o ensejo de afirmar que os hivelamentos de precisão já executados no nosso país constituem um todo único.

Sempre dominados pela preocupação de incorporar ao patrimônio cartográfico nacional os elementos que pudessem estar ao nosso alcance, temos, sistematicamente, chegado às estradas de ferro, visando a plataformas e trilhos. Assim é que tocamos em pontos mais ou menos numerosos das seguintes estradas: Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina; Estrada de Ferro Santa Catarina; Estrada de Ferro Paraná-Santa Catarina; Cia. Paulista de Estradas de Ferro; Cia. Ferroviária São Paulo-Goiás; Estrada de Ferro Douradense; Estrada de Ferro Sorocabana; Estrada de Ferro Noroeste do Brasil; Cia. Mojiana de Estrada de Ferro; Estrada de Ferro de Goiás; Rede Mineira de Viação; Estrada de Ferro Leopoldina; Estrada de Ferro Central do Brasil; Estrada de Ferro Vitória a Minas; Estrada de Ferro Bahia e Minas; Estrada de Ferro Mariá; Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; Estrada de Ferro Nazaré; Estrada de Ferro Ilhéus. A este respeito tivemos ensejo de oferecer a nossa colaboração por ocasião da comemoração do 1.º centenário das ferrovias brasileiras em um trabalho intitulado "A Altimetria nas Ferrovias Brasileiras", onde enumeramos os resultados obtidos e exprimimos a esperança de padronizar no futuro as altitudes das nossas ferrovias, referindo-as a um datum único.

Assunto que mereceu a nossa atenção foi o da determinação da altitude do ponto mais elevado do Brasil, o pico da Bandeira.

Partindo do RN 162 M, na estação de Manhumirim (MG), nivelamos 41 quilômetros a fim de chegar ao referido pico, tendo passado por Presidente Soares e Caparaó Velho.

Possuindo o referido pico os valores abaixo, para a sua altitude:

Por Álvaro da Silveira (1911)	2 884 m
Por Adolfo Odebrecht	2 870 m
Por Allyrio Huguenev de Mattos (1941)	2 890,1 m,

encontrou a Secção de Nivelamento o valor de 2 890,251 metros para o ponto culminante da-quele pico.

Convém esclarecer que baseamos o nosso cálculo na altitude ajustada da estação de Manhumirim da Estrada de Ferro Leopoldina, cujo valor é quase um metro a mais do que o fornecido pelo ferrovia.

Considerando por outro lado que o nosso datum básico provisório que é Tórres, nos fornece um valor que no ajustamento futuro para estabelecimento do datum brasileiro deverá ser alterado entre um ou dois decímetros para mais, iremos ter um valor definitivo para a

altitude do pico da Bandeira entre 2 890,1 e 2 890,2 m em números redondos 2 890 metros.

PARTE TÉCNICA

Além da finalidade precípua das nossas tarefas qual seja a do estabelecimento do datum altimétrico brasileiro, constituem outros objetivos dos nossos trabalhos o estudo da variação do nível médio do mar, o fornecimento de altitudes a vértices de triangulação para controle da sua rede de nivelamento trigonométrico bem como o fornecimento de altitudes aos pontos extremos das bases medidas para a sua redução ao nível médio do mar. Como utilização imediata dos valores das altitudes para toda a espécie de empreendimentos dos engenheiros e topógrafos é inestimável a ajuda que temos proporcionado.

Para dar uma ligeira idéa de alguns resultados por nós obtidos, é oportuno citar:

1) Resultados maregráficos:

RN do C.N.G. Partida	MARÉGRAFO	RN	Datum de Tórres	Altitude fornecida p/marégr.	Divergência Datum-Marégr.	Observado por
12 X	Tórres.....	IV	3,5811	3,5811	—	S.G.E.
1 B	Laguna.....	1	0,5447	0,7470	— 0,2023	D.N.P.R.C.
4 X	Imbituba.....	1M	1,9608	2,0635	— 0,1027	D.N.P.R.C.
56 O	Florianópolis.....	s/a	1,9440	2,0820	— 0,1380	D.N.P.R.C.
13 I	Pôrto Belo.....	1	1,8728	1,5300	+ 0,3428	D.H.N.
13 U	Itajaí.....	1	1,1115	1,0240	+ 0,0875	D.N.P.R.C.
14 S	São Francisco do Sul.....	s/a	2,4158	2,4490	— 0,0332	D.N.P.R.C.
22 Y	Paranaguá.....	3	2,3502	2,3950	— 0,0348	D.N.P.R.C.
1 A	Santa Cruz.....	5	9,9399	10,1285	— 0,1876	I.A.G.S.
		I.A.G.S.				
174 Q	Vitória.....	s/a	1,5189	1,3240	+ 0,1949	D.N.P.R.C.
265 N	Canavieiras.....	1	3,1007	3,2461	— 0,1454	I.A.G.S.
		I.A.G.S.				

Com exceção de Canavieiras, os demais valores são ajustados.

2) Fechamento de circuitos

Obedecendo a nossa rede às prescrições internacionais de nivelamento de alta precisão ou de 1.ª ordem, como também é denominado, podemos verificar pelo quadro que se segue os valores por nós obtidos:

CIRCUITO	Comprimento	Fechamento mm/km	CIRCUITO	Comprimento	Fechamento mm/km
1.º.....	165	— 0,150	24.º.....	795	— 0,084
2.º.....	111	— 0,020	25.º.....	817	+ 0,068
3.º.....	160	+ 0,180	26.º.....	556	— 0,085
4.º.....	243	— 0,100	27.º.....	641	— 0,193
5.º.....	452	— 0,060	28.º.....	794	— 0,086
6.º.....	366	— 0,020	29.º.....	1 183	— 0,041
7.º.....	386	+ 0,010	30.º.....	559	+ 0,084
8.º.....	711	+ 0,200	31.º.....	1 271	— 0,125
9.º.....	258	+ 0,100	32.º.....	721	+ 0,038
10.º.....	652	— 0,390	33.º.....	528	— 0,026
11.º.....	776	+ 0,150	34.º.....	1 535	— 0,008
12.º.....	574	— 0,170	35.º.....	668	+ 0,074
13.º.....	655	+ 0,039	36.º.....	876	— 0,060
14.º.....	983	+ 0,096	37.º.....	708	— 0,326
15.º.....	927	— 0,106	38.º.....	854	+ 0,002
16.º.....	1 024	— 0,054	39.º.....	953	+ 0,032
17.º.....	842	— 0,017	40.º.....	973	— 0,047
18.º.....	855	— 0,125	41.º.....	1 013	— 0,092
19.º.....	766	— 0,279	42.º.....	943	— 0,085
20.º.....	709	+ 0,032	43.º.....	641	— 0,115
21.º.....	722	— 0,031	44.º.....	661	+ 0,144
22.º.....	1 094	+ 0,075	4.º RJ.....	761	— 0,003
23.º.....	897	— 0,066	5.º RJ.....	899	— 0,027

Resumindo teremos para erro médio de fechamento por circuito, incluindo os circuitos mistos, o valor de 0,093 mm/km.

Ou apenas considerando o trabalho da SNI o valor de 0,079 mm/km.

PARTE ADMINISTRATIVA

Começamos pela parte do pessoal. Pela Secção passaram de outubro de 1945 a 31 de julho findo 286 funcionários de todas as categorias, com a seguinte distribuição anual:

ANO	Novos	Total	ANO	Novos	Total
1946.....	—	33	1951.....	41	90
1947.....	17	43	1952.....	18	67
1948.....	22	48	1953.....	25	65
1949.....	38	66	1954.....	23	66
1950.....	36	81	1.º/1 a 31/7/55.....	31	68

Presentemente, contamos com 50 funcionários o que nos indica que 236, por motivos vários, abandonaram a nossa lide. Somente permaneceram 17,5% do total. Cêrca, portanto, de 24 funcionários, anualmente, procuram melhores atividades, o que demonstra a rudeza da atividade geodésica.

Quanto à parte do material, podemos dizer que é muito precária a nossa situação.

A começar pelos veículos, cujo recebimento pela Secção obedece à seguinte ordem:

1946	4	veículos
1947	2	"
1948	3	"
1949	2	"
1950	3	"

Total em 10 anos ... 14 veículos

Dispondo de frota já muito velha e dada a precariedade das nossas estradas, não pode-

mos ser otimistas. Para dar uma idéia, é oportuno citar um exemplo, para não ter que alinhar tantos algarismos correspondentes aos 14 veículos da Secção. O caminhão Ford 46, placa 33-58-MG custou Cr\$ 40 000,00, por importação direta. A manutenção desse carro, em peças e reparos, sem incluir mão-de-obra na nossa oficina, está em Cr\$ 143 968,90, a partir da época em que chegou o carro na Secção até 30-6-55, sendo de notar que no primeiro semestre deste ano a sua manutenção atingiu Cr\$ 22 468,20, ou seja mais da metade do custo do carro.

Situação idêntica diz respeito ao material técnico de acampamento. Os 4 níveis Wildt que possuímos foram adquiridos em 1946 e 1948. Os últimos pares de mira que recebemos datam do início de 1951.

Para finalizar, julgo oportuno transcrever o quadro retrospectivo da DC/SNI:

ANO	DESPESAS		Quilômetros nivelados Km	Preço do km nivelado Cr\$	Repetições Km
	Pessoal e outras Cr\$	Amortiz.ção Cr\$			
1945.....	94 477,70	14 671,40	135,20	589,40	7,50
1946.....	604 220,50	51 739,40	882,87	743,00	26,72
1947.....	826 068,68	77 238,70	1 022,61	883,30	269,84
1948.....	1 049 419,90	119 904,10	1 825,61	640,50	110,73
1949.....	2 011 587,80	223 883,80	3 309,82	684,50	190,75
1950.....	2 423 581,00	237 141,60	3 866,14	725,80	240,84
1951.....	2 368 901,00	253 903,20	4 000,45	655,70	171,28
1952.....	2 205 962,00	190 727,0	2 391,28	1 002,30	72,50
1953.....	2 628 258,10	151 588,60	2 347,37	1 184,20	82,02
1954.....	2 620 997,80	78 458,50	2 440,85	1 105,90	103,08
1955, até 31/7.....	2 527 313,60	45 660,70	1 028,61	2 506,30	36,22
TOTAIS.....	19 390 795,20	1 444 923,30	23 092,41	—	1 420,57

Entre as mais importantes conclusões podemos salientar:

O total das despesas de toda a nossa atividade ser de Cr\$ 19 390 795,20.

O preço do quilômetro do ano em curso ser de Cr\$ 2 506,30 quando o do ano passado foi de Cr\$ 1 105,90.

O total de repetições ser de 6,2%.

★

FALECIMENTOS

PROF. JOSE VERÍSSIMO DA COSTA PEREIRA — Com o falecimento do professor José Veríssimo da Costa Pereira, ocorrido em agosto deste ano, quando no desempenho de missão científica no extremo norte do país, dirigindo um trabalho de pesquisa para o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, perdeu a moderna cultura brasileira uma das

suas maiores expressões e o Conselho Nacional de Geografia um dos mais devotados servidores.

Fluminense de nascimento e de origem modesta, José Veríssimo da Costa Pereira conseguiu pelo esforço próprio e pelo amor aos estudos tornar-se um dos mais respeitados conhecedores da geografia brasileira, e um grande mestre desta disciplina, figurando entre os mais ferrenhos pioneiros das novas diretrizes do ensino dessa matéria em nosso país.

Seguindo vocação irresistível, desde cedo, preocupara-se com os estudos do ramo da ciência em que se especializou. De 1945 a 1947 esteve nos Estados Unidos aperfeiçoando seus conhecimentos na Universidade de Northwestern.

Funcionário do Conselho Nacional de Geografia desde a sua criação, exerceu neste órgão do I.B.G.E. as mais importantes funções, in-

clusiva a de chefe de Secção, secretário-assistente e secretário-geral em caráter interino.

Ao mesmo tempo que desempenhava atividades no C.N.G., dedicava-se ao magistério, tendo lecionado em vários estabelecimentos secundários e superiores dos mais importantes da capital da República, como sejam: Colégio Anglo-Americano, Colégio Universitário, Faculdade de Santa Úrsula, Colégio Pedro II, etc. Ainda no setor do ensino da Geografia atuou como examinador em concurso de doutoramento e de catedrático da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e como professor dos cursos de formação geográfica, promovido pelo C.N.G. em cooperação com a Universidade do Brasil.

Pertencia à Sociedade Brasileira de Geografia e à Associação dos Geógrafos Brasileiros, tendo ocupado por várias vezes a presidência desta última entidade e da sua Secção Regional do Rio de Janeiro, e colaborado eficientemente para o êxito dos congressos pela mesma promovidos.

Como presidente da Associação de Geógrafos Brasileiros, representou-a na Comissão Nacional da União Geográfica Internacional e, em consequência foi membro da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Presidiu a Subcomissão de Excursões, tendo sido um dos idealizadores do programa de excursões do Congresso.

Deixa vasta produção científica espalhada em periódicos. Em colaboração com o Prof. Afonso Várzea, publicou três volumes intitulados: *Geografia do Ensino Secundário*, *Geografia Física e Geografia Humana*. Ainda em companhia do Prof. Várzea fez muitos itinerários de geografia de campo, notadamente estudando as serras do Mar e da Mantiqueira.

Colaborador constante da *Revista Brasileira de Geografia* e do *Boletim Geográfico*, escreveu nesses periódicos numerosos trabalhos, dos quais salientamos os seguintes: *Revista Brasileira de Geografia*: "Agregado", ano IX, n.º 3; "Alfredo d'Escagnolle Taunay", ano V, n.º 1; "Alfredo Russel Wallace", ano V, n.º 1; "Antônio Ernesto Gomes Carneiro", ano VI, n.º 1; "Arrojado Lisboa", ano VI, n.º 4; "Babaquais", ano VI, n.º 1; "Balsas", ano VI, n.º 4; "Barão de Capanema", ano VII, n.º 1; "Barqueiro do São Francisco", ano V, n.º 4; "Capistrano de Abreu", ano VI, n.º 2; "Carnaubais", ano V, n.º 2; "Casa do agregado", ano IX, n.º 3; "Castanhais", ano V, n.º 3; "Charqueada", ano VI, n.º 2; "Ervais", ano V, n.º 1; "Ervateiro", ano V, n.º 2; "Evolução do problema canavieiro fluminense", ano V, n.º 2; "Faiscadores", ano VII, n.º 1; "Ferdinand Denis", ano VI, n.º 4; "Gerais", ano VI, n.º 4; "Gonzaga de Campos", ano V, n.º 4; "Grutas calcárias do São Francisco", ano V, n.º 4; "Henri-Anatole Coudreau", ano V, n.º 2; "Henri Gorceix", ano V, n.º 4; "Henrique Baifeld", ano VI, n.º 1; "Joaquim Nabuco", ano VI, n.º 3; "José Cândido Guillober", ano V, n.º 2; "Maximiliano, Príncipe de Wied-Neuwied", ano VI, n.º 2; "Pantanal", ano VI, n.º 2; "Região Central de Minas Gerais (Serra do Curral d'El Rei)", ano VII, n.º 1; "Rendelras do Nordeste", ano V, n.º 2; "Regatões", ano V, n.º 3; "Richard Burton", ano VII, n.º 1; "Sallinas", ano VI, n.º 1; "Theodor Koch-Grünberg", ano V, n.º 3; "Theodoro Roosevelt", ano VI, n.º 3; "Torquato Tapajós", ano V, n.º 3; "Muxuango", ano IX, n.º 4; "Planícies dos Goltacases", ano IX, n.º 4; "Pescador de Pirarucu", ano X, n.º 1; "Pescada do Pirarucu", ano X, n.º 1; "Caboclo Amazônico", ano X, n.º 4; "Ver-o-Pêso", ano X, n.º 4; "Barranqueiros", ano XI, n.º 2; "Mata de Poais", ano XI, n.º 1; "Expedição a São Paulo, Mato Grosso, Goiás e Minas", ano XII, n.º 3 e 4. *Boletim Geográfico*: "Concurso de monografias de aspectos mu-

nicipais", n.º 1; "Reflexões à margem de quatro excursões geográficas", n.º 5; "Pontos básicos para a organização de uma monografia geográfica regional", n.º 8; "Introdução ao estudo do vale médio do Paraíba", n.º 8; "A Geografia na universidade do ar", n.º 14; "Evolução, conceito e método da Geografia", n.º 14 e 22; "A viagem Belo Horizonte-Sabará", n.º 16; "Traços essenciais da paisagem espírito-santense", n.º 20; "Relatório geral da excursão ao vale do rio Doce-Vitória, a cidade e o porto", n.º 20; "O porto de Vitória", n.º 20; "A Geografia moderna, o professorado, e o papel no Brasil das faculdades de Filosofia e do Conselho Nacional de Geografia", n.º 84; "O lugar dos trabalhos geográficos na obra de colonização do Centro-Oeste", n.º 84.

Outros trabalhos: "Desenvolvimento e fontes da Geografia do Brasil nos séculos XVI e XVII", in *Boletim Carioca de Geografia*, n.º 1 e 2 de 1954; "O espírito geográfico na obra de Euclides da Cunha", in *Boletim Paulista*; Relatório da excursão à Baixada Fluminense, in *Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros*.

A serviço do Conselho Nacional de Geografia, percorreu várias regiões do território brasileiro, tomando parte em excursões de estudo em Minas Gerais e vale do rio Doce; região do Poxoreu; estados de São Paulo, Mato Grosso e Goiás e Baixada Fluminense etc. Participou também dos numerosos congressos de Geografia e de outros certames científicos, realizados ultimamente no país.

O professor José Veríssimo da Costa Pereira nasceu em 1.º de outubro de 1904, na cidade de Três Rios, no estado do Rio de Janeiro, sendo seus pais José da Costa Pereira e Belarmina Guimarães Pereira.

GILDA BEZERRA DOS SANTOS — A 12 de julho do corrente ano faleceu, também, nesta capital, a professora Gilda Bezerra dos Santos, perdendo o magistério secundário, e, em particular, o ensino de História e Geografia no Distrito Federal um dos seus melhores elementos.

Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil frequentou o Curso de Geografia Econômica do Instituto Rio Branco, em 1946, frequentou também o Curso de Pedagogia dado pelo Prof. José Setzer, no Conselho Nacional de Geografia, cujas notas de aula foram depois aproveitadas para publicação neste periódico. Serviu durante muitos anos no Conselho Nacional de Geografia, cujo quadro de geógrafos integrou. Pertencia também à Associação dos Geógrafos Brasileiros (Secção Regional do Rio de Janeiro).

Dentro da sua especialidade colaborou eficientemente em várias iniciativas do C.N.G., a começar pelas atividades do antigo Serviço de Geografia e Estatística Fisiográfica.

Desaparecendo prematuramente, deixou como testemunhos de sua competência e capacidade de trabalho, várias contribuições de interesse geográfico, algumas das quais divulgadas nas publicações periódicas do Conselho. Destas relacionamos as seguintes: "Verificação das coordenadas das sedes municipais que constam da relação das estações pluviométricas do I.F.O.C.S."; "Mapa da distribuição das áreas médias das propriedades rurais, por município em Minas Gerais"; "Mapa da distribuição da população rural"; "Mapa da densidade da população do Brasil em 1920 e 1940"; "Contribuição à divisão regional-Nordeste"; "Estudos sobre a delimitação dos novos territórios federais"; "Região Norte".

Tendo-se afastado do Conselho em 1949, passou a dedicar-se recentemente ao magistério municipal, como professora do quadro da Prefeitura do Distrito Federal.

A professora Gilda Bezerra dos Santos era esposa do professor Lindalvo Bezerra dos Santos, geógrafo do Conselho Nacional de Geografia, onde exerce as funções de chefe da Seção Regional Nordeste.

Seu prematuro falecimento foi profundamente sentido por quantos a conheciam e com ela privaram no Conselho.

PESAR DO DIRETÓRIO

O Diretório Central, tomando conhecimento da morte dos Professores José Veríssimo e Gilda Bezerra dos Santos, rendeu à memória desses dois geógrafos sentida homenagem — Foram lidos vários telegramas e ofícios de diversas personalidades, enviando condolências, por motivo da morte do Prof. José Veríssimo, notando-se, entre outros, os dos senhores: Dr. Eugênio Vilhena de Moraes, Gen. Jaguaribe de Matos, Milton Santos, da A.G.B. da Bahia, Dr. Afrânio de Carvalho, Cel. Punaro Bley, Dr. Mário Pinardi, Prof. Reinhard Maack, do Paraná, da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística, dos Diretórios Regionais de Mato Grosso, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Pará, Departamento de Estatística do Pará, da Câmara do Distrito Federal, diretor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais e Cel. Barton Harris, do Inter American Geodetic Survey. O secretário-geral, Dr. Fábio de Macedo Soares Guimarães, manifestou profundo pesar pelo desaparecimento do Prof. Veríssimo. Observou que esta perda era da mesma forma sentida no Diretório Central, onde, desde 1950, prestou o Prof. Veríssimo valiosa assistência, sempre com grande dedicação e com a sua maneira especial que todos conheciam. Explicou que foi atingido de surpresa pela notícia, quando regressava do México, em viagem de São Paulo ao Rio, lendo no jornal a dolorosa notícia. Teve o conforto de saber, ao chegar, que em sua ausência, o Prof. Miguel Alves de Lima tomara todas as providências ligadas aos funerais, e que o funcionalismo, incorporado, participara das homenagens devidas ao companheiro que jamais será esquecido. O Cel. Jacinto Dulcardo Moreira Lobato,

interpretando o sentimento da Casa, propôs voto de grande pesar pelo desaparecimento do Prof. Veríssimo, focalizando sua atuação, desde muitos anos, no Diretório, não só de grande eficiência, mas sobretudo revestida de alto cunho de elevação. O engenheiro Moacir Malheiros Fernandes Silva, na presidência eventual da reunião, com a palavra, assim se expressou: "Tenho sido diversas vezes escolhido para falar, sob o pretexto de que tenho facilidade para isso. Confesso, porém, que nesta oportunidade, não tenho palavras para me exprimir. Isso, talvez, porque uma grande afeição me ligava ao Veríssimo. E ainda porque acho que diante da morte há, somente, duas maneiras de se expressar o sentimento: pela eloquência das lágrimas e, quando isso não é possível, pela eloquência do silêncio. O Veríssimo era um dos grandes amigos que tinha: foi uma amizade espontânea, pois só o conhecia de nome; mas, ao lhe ser apresentado, ainda no Instituto Histórico, onde o Conselho tinha sua sede, a figura característica do Veríssimo, o seu modo simples, logo começou a falar como se fôssemos velhos amigos, e, a partir desse dia, tinha em Veríssimo um amigo fraternal. Vou limitar-me, apenas, a estas manifestações, pois, como já disse, apesar das crenças filosóficas, acho que, diante da morte, só há para exprimi-la a eloquência das lágrimas ou a do silêncio". O secretário-geral propôs ainda voto de pesar pelo falecimento da Prof.ª Gilda Bezerra dos Santos, antiga funcionária do Conselho, esposa de um dos chefes da Divisão de Geografia, Prof. Lindalvo Bezerra dos Santos.

HOMENAGEM DA SEÇÃO CARIOCA DA A.G.B.

A Seção Regional do Rio de Janeiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros realizou também uma sessão especial em memória do seu saudoso ex-presidente, Prof. José Veríssimo da Costa Pereira, falando nessa ocasião o Dr. Edgar Teixeira Leite, o Prof. Afonso Várzea e a Prof.ª Maria Conceição Vicente de Carvalho.

★

Certames

REUNIÃO DE TÉCNICOS EM PELOTAS — EXCURSAO PELO INTERIOR DO RIO GRANDE DO SUL — Realizou-se em Pelotas, de 4 a 16 de julho o V Congresso Brasileiro de Ciências do Solo, com a participação de técnicos de todo o país. O certame foi patrocinado pela Sociedade Brasileira de Ciências do Solo, na Escola de Agronomia "Eliseu Maciel" daquela cidade gaúcha.

O ponto culminante do Congresso foi a excursão pelo interior do Rio Grande do Sul, a fim de que os estudiosos conhecessem pessoalmente as formações de solos do estado. Essa excursão estendeu-se aos municípios de Pelotas, Bajé, Santa Maria, Passo Fundo, Bento Gonçalves, Caxias e Porto Alegre. Foram também visitados o Instituto Agrônomo do Sul, do Ministério da Agricultura, e o Laboratório de Química Agrícola, da Secretaria da Agricultura estadual.

A Comissão Central Organizadora teve como presidente o Sr. José R. Araújo, diretor do I.A.S.

★

X ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS

Entre os dias 5 e 12 de julho deste ano realizou-se, em Recife, a X Assembléia Geral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, à qual compareceram numerosos geógrafos e estudiosos, fazendo-se representar várias instituições culturais e científicas do país, notadamente dos estados de São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Distrito Federal.

Além de assuntos de interesse particular da A.G.B., foram examinadas e discutidas na reunião questões relacionadas com a ciência geográfica e seus problemas, de modo geral.

Do programa da reunião constou uma série de conferências sobre assuntos de interesse geográfico, proferidos por especialistas e figuras de projeção nos meios culturais, para isso especialmente convidadas.

Neste particular colaboraram, entre outros, o sociólogo Gilberto Freyre e o professor Aroldo de Azevedo.

A assembléia foram apresentadas as seguintes teses: "Os fatores da industrialização

de São Paulo", do Prof. Lino de Matos; "Alguns aspectos da população da cidade de São Paulo", do Prof. J. R. de Araújo Filho; "Um exemplo de levantamento linear, aplicado à Geografia Humana", do Prof. Soulafor; "Os mais recentes níveis flúvio-eustáticos na costa pernambucana", do Prof. Gilberto Osório de Andrade; "Vilas e cidades do Brasil colonial, um ensaio de geografia urbana retrospectivo", do Prof. Aroldo de Azevedo; "Colonização e sistemas agrícolas na região de Curitiba", da Prof.^a Lislá M. C. Bernardes; "Subúrbios paulistas e suas características", do Prof. A. R. Penteado; "A serra de Ororobá", do Prof. Manuel Correia de Andrade; "A cidade de Nazaré", do Prof. Milton Santos; "Regime fluvial do Tietê na região de São Paulo", da Prof.^a Elina Santos.

Constituídas por grupos de 15 elementos, funcionaram as seguintes equipes de pesquisas: *Geografia urbana de Garanhuns*, chefiada pelo Prof. Aroldo de Azevedo; *Região dos rebordos meridionais da Borborema*, chefiada pelo Prof. Miguel Alves de Lima; *Zona da Mata* (com centro das pesquisas localizado no município de Catende), sob a direção do Prof. Dirceu Lino de Matos; *Zona do Agreste* (com sede em Arcoverde), chefiada pelo Prof. Gilberto Osório de Andrade.

A sessão de encerramento teve caráter solene, sendo presidida pelo chefe do executivo pernambucano.



XVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA

NESTA CAPITAL EM AGOSTO DO PRÓXIMO ANO — COMO ESTÃO ORGANIZADAS AS SUBCOMISSÕES ORGANIZADORAS E O QUE JÁ FOI CONSEGUIDO ATÉ O MOMENTO — ADESGES JÁ RECEBIDAS — ENTREVISTA DO SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA COMISSÃO ORGANIZADORA — O professor Hilgard O'Reilly Sternberg, secretário executivo da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, que terá como sede o Rio de Janeiro, entre 9 e 18 de agosto do próximo ano, prestou, a propósito do referido certame, as seguintes declarações:

"Estamos mobilizando a opinião pública para a maior reunião de geógrafos já realizada até hoje. Precisamos despertar o interesse e a atenção de todos os brasileiros para este Congresso, pela ocasião que teremos de atrair a atenção do mundo para nossa pátria, ainda tão desconhecida e vítima de incompreensão, de idéias errôneas e falsas.

Foi de acordo com a decisão tomada em 1952, pela Associação Geral da União Geográfica Internacional de sua última reunião na cidade de Washington, que ficou decidida a realização no Rio de Janeiro, da IX Assembleia Geral da União Geográfica Internacional e do XVIII Congresso Internacional de Geografia. Isto representou uma grande vitória para nós, pois nossos competidores para igual honra eram a Grã-Bretanha e a Áustria, que não pouparam esforços para que suas capitais fossem a sede das importantes reuniões.

Criada a Comissão Nacional do Brasil, tendo como presidente o Sr. Elmano Cardim, presidente do I.B.G.E., foram escolhidas dez subcomissões, tendo cada uma um setor, específico. São elas as seguintes: Subcomissão de Programação e Temário, de Excursões, de Publicações, de Finanças, de Exposição, de Publicidade, de Colocação de Participantes Estrangeiros, de Bolsas, de Recepção Social.

A Subcomissão de Programação e Temário, dirigida pelo professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, depois de atender às sugestões rece-

bidas pela Comissão Organizadora, elaborou uma relação de temas visando a concentrar a atenção dos congressistas em certo número de assuntos considerados preferenciais. Os temas foram distribuídos em treze seções. A Geografia Médica pela primeira vez faz parte de qualquer Congresso da especialidade. Tanto quanto possível, em cada Seção há um tema de interesse para o Brasil, não só para que os estrangeiros conheçam melhor nosso país, como para que possamos conhecer os mais recentes estudos feitos a nosso respeito pelos mestres.

A Subcomissão de Excursões tendo como presidente o professor Miguel Alves de Lima, vai promover nove excursões devendo algumas delas realizar-se no período imediatamente anterior ao Congresso e outras após o encerramento do mesmo. Foram todas planejadas para dar uma visão geral das grandes regiões atravessadas e de fornecer oportunidade para melhor conhecimento da geografia física e humana da área escolhida. Haverá limitação de número de participantes, a fim de fazermos seleção para os interessados no trabalho científico, e não meramente turístico. Foram também, planejadas excursões pelo Distrito Federal para os congressistas mais idosos ou que não possam meios e tempo de viajarem pelo Brasil. Todos serão acompanhados de professores-interpretres, especialistas na região percorrida, e levarão, ainda, um guia, impresso nas línguas oficiais do Congresso, explicando tudo que a ela se refira.

Terminado o Congresso serão publicados os seminários efetuados durante as excursões, e as observações originais que no decorrer destas viagens, vierem a ser colhidas. Já contamos para estas viagens com a colaboração do Exército, do Ministério da Viação, da Cia. Vale do Rio Doce, da Prefeitura do Distrito Federal, etc. Três estados já nos prometeram o seu auxílio.

A Subcomissão de Finanças, dirigida pelo professor Edgar Teixeira Leite, já obteve o auxílio de várias instituições públicas e privadas e o professor Aroldo de Azevedo, presidente da Subcomissão de Participantes Estrangeiros, já fez de todos os interessados em obter colocação durante e antes da reunião. Temos recebido diversos oferecimentos de professores estrangeiros propondo-se a lecionar no Brasil, a fim de pagarem sua estada no país, pois, muitos deles virão de regiões longínquas.

A Subcomissão de Bolsas, dirigida pelo professor João Dias da Silveira, também, na medida do possível, já examinou os inúmeros pedidos que temos recebido. E finalmente, a Subcomissão de Recepção Social espera conseguir plenamente seus objetivos.

Criamos ultimamente, um Comitê de Coordenação Financeira, sob a presidência do desembargador Florêncio de Abreu, que terá o encargo de examinar todos os pedidos de bolsas e donativos, para que não haja concorrência de pedidos das Subcomissões a órgãos públicos ou particulares.

Faltando exatamente um ano para o Congresso, prosseguiu o professor Sternberg, a situação já é bastante animadora. Recebemos mais de 200 adesões de grandes personalidades estrangeiras. Dos Estados Unidos, México, Finlândia, Índia, Alemanha, Austrália, Áustria, Costa do Ouro, China, Iugoslávia, Inglaterra, Japão, Canadá, Irlanda, chegamos-nos, diariamente pedidos de inscrições das maiores autoridades geográficas, como a do "Master" do Colégio Saint-John, da Universidade de Cambridge, da Universidade de Paris, da National Geographic Society, do inspetor geral da Instrução Pública da França, do diretor de Ensino de França de Ultramar, do Colégio de França,

enfim, de todas as entidades e dos maiores mestres na matéria.

Só a delegação da França constará de um mínimo de 24 membros, e a do Conselho Nacional de Pesquisas, da Itália de 6 membros, sem computarmos aí a dos mestres italianos. No Brasil, estão inscritos, entre outros, D. Jaime de Barros Câmara, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que celebrará uma missa durante o Congresso.

Enfim, preciso chamar a atenção pela colaboração que temos tido até agora do I.B.G.E., em suas duas seções, tendo mesmo o diretório votado medidas específicas, principalmente para as excursões. Estão sendo realizados estudos com os temas do Congresso pelas Comissões Técnicas, e que muito virá beneficiar as viagens dos congressistas.

Com todos esses positivos fatores, esperamos que o XVIII Congresso Internacional de Geografia, a realizar-se daqui a um ano, seja um novo êxito para o Brasil como já o foi o Congresso Eucarístico Internacional, recentemente reunido nesta capital."

ADESÕES DE GEÓGRAFOS DE TODO O MUNDO — A Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia a reunir-se no Rio de Janeiro em agosto de 1956, tem recebido centenas de adesões, chegando diariamente uma média de 15 a 20 cartas do estrangeiro. Não apenas professores e geógrafos mandam seus pedidos de inscrição, mas entidades de renome universal. Muitas já desig-

naram seus delegados que preparam trabalhos interessantes para apresentação no Rio de Janeiro. Calcula-se que mais de mil e quinhentos geógrafos tomarão parte no certame. Números pedidos já foram formulados para os anais do Congresso que se realizará dentro de um ano.

Pelo menos três administrações estaduais já ofereceram facilidades até de hospedagem para os geógrafos que tomarão parte nas excursões planejadas. Dentre as instituições que mandaram sua adesão salientam-se as seguintes: Collège de France; Bureau d'Etudes Géologiques & Minières Coloniales, da França; Instituto Nacional de Investigaciones Geográficas, de Montevideu.

O cardeal Dom Jaime de Barros Câmara arcebispo do Rio de Janeiro, já preencheu a ficha de adesão ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, oferecendo-se ainda para officiar a missa da solenidade de abertura do referido certame.

O Comitê Nacional de Geografia da França em sua última Assembléa Geral, presidida pelo professor Max Sorre, deliberou sobre os preparativos do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

O professor Sorre deu conhecimento dos temas e excursões que serão tratados e realizados aos seus colegas dentre os quais há geógrafos eminentes, professores em universidades brasileiras.

Os geógrafos franceses manifestaram grande interesse pelo Congresso do Rio de Janeiro.

★

Exterior

ESTADOS UNIDOS

PROGRESSO E TENDÊNCIA DA GEOGRAFIA NESSE PAÍS — Sob o título "Geografia Britannica Book of the year 1954", pp. 304-305, publica o comentário abaixo traduzido por Ruth H. Kullmann.

"A tendência mais evidente da geografia em 1953 foi o rápido crescimento no número de geógrafos, medido em termos de diplomados e membros de sociedades profissionais. Como consequência desta tendência, a profissão de geógrafo nos Estados Unidos estava-se tornando uma profissão de moços e moças. Mais de 50% dos membros da Associação dos Geógrafos Americanos tinham menos de 40 anos, e, aproximadamente 25% tinham sido diplomados depois de 1946.

Em parte como resultado do aumento da proporção de jovens geógrafos com interesses diversos, e, em parte, como resposta ao imenso interesse público neste assunto, os geógrafos estavam entrando em outros campos de trabalho além do ensino em colégios. Dados do escritório central da Associação dos Geógrafos Americanos revelaram que somente 35% dos 1 800 membros estavam permanentemente empregados em colégios e universidades.

Mais de 20% trabalhavam em agências federais, dedicando-se especialmente à cartografia e climatologia, do Departamento de Defesa; análises regionais em agências de investigação; planejamento político e econômico no Departamento de Estado e Administração de Operações Exteriores; uso da terra e desenvolvimento regional nos Departamentos do Interior e do Comércio; estudos de população na Secretaria de Estatística; administração em livrarias, arquivos e conselhos de pesquisa. Fora

do governo federal, os geógrafos foram empregados em planejamento regional e urbano, indústrias (tais como a United States Steel e Commonwealth Edison Co.), organizações comerciais e pesquisa particular.

Na edição de março de 1953, do *Professional Geographer*, Glen Treewartha enfatizou fortemente a necessidade do fortalecimento da Geografia no campo da pesquisa original. Disse ele: "Nenhuma disciplina pode ser considerada em estado saudável a menos que seus membros sejam tanto criadores quanto professores". Este pensamento foi expresso num discurso presidencial na Associação dos Geógrafos Americanos em abril de 1953, no qual ele insistiu no desenvolvimento de um conceito de trabalho em geografia populacional que poderia ser aplicado largamente no ensino e na pesquisa. Embora ele tenha assim focalizado os vários aspectos da Geografia que tinham sido negligenciados, a pesquisa na Geografia tinha aumentado grandemente em volume e escopo desde a Segunda Grande Guerra.

O auxílio do governo através de contratos de pesquisa com o escritório de pesquisa naval, com trabalho de mapas do exército, com a comissão de pesquisa e desenvolvimento, com a força aérea, com o Departamento de Estado, etc., ajudou mais de 100 geógrafos no trabalho de estudos de área e pesquisas especiais de assuntos locais durante 1953.

Prêmios Fulbright e bônus do Fundo Ford para o avanço da educação tornou possível a mais de 20 geógrafos passar de 6 a 12 meses em outros países durante o ano. Da mesma forma, geógrafos estrangeiros que permaneceram nos Estados Unidos assistindo ao Congresso Internacional de Geografia que se realizou em Washington D. C. em agosto de 1952, e outros

que, subsequentemente, chegaram na base de intercâmbio de professores, influenciaram o padrão da pesquisa geográfica no país.

Um sumário seguro do progresso geográfico nos Estados Unidos estava sendo preparado por uma comissão de notáveis geógrafos sob a presidência de Preston E. James para publicação pela "Syracuse University Press", em janeiro de 1954. Seu título era "Geografia Americana — inventário e possibilidade". Capítulos separados foram dedicados à geografia agrícola, econômica, histórica, manufatureira, médica, militar, mineira, botânica, política, populacional, pesquisa regional, colonização, solos, transporte e urbana, tanto quanto à cartografia, climatologia, técnicas de campo, geomorfologia, hidrologia, oceanografia, foto-interpretação e zoogeografia.

Na 49.^a reunião anual, da Associação dos Geógrafos Americanos, C. Warren Thornthwaite foi agraciado com um prêmio pelo feito mais destacado qual seja o desenvolvimento de uma nova classificação de climas. Citações por contribuições de mérito ao campo da geografia, foram concedidas a Wallace W. Atwood Jr. por sua feliz organização do XVII Congresso Geográfico Internacional, a Walter M. Kollmorgen por seu estudo do caráter dinâmico da colonização agrícola nas Grandes Planícies, a Jacques M. May por sua contribuição ao conhecimento da distribuição no mundo de certas doenças importantes e a Arthur H. Robinson por seus ensaios e investigações nos aspectos visuais da cartografia. Charles C. Colby recebeu o prêmio de trabalho com distinção, do Conselho Nacional de Professores de Geografia, pelo relevante serviço que prestou à educação geográfica.

Na 49.^a reunião anual da Associação de Geógrafos Americanos de 30 de março a 2 de abril de 1953 em Cleveland, Ohio, foi resolvido realizar a 50.^a reunião de aniversário durante a semana de 12 de abril de 1954, em Filadélfia, Pensilvânia, onde teve origem a Associação que baixou uma resolução rogando a todas as organizações responsáveis, que for-

neçam mais treino geográfico tanto nas escolas secundárias quanto nos cursos superiores a fim de equipar moços e moças para enfrentar as exigências dos Estados Unidos numa nova fase de liderança.

O Conselho Nacional de Professores de Geografia realizou uma convenção nacional em Buffalo, Nova York, de 26 a 28 de novembro de 1953, acentuando a necessidade de mais intenso trabalho de campo em todos os níveis do ensino de Geografia.

A Sociedade Americana de Geografia de Nova York nomeou Charles Hitchcock para diretor, sucedendo a George Kimble que se demitiu em setembro a fim de dirigir um projeto de pesquisa de três anos na África, para o Fundo do Século Vinte.

A Divisão de Geografia e de Mapas da Associação de Bibliotecas Especiais completou um relatório sobre processos de catalogação de mapas e preparou, para publicação, pela associação de Bibliotecas Especiais, uma lista de mais ou menos 500 das mais significativas bibliotecas de pesquisas de mapas e coleções nos Estados Unidos e Canadá.

Em geral, as facilidades educacionais nos níveis superiores, se ajustaram às tendências de desenvolvimento e de diversidade que caracterizaram a Geografia como profissão.

A despeito da diminuição geral de matrículas acima do nível secundário, todos, exceto dois dos vinte dos principais departamentos de geografia nos Estados Unidos acusaram aumento de matrículas tanto em cursos graduados, como nos subgraduados. A variedade de cursos e o número de escolas que ensinam Geografia também estava aumentada. Das 106 escolas normais escolhidas para modelo, 83% possuíam cursos de Geografia Regional, 78% Geografia Econômica, 74% princípios, 65% conservação e 59% Geografia Física. Menos do que metade possuía cursos de Climatologia, Geografia Política, Geografia Histórica, Cultural, Urbana ou Uso da Terra, mas sua aparição naquelas instituições que as ofereciam era, em si mesma, evidência de uma nova tendência.



Se lhe interessa adquirir as publicações do Conselho Nacional de Geografia, escreva à sua Secretária (Avenida Beira-Mar, 436 — Edifício Iguaçu — Rio de Janeiro) que atenderá pronta e satisfatoriamente.

Relatórios de Instituições de Geografia e Ciências Afins

Relatórios dos Representantes Estaduais à XIV Sessão Ordinária da Assembléia Geral, Realizada em 1954

PERNAMBUCO

ÍTEGRA DO RELATÓRIO APRESENTADO PELO PROF. MÁRIO MELO, SECRETÁRIO DO DIRETORIO REGIONAL DE GEOGRAFIA, NESTE ESTADO, E SEU REPRESENTANTE NA ASSEMBLEIA GERAL — "Pernambuco não tem ainda Serviço Geográfico ou Geológico, motivo por que seu delegado, como o fazem, entre outros, os de São Paulo, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, não pode trazer a esta Assembléia notícias concretas de trabalho de campo.

O que houve de mais notável em 1953 foi a lei da nova divisão administrativa do estado.

Como se sabe, havia uniformização em todo o país, conquista do I.B.G.E. no período do chamado Estado Novo.

A nova Constituição Federal atribuiu aos estados a competência para legislar sobre a divisão administrativa e judiciária. E a Constituição de Pernambuco deu liberdade aos municípios quanto aos distritos.

Com grande esforço, conseguimos fôsse incluída na Constituição Estadual a garantia do quinquênio para os municípios.

Acontece que, em Pernambuco, todo município é comarca e o quinquênio destas é garantido pela Constituição Federal. Mas a lei judiciária do estado não coincidiu com a lei administrativa e temos assim sobre o mesmo município-comarca uma garantia de quinquênio que termina antes da garantia quinquenal da comarca.

No decorrer de 1953, ano da reforma administrativa, o governador trocou idéias com o secretário do Diretório Regional de Geografia, no sentido de pedir-lhe assistência técnica para o projeto da divisão administrativa.

Aconteceu, porém, que foram sendo apresentados projetos parciais de criação de municípios, baseados quase todos em interesses partidários, deu-se o choque político e não houve ensejo para assistência técnica.

Manipulada a lei exclusivamente para atender, em cambalachos, a interesses eleitorais, saiu um amontoado de incongruências: distritos legalmente criados e instalados pelos municípios não entraram na lei; entraram outros, criados, no momento, pela própria Assembléia Legislativa.

Há um novo município que não tem o nome da cidade-sede. Ele se chama São Vicente Ferrer, em homenagem a Manuel Borba.

A lei não determinou os limites dos distritos; fê-lo somente quanto aos municípios, mas será difícil identificá-los.

Alguns exemplos: o distrito Cortês foi desmembrado do município de Amaraji para constituir-se município autônomo, porém Amaraji não se limita com o novo município; Camocim de São Félix saiu do território de Bezerros, mas não há limites do município de Bezerros com o novo município; Riacho das Almas, novo município, saiu do de Caruaru, mas este não se limita com aquele; O município de Carnaíba saiu do de Flores, mas o município de

Flores não se limita com o de Carnaíba; São Vicente Ferrer ou Manuel Borba — como já foi dito, a cidade tem o nome de Manuel Borba e o município o de São Vicente Ferrer — saiu de Macaparana, porém este não aparece a limitar-se com aquele; de Pesqueira saiu o município de Poção, porém Pesqueira não se limita com o novo município; saiu de São José do Egito o novo município de Itapetim, porém um não se limita com o outro; do município de Taquaritinga do Norte saíram dois novos municípios — Santa Cruz do Capibaribe e Toritama — porém o velho município não se limita com qualquer dos dois.

E a balbúrdia continua, pois, vários municípios ainda não foram instalados e o Tribunal de Justiça já anulou, por inconstitucional, a criação de um deles, atendendo à representação do velho município de que fôra desmembrado sem aprovação da Câmara Municipal, estando outros no mesmo caso...

Falemos agora dum grande projeto, relacionado com a Geografia.

Quando se diz Nordeste, o grande problema é água. A semântica vem envolvendo a palavra "Nordeste" para catalogá-la como sinônimo de seca.

Temos rios. Mas os rios do Nordeste Meridional tributários do São Francisco são antes desgastados de água de chuva. Particularmente em Pernambuco, todos que afluem para ele secam por inteiro, quando cessam as escassas chuvas.

Agamenon Magalhães teve a idéia de tornar permanentes, por meio de barragens sucessivas, os três grandes escoadouros do sertão: o "Pajeú", o "Brigida" e o "Moxotó". Mandou fazer os estudos iniciais e teria dado começo às obras, se não fôsse a desgraça de havê-lo na ceifa arrebatado a morte. Temos tentado, em vão, incluir o plano em o das Obras Contra as Secas, departamento que parece mais atraído para obras de emergência.

E enquanto perdemos tempo à espera de amparo do governo federal — Pernambuco é um dos estados que mais contribuem para a União — o atual secretário da Agricultura e presidente nato do Diretório Regional de Geografia engenheiro Eudes de Sousa Leão Pinto estudou o traçado dum canal, de Sobradinho ao Moxotó, e trabalha com afinco para tornar realidade sua execução.

Esse canal trará, por declive, água do São Francisco, captada na cachoeira do Sobradinho, na parte pernambucana que, por castigo, Pedro I passou à administração provisória da Bahia, numa extensão de quatrocentos quilômetros, recebendo por sua vez, em parte, a descarga dos escoadouros que se precipitam para o grande rio, depois de contê-las ou espraia-las, e despeja-las-las no rio Moxotó, no município de Inajá.

É fácil de imaginar a valorização dos terrenos marginais do canal, com a irrigação, e

quanto influirá isso na vida sertaneja. Além do mais, abrir-se-á a pequena cabotagem, na chamada zona média do São Francisco, uma via de comunicação, para barateamento do transporte.

Circunstância interessante. A época de maior volume das águas do São Francisco, em consequência do despejo de seus afluentes da zona alta, coincide com a da maior estagem do sertão pernambucano, de modo que o canal aproveitará apenas o excesso.

Construído o canal, haverá sensível modificação na Geografia Humana e na Geografia Econômica. As populações flutuantes se fixarão em torno do canal, haverá agricultura não sujeita à fatalidade das secas, desenvolvimento da pecuária, instalação de indústrias rurais, passando a região de inútil, como ora é, a economicamente proveitosa.

A realização do plano está dependente apenas do Ministério da Viação, cujos auxiliares gastam mais tempo em estudos preliminares que em execução, quando executam.

Praz-me, concluindo, fazer um apêlo à Assembléia: Que seja por ela formulado um voto, à semelhança do que o XI Congresso Brasileiro de Geografia aprovou, no sentido de uma exortação ao Ministério da Viação e Obras Públicas para que ajude Pernambuco a resolver em parte o grande problema da região seca, com a construção desse canal."

★

RIO GRANDE DO SUL

ÍNTEGRA DO RELATÓRIO APRESENTADO PELO SR. CLÁUDIO OSÓRIO PEREIRA, REPRESENTANTE DESTA UNIDADE FEDERATIVA — "O Diretório Regional do Conselho Nacional de Geografia, no Rio Grande do Sul, desincumbindo-se da obrigação expressa na resolução número 26, de 18 de julho de 1933, tomada em Assembléia Geral do referido Conselho, apresenta a V. Ex.^a o relatório de suas atividades, durante o período compreendido entre junho de 1953 e maio de 1954.

Intensa foi a vida deste Diretório no aludido período havendo realizado além das reuniões ordinárias mais as reuniões da Comissão Revisora da Divisão Territorial e tomado a si o encargo da propaganda do XI Congresso Brasileiro de Geografia, o qual ocorreu nessa capital no período compreendido entre os dias 5 e 13 de maio do corrente ano.

Passamos, para maior clareza de exposição, a dividir em capítulos as várias atividades deste órgão executivo do Conselho Nacional de Geografia, bem como as da Secção de Geografia do Estado.

REUNIÕES DO DIRETÓRIO — Em número de sete foram as reuniões realizadas por este órgão regional durante o ano de 1953, entretanto faremos referência a cinco porquanto as duas primeiras figuraram, já no relatório enviado à XIII Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia, promovida na cidade do Rio de Janeiro, em julho do ano próximo passado.

Em 25 de junho de 1953 realizou-se uma reunião sob a presidência do senhor secretário deste Diretório, Dr. Cláudio Osório Pereira.

Assuntos tratados: 1) — Adiantamento para o mês de maio próximo futuro da realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia, na capital rio-grandense. 2) — Vinda a Porto Alegre do senhor secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia Tte. Cel. de Paranhos Antunes com a finalidade de reorganizar a Comissão Local do XI Congresso Brasileiro de Geografia, bem como o Diretório Regional e

o Serviço de Geografia do Estado, a fim de melhor atingirem seus objetivos culturais; 3) — Designação do Dr. João Batista da Silva Pereira Filho para representar este Diretório junto à XIII Assembléia Geral; 4) — O Sr. Osman Velasquez Filho chefe do Serviço de Geografia deu conta de sua incumbência junto à Assembléia Legislativa do estado, dizendo haver entrado em entendimento com o senhor deputado Liberato Salzano Vieira da Cunha e feito entrega de farta documentação existente neste Diretório, referente à divisão territorial do estado; 5) — Discussão da divisão regional do estado tendo sido, por maioria de votos feito prevalecer a já adotada pelo Departamento Estadual de Estatística. Em consequência, foi baixada por este Diretório a resolução n.º 50, datada de 25 de junho de 1953; 6) — Apresentação pelo cartógrafo Sr. Hans Augusto Thofehn de seu trabalho acerca das áreas municipais do estado do Rio Grande do Sul; 7) — Apresentação em plenário do relatório das atividades deste Diretório durante o exercício findo e que será levado à XIII Assembléia Geral do Conselho Nacional de Geografia. Em 22 de julho de 1953 reuniu-se este Diretório sob a presidência do senhor secretário Dr. Cláudio Osório Pereira.

Assuntos tratados: 1) — Divisão territorial. Necessidade da observância da lei n.º 311 e da colaboração deste Diretório e do Serviço de Geografia do estado, na elaboração do novo quadro territorial; 3) — Vinda a Porto Alegre dos Srs. Dr. Alcyrio H. de Mattos, 1.º Cel. de Paranhos Antunes e Dr. Florêncio de Abreu em preparação ao XI Congresso Brasileiro de Geografia; 3) — Doação feita pelo Dr. Batista Pereira de grande número de publicação que trouxera do Conselho Nacional de Geografia; 4) — Exposição feita pelo Cel.-Av. Briggemann da Luz acerca do levantamento aerofotogramétrico do Rio Grande do Sul, informando já se achar ultimada pela 5.ª Zona Aérea toda a parte sul do estado, na escala de 1:40 000.

Em 23 de setembro de 1953 foi promovida uma reunião deste Diretório, sob a presidência do Dr. Cláudio Osório Pereira, secretário nato deste órgão geográfico.

Assuntos tratados: 1) — Recepção ao Tte. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia e do XI Congresso Brasileiro de Geografia; 2) — Homenagem ao desembargador Florêncio de Abreu pela passagem do 1.º aniversário de sua gestão na presidência do I.B.G.E. "Moção" apresentada pelo Dr. João Batista Pereira Filho; 3) — Reorganização da Comissão Local Organizadora do XI Congresso Brasileiro de Geografia; 4) — Estabelecimento de duas excursões geográficas por ocasião do Congresso, sendo uma às minas de São Jerônimo e a outra à região serrana.

A 5 de novembro de 1953 realizou o Diretório outra de suas reuniões ordinárias, tendo como presidente o Dr. Cláudio Osório Pereira.

Assuntos tratados: 1) — Organização da recepção ao Dr. Florêncio de Abreu por ocasião de sua próxima vinda a Porto Alegre. Programa a ser executado; 2) — Preparativos para o XI Congresso Brasileiro de Geografia. Auxílios oficiais a serem solicitados.

Em 14 de dezembro de 1953 levou a efeito este Diretório mais uma de suas reuniões ordinárias, tendo na presidência o Sr. Manuel Vargas, presidente nato do mesmo.

Assuntos tratados: 1) — O senhor secretário ciência ao Diretório da comunicação do senhor secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia através de telegrama, dizendo haver o desembargador Florêncio de Abreu em entrevista, na Capital Federal, obtido do senhor governador do estado do Rio Grande

do Sul, o auxílio financeiro necessário à realização do XI Congresso Brasileiro de Geografia, na cidade de Porto Alegre, motivo pelo qual se tornava dispensável a sua presença nesta capital, antes da instalação do referido certame; 2) — Determinação dos locais para realização da sessão de instalação, das sessões plenárias e da exposição do XI Congresso Brasileiro de Geografia; 3) — Relatório dos trabalhos da Comissão Revisora da Divisão Territorial, feito pelo Dr. Germano Petersen Filho, presidente da mesma comissão de estudos; 4) — Esclarecimentos acerca da cedula levantada a propósito da legalidade constitucional da Comissão Revisora da Divisão Territorial, dados pelos Srs. Dr. Germano Petersen Filho, Cel. Cícero Saldanha Bica, Dr. Cláudio Osório Pereira e Dr. Manuel Antônio Vargas, anulando toda opinião negativa referente à mesma Comissão. O seu conhecimento por parte da Assembléa Legislativa do Estado comprova a sua validade, sendo o pedido de informação feita por um deputado o exercício de um direito que lhe assiste e a informação prestada por este Diretório o exercício de outro idêntico direito.

EXPEDIENTE DO DIRETÓRIO — Foi o seguinte o movimento da correspondência deste Diretório no período que medeia de junho de 1953 a maio de 1954.

OFÍCIOS	Recebidos	68
	Expedidos	118
TELEGRAMAS	Recebidos	109
	Expedidos	945

XI CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA

Desde a reunião de 23 de setembro de 1953 do Diretório Regional de Geografia, foi pelo Tte. Cel. Deoclécio De Paranhos Antunes, secretário-geral do Conselho Nacional de Geografia e do XI Congresso Brasileiro de Geografia, reorganizada a Comissão Local encarregada de executar o certame geográfico realizado em maio do corrente ano na capital do Rio Grande do Sul, passando este Diretório naquela data a exercer atividade em todo o estado, fazendo propaganda, distribuindo fichas e boletins do Congresso e recebendo adesões. Tendo assumido então a direção da Comissão Local o Dr. Cláudio Osório Pereira, na qualidade de secretário deste Diretório e vice-presidente em exercício da aludida Comissão.

Com o pedido de demissão do Dr. Guilherme César da presidência da Comissão Local, nas vésperas da realização do XI Congresso de Geografia e consequente exoneração, foi designado para presidente efetivo da referida Comissão o Dr. Cláudio Osório Pereira.

Contou o Diretório ainda, na propaganda do Congresso com o prestimoso auxílio da Inspeção Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, dirigida pelo Dr. Brasil Rodrigues Barbosa, vogal deste Diretório.

O movimento da secretaria local do Congresso a cargo do secretário-auxiliar deste Diretório, foi o seguinte:

Ofícios expedidos	701
Telegramas expedidos	118
Adesões	49

O extraordinário êxito do XI Congresso Brasileiro de Geografia realizado entre os dias 5 e 13 de maio último na capital do Rio Grande do Sul, — superou pela ótima qualidade das teses apresentadas, conferências e mesas redondas realizadas, exposição geográfica e excursões levadas a efeito e o vivo interesse da

grande e culta assistência — a alguns dos congressos geográficos anteriores, mesmo os realizados na Capital Federal.

EXPOSIÇÃO GEOGRÁFICA

Fazendo parte integrante do Congresso foi organizada pela Diretoria de Terras e Colonização, da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, deste estado, uma exposição geográfica que, além da colaboração emprestada pelo Conselho Nacional de Geografia, Comissão Estadual de Energia Elétrica, Diretoria da Produção Mineral, Serviço Geográfico do Exército, Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem, Associação dos Geógrafos Brasileiros e Livrarias do Globo constou dos seguintes trabalhos executados no Serviço de Geografia do Estado:

Evolução administrativa do Rio Grande do Sul — série de mapas representando as seguintes fases da evolução do Rio Grande do Sul: 1628 — Início das penetrações jesuíticas; 1680 — Pressão portuguesa e espanhola; 1809 — Província do Rio Grande de São Pedro do Sul; 1822 — Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; 1836 — República rio-grandense; 1872 — 1889 — 1900 — 1922 — 1954 — Mapas indicando a divisão administrativa nessas diferentes épocas. Os mapas deste painel estão na escala de 1:1.500.000 e foram baseados nos estudos históricos do Sr. Francisco Antônio Martins Filho.

Revisão das áreas municipais — Tomando como base a carta do estado na escala de 1:500.000, em elaboração no Serviço de Geografia, foi a revisão feita pelo processo da soma das graticulas e avaliação planimétrica das áreas extremas, por integração comparativa. O painel em exposição compreende seis quadros demonstrativos dos cálculos realizados, achando-se os mesmos indicados separadamente para cada município.

SERVIÇO DE GEOGRAFIA DO ESTADO

No gabinete de cartografia deste Serviço foram executados os seguintes trabalhos: 6 croquis para estudos da Comissão Revisora de Divisão Territorial acerca das zonas que solicitaram emancipação; 4 mapas do estado com a distribuição dos silos e armazéns para colagem de cereais; 2 croquis dos municípios de Alegrete e de São Borja; 1 mapa para itinerário da excursão do XI Congresso Brasileiro de Geografia; 1 mapa do município de Osório para demonstração de diversos setores de trabalho da Missão Rural; 45 cópias de plantas de terras diversas; 8 gráficos para relatórios; 2 perfis para relatórios; 5 cortes geológicos do estado; 1 planta do rio Jacuí; 1 planta da parte central da cidade de Porto Alegre.

DIVISÃO TERRITORIAL DO ESTADO — Sessões realizadas 22; estudos de emancipações 27; estudos de anexações 4; estudos de divisões municipais 52; pareceres 30; ofícios recebidos 22; informações 1.

Nas reuniões da Comissão Revisora da Divisão Territorial, realizadas nas salas do Diretório Regional de Geografia foram estudadas as emancipações de Três de Maio, Horizontina, Cérrro Azul das Missões, Não-Me-Toque, Frederico Westphalen, Panambi, Gramado, Criciúma, Espumoso, Tapera, Ibirubá, Nova Petrópolis, Estreito, Sapiranga, Guaramá, Santo Cristo, Sananduva, Marau, Jirau, Porto Lucena, Tenente Portela, Casca, Roca Sales, Rolante, Feliz, Tapejara e Aratiba. Foram também estudadas as divisões referentes aos 52 municípios que não confrontam com os municípios emancipando, restando todavia, os

estudos dos demais municípios, os quais só poderão ser efetuados após a nova lei de divisão territorial, ora em preparação.

DIVISÃO REGIONAL DO RIO GRANDE DO SUL — Na sessão ordinária deste Diretório realizada a 25 de junho do ano próximo passado foi resolvido, encerrando os estudos e as discussões que há vários anos se vêm processando acerca da divisão regional do estado do Rio Grande do Sul, que ficasse adotada a divisão em 8 regiões deliberada através do parecer assinado pelos Srs. Drs. José Batista Pereira, Ernesto Pellanda, Ildefonso da Silva Dias e Germano Petersen Filho, no ano de 1939 e desde então em uso pelos órgãos estatísticos do estado. Foi em consequência baixada por este Diretório a resolução n.º 50, de 25 de junho de 1953.

BOLSA DE ESTUDOS — De acordo com o estabelecido pela resolução n.º 376, de 23 de outubro de 1952, da Assembléa Geral do C.N.G. que faculta a matrícula de um professor candidato pelo estado do Rio Grande do Sul, à frequência do curso de férias para aperfeiçoamento dos professores do ensino secundário foi, por este Diretório distribuída em janeiro de 1954, por indicação da Secretaria de Educação, uma "bolsa de estudos" à professora Regina Beatriz Dutra Vidal, lente catedrática do

Ginásio Estadual General Câmara, da cidade do mesmo nome.

AUXÍLIO AOS DIRETÓRIOS REGIONAIS

— De acordo com a resolução n.º 424, de julho de 1953, foi pelo Conselho Nacional de Geografia concedido a este Diretório, mediante apresentação de um plano de trabalho, o auxílio de vinte e cinco mil cruzeiros (Cr\$ 25 000,00) referente ao exercício de 1953 e aqui chegado em janeiro do corrente ano.

Receita: —	
Depósito	Cr\$ 25 000,00
Juros	Cr\$ 483,20
Saldo em 16-6-54	Cr\$ 25 483,20

VENDA DAS PUBLICAÇÕES DO C.N.G. —

A cargo da Sra. Maria Fagundes de Sousa Doca Pacheco, em consignação, acham-se à venda neste Diretório as publicações do Conselho Nacional de Geografia, desde o mês de abril de 1950.

A contar de 14 de abril daquele ano, até 5 de janeiro de 1954 foram vendidas 592 obras (livros e mapas) que somam a importância de Cr\$ 7 423,70, tendo sido esta quantia remetida para o referido Conselho por intermédio do Banco da Província do Rio Grande, do Sul, em 7 prestações de conta nas seguintes épocas:

1.ª Prestação de conta	Cr\$ 1 028,00,	sob cheque	93/3123,	em	12-8-50
2.ª Prestação de conta	Cr\$ 1 030,00	sob cheque	94/2030,	em	14-4-51
3.ª Prestação de conta	Cr\$ 1 063,00	sob cheque	94/6835,	em	11-12-51
4.ª Prestação de conta	Cr\$ 1 383,00	sob cheque	95/4125,	em	10-7-52
5.ª Prestação de conta	Cr\$ 277,00	sob cheque	96/2415,	em	9-4-53
6.ª Prestação de conta	Cr\$ 1 754,50	sob cheque	96/5608,	em	17-8-53
7.ª Prestação de conta	Cr\$ 888,20	sob cheque	97/0056,	em	5-1-54

Total: Cr\$ 7 423,70

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Íntegra da legislação de interesse geográfico

Atos do Poder Legislativo

LEI N.º 2554, DE 3 DE AGOSTO DE 1955

Autoriza o Poder Executivo a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu, a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8 000 000,00 para auxiliar a construção da futura sede do mesmo Instituto; e dá outras providências.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É o Poder Executivo autorizado a ceder ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o terreno em que foi edificado o Silogeu, à avenida Augusto Severo n.º 4, com a obrigação de permitir o recuo exigido pelos planos urbanísticos municipais.

Art. 2.º — O Governo Federal auxiliará com a importância de Cr\$ 8 000 000,00 (oito milhões de cruzeiros) a construção da futura sede do Instituto no terreno a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º — É autorizado o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Educação e Cultura, o crédito especial de Cr\$ 8 000 000,00 (oito milhões de cruzeiros) para a execução da presente lei.

Art. 4.º — O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de acordo com a conveniência de seus serviços, reservará, no edifício a ser construído, em uso gratuito, exclusivo e perpétuo, salvo as despesas de seguro, conservação e reparação:

a) área para a sede do Instituto dos Advogados Brasileiros, nunca inferior à que atualmente ocupa;

b) áreas para as sedes da Liga da Defesa Nacional, da Federação das Academias de Letras, Academia Carioca de Letras e Associação do Ministério Público do Brasil.

Art. 5.º — As áreas não compreendidas na destinação prevista nesta lei poderão ser alugadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para produção de renda destinada às despesas do custeio de seus serviços, bem como às despesas de seguro, conservação e reparação do imóvel.

Art. 6.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto n.º 2 326, de 20 de junho de 1940.

Rio de Janeiro, em 3 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Candidato Motta Filho
J. M. Whitaker

D. O. de 8-8-55.

LEI N.º 2 594, DE 8 DE SETEMBRO DE 1955

Dispõe sobre o desdobramento dos cursos de Geografia e História nas Faculdades de Filosofia.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — O atual curso de Geografia e História das Faculdades de Filosofia do país é desdobrado em dois cursos independentes, curso de Geografia e curso de História.

Art. 2.º — O currículo mínimo dos cursos de Geografia e de História das Faculdades de Filosofia constará, respectivamente, das disciplinas de Geografia e de História, indicadas no artigo 14 do decreto-lei n.º 1 149, de 4 de abril de 1939, e de conformidade com o estabelecido no decreto-lei n.º 9 092, de 26 de março de 1946.

Art. 3.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

JOÃO CAFÉ FILHO
Candidato Motta Filho

D.O. de 14-9-55.

LEI N.º 2 599, DE 13 DE SETEMBRO DE 1955

Dispõe sobre o plano geral de aproveitamento econômico do vale do São Francisco.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º — É aprovado nos termos desta lei, o plano geral para o aproveitamento econômico do vale do São Francisco, elaborado na forma da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, em obediência ao que dispõe o art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Parágrafo único — Esse plano organizado pela Comissão do Vale do São Francisco e pormenorizadamente exposto na memória descritiva e justificativa intitulada "Plano Geral para o Aproveitamento Econômico do Vale do São Francisco" compreende:

a) os estudos gerais sobre a bacia hidrográfica, inclusive levantamentos, observações, pesquisas e inquéritos destinados à organização dos programas detalhados dos serviços e necessários ao desenvolvimento econômico e social do vale do São Francisco;

b) a regularização do regime fluvial, pela construção de reservatórios de acumulação nas bacias do rio principal e de seus afluentes;

c) o melhoramento das condições de navegabilidade do rio São Francisco, de sua barra e de seus afluentes, e a ampliação da rede fluvial pela incorporação ao sistema de novos cursos d'água;

d) a ampliação, modernização e padronização do sistema fluvial de transporte, com a organização de uma sociedade de economia mista para exploração do tráfego fluvial;

e) a construção de centrais elétricas e respectivas linhas de transmissão;

f) a execução de serviços de irrigação, por meio de barragens e outros sistemas destinados à colonização de grandes áreas da bacia bem como à construção de sistemas de pequena irrigação, na base de cooperação;

g) a construção de rodovias de acesso e ligação destinadas a conjugar o sistema regional de transportes com o plano rodoviário nacional e os planos estaduais respectivos;

h) as instalações dos aeroportos e campos de pouso que formam a rota do São Francisco;

i) a urbanização das cidades e a construção de sistemas de abastecimento d'água e remoção de detritos das mesmas;

j) o saneamento e a drenagem indispensáveis à recuperação das terras úteis à agricultura ao rio São Francisco e seus afluentes, as quais poderão ser, quando conveniente, previamente desapropriadas;

k) a realização de serviços de educação e ensino profissional, inclusive a instalação de fazendas-escolas, a organização de missões rurais ambulantes e o estabelecimento de cursos de treinamento manual;

l) a execução de serviços de saúde e assistência, incluindo o equipamento e custeio da rede hospitalar, a organização de unidades móveis assistenciais e os trabalhos de profilaxia da malária;

m) a realização dos serviços destinados ao fomento da produção agropecuária, incluindo a mecanização da lavoura, a construção de armazéns e silos, a perfuração de poços, a manutenção de uma carteira de revenda, o estabelecimento de matadouros, a construção de laboratórios, fábricas e usinas, além dos serviços de defesa sanitária animal e defesa sanitária vegetal;

n) a realização de serviços destinados ao fomento da produção industrial;

o) o florestamento, reflorestamento e proteção das nascentes dos rios da bacia.

Art. 2.º — O plano geral terá a duração de 20 (vinte) anos, a partir de 1951, e será dividido para sua melhor execução em quatro períodos ou quinquênios.

§ 1.º — No início das sessões legislativas dos anos de 1955, 1960 e 1965, o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, para a necessária aprovação, o programa relativo ao quinquênio seguinte.

§ 2.º — Cada programa, que for submetido à aprovação do Congresso Nacional, deverá ser acompanhado de dois relatórios sintéticos: o primeiro resumindo os progressos feitos na utilização dos recursos naturais e no esforço de recuperação do homem, dando, principalmente, os resultados obtidos no aumento da produção, agropastoril, das atividades industriais, da exploração mineral da eficiência dos meios de transporte e da melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas; e o segundo tratando dos objetivos, que se pretende atingir com o plano quinquenal seguinte.

Art. 3.º — As despesas com a execução do plano geral do vale do São Francisco, na parte que constitui responsabilidade direta da União, serão classificadas no anexo próprio da Comissão do Vale do São Francisco no orçamento geral da República e atendidas à conta dos recursos estabelecidos no art. 29

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 4.º — O orçamento geral da União consignará, anualmente, as dotações à Comissão do Vale do São Francisco, para execução do plano e custeio dos serviços previstos, não podendo, em nenhum caso a importância total das mesmas ser inferior a 1% sobre o montante das rendas tributárias previstas na proposta para o exercício a que se referir o orçamento.

Parágrafo único — Verificado que as dotações consignadas à Comissão do Vale do São Francisco, para execução do plano de recuperação, foram, num exercício, inferiores a 1% (um por cento) das rendas tributárias não efetivamente arrecadadas, será a diferença suprida por crédito especial, cuja aplicação se restringirá às obras do plano.

Art. 5.º — É o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até a importância de Cr\$ 177 200 000,00 (cento e setenta e sete milhões e duzentos mil cruzeiros), para ocorrer às despesas previstas, no quadro anexo a esta lei, a fim de ser dada aplicação aos saldos verificados nos exercícios de 1951, 1952, 1953 e 1954.

Art. 6.º — É o Poder Executivo autorizado:

a) a negociar empréstimos internos ou externos, cujo prazo não ultrapasse o fixado para o plano no art. 2.º desta lei e que não impliquem compromissos anuais superiores a 0,4% (quatro décimos por cento) das respectivas rendas tributárias, a fim de financiar a execução das obras de regularização do regime fluvial, e de grande irrigação, indicadas no plano, principalmente da barragem das Três Marias (Borrachudo).

b) a celebrar contratos, na forma da legislação vigente, para aquisição nos mercados externos, dos materiais e equipamentos necessários à execução do plano geral do vale do São Francisco.

Art. 7.º — Compete à Comissão do Vale do São Francisco promover entendimentos e firmar acordos e convênios com os governos estaduais e municipais autarquias, sociedades de economia mista, entidades paraestatais, existentes ou que venham a ser criadas em virtude de lei, e entidades privadas, no sentido de coordenar as atividades relacionadas com os programas de trabalho deste plano, tendo em vista o disposto no art. 14 da lei n.º 541 de 15 de dezembro de 1948.

Art. 8.º — Mediante convênios a Comissão do Vale do São Francisco cooperará com os municípios da bacia na instalação ou melhoramento de um serviço de abastecimento d'água potável, empregando, em cada caso, por conta das dotações do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, quantia não superior a Cr\$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros), competindo-lhe estudar, projetar e executar as respectivas obras.

§ 1.º — Caberá à Prefeitura interessada o custeio do que exceder daquela importância, devendo antes do início das obras, ter assegurado à Comissão do Vale do São Francisco o financiamento da parte que lhe compete, podendo, se necessário, recorrer, para tanto, a operação de crédito, caso em que lhe será facultado dar em garantia a renda do próprio serviço.

§ 2.º — Nos casos de comprovada impossibilidade, por parte das Prefeituras de custear a parcela dos serviços que lhes compete ou de conseguirem a necessária operação de crédito, como previsto no parágrafo anterior, poderá a Comissão do Vale do São Francisco financiar a execução da referida parcela de serviço, mediante garantia oferecida pelas Prefeituras interessadas, com base na quota-parte do imposto de renda devida aos municípios.

§ 3.º — Os prazos dos financiamentos concedidos pela Comissão do Vale do São Francisco não poderão ultrapassar o prazo indicado no art. 2.º desta lei para a execução do Plano Geral, e os juros serão de 6% (seis por cento) ao ano.

§ 4.º — Para atender aos financiamentos a serem feitos pela Comissão do Vale do São Francisco serão previstas, nos programas relativos ao 2.º e 3.º quinquênios do Plano Geral, as necessárias dotações, às quais irão sendo incorporadas as amortizações e juros daqueles mesmos empréstimos concedidos, formando um fundo único rotativo destinado a financiamentos da espécie em questão.

§ 5.º — No programa referente ao 4.º quinquênio do Plano Geral será prevista a liquidação desse fundo, ficando indicada a aplicação que deverá ser dada ao seu montante.

§ 6.º — Na distribuição dos benefícios previstos nesse artigo e, quando cabível, também dos financiamentos mencionados no seu § 2.º, serão observados, com referência aos Estados, os critérios de proporcionalidade quanto ao número de municípios de cada Estado compreendidos no vale e ainda nos servidos por sistema público de abastecimento d'água, e da simultaneidade, quanto à execução das obras.

Art. 9.º — A autonomia, financeira e administrativa, concedida à Comissão do Vale do São Francisco, conforme dispõe o art. 1.º da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, facultada ao referido órgão, além de outras prerrogativas:

a) aplicar recursos independentemente de registro prévio no Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no art. 17 da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948;

b) requisitar funcionários especializados de outras repartições e serviços, de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, podendo conceder-lhes gratificações até o máximo correspondente ao símbolo Fg-1.

Parágrafo único — Os saldos das dotações não aplicadas no exercício financeiro ou dentro dos prazos normais de vigência dos créditos, serão integralmente aplicados em épocas posteriores, escriturados em "restos a pagar".

Art. 10 — A Comissão do Vale do São Francisco manterá no Banco do Brasil S. A. uma conta especial de Entidades Públicas, onde depositará, anualmente, o montante das dotações que lhe forem concedidas para a execução do plano de obras e mais serviços a seu cargo, sacando à medida das necessidades, tendo em vista o disposto no art. 16 da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948.

§ 1.º — Aprovada a lei de meios para cada exercício, a Comissão do Vale do São Francisco providenciará diretamente, junto ao Ministério da Fazenda, no sentido de que seja aberto no Banco do Brasil S. A., o crédito bancário respectivo no total das dotações que forem concedidas cuja conta será movimentada pelo diretor superintendente da Comissão, à medida das necessidades, independentemente de duodécimos.

§ 2.º — Até 31 de janeiro de cada ano, a Comissão do Vale do São Francisco deverá remeter ao Tribunal de Contas a prestação anual dos suprimentos que lhe foram concedidos no exercício anterior, a fim de permitir o cumprimento do disposto no art. 15 da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948.

Art. 11 — Os destaques das verbas de que trata o § 2.º do art. 7.º da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, serão solicitados, nos limites das dotações anuais, diretamente ao Presidente da República, pelo diretor superintendente da Comissão e independentemente de qualquer formalidade junto aos mais órgãos administrativos do serviço público.

Art. 12 — É o Poder Executivo autorizado a organizar, por intermédio da Comissão do Vale do São Francisco uma sociedade de economia mista para exploração do tráfego fluvial do São Francisco, sob a denominação de Companhia de Navegação do São Francisco S. A., subscrivendo até o limite de Cr\$ 92 500 000,00 (noventa e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) do respectivo capital, sendo Cr\$ 70 000 000,00 (setenta milhões de cruzeiros) em dinheiro pagáveis em três anos, e os restantes Cr\$ 22 500 000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil cruzeiros) representados pelas instalações do estaleiro fluvial da Ilha do Fogo, pelos armazéns construídos e portos fluviais, os quais serão incorporados ao patrimônio da sociedade.

§ 1.º — Os governos dos Estados de Minas Gerais e Bahia, proprietários, respectivamente, da Navegação Mineira do São Francisco e da Viação Balana do São Francisco poderão fazer parte da sociedade, com a incorporação à mesma dos acervos de suas empresas, recebendo cada qual em ações, o preço da respectiva avaliação.

§ 2.º — Serão incorporados à Sociedade mediante desapropriação, na forma da lei, os acervos da Companhia Industrial e Viação de Pirapora S. A. e da Empresa Fluvial Ltda., nas partes relativas à navegação, devendo as respectivas indenizações serem pagas com parte do capital, em dinheiro subscrito pelo Governo Federal.

§ 3.º — O capital do Governo Federal na constituição da referida sociedade não poderá ser inferior em qualquer hipótese, a 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações.

§ 4.º — Serão atribuídas à referida sociedade de economia mista, a partir do exercício de sua constituição, as subvenções concedidas às empresas de navegação a serem incorporadas, nos termos do decreto-lei n.º 3100, de 7 de março de 1941.

§ 5.º — A Companhia de Navegação do São Francisco S. A. adotará um plano de contabilidade industrial, que possibilite a apuração do custo unitário de cada um dos seus serviços.

§ 6.º — A Companhia de Navegação do São Francisco S. A. enviará, até o dia 30 de abril de cada ano, às Comissões de Tomada de Contas da Câmara dos Deputados e do Senado, cópias do balanço, da demonstração de lucros e perdas do relatório e dos anexos, que esclareçam todos os dados do balanço.

§ 7.º — Os empregados da nova sociedade ficarão sujeitos à legislação trabalhista.

§ 8.º — As indenizações que forem devidas em consequência de dispensa de pessoal admitido após a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação, ou autorização legislativa para efeito de incorporação das empresas de navegação, correrão por conta das entidades respectivas, desde quando não autorizadas pelo Governo Federal.

§ 9.º — As melhorias de salário ou de vantagens, concedidas ao pessoal a partir da referida declaração de utilidade pública, ou autorização legislativa, poderão ser revistas e reajustadas, sem direito a indenização, no caso de redução.

§ 10 — As providências indicadas nos §§ 8.º e 9.º deste artigo só terão eficácia dentro em 60 (sessenta) dias, a contar do funcionamento da nova empresa.

Art. 13 — É mantido o direito de livre navegação do rio São Francisco e seus afluentes, devendo contudo, a Comissão do Vale do São Francisco providenciar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a expedição das necessárias instruções no sentido de que as demais empresas de navegação que ali operam procedam no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da data da expedição das referidas instruções à

reforma de suas respectivas frotas fluviais de acordo com as especificações a serem aprovadas pelo Presidente da República.

Art. 14 — A Comissão do Vale do São Francisco em colaboração com a Diretoria de Marinha Mercante do Ministério da Marinha e com a Comissão de Marinha Mercante do Ministério da Viação e Obras Públicas, organizará, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, um regulamento especial para exploração e manutenção do tráfego fluvial do São Francisco, tendo em vista as particularidades do meio onde o mesmo vai ser aplicado, o qual terá aprovação por decreto do Poder Executivo.

Parágrafo único... (Vetado)...

Art. 15 — Qualquer concessão para aproveitamento de quedas d'água no rio São Francisco e seus afluentes dependerá de prévia audiência da Comissão do Vale do São Francisco.

§ 1.º — A Comissão do Vale do São Francisco celebrará convênios com a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para que esta execute os estudos, projetos, serviços e obras de linhas de transmissão e estações transformadoras, destinadas ao fornecimento de energia elétrica aos municípios da bacia do São Francisco, incluídos em sua zona de influência, mediante dotações do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que serão distribuídas, anualmente, pela primeira à segunda.

§ 2.º — Os convênios estipularão a obrigatoriedade, por parte da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, da reserva, a partir do funcionamento do terceiro gerador da Central de Paulo Afonso, de uma quota progressiva da potência instalada para os fornecimentos previstos neste artigo, assumindo a Comissão do Vale do São Francisco a responsabilidade dos ônus decorrentes da reserva e fornecimento de energia.

§ 3.º — O orçamento da República consignará durante 5 (cinco) exercícios, a partir de 1954 as dotações do art. 198 da Constituição, à razão de Cr\$ 40 000 000,00 quarenta milhões de cruzeiros) anuais, que serão distribuídos à Companhia Hidrelétrica do São Francisco, para construir linhas de transmissão e estações transformadoras em municípios situados no Polígono das Secas dentro de sua zona de influência, a começar pelos sistemas do Cariri, Senhor do Bonfim, Mogoró, Pajeú e Palmeiras dos Índios.

Art. 16 — O Poder Executivo por intermédio da Comissão do Vale do São Francisco, poderia explorar as fontes de energia de que trata o artigo anterior, bem como pesquisar, lavrar e industrializar os depósitos minerais existentes na região do São Francisco, excetuados os de petróleo diretamente ou por meio de sociedades de economia mista que organizar.

§ 1.º — Para exploração das centrais, usinas e sistemas elétricos em construção ou que forem construídas pela Comissão do Vale do São Francisco, nas regiões do alto e médio São Francisco, é o Governo Federal autorizado a organizar, por intermédio da referida Comissão, duas sociedades de economia mista sob a denominação, respectivamente, de Companhia de Eletricidade do Alto São Francisco e Centrais Elétricas do Médio São Francisco S. A.

§ 2.º — Essas sociedades, além de operarem as centrais, usinas e sistemas construídos pela Comissão do Vale do São Francisco, poderão ampliá-los bem como construir novas centrais, usinas e redes de transmissão, quer fazendo-o com recursos, quer lançando mão de recursos provenientes do Fundo Nacional ou de Eletrificação ou de empréstimos mediante contratos de financiamento, inclusive garantidos pela Comissão do Vale do São Francisco, em conformidade com o disposto na alínea a, do art. 6.º desta lei.

§ 3.º — O Governo Federal, na constituição dessas sociedades, subscreverá no mínimo 51% (cinquenta e um por cento) do total das ações, sendo seu capital em parte representado pelas obras de eletricidade construídas com verbas federais.

§ 4.º — Os governos estaduais e municipais, interessados, poderão, também, oferecer, como capital ou parte de capital, as obras conexas existentes, mediante avaliação por parte da Comissão do Vale do São Francisco.

§ 5.º — Aplicam-se a essas empresas o disposto nos §§ 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º e 10 do art. 12 desta lei.

Art. 17 — A Comissão do Vale do São Francisco poderá:

a) organizar e manter uma Carteira de Revenda, para fornecimento de materiais e equipamentos a agricultores e criadores da região, nos termos do decreto n.º 23 255, de 27 de junho de 1947;

b) entrar em entendimento com o Banco do Brasil S. A. e com o Ministério da Agricultura para estabelecimento, em cooperação, de um serviço de crédito rural;

c) entrar em acordo com os proprietários e agricultores da região, para manter campos de irrigação na base de cooperação, baixando, para tanto, as necessárias instruções;

d) criar e administrar um Fundo destinado à Mecanização da Lavoura.

Parágrafo único — Os regulamentos para execução do disposto nos letras a, b e d deste artigo serão aprovados por decretos do Poder Executivo.

Art. 18 — Para o quinquênio 1951-1955, é aprovado o programa descrito no quadro anexo a esta lei.

Art. 19 — O pessoal, em comissão, do quadro da Comissão do Vale do São Francisco será de nomeação, e exoneração do Presidente da República, mediante proposta da Comissão.

Parágrafo único — O quadro do pessoal de que trata este artigo será aprovado pelo Congresso Nacional, de conformidade com o que dispõe o art. 2.º da lei n.º 972, de 16 de dezembro de 1949.

Art. 20 — As tabelas de extranumerários serão aprovadas pelo Presidente da República, mediante proposta da Comissão do Vale do São Francisco, sendo atribuição do diretor-superintendente desse órgão a admissão e dispensa desses servidores.

§ 1.º — As tabelas de pessoal para obras serão aprovadas pelo diretor-superintendente da Comissão do Vale do São Francisco, nos limites das respectivas dotações, e tendo em vista o disposto no art. 10 da lei n.º 541, de 13 de dezembro de 1948.

§ 2.º — Será facultado ao diretor-superintendente da Comissão do Vale do São Francisco admitir pela Verba 3 (Dispositivos Constitucionais) a título precário e enquanto for julgado necessário, pessoal técnico especializado, com remuneração máxima correspondente ao padrão "O" ou referência 31, para trabalhar nas obras e serviços em execução no vale.

Art. 21 — O pessoal do Quadro da Comissão do Vale do São Francisco, excetuados os ocupantes dos cargos de diretor e diretor-superintendente, não poderá ser exonerado, sem justa causa, após 5 (cinco) anos de serviço ininterrupto na Comissão do Vale do São Francisco.

Art. 22 — São isentos de direitos de importação e mais taxas aduaneiras, os equipamentos, máquinas e viaturas que a Comissão do Vale do São Francisco adquirir para os serviços a seu cargo.

Art. 23 — A Comissão do Vale do São Francisco, dentro em 90 (noventa) dias a partir da data da publicação da presente lei, apresentará ao Presidente da República, para ser aprovado por decreto administrativo, o

seu novo regimento, tendo em vista entre outros motivos, as alterações e inovações feitas na presente lei.

Parágrafo único — O novo regimento, referido neste artigo manterá a forma de organização administrativa própria de órgão executivo de chefia singular, mantida, entretanto, a forma colegial da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, no que diz respeito às deliberações para a adoção de programas.

Art. 24 — Continuam em vigor todas as disposições constantes da lei n.º 541, de 15 de dezembro de 1948, que não foram alteradas por esta lei.

Art. 25 — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1955;
134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho
Prado Kelly
Edmundo Jordão Amorim do
Valle
J. M. Whitaker
Octavio Marcondes Ferraz
Munhoz da Rocha
Eduardo Gomes
Aramis Athayde

D.O. de 22-9-55.

LEI N.º 2 623, DE 21 DE OUTUBRO DE 1955

Restabelece o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", e revoga o decreto-lei n.º 8 286, de 5 de dezembro de 1945.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional manteve e eu promulgo, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, a seguinte lei:

Art. 1.º — É restabelecido o sistema ortográfico do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", organizado em 1943 pela Academia Brasileira de Letras.

Art. 2.º — O sistema, referido no artigo anterior, vigorará até que seja dado cumprimento ao art. II da Convenção Ortográfica, assinada em Lisboa, pelo Brasil e Portugal, em 29 de dezembro de 1943.

Art. 3.º — É revogado o decreto-lei n.º 8 286, de 5 de dezembro de 1945.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor da data de sua publicação.

Rio de Janeiro, em 21 de outubro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho

D.O. de 22-10-55.

Atos do Poder Executivo

DECRETO N.º 37 692, DE 4 DE AGOSTO DE 1955

Concede autorização para funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia da Paraíba.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição e nos termos do art. 23 do decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único — É concedida autorização para o funcionamento do curso de Didática da Faculdade de Filosofia da Paraíba, mantida pelo Governo do Estado e com sede em João Pessoa, capital do Estado da Paraíba.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho
Cândido Motta Filho

D.O. de 29-8-55.

DECRETO N.º 37 816, DE 29 DE AGOSTO DE 1955

Concede autorização para o funcionamento do curso de História Natural, da Faculdade de Filosofia do Recife.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, item I, da Constituição, e nos termos do art. 23 do decreto-lei n.º 421, de 11 de maio de 1938, decreta:

Artigo único — É concedida autorização para o funcionamento do curso de História Natural, da Faculdade de Filosofia do Recife, incorporada à Universidade do Recife, mantida pela Congregação de Santa Dorotéia e com sede em Recife, capital do estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho
Cândido Motta Filho

D.O. de 14-9-55.

DECRETO N.º 37 884, DE 13 DE SETEMBRO DE 1955

Regula a exportação de plantas ornamentais.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I da Constituição:

Considerando o que estabelece o artigo 30 do Código Florestal, baixado pelo decreto n.º 23 739, de 23 de janeiro de 1934;

Considerando que ao Poder Público cabe a iniciativa da preservação do patrimônio florístico brasileiro;

Considerando, enfim, a ameaça de extinção que pesa sobre várias espécies raras e únicas de nossa flora epífita, decreta:

Art. 1.º — A exportação de plantas ornamentais, notadamente as da flora epífita, além de outras exigências legais, só será permitida mediante prévia autorização das autoridades florestais federais, que, em cada caso, fornecerão o necessário certificado liberatório.

Art. 2.º — O certificado liberatório a que se refere o artigo anterior será precedido do arrolamento e exame dos espécimes a colher, da idoneidade de sua procedência, bem como das conveniências científica e econômica de sua exportação.

Art. 3.º — A fiscalização ficará exclusivamente a cargo do Serviço Florestal Federal, através de seus representantes estaduais, municipais e territoriais.

Art. 4.º — Caberá ao Ministro da Agricultura, dentro do prazo de 30 dias, baixar o necessário Regulamento.

Art. 5.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1955; 134.º da Independência e 67.º da República.

João Café Filho
Munhoz da Rocha

D.O. de 23-8-55.

Resoluções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

CONSELHO NACIONAL DE GEOGRAFIA

Diretório Central

Íntegra das resoluções ns. 461 a 470

Resolução n.º 461, de 16 de fevereiro de 1954

Dispõe sobre a realização da prova prática do concurso de Geometrista do Quadro Permanente do Conselho e dá outras providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e Considerando que as instruções gerais baixadas em Portaria de 25 de novembro de 1952, do Secretário-Geral do Conselho regulando o concurso destinado a prover as vagas existentes na carreira de Geometrista do Quadro Permanente da Secretaria-Geral, não fixou o local da realização da prova prática, prevista nas mesmas;

Considerando as ponderáveis razões de ordem técnica e administrativa contidas na sugestão da Comissão Examinadora do concurso, no sentido de que essa prova seja realizada em Belo Horizonte;

Considerando, todavia, que a efetivação de tal medida determinará, conseqüentemente, o deslocamento dos candidatos que se inscreveram em outras cidades;

Considerando que tal deslocamento acarretará, para esses candidatos, despesas não previstas, na oportunidade da sua inscrição no concurso em causa;

Considerando, finalmente, a necessidade de garantir-se a todos os candidatos, as mesmas

condições e facilidades para a realização do concurso,

RESOLVE:

Art. 1.º — A prova prática (Prova C) do concurso de Geometrista, de que tratam as instruções baixadas em Portaria de 25 de novembro de 1952, do Secretário-Geral do Conselho, será realizada na cidade de Belo Horizonte, em data a ser fixada pela Comissão Examinadora;

Art. 2.º — As despesas com o transporte e hospedagem dos candidatos que tiverem de se deslocar para aquela cidade, a fim de prestarem a prova referida no artigo anterior da presente resolução, correrão por conta do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 16, de fevereiro de 1954, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *Paulo Augusto Alves*, Secretário-Assistente, substituto. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

Resolução n.º 462, de 16 de fevereiro de 1954

Concede verba para atender às despesas iniciais do XVIII Congresso Internacional de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e Considerando o disposto no art. 3.º do decreto n.º 1.537, de 24 de março de 1937;

Considerando que a resolução n.º 389, de 29 de outubro de 1952, da Assembléia Geral criou a Comissão Nacional da União Geográfica Internacional, cuja instalação somente se verificou a 21 de novembro de 1953;

Considerando que, em conseqüência, ainda não foi possível ao Presidente do I.B.G.E. obter do Governo Federal verba própria para cobrir as despesas com a referida Comissão;

Considerando, ainda, o que dispõe o art. 2.º da supra mencionada resolução n.º 389;

Considerando a solicitação contida no Processo CNG/5.771, firmado pelo Presidente da Comissão Organizadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, desembargador Florêncio de Abreu;

Considerando, finalmente, as possibilidades orçamentárias do orçamento do Conselho para o ano de 1954,

RESOLVE:

Artigo Único — Fica o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia autorizado a entregar ao Presidente da Comissão Organi-

zadora do XVIII Congresso Internacional de Geografia, a reunir-se no Brasil no ano de 1956, o quantitativo de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros) a fim de atender às despesas iniciais com o referido Congresso.

Parágrafo único — O referido quantitativo será pago em duas prestações, correndo as despesas à conta dos recursos financeiros do Conselho de aplicação prevista pela resolução n.º 376, de 29 de dezembro de 1950, do Diretório Central.

Rio de Janeiro, 16, de fevereiro de 1954, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *Paulo Augusto Alves*, Secretário-Assistente, substituto. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

Resolução n.º 463, de 16 de março de 1954

Autoriza aplicação de verba na construção de um abrigo de carros para o I.A.G.S.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e Considerando que o Inter American Geodetic Survey vem prestando valiosa cooperação ao Conselho Nacional de Geografia na execução de seus trabalhos geodésicos, topográficos e cartográficos, através do fornecimento de viaturas e material técnico especializado;

Considerando que a guarda, reparo e conservação desse material tem sido feita em instalações provisórias, montadas no terreno pertencente ao C.N.G., sito na avenida Francisco Bicalho, onde já se encontram a garagem e as oficinas mecânicas da Secretaria-Geral do Conselho;

Considerando que, por acordo firmado com o Conselho Nacional de Estatística será, nesse local, instalada igualmente a garagem que se destina ao abrigo das viaturas do referido órgão;

Considerando que, em consequência, os carros do Inter American Geodetic Survey, bem como as respectivas oficinas de reparo, instaladas na avenida Francisco Bicalho, deverão mudar para outro local, a fim de permitir, aí, a unificação das garagens e oficinas mecânicas dos Conselhos de Geografia e de Estatística;

Considerando, todavia a compensação devida ao Inter American Geodetic Survey, com a mudança prevista, e a conveniência de lhe ser proporcionado local próprio e instalações apropriadas para a guarda, reparo e conservação de suas viaturas e material técnico, postos, todos, a serviço dos trabalhos especializados do Conselho Nacional de Geografia;

Considerando, ainda, os entendimentos trocados, com essa finalidade, entre as duas alas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, visando a proporcionar instalações adequadas ao I.A.G.S. nos terrenos do Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que, consoante os estudos feitos, a adaptação do local já destinado à guarda das viaturas e material do Inter American Geodetic Survey deverá importar na quantia de Cr\$ 320 000,00 (trezentos e vinte mil cruzeiros) a ser quotizada, em partes iguais, pelos dois Conselhos interessados;

Considerando, finalmente, a urgência devida para a realização das projetadas obras de adaptação,

RESOLVE:

Artigo único — Fica o Secretário-Geral do Conselho autorizado a aplicar até a quantia de Cr\$ 160 000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros) na construção e instalação do abrigo de carros destinado ao Inter American Geodetic Survey, a ser construído em colaboração com o Conselho Nacional de Estatística, nos terrenos do Serviço Gráfico do I.B.G.E.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1954, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

Resolução n.º 464, de 16 de março de 1954

Atribui gratificação aos membros do Diretório Central pela participação em suas Comissões Regimentais.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que na conformidade do Regulamento vigente do Conselho, o Diretório Central realiza duas reuniões ordinárias mensais, às quais, normalmente, comparecem os membros deste órgão deliberativo para debater e decidir sobre matérias submetidas ao plenário;

Considerando que, além dessas obrigações, os membros do Diretório Central, integrantes das Comissões Regimentais de que trata o art. 11 do Regulamento Interno, têm outros encargos, decorrentes do exame prévio das proposições encaminhadas ao Diretório Central e da elaboração dos respectivos pareceres;

Considerando que, em consequência, esses membros do Diretório Central estão obrigados

a comparecer ao Conselho maior número de vezes para as reuniões das Comissões a que pertencem, o que lhes acarreta ônus de várias naturezas, por força dos frequentes afastamentos de suas repartições;

Considerando que, atendendo a essas mesmas e ponderáveis razões, os membros das Comissões Consultivas de Difusão Cultural, Cartografia e Geografia, constituídas, respectivamente, pelas resoluções 454, 455 e 457, do DC, percebem uma gratificação de presença;

Considerando, finalmente, ser de justiça indenizar os membros do Diretório Central, componentes das Comissões Regimentais de Legislação, Orçamento e Redação pelos seus maiores encargos, responsabilidades e despesas, resultantes das suas obrigações complementares, já referidas,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica estipulada em Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros) a gratificação de presença a ser paga, a cada um dos membros das Comissões Regimentais do Diretório Central, por sessão a que comparecer.

Art. 2.º — A despesa decorrente da presente resolução correrá por conta da verba 1-III-15B, do orçamento do Conselho.

Resolução n.º 465, de 6 de abril de 1954

Dispõe sobre uma exposição pública permanente das publicações do I.B.G.E., e dá outras providências.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que os resultados do conhecimento sistematizado do território pátrio, do ponto de vista geográfico, se corporificam, difundem e ampliam através das publicações especializadas e de natureza informativa, editadas pelo Conselho Nacional de Geografia;

Considerando que os livros, mapas e demais publicações do I.B.G.E. constituem elementos indispensáveis a todos os que desejam conhecer a terra e o homem brasileiros, no seu complexo de relações de causa e efeito;

Considerando que ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por força do art. 17 e seu parágrafo único, do decreto n.º 24 609, de 6-7-1934, cabe promover a divulgação de indicadores e prontuários nacionais, bem como dos trabalhos geográficos, memórias, álbuns e outros, que devam, completar suas finalidades informativas;

Considerando que, de conformidade com o § 2.º do art. 20 do mesmo decreto n.º 24 609, o Instituto deve colaborar, na forma que seus recursos permitirem, na obra de educação popular, distribuindo profusamente, de preferência às instituições docentes, as publicações adequadas a esse objetivo;

Considerando que a multiplicação e a dispersão dos órgãos incumbidos de tal distribuição não só perturbam a perfeita realização desse objetivo, mas também dificultam a exposição, para melhor conhecimento do grande público interessado, das publicações do Instituto;

Considerando que só uma exposição permanente e facilmente acessível permitirá ao Instituto, no âmbito de sua alta missão cultural e científica, ampliar, em todas as camadas do povo brasileiro, a ressonância de suas realizações,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia autorizada a instalar e manter em regime de cooperação com a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Estatística, uma exposição pública permanente de publicações editadas pelos órgãos integrantes do sistema geográfico-estatístico brasileiro.

Art. 2.º — A exposição, de que trata o artigo anterior, terá por finalidade, não só a exibição permanente dos trabalhos do I.B.G.E. e das entidades integrantes ou filiadas ao sistema geográfico-estatístico brasileiro, como também a distribuição das publicações do Instituto, na forma que for determinada pelo seu Presidente.

Art. 3.º — Esta resolução produzirá seus efeitos a partir de janeiro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1954, ano XVIII do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *Deoclécio De Paranhos Antunes*, Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

Art. 3.º — A exposição deverá funcionar em local facilmente acessível ao público e terá as instalações que forem mais adequadas aos seus objetivos.

Parágrafo único — As instalações de que trata este artigo obedecerão ao projeto que for aprovado pelo Presidente do Instituto.

Art. 4.º — Fica a Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia autorizada a despendar até o total de duzentos mil cruzeiros (Cr\$ 200 000,00) na instalação da exposição, para o que concorrerá, igualmente, o Conselho Nacional de Estatística.

Parágrafo único — A quota das despesas de instalação da exposição que couber à Secretaria-Geral do C.N.G. será paga por conta de recursos disponíveis nas dotações de seu orçamento.

Art. 5.º — Para as despesas de manutenção da exposição, ambos os Conselhos do Instituto consignarão, oportunamente, em seus orçamentos, dotações financeiras próprias, as quais serão movimentadas em conta especial.

Art. 6.º — O pessoal necessário aos trabalhos de instalação, bem como aos serviços da exposição quando houver de entrar em funcionamento, será indicado ao Presidente do Instituto, pelos Secretários-Gerais dos dois Conselhos, e escolhidos entre os servidores que, por suas funções específicas ou pelo seu perfil pessoal, mais se afigurem capazes para as diversas incumbências a serem desempenhadas.

Art. 7.º — O Presidente do Instituto baixará instruções em que sejam fixadas as normas necessárias ao funcionamento da exposição, de maneira a ficarem atendidas as conveniências administrativas das Secretarias-Gerais dos dois Conselhos, dentro das peculiaridades dos respectivos regimentos internos.

Art. 8.º — A presente resolução será submetida à Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística para fins de exame e posterior ratificação.

Art. 9.º — A presente resolução, após a sua ratificação pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, só entrará em vigor quando o Presidente do I.B.G.E. considerar oportuna a instalação da exposição permanente das publicações do Instituto.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1954, ano XVIII, do Instituto. — Conferido e numerado: *José Veríssimo da Costa Pereira*, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: *José Veríssimo da Costa Pereira*, no impedimento do Secretário-Geral. — Publique-se: *Florêncio de Abreu*, Presidente.

Resolução n.º 466, de 6 de abril de 1954

Dá regimento à Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiaidas.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e Considerando que o Conselho Nacional de Geografia tem por finalidade precípua a coordenação e o impulsionamento das atividades geográficas no país, consoante o disposto no decreto 1527, de 24 de março de 1937, que o instituiu;

Considerando as reiteradas manifestações da Assembléa Geral do Conselho em favor da criação de serviços geográficos nos Estados e Territórios, bem como da reorganização e fortalecimento dos Diretórios Regionais de Geografia;

Considerando os encargos da Secretaria-Geral do C.N.G. resultantes das resoluções 395 e 424, da Assembléa Geral, que dispõem, respectivamente, sobre a restauração dos Diretórios Regionais e a concessão de auxílio anual a esses órgãos deliberativos do Conselho e sua aplicação;

Considerando que para prover à execução das tarefas cometidas à Secretaria-Geral, por força de seus compromissos com o sistema coordenado pelo C.N.G., foi já criada a Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiaidas, de conformidade com a resolução 443, de 28 de maio de 1953, do Diretório Central;

Considerando, finalmente, os altos objetivos e as responsabilidades dessa unidade de serviço da Secretaria-Geral do Conselho, bem como a necessidade de se lhe fixar, regimentalmente, a competência e as atribuições específicas, dentro da estrutura orgânica e funcional da repartição, fixada pelas resoluções n.ºs 443 e 446, do Diretório Central,

RESOLVE:

Art. 1.º — A Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiaidas tem por incumbência executar os trabalhos que cabem à Secretaria-Geral do Conselho, em virtude da sua função coordenadora das atividades dos Diretórios de Geografia e das instituições culturais e técnicas, filiaidas ao C.N.G.

Art. 2.º — A Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiaidas compete:

I — Organizar e manter atualizado, o cadastro dos membros componentes dos Diretórios Regionais, dos seus consultores-técnicos, bem como o das diretorias das instituições filiaidas ao Conselho;

II — Organizar o arquivo de resoluções dos Diretórios Regionais, diligenciando no sentido da sua permanente atualização;

III — Organizar e conservar atualizado o arquivo das legislações federal e estadual, relativas aos Diretórios Regionais e às entidades filiaidas;

IV — Providenciar a remessa das publicações editadas pela Secretaria-Geral, inclusive as resoluções do Diretório Central e da Assembléa Geral, aos Diretórios Regionais e às instituições filiaidas;

V — Preparar o expediente da Secretaria-Geral dirigido aos Diretórios Regionais e às instituições filiaidas, mantendo em dia o controle da correspondência trocada;

VI — Examinar os planos de trabalho apresentados pelos Diretórios Regionais, oferecendo a respeito as sugestões que couberem quanto à sua importância e objetividade;

VII — Realizar as visitas aos D.R.G. que forem determinadas pelo Secretário-Geral, a fim de verificar seu funcionamento e o curso dos seus planos de trabalho;

VIII — Examinar os relatórios dos D.R.G. apresentados à Assembléa Geral da entidade, submetendo à autoridade superior as providências eventualmente ajuizadas em benefício do sistema regional do Conselho;

IX — Cumprir as instruções do Secretário-Geral, no sentido de imprimir unidade de organização e uniformidade de funcionamento às secretarias dos D.R.G.;

X — Estudar e propor medidas destinadas a estabelecer a melhor articulação possível entre os Diretórios Regionais e os Serviços Geográficos dos Estados e Territórios.

Art. 3.º — A Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiaidas será chefiada por funcionário do Conselho, designado pelo Secretário-Geral.

Art. 4.º — A função de chefe da Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiaidas corresponderá ao padrão FG-3.

Art. 5.º — São extensivas ao titular da Secretaria de Coordenação dos Órgãos Regionais e Entidades Filiaidas, no que couber, as disposições constantes do art. 74 do Regimento Interno, aprovado pela resolução 446, de 9 de junho de 1953, do Diretório Central.

Rio de Janeiro, 6 de abril de 1954, ano XVIII, do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Peretra, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: José Veríssimo da Costa Peretra, no impedimento do Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

Resolução n.º 467, de 20 de abril de 1954

Concede auxílio para o XI Congresso Brasileiro de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando o disposto no art. 3.º, da resolução n.º 42, de 7 de julho de 1939, da Assembléa Geral, combinado com o art. 5.º da resolução n.º 141, de 11 de julho de 1945, também da Assembléa Geral;

Considerando, porém, que o XI Congresso Brasileiro de Geografia foi transferido para a cidade de Porto Alegre e se realizará no próximo mês de maio;

Considerando que o Conselho não reservou, no corrente ano "os possíveis recursos

na verba própria do seu orçamento", conforme o disposto no art. 3.º da resolução n.º 42, da Assembléa Geral;

Considerando, entretanto, que há recursos provenientes dos resíduos orçamentários de 1953;

Considerando o disposto na resolução n.º 376, de 29 de dezembro de 1950, do Diretório Central;

Considerando que a Comissão Organizadora do XI Congresso Brasileiro de Geografia ainda não pode dispor do auxílio de Cr\$ 400.000, ora em discussão no Congresso Nacional;

Considerando que, com o recebimento imediato do referido auxílio do Governo Federal, não necessitaria a referida Comissão solicitar do Conselho, como solicitou, uma providência, no sentido de atender às despesas do Congresso a inaugurar-se em maio próximo;

Considerando que a Sociedade Brasileira de Geografia, promotora do Congresso, se acha integrada no sistema geográfico do I.B.G.E., e que no Conselho Nacional de Geografia cabe impulsionar, coordenar e sistematizar as atividades geográficas no país;

Considerando, finalmente, a influência benéfica de certames culturais na preparação e apresentação de estudos especializados sobre assuntos geográficos brasileiros,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica autorizado o Secretário-Geral do Conselho Nacional de Geografia a

atender à solicitação da Comissão Organizadora do XI Congresso Brasileiro de Geografia, a realizar-se em Porto Alegre, no sentido de lhe ser concedido um auxílio de Cr\$ 200 000,00, até que seja entregue à mesma Comissão pelo Governo Federal a quantia de Cr\$ 400 000,00 constante da mensagem presidencial, ora em discussão no Congresso Nacional.

Parágrafo único — O referido auxílio deverá ser retirado dos resíduos orçamentários referentes ao exercício do ano de 1953.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1954, ano XVIII, do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-Asistente. — Visto e rubricado: José Veríssimo da Costa Pereira, no impedimento do Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

Resolução n.º 468, de 20 de abril de 1954

Dispõe sobre a transferência do Setor de Contrôlo Astronômico da Divisão de Cartografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando que os encargos e tarefas específicas, previstas nos programas globais das Divisões técnicas da Secretaria-Geral do Conselho, são executadas pelas respectivas Secções competentes;

Considerando que na Divisão de Cartografia da Secretaria-Geral do Conselho existem os Setores de Contrôlo Astronômico e o de Astronomia e Gravimetria, integrando Secções distintas, quais sejam, respectivamente, as de Levantamentos Mistos e de Bases;

Considerando, finalmente, as conveniências da unificação e centralização dos trabalhos astronômicos do Conselho em uma só unidade de serviço;

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica transferido o Setor de Contrôlo Astronômico da Secção de Levantamentos Mistos, da Divisão de Cartografia da Secretaria-Geral do C.N.G., para a Secção de Bases da mesma Divisão.

Art. 2.º — O material e o pessoal do Setor de Contrôlo Astronômico serão transferidos, igualmente, para a Secção de Bases da Divisão de Cartografia.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1954, ano XVIII, do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-Asistente. — Visto e rubricado: José Veríssimo da Costa Pereira, no impedimento do Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

Resolução n.º 469, de 20 de abril de 1954

Autoriza o Presidente do I.B.G.E. a propor a criação de uma referência 25, na série funcional de Operador Mecanógrafo, da Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas do Conselho Nacional de Geografia.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e

Considerando as necessidades de serviço e os interesses da administração;

Considerando que a lotação da Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas da Secretaria-Geral compreende séries funcionais com ocupantes estagnados, bons servidores e merecedores de melhoria de salário, observado o disposto no Regulamento de Promoções;

Considerando que se faz necessário alterar a lotação da série funcional de Operador Mecanógrafo e que a despesa não ultrapassará de Cr\$ 2 990,00 (dois mil novecentos e noventa cruzados), mensais,

RESOLVE:

Artigo único — Fica o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística autorizado a propor a criação de uma referência 25, na série funcional de Operador Mecanógrafo, da Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas do Conselho Nacional de Geografia.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1954, ano XVIII, do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-Asistente. — Visto e rubricado: José Veríssimo da Costa Pereira, no impedimento do Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

Resolução n.º 470, de 20 de abril de 1954

Autoriza o Presidente do I.B.G.E. a propor a criação, na Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas, de 2 funções de referência 19, na série de Auxiliar de Fotógrafo.

O Diretório Central do Conselho Nacional de Geografia, usando de suas atribuições, e considerando que na série funcional de Auxiliar de Fotógrafo da Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas da Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia não existe a referência 19;

Considerando, entretanto, que na referida série, há um servidor ocupante da referência 18, o qual faz jus à melhoria de salário para a referência 19, dado o tempo de serviço que possui;

Considerando ainda que, na série funcional de Servente, há um ocupante da referência 19, o qual, por suas aptidões, foi proposto para a série funcional de Auxiliar de Fotógrafo;

Considerando que a supra mencionada proposta atende aos interesses da Administração;

Considerando, finalmente, que, em consequência, se torna necessário fazer na citada Tabela as alterações indispensáveis,

RESOLVE:

Art. 1.º — Fica o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística autorizado a propor a criação, na Tabela Numérica de Extranumerários Mensalistas, da Secretaria-Geral, de duas (2) funções da referência 19, na série funcional de Auxiliar de Fotógrafo.

Art. 2.º — Fica, também, autorizado a propor a extinção, na mesma Tabela, da função de referência 18, da série de Auxiliar de Fotógrafo e da função de referência 19, da série funcional de Servente.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 1954, ano XVIII, do Instituto. — Conferido e numerado: José Veríssimo da Costa Pereira, Secretário-Assistente. — Visto e rubricado: José Veríssimo da Costa Pereira, no impedimento do Secretário-Geral. — Publique-se: Florêncio de Abreu, Presidente.

Atos Diversos

ELABORAÇÃO DE UMA CARTA DA VEGETAÇÃO

Entre o I.B.G.E. e o fitogeógrafo Kurt Hueck foi firmado o seguinte contrato:

"As doze horas do dia doze de julho de mil novecentos e cinquenta e cinco, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sede do Conselho Nacional de Geografia, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, presentes de um lado o aludido Instituto, como contratante, representado neste ato pelo seu presidente Sr. Elmano Gomes Cardim, e do outro como contratado, o Sr. Kurt Hueck, cidadão alemão, fitogeógrafo, residente na cidade de São Paulo, foi concluído este contrato, na forma e com as cláusulas seguintes:

Primeira: — O representante do contratante, usando de suas atribuições, contrata, neste ato, o professor Kurt Hueck para desempenhar as funções de fitogeógrafo e assistente-técnico na Secretaria-Geral do Conselho Nacional de Geografia.

Segunda: — O contratado obriga-se a executar trabalhos do Conselho Nacional de Geografia, durante os trabalhos de campo, nos métodos e técnicas desses serviços, bem como, elaborar as folhas das cartas da vegetação primitiva e atual do Brasil, ao milionésimo, que poderão ser publicadas a critério do contratante.

Terceira: — O contratado obriga-se a prestar ao contratante todos os serviços técnicos profissionais necessários ao pleno cumprimento do presente contrato, colocando o contratante à disposição do contratado todos os meios necessários à execução dos trabalhos que lhe forem confiados.

Quarta: — O contratado obriga-se, durante sua estada na sede do Conselho Nacional de Geografia, a servir de consultor-técnico em assuntos de fitogeografia, a critério da direção do mesmo Conselho.

Quinta: — O contratante obriga-se a pagar ao contratado, mensalmente, como retribuição de seus serviços, o salário de quinze mil cruzeiros, correndo a respectiva despesa à conta da verba própria do orçamento vigente do Conselho Nacional de Geografia.

Sexta: — O contratado receberá, durante os trabalhos de campo, diárias e ajudas de custo, de acordo com as disposições legais.

Sétima: — O presente contrato vigorará a partir de primeiro de julho de mil novecentos e cinquenta e cinco e terminará em trinta e um de dezembro do mesmo ano.

Oitava: — O presente contrato poderá ser prorrogado ou renovado pelo contratante, bem como poderá ser rescindido por uma das partes em qualquer tempo, sem que por isso haja qualquer delas direito a indenização ou reclamação judiciais ou extra judiciais.

Nona: — Declaram as partes contratantes que aceitam as condições exaradas neste instrumento, sujeitando-se às obrigações e aos efeitos dele decorrentes.

O presente termo, lavrado por mim, Wal kyria de Oliveira, Escriturário classe "E" do Conselho Nacional de Geografia, é, depois de lido e achado conforme, assinado pelas partes contratantes, estando isento de qualquer imposto ou taxa, na forma do artigo duzentos e quarenta e sete da lei número mil setecentos e onze, de vinte e oito de outubro de mil novecentos e cinquenta e dois."